

**Marisa Alice Singulano Alves**

# **O patrimônio de Dom Viçoso**

**Economia e sociabilidade entre camponeses  
da região da Serra do Brigadeiro - MG**

**Belo Horizonte  
2008**

**Marisa Alice Singulano Alves**

# **O patrimônio de Dom Viçoso**

**Economia e sociabilidade entre camponeses  
da região da Serra do Brigadeiro - MG**

**Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós-Graduação em Antropologia do  
Departamento de Sociologia e  
Antropologia da Universidade Federal  
de Minas Gerais como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em  
Antropologia.**

**Orientadora: Deborah de Magalhães  
Lima**

**Belo Horizonte  
2008**

## Resumo

Esta dissertação aborda a economia e a sociabilidade entre camponeses do distrito de Dom Viçoso, situado no município de Ervália, na região da Serra do Brigadeiro, estado de Minas Gerais. A pesquisa de campo foi realizada no núcleo desse distrito, o qual constitui um *patrimônio* ou *terra de santo*, onde vivem cerca de uma centena de famílias de agricultores que cultivam “lavouras” e “roças” em “terrenos” situados nos arredores dessa área central. Tais agricultores diferenciam-se entre si em termos econômicos, sobretudo no que concerne ao acesso aos meios de produção, especialmente a terra. Apesar dessas diferenças econômicas, considero todos os agricultores do *patrimônio* sob a categoria *camponeses*. Com isso, busco um diálogo com a literatura no âmbito das ciências sociais sobre o *campesinato*, considerando que este conceito refere-se não apenas a uma modalidade de agricultura familiar, com relativa autonomia econômica e social, mas, principalmente, a uma formação sócio-cultural específica. Nesse sentido, argumento que a economia no contexto camponês deve ser analisada com referência ao sistema social como um todo e que a especificidade camponesa se define sempre de forma contextual e histórica. No caso estudado, as distintas categorias de agricultores compõem um mesmo universo social definido pela vivência compartilhada no *patrimônio*, que é construído socialmente por tais agricultores como seu território e núcleo de sua sociabilidade. Por conseguinte, a diferenciação econômica presente em Dom Viçoso não implica em uma estratificação social, pois as práticas econômicas desses agricultores são orientadas por uma moral camponesa definida conforme o contexto da sociabilidade local, a qual é estruturada pelos princípios do parentesco.

**Palavras-chave:** campesinato, economia, sociabilidade, Serra do Brigadeiro - MG

## **Abstract**

This dissertation addresses the subject of economy and sociability amongst peasants who live in the district of Dom Viçoso, situated in the municipality of Ervália, in the region of the Serra do Brigadeiro, state of Minas Gerais. Fieldwork was undertaken in the center of this district, which constitutes a *patrimônio* (“patrimony”) or *terra de santo* (“saint’s land”). Around a hundred families live in this area. They are agriculturists who cultivate “lavouras” and “roças” (“farmings”) in “terrenos” (“little farms” or “peasant farms”) situated in the outskirts of the *patrimônio*. Such agriculturists differentiate themselves in economic terms, mainly concerning access to the means of production, especially land. In spite of these economic differences, I consider all agriculturists of the *patrimônio* as pertaining to the category peasants. In my pursuit of a dialogue with the literature on peasants, I consider this concept as referring not only to a modality of family agriculture that presents relative economic and social autonomy, but, mainly, to a specific socio-cultural formation. Thus, I argue that the economy in a peasant context must be analyzed in reference to the social system as a whole, and that the peasant specificity is always defined in a contextual and historical way. In the studied case, the distinct categories of agriculturists compose one social universe defined by the experience shared in the *patrimônio*, which is socially constructed by such agriculturists as its territory and the nucleus of their sociability. Therefore, the economic differentiation in Dom Viçoso does not imply in a social stratification, because the agriculturists’s economic practice are guided by a peasant moral. This moral is defined in the context of the local sociability, which is structured by the principles of kinship.

**Key-words:** peasantry, economy, sociability, Serra do Brigadeiro - MG

# Índice

Agradecimentos .....	5
Introdução.....	8
1 – O campesinato na região da Serra do Brigadeiro .....	14
1.1 – A Serra.....	14
1.2 – O campesinato.....	16
1.3 – História da ocupação da terra na Zona da Mata.....	19
1.4 – A constituição do campesinato na região da Serra do Brigadeiro.....	26
2 – O patrimônio do distrito de Dom Viçoso.....	35
2.1 – O distrito e o patrimônio.....	35
2.2 – O “patrimônio”.....	40
2.2.1 – Memória coletiva e subjetividade.....	40
2.2.2 – Território, relações sociais e referência simbólica.....	44
2.3 – A terra do santo: regimes de propriedade e organização fundiária.....	59
2.4 – Patrimônios: memória, território e sociabilidade.....	63
3 – A economia camponesa em Dom Viçoso.....	69
3.1 – Dom Viçoso: um distrito agrícola.....	69
3.2 – O “terreno” e a “fazenda”: mão-de-obra, dimensão e exploração da terra.....	73
3.3 – “Donos”, “meeiros” e “companheiros”: trabalho, propriedade e uso da terra.....	84
3.4 – A “lavoura” e a “roça”: produção, consumo e circulação.....	96
4 – Sociabilidade e moral em Dom Viçoso.....	117
4.1 – O patrimônio e os “terrenos”: economia doméstica e relações sociais.....	117
4.2 – Sociabilidade e moral: parentesco, reciprocidade e hierarquia.....	127
Conclusão.....	147
Bibliografia.....	152

Anexos.....	156
Anexo A – Mapas.....	157
Mapa 1 – Localização da Zona da Mata em Minas Gerais.....	157
Mapa 2 – Localização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro.....	158
Mapa 3 – Município de Ervália.....	159
Mapa 4 – Esboço do mapa do município de Ervália.....	160
Anexo B – Fotos.....	161
Foto 1 - O patrimônio do distrito de Dom Viçoso e os “terrenos” .....	161
Foto 2 - A entrada do patrimônio de Dom Viçoso, ao fundo a serra.....	162
Foto 3 - Uma rua em Dom Viçoso.....	162
Foto 4 - A praça do patrimônio.....	163
Foto 5 - A igreja católica.....	163
Foto 6 - Algumas “posses” demarcadas, notam-se as “casas” e os “terreiros”.....	164
Foto 7 - Crianças na festa de Nossa Senhora Aparecida.....	164
Foto 8 - Bolo de cerca de seis metros feito por mulheres do patrimônio.....	165
Foto 9 - Procissão com imagem de Nossa Senhora Aparecida.....	165
Foto 10 - Forró após a procissão.....	166
Foto 11 - A “Pedra da Grama” ou “Pico do Cruzeiro”.....	166
Foto 12 - “Sítio” situado no entorno do patrimônio, notam-se a “casa”, a “lavoura” e a “roça”.....	167
Foto 13 - Cena do Cotidiano: fazendo um cabo de enxada e conversando sob a árvore.....	167
Foto 14 - Em primeiro plano uma lavoura de café em uma encosta, ao fundo a Serra do Brigadeiro.....	168
Foto 15 - Paisagem de montanhas e vales em Dom Viçoso.....	168
Anexo C – Documentos.....	169
Documento 1 .....	170
Documento 2 .....	172
Documento 3 .....	174

## Agradecimentos

Agradeço a Capes pela bolsa de um ano e meio que viabilizou boa parte do trabalho necessário à produção desta dissertação.

Na Universidade Federal de Minas Gerais, agradeço aos membros do jovem Programa de Pós-graduação em Antropologia pelo empenho em construir uma importante referência na antropologia mineira e nacional, algo que tornou este trabalho mais estimulante. Dentre esses, gostaria de destacar professores, funcionários e alunos do Programa que contribuíram, cada qual a seu modo, para a produção desta dissertação.

Ainda na UFMG, agradeço ao Departamento de Sociologia e Antropologia e ao Departamento de Ciências Políticas, personificados em professores e funcionários que contribuíram para minha trajetória acadêmica desde a graduação em ciências sociais.

Agradeço à professora Deborah de Magalhães Lima pela paciência e pelo excelente trabalho de orientação realizado desde a graduação. Pela convivência ao longo de alguns anos que contribuiu enormemente para minha trajetória acadêmica ao transmitir-me sua experiência em etnografia e em docência e ao estimular pertinentes reflexões teóricas.

Agradeço ao professor Carlos Magno Guimarães, do Departamento de Sociologia e Antropologia da UFMG, por ter participado de minha formação acadêmica e por estar presente no momento de conclusão do mestrado, aceitando o convite para compor a banca de defesa da dissertação.

Agradeço ao professor John Cunha Comerford, do Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ, pela disponibilidade com que aceitou o convite para participar da banca de defesa desta dissertação.

Devo um agradecimento especialmente carinhoso aos amigos com os quais convivi na UFMG durante a graduação e o mestrado.

Agradeço aos meus amigos do curso de ciências sociais com os quais compartilhei sonhos, desejos e muitas dúvidas e que, muitas vezes, ajudaram-se a definir uma trajetória.

Agradeço aos meus amigos da primeira turma do mestrado em antropologia por compartilharem da experiência de sermos “pioneiros”, pelo incentivo e pelos comentários dados a este trabalho e, sobretudo, pelas “cauinagens”.

Agradeço aos meus outros amigos, em Belo Horizonte e em Ervália, especialmente.

Às minhas amigas, com as quais mais morei e partilhei de uma convivência cotidiana durante um bom tempo, agradeço por terem se tornado uma família, dando apoio, broncas e festas.

Aos demais amigos em Belo Horizonte, agradeço por terem tornado mais fácil a adaptação à cidade grande.

Aos amigos em Ervália, agradeço pela amizade muitas vezes antiga e que, mesmo sendo meio negligenciada nos últimos anos, permanece.

Na Universidade Federal de Viçosa, que se tornou também um ambiente acadêmico importante no último ano, devo agradecimentos a uma série de pessoas.

Às professoras Vera Lúcia Muniz, Maria de Fátima Lopes e Ana Louise de Carvalho Fiúza, agradeço pela confiança.

À professora Ana Louise um agradecimento muito especial por ter facilitado enormemente meu trabalho em Viçosa, e por ter se tornado uma importante incentivadora desta pesquisa.

Agradeço a professores e funcionários do Departamento de Economia que contribuíram para que eu pudesse conciliar as exigências de meu trabalho docente e de minha pesquisa de mestrado.

Agradeço à estudante do curso de comunicação social Ariadne Morgan que transcreveu com cuidado e empenho grande parte das entrevistas.

Em Ervália devo agradecimentos a algumas pessoas e instituições que forneceram apoio a este trabalho de variadas formas.

Agradeço à EMATER-MG, por meio de Geraldo Antônio da Silva, engenheiro agrônomo, extensionista agropecuário da instituição, e Joana D’Arc Mulano Dias, auxiliar administrativa, pela gentileza com que me receberam e pelos dados fornecidos que subsidiaram parte da análise realizada nesta dissertação.

Agradeço à Escola Família Agrícola Serra do Brigadeiro, situada em Dom Viçoso, por meio dos membros de sua entidade mantenedora – a Associação Escola Família Agrícola de Ervália – e, principalmente, por meio de Gilberto, diretor da instituição, por ter facilitado enormemente o primeiro contato com os moradores do distrito e por ter-se colocado sempre à disposição para ajudar na pesquisa.

Agradeço especialmente aos moradores de Dom Viçoso, que me receberam e acolheram em suas casas, oferecendo sempre um cafezinho, por terem atenciosamente respondido às entrevistas, por terem oferecido importantes informações e, acima de tudo, por ensinarem muito, a partir de todo seu saber e experiência, a esta pesquisadora principiante.

Agradeço aos meus parentes, que tornaram essa pesquisa possível. Dentre meus parentes consangüíneos, agradeço:

À minha mãe, Maria Aparecida Singulano, fundamento de minha vida e motivadora de meu trabalho.

Aos meus irmãos, Selma Singulano, pela ajuda com a correção do texto e por compartilhar de uma fase importante do trabalho, e Samuel Singulano, por me acompanhar em um primeiro momento em campo e por respeitar os momentos em que precisava de silêncio e isolamento durante a escrita.

Aos meus tios e primos que, juntamente com meu grupo doméstico, transformaram a produção dessa dissertação em um trabalho coletivo, em um trabalho de família, conversando, acionando seus contatos que pudessem me ajudar, conduzindo-me a Dom Viçoso e apoiando sempre, em tudo que fosse necessário. Como estes são muitos, agradeço a todos me referindo à família Singulano, pelo apoio sem o qual não teria conseguido realizar este trabalho e pela herança de um amor pela “roça”.

Dentre meus parentes afins, agradeço especialmente:

Aos meus sogros, Paulina Sant’Ana de Mattos e Jorge Caetano de Mattos Júnior, pelo “apoio logístico”, isto é, por terem emprestado o carro para as idas a campo, e pelo respeito, interesse e apoio concedido a este trabalho.

Por último, o agradecimento mais importante. A José Antônio Sant’Ana de Mattos, meu querido Toninho, por ser um grande companheiro na vida e especialmente neste trabalho. Por ter realizado comigo o trabalho de campo, o que foi essencial para acessar certos universos masculinos e para tornar a estada muito mais agradável, amenizando certas dificuldades inerentes ao fazer etnográfico, sobretudo para uma mulher. Por ter lido e discutido comigo partes do texto, esforçando-se em dialogar com um universo acadêmico que não é o seu. Pela compreensão e carinho nos momentos de “crise de tese”. Por compreender a necessidade de distância que foi inevitável em alguns momentos desde o último ano.

## Introdução

Este texto apresenta a pesquisa realizada com camponeses da região da Serra do Brigadeiro, na Zona da Mata mineira, tomando como referência algumas questões relativas ao campesinato nas ciências sociais. O trabalho de campo foi realizado no distrito de Dom Viçoso situado no município de Ervália. Tal núcleo corresponde a um *patrimônio* ou *terra de santo*, onde moram pouco mais de uma centena de famílias de agricultores. Estes vivem basicamente da economia cafeeira desenvolvida na região, sendo que alguns são pequenos proprietários de terra, mas a maioria trabalha em terras alheias segundo o sistema de parceria. Destacam-se da experiência empírica de pesquisa e do diálogo com a literatura dois problemas centrais – a sociabilidade e a economia camponesa. Considero que a economia ainda que seja dimensão basilar nas sociedades camponesas deve ser analisada em referência à trama das relações sociais e a partir a ação socialmente orientada das pessoas em seu cotidiano. É objeto de estudo desta dissertação as práticas econômicas dos camponeses de Dom Viçoso tomadas como parte de suas práticas sociais cotidianas, as quais têm como referência a sociabilidade neste local.

Este estudo retoma a discussão em torno da noção de campesinato, sobretudo no que concerne a sua especificidade. Proponho que a especificidade camponesa define-se de forma contextual e histórica e que a economia deve ser considerada como parte de um sistema social. Dessa forma, considera-se que o campesinato corresponde a um tipo particular de formação social, dentre o conjunto mais amplo das diversas formas de agricultura familiar, cuja especificidade reside em uma relativa autonomia face à sociedade abrangente, sobretudo no que se refere ao aspecto econômico, ainda que este seja dependente das relações sociais estabelecidas em outros âmbitos (Wanderley, 1996). A relativa autonomia do campesinato seria responsável pela formação de uma identidade específica desta formação social.

Muitos esforços intelectuais foram despendidos na tentativa de caracterizar e “tipologizar” as sociedades ou culturas camponesas orientados por uma questão básica: o que tornaria específico o campesinato, essa formação inserida em sociedades diversas sem, contudo, se confundir com elas. Boa parte dos estudos sobre o campesinato apresentou como resposta à questão a economia. Este aspecto da vida social seria a dimensão básica da reprodução social, a despeito de outros, como aqueles de ordem política e cultural, e, portanto, seria a chave para a compreensão da especificidade camponesa.

Chayanov, por exemplo, considera que a especificidade do campesinato reside no aspecto econômico e sob sua influência toda uma série de estudos foi produzida, inclusive no Brasil.

Este autor considera que há leis da economia camponesa que a distinguem da economia capitalista. Estas são centradas na organização do trabalho familiar, oposto ao trabalho assalariado, sendo o grupo doméstico uma unidade de produção e de consumo, simultaneamente (Chayanov, 1986). Para Chayanov, segundo crítica de Woortmann (1995:30), o universo camponês reduz-se às unidades domésticas e as relações internas à família reduzem-se a relações de trabalho.

Por outro lado, muitos estudiosos buscaram compreender o modo de vida específico do campesinato em seus aspectos culturais ou em sua organização social. A antropologia, principalmente em suas vertentes americana e britânica, ocupou-se com a questão da especificidade e da reprodução social do campesinato sob essa perspectiva.

Com o desenvolvimento da antropologia cultural norte-americana, por exemplo, o campesinato converte-se em um importante objeto de estudo, principalmente porque, segundo Redfield (1973), os grupos indígenas americanos estariam passando por um processo de “aculturação” e tornando-se camponeses. Segundo o termo cunhado por Kroeber, o campesinato passa a ser considerado, por autores como o próprio Kroeber, Redfield e Wolf, como “part-society”, ou seja, uma sociedade parcial dotada de uma cultura parcial ocupando uma posição subordinada no âmbito de uma sociedade envolvente. Nesse sentido, o camponês é considerado como um tipo intermediário entre o primitivo e o civilizado (Woortmann, 1995:42), concebido no âmbito dos estudos de comunidade e de aculturação. Se essa perspectiva tem o mérito de reconhecer algum tipo de especificidade ao campesinato, que o diferencia da sociedade englobante, por outro lado, como afirma Woortmann (1995:42), “Redfield propõe que a aldeia camponesa é tão incompleta que não pode ser descrita como uma estrutura social”. Desde então, os estudos sobre grupos camponeses de inspiração culturalista têm enfatizado as suas relações sociais para além dos limites da *comunidade*. Ou seja, as relações sociais da *comunidade camponesa* com o exterior entram em sua própria definição enquanto tal e são, nesse sentido tão significativas para sua compreensão quanto aquelas relações que se dão entre seus membros. Dessa forma, a compreensão do modo como se faz a reprodução social da sociedade camponesa é dependente da análise das relações do grupo em uma rede mais ampla, definida seja em termos da participação no mercado, no Estado ou em um sistema de valores.

Devem-se considerar a importância e influência destes estudos pioneiros para a compreensão da singularidade camponesa. Poderiam ser citadas também diversas contribuições, como as oferecidas por Mendras (1978) dentre outros, dedicadas à análise do campesinato europeu.

A partir da leitura dessas dentre outras referências analíticas, apresentadas no decorrer do texto, o termo campesinato é compreendido, neste trabalho, como um conceito ou modelo

bastante útil para a compreensão de certas realidades sociais, desde que se considere que tal noção compreende uma dimensão histórico-cultural. Ou seja, quando se fala em campesinato, fala-se em um tipo de formação sócio-cultural constituída historicamente. Tal formação é definida por uma série de elementos que compõem o que se poderia chamar de uma *cultura* ou de uma *sociedade camponesa*, dentre os quais, mas não exclusivamente, uma forma peculiar de organização econômica.

A temática do campesinato consolidou-se em minha trajetória acadêmica como o foco de pesquisas desde a graduação em ciências sociais. Naquele momento, a produção de uma monografia sobre um processo de conquista de terras em conjunto conduzido por agricultores de Araponga propiciou uma primeira aproximação teórica com a temática do campesinato e empírica com a realidade social dos camponeses da região da Serra do Brigadeiro (Alves, 2005). O trabalho pós-monografia, por sua vez, representou um deslocamento do objeto e uma aproximação do referencial teórico, o que se fez necessário para um amadurecimento intelectual que culminaria com a pesquisa que ora apresento.

A especificidade deste trabalho é ressaltada pela existência de poucos estudos antropológicos sobre campesinato em Minas Gerais, sobretudo na Zona da Mata e na região da Serra do Brigadeiro. Nesse sentido, espero oferecer uma contribuição etnográfica aos estudos sobre o campesinato no Brasil que venha a se somar a outras pesquisas no sentido de fornecer subsídios para a análise dessa realidade social em sua dinâmica contemporânea. Além disso, busco um diálogo com estudos sobre o campesinato realizados, principalmente, no âmbito das ciências sociais, sobremaneira aqueles que se referem a realidades próximas a que estudo, seja geograficamente ou porque colocam questões semelhantes à investigação científica.

A pesquisa de campo, realizada no distrito de Dom Viçoso, teve início em agosto de 2007, quando foi feito o primeiro contato com o diretor da Escola Família Agrícola (EFA), situada naquele distrito, e membro de uma associação local, o qual foi responsável por minha apresentação a alguns moradores da localidade. Esta foi apenas uma visita rápida e formal. Ainda no mês de agosto foi feita uma segunda visita, quando fui hospedada pela família de uma funcionária da EFA e de onde pude ter um referencial para o contato com outros moradores. A partir desse contato e por indicação do diretor da EFA, conheci um agricultor que possuía uma casa vazia, que aluguei para que pudesse me estabelecer durante a pesquisa. O fato de alugar uma casa não facilitou o trabalho como imaginava, pois não seria aceitável para os parâmetros locais que uma “moça sozinha” se estabelecesse em uma casa. Minha pesquisa de campo esteve então o tempo todo condicionada à presença de meu companheiro e, portanto, à sua disponibilidade de tempo e à minha própria, já que eu trabalhava em Viçosa neste período.

Dessa forma, minhas idas a campo aconteceram quase sempre aos finais de semana e feriados, o que, certamente, limitou a possibilidade de um aprofundamento na vida local. Essa descontinuidade do trabalho e a limitação aos finais de semana e feriados – momentos particulares do cotidiano – comprometeram minha observação, mas creio que consegui contornar relativamente bem algumas dificuldades e obter resultados satisfatórios para a produção de uma dissertação. O trabalho de campo foi concluído em dezembro de 2007.

O trabalho etnográfico foi realizado no núcleo central de Dom Viçoso cujas dimensões correspondem, aproximadamente, à área do *patrimônio* – pois, como se verá, este não possui limites bem definidos ou não há consenso entre seus habitantes sobre tais limites. O termo *patrimônio*, neste trabalho, refere-se inicialmente ao núcleo central do distrito de Dom Viçoso onde se realizou a etnografia<sup>1</sup>. Esta noção remete ao processo histórico de formação do núcleo a partir da doação de terras da antiga fazenda São Matias, no século XIX, para a igreja em nome do Senhor Bom Jesus, com o estabelecimento conseqüente de famílias de moradores em suas “posses”.

A pesquisa buscou apreender, a partir da experiência etnográfica, a vida cotidiana no patrimônio de Dom Viçoso – como se relacionam seus moradores, como trabalham, como se organizam, como constroem e partilham de um imaginário, de um modo de vida próprio, etc. Em outros termos, o que se procura compreender neste trabalho é o processo pelo qual se constrói e reconstrói continuamente, pela experiência cotidiana partilhada por um dado grupo, modos próprios de organização dessa mesma experiência e de organização da experiência com a realidade em geral que se traduzem em temas simbólicos.

Por conseguinte, busca-se enfatizar a problemática da produção da dimensão coletiva ou pública a partir da ação subjetiva simbolicamente orientada e, portanto, social e culturalmente orientada. De tal modo, considera-se que o social é produzido e reproduzido na ação humana significativa, constituindo um todo do ponto de vista dos sujeitos, o que fornece a referência para a análise antropológica. As dimensões do social que se elaboram com fins heurísticos – economia, parentesco e mesmo a cultura, por vezes considerada como uma dimensão à parte, dentre outras – não devem ser tomadas isoladamente e muito menos de maneira reificada, mas sim como expressões simbólicas diferenciadas de um mesmo contexto sócio-cultural. Portanto, não faria sentido pensar uma dada coletividade camponesa a partir do ponto de vista estritamente econômico. Deve-se pensar sua organização econômica como parte de um todo social, tomando como referência a ação culturalmente produzida.

No primeiro capítulo apresenta-se o contexto etnográfico desta pesquisa – a região da Serra

<sup>1</sup> A apresenta o núcleo central do distrito de Dom Viçoso – o *patrimônio* – oferecendo uma imagem de suas dimensões, limites aproximados e localização.

do Brigadeiro – destacando o processo histórico segundo o qual se constitui a estrutura agrária de tal região e seu campesinato. Além disso, apresenta-se a questão da conceituação e da especificidade do campesinato que define parte do contexto teórico com o qual se dialoga.

No segundo capítulo apresenta-se o distrito de Dom Viçoso e seu núcleo central, o *patrimônio*, onde se realizou a pesquisa de campo. Discute-se a relação entre a noção nativa de “patrimônio” e sua apropriação antropológica no sentido de especificar uma forma de territorialidade. Objetiva-se analisar a construção social do patrimônio, realizada por esses camponeses, como expressão de sua territorialidade e de sua sociabilidade.

O terceiro capítulo aborda a economia camponesa em Dom Viçoso. Dessa forma, considero as práticas econômicas dos moradores do *patrimônio* e suas relações de produção no contexto social em que vivem a partir da análise de algumas categorias centrais segundo as quais esses camponeses expressam e dão significados a esse universo da economia local. Argumento que há uma diferenciação econômica entre esses camponeses que, no entanto, não produz uma estratificação social, devido à sua organização social fundamentada em um território comum e em uma sociabilidade marcada pelo parentesco.

No quarto capítulo afirmo que as diferenças e as similaridades existentes entre os moradores do *patrimônio* explicam-se por referência à sociabilidade local, a qual poderia ser considerada como agonística. Argumento que essa sociabilidade é decisivamente marcada pelo parentesco.

Este trabalho deve muito à minha própria experiência de vida. O fato de ter nascido na “roça” no município de Ervália deve ter fornecido um motivo latente de meus interesses acadêmicos durante todo o tempo. No entanto, foi necessário um relativo distanciamento para que pudesse basear minhas pesquisas em fundamentos teóricos e não apenas afetivos. A antropologia veio então a constituir para mim uma verdadeira ponte entre reflexões mais gerais e motivos bastante locais.

Se este trabalho representa algum amadurecimento intelectual isso se deve certamente ao ambiente acadêmico com o qual convivi desde o ano de 2002, quando ingressei no curso de ciências sociais da UFMG. Neste ambiente é que pude compartilhar experiências e discutir pontos de vista com colegas que, dessa forma, muito contribuíram para minha trajetória pessoal e profissional. Neste mesmo ambiente é que conheci professores que forneceram a matéria para a construção de meus próprios objetivos profissionais. Este trabalho deve, especialmente, à minha orientadora, a professora Deborah de Magalhães Lima, que conseguiu direcionar pesquisas e orientar com extrema paciência e competência vários pesquisadores principiantes na UFMG, dentre os quais me incluo. No meu caso, esse contato com a professora Deborah foi imprescindível para meu amadurecimento em pesquisa, em docência e pessoal.

Se muitas pessoas contribuíram para que este trabalho pudesse ser realizado, elas, no entanto, não têm qualquer responsabilidade sobre suas falhas, que são devidas, exclusivamente, às minhas próprias limitações.

# 1. O campesinato na região da Serra do Brigadeiro

Este capítulo introduz alguns dos tópicos que orientam a reflexão empreendida neste trabalho. O primeiro deles diz respeito ao contexto em que foi realizada a pesquisa etnográfica – a região da Serra do Brigadeiro. Nesse sentido, apresentam-se a região e o processo histórico responsável pela atual configuração de seu espaço agrário. O segundo refere-se ao contexto teórico com o qual se dialoga, que se constitui em torno da conceituação de campesinato. Busca-se discutir a noção de campesinato, em referência à etnografia, argumentando que a especificidade dessa formação social só se define de forma contextual e histórica.

## 1.1.A Serra

A Serra do Brigadeiro localiza-se na porção noroeste da Zona da Mata, na região da Mantiqueira, com altitudes próximas aos dois mil metros em alguns pontos e servindo de divisor de águas entre as bacias dos rios Doce e Paraíba do Sul. A Zona da Mata é uma das doze mesorregiões de Minas Gerais, segundo classificação do IBGE, situada na porção sudeste do estado. Seus limites são definidos a leste pela divisa de Minas Gerais com o norte fluminense e sul do Espírito Santo; no interior do estado confronta as seguintes mesorregiões: ao sul, a Sul mineira; a oeste Campo das Vertentes e Metropolitana de Belo Horizonte e ao norte Vale do Rio Doce. Esta unidade espacial – a mesorregião – é definida segundo critérios do IBGE para análise estatística, não correspondendo a jurisdição política e não possuindo, necessariamente, qualquer identidade histórica, econômica e sócio-cultural<sup>2</sup>.

A denominação da Zona da Mata deriva da cobertura vegetal que havia sobre toda a área à qual hoje corresponde. Tal cobertura seria, segundo Orlando Valverde (1958), constituída por uma faixa contínua de Mata Atlântica, uma formação de floresta tropical semidecídua, com

---

<sup>2</sup> A Zona da Mata ocupa pouco mais de 6% da área do estado, contando com 142 municípios (CTA, 2004: 3). Dentre estes, destacam-se Juiz de Fora, cidade-pólo da Zona da Mata, que, juntamente com Cataguases e Leopoldina, situa-se na porção sul da meso-região; Ubá na área central; Muriaé a leste; Ponte Nova e Viçosa a noroeste; Carangola a nordeste e Manhuaçu ao norte. As áreas urbanas de tais municípios exercem a função de centros comerciais, administrativos e de prestação de serviços diversos, circundados por um número significativo de pequenas cidades, muitas com menos de 10.000 habitantes. Estas, por sua vez, possuem em geral um pequeno núcleo urbano ou sede que exerce também a função de centro comercial, administrativo e de prestação de serviços, em menor escala, atendendo à população local e àquela situada nos distritos e localidade rurais dos municípios. Nos municípios com população superior a 50 mil habitantes, e mesmo em alguns de pequeno porte, a média da população urbana é superior à da população rural, devido à tendência observável na Zona da Mata bem como em outras regiões do país, desde a década de 70, de urbanização e êxodo rural. Apesar disso, nas últimas décadas a população rural permanece superior naqueles municípios que conseguem manter atividades agropecuárias inseridas em mercados locais e/ou regionais relativamente dinâmicos associadas a uma estrutura fundiária marcada pelo predomínio da pequena e média propriedade. De modo geral, essa região é basicamente agropecuária.

pequenas exceções constituídas pelas várzeas. Em uma pesquisa de campo realizada na década de 50, este geógrafo constata que apenas os cumes de algumas elevações ainda possuíam resquícios de mata que, provavelmente, seriam formações secundárias (Valverde, 1958). Atualmente, a maior área contínua de florestas primárias situa-se no interior do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro que, de sua área total de 13.210 hectares, possuiria 1300 hectares de mata nativa (Mello, 2002). Na Zona da Mata como um todo, restam hoje apenas cerca de 7,6% de Mata Atlântica (Dean, 2004).

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) – uma unidade de conservação de proteção integral referente à faixa remanescente de Mata Atlântica aí localizada – foi criado em 1996. O entorno desta unidade de conservação constitui a região com menor concentração fundiária na Zona da Mata, sendo que 97% das propriedades rurais têm menos que 100 ha e 65% são menores que 20 ha (Mello, 2002: 71). A Zona da Mata em si seria a região mineira com estrutura fundiária menos concentrada, com 90,9% dos estabelecimentos na faixa de 0 a 100 ha (Gjorup, 1998: 1).

No processo de discussão para criação do PESB, organizações sociais argumentaram que a predominância de pequenos agricultores, praticantes de atividades de baixo impacto ambiental, teria garantido a preservação de tal área de Mata Atlântica ao longo dos anos. O planejamento desta unidade de conservação se deu de forma participativa, contando com a presença de entidades representantes dos agricultores da região e da sociedade civil de modo geral. Dessa forma, a proposta inicial de criar uma unidade de conservação acima da cota altimétrica dos 1000 metros foi abandonada tendo em vista que deslocaria cerca de 400 famílias que vivem em tal área<sup>3</sup>.

A população residente no entorno do PESB está distribuída em cerca de 54 localidades rurais situadas em nove municípios: Araponga, Divino, Ervália, Fervedouro, Miradouro, Muriaé, Pedra Bonita, Rosário da Limeira e Sericita. A pesquisa de campo foi realizada na localidade de Dom Viçoso, situada no município de Ervália, aos “pés” da Serra do Brigadeiro.

A localidade de Dom Viçoso será abordada principalmente nos próximos capítulos. Neste item do texto, faço referência à região da Serra do Brigadeiro e ao campesinato que estaria nela localizado de modo geral. Dessa forma, considero que algumas características históricas e sócio-culturais dessa área podem nos auxiliar fornecendo um contexto para a etnografia. Isso, contudo, não significa considerar que a história e o modo de vida dos camponeses do distrito de Dom Viçoso poderiam ser tomados como representativos de um campesinato situado em toda a região da Serra. Qualquer generalização para tal região, no que concerne a características de um campesinato aí situado, ainda que possa ser sugerida em alguns pontos deste trabalho,

<sup>3</sup> A respeito desse processo consultar Gjorup (1998).

demandaria uma pesquisa aprofundada, provavelmente de caráter comparativo, envolvendo diferentes localidades rurais, as quais podem apresentar congruências mas são também, e acima de tudo, singulares.

## **1.2.O campesinato**

O fato de haver na região da Serra do Brigadeiro uma estrutura fundiária bastante desconcentrada em si não é sinônimo da existência aí de um campesinato, do mesmo modo como campesinato não se confunde com *agricultura familiar* ou *pequena agricultura*.

Como mostra Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996), a agricultura camponesa é familiar e em geral de pequena escala, no entanto, não é apenas seu caráter familiar e tampouco sua dimensão que determinam sua natureza. Em linhas gerais, a agricultura camponesa seria, segundo a autora, um tipo de agricultura familiar que possui as seguintes especificidades: a) um sistema de produção baseado na associação policultura-pecuária desenvolvido pelos membros da família e que implica em relativa autonomia produtiva e capacidade de decisão na alocação do trabalho familiar (incluindo a possibilidade de trabalho fora do patrimônio familiar enquanto mecanismo alternativo de reprodução social); b) as relações no interior da família têm como referência o *horizonte de gerações*, para além da sobrevivência no presente, não sendo, portanto, uma simples agricultura de subsistência, mas que visa a constituição de um patrimônio; c) à autarcia econômica corresponde uma relativa autonomia da vida social, que se desenrola para além dos laços de parentesco em uma *sociedade de interconhecimento*, em profunda relação com seu território, o lugar de vida e de trabalho.

A economia desenvolvida em grande parte do meio rural na região estudada corresponde ao modelo de agricultura camponesa definido pela autora. No distrito de Dom Viçoso, especificamente, as características desse tipo de economia puderam ser observadas e analisadas por meio da pesquisa etnográfica. Nesse sentido, pode-se afirmar que os moradores do distrito são, em grande parte, agricultores que trabalham a terra contando com mão-de-obra familiar, visando sua reprodução, e possuem uma relativa autonomia do ponto de vista econômico e social. Mas há também moradores do distrito que não têm acesso a terra, não trabalham segundo um sistema familiar de produção ou mesmo que, em alguns casos, não exercem atividades vinculadas à agricultura ou à pecuária. Isto é, há pessoas em Dom Viçoso que dificilmente se enquadrariam em uma definição de camponeses do ponto de vista estritamente econômico.

No entanto, o que se pode perceber pelas características da agricultura camponesa listadas por Wanderley, e como uma série de estudiosos do campesinato tem afirmado, a economia nas

sociedades camponesas é parte de um sistema social mais amplo. Este sistema inclui relações sociais, especialmente relações de parentesco; normas que regulam a conduta, a posse da terra, as relações de trabalho, etc.; preceitos morais; crenças; conhecimentos sobre a natureza; dentre uma série de itens que poderiam ser citados.

A área onde realizei o trabalho de campo constitui um todo relativamente autônomo do ponto de vista sócio-cultural, pois as pessoas que aí vivem partilham de um modo de vida comum ou de um mesmo sistema social, no sentido acima apresentado. Desse modo, a referência para a análise deste caso não poderia ser simplesmente econômica, mas deve compreender a referência efetiva da vida do ponto de vista dos sujeitos dessa pesquisa, isto é, a coletividade em que se inserem. Esta coletividade corresponde ao núcleo de sociabilidade do distrito, situado em sua porção central, em terras que constituem um *patrimônio* ou *terra de santo*. Estas terras são a referência espacial de um modo de ser específico conduzido pelas pessoas que nelas vivem, seu território ou “lugar de vida”, para utilizar os termos de Wanderley (1996).

Nesse sentido, a definição de campesinato, a partir dessa experiência etnográfica, deve ter como dimensão basilar o modo de vida e as referências simbólicas da organização social. Entretanto, não se ignora a economia, antes pelo contrário, mas esta é considerada como uma importante face do sistema social. A partir dessa perspectiva, podemos compreender que algumas categorias de pessoas que aí vivem, as quais não seriam consideradas camponesas de um ponto de vista econômico simplista, na verdade partilham desse mesmo universo social o qual caracterizo como camponês.

Entretanto, não se trata de propor com este trabalho certa definição geral de campesinato, mas buscar a especificidade dessa formação camponesa estudada na região da Serra do Brigadeiro. Como afirma Godói (1999: 145), “a especificidade camponesa não é um problema que se coloca de forma substantiva, mas processual e histórica”. Nesse sentido, considero que o estabelecimento de tipologias para sociedades camponesas ou de conceitos generalizantes nem sempre atende ao que seria a principal preocupação da antropologia – a compreensão da diversidade.

De tal modo, o argumento defendido neste trabalho é que se pode considerar o campesinato como um *tipo* ou *modelo conceitual*, referente a uma ordem sócio-cultural específica, a qual poderia ser definida, dentre outras formas, pelos elementos apresentados anteriormente seguindo a perspectiva de Wanderley (1996). No plano da realidade empírica, há diversas configurações sócio-culturais, com diferenças significativas, mas que podem ser produtivamente analisadas por meio de tal conceito.

Nesse sentido, Wanderley (1996) afirma que no caso brasileiro há diferenças em relação ao conceito clássico de campesinato, mas que podem ser elucidadas pelo recurso à história social do país. De tal modo, a compreensão desta formação social – o campesinato – seria dependente de uma perspectiva que considere a *história*, devido ao fato de que suas peculiaridades, no caso brasileiro, por exemplo, seriam fruto da história social do país. Maria de Nazareth Baudel Wanderley (1996) sugere que a constituição sócio-cultural do campesinato no Brasil deve ser compreendida em face de sua história social no país, e de uma história da agricultura em sentido amplo, o que ainda está em grande parte por se feito<sup>4</sup>.

Pode-se apreender da formulação da autora a necessária complementaridade das perspectivas histórica e de análise sociológica no que concerne ao estudo do campesinato, devido a uma característica marcante dessa formação social: a sua intensa dinâmica. Tal dinâmica ocorre em função das suas relações com o contexto sócio-cultural mais amplo, o que no caso brasileiro tem sido responsável pela fragilidade das condições em que muitas vezes se encontra inserida, mas também devido à capacidade de agência histórica de grupos camponeses.

Essa perspectiva fornece um importante direcionamento para o estudo realizado. Dessa forma, gostaria de enfatizar que a referência a um campesinato na região da Serra do Brigadeiro se apóia em uma abordagem que considera a história e a constituição sócio-cultural das populações rurais aí residentes.

Este trabalho visa, dentre outras coisas, exatamente argumentar pela pertinência da utilização do conceito de campesinato para a análise da realidade social dos agricultores do entorno da Serra do Brigadeiro, desde que se considere que tal conceito está sujeito às particularidades históricas e culturais. Em outras palavras, não se trata de submeter a realidade empírica a uma noção abstrata, considerando os agricultores reais da Serra sob a imagem de um camponês genérico. Trata-se sim de criar um diálogo entre a literatura sobre campesinato e o contexto camponês particular que se estuda a partir dos modos de vida, das relações sociais e da cultura daqueles que ali vivem. Lembrando da discussão de Antônio Cândido a respeito da noção de *caipira* e estabelecendo um paralelo com as indicações do autor:

Como o leitor verá, quando falo nos membros do grupo que estudei, estou, a cada momento, pensando *no caipira*, em geral; e, reciprocamente, quando

---

<sup>4</sup> Segundo a historiadora que, certamente, tem sido a grande responsável pelo esforço em se estabelecer uma linha de estudos na historiografia brasileira a respeito da história agrária – Maria Yedda Leite Linhares – esta “não tem sido a preferida dos historiadores, e tão pouco do grande público. Afinal de contas é uma história sem heróis, sem grandes políticos e sem batalhas. Seus atores são anônimos trabalhadores do campo, escravos do eito, pequenos ocupantes de glebas quase sempre provisórias. São também grandes fazendeiros e latifundiários. Sua vida, no caso brasileiro, tem sido, no entanto, muito mais marcada pela escassez do que pela abundância” (Linhares, 2002: 141).

procuro compor essa abstração metodologicamente útil, a experiência real que a comprova é, sobretudo, a do grupo que estudei (Cândido, 2003: 26).

Os dados apresentados neste capítulo a respeito da constituição histórica do campesinato na Serra do Brigadeiro são em certa medida inferidos do processo de ocupação da terra na Zona da Mata mineira como um todo. A referência à história da Zona da Mata em geral, apesar de suas diferenças micro-regionais, como pretendo demonstrar, justificar-se-ia pela falta de informações a respeito da história da região da Serra especificamente, funcionando, nesse sentido, como um contexto mais amplo a partir do qual se destaca um plano histórico específico<sup>5</sup>. No entanto, esta perspectiva analítica poderia se mostrar insatisfatória, tendo em vista que o processo de ocupação da terra na região da Serra do Brigadeiro teria se dado de forma relativamente peculiar, hipótese que defendo adiante.

Dessa forma, lanço mão da história oral como uma ferramenta metodológica que oferece uma outra perspectiva dessa história regional. Além disso, o recurso à etnografia cumpre o papel neste trabalho de oferecer uma visão alternativa e complementar àquela que toma a historiografia como referência. A utilização tanto da história oral quanto da etnografia neste trabalho não se faz visando preencher o que se poderiam considerar como lacunas da historiografia sobre essa região específica da Zona da Mata. Tais lacunas são significativas em si mesmas e pretendo, antes, que seus significados possam ser revelados.

### ***1.3.História da ocupação da terra na Zona da Mata***

Em 1962, Manoel Pedrosa (1962) refere-se à Zona da Mata como “a zona silenciosa da historiografia mineira”. O silêncio da historiografia a respeito da região da Mata dever-se-ia em parte à sua ocupação tardia em relação ao restante do estado. O modo segundo o qual essa ocupação se realizou no século XIX representaria, segundo o autor, uma verdadeira ruptura para com o passado de Minas Gerais. Acima de tudo, a inexistência de metais preciosos nessa região teria como consequência o desinteresse sobre ela comparativamente à região da mineração até o século XVIII ou mesmo até o início do XIX. Nesse sentido, afirma Pedrosa (1962: 123) a respeito da Zona da Mata, “não sendo conhecida, não tinha história”. Alguns trabalhos na historiografia mineira buscaram resgatar a Zona da Mata de tal limbo de esquecimento, principalmente a partir do final da década de 80 e início de 90, inserindo-se no movimento mais

---

<sup>5</sup> Há uma carência de trabalhos que explorem a fundo a história da ocupação dessa porção da Zona da Mata, sobretudo no que concerne à constituição de sua população rural. Em geral, essa história é abordada de forma indireta em uma série de pesquisas de pós-graduação produzidas, em grande parte, no âmbito da Universidade Federal de Viçosa. Este trabalho não tem a pretensão de ir além de tais esforços.

amplo na historiografia nacional em direção aos estudos regionais e/ou temáticos em detrimento de explicações gerais (Almico et al., 2003).

O esforço aqui empreendido visa uma revisão dessa literatura historiográfica, em grande parte produzida no contexto da história econômica, no que concerne ao processo de ocupação da terra na região da Zona da Mata. Não há, portanto, recurso a fontes primárias e mesmo tal revisão não se pretende exaustiva, o objetivo é apenas refletir a partir daí sobre alguns aspectos da *história social da terra* (Ianni, 1979) que lancem luz sobre a constituição do campesinato na Zona da Mata, sobretudo na região da Serra do Brigadeiro.

Antes, porém, devem-se fazer algumas observações a respeito das lacunas da historiografia mineira sobre a região da Mata. Devido aos motivos enumerados por Pedrosa (1962), a Zona da Mata teria permanecido até o século XIX, em grande parte, isolada de interesses econômicos e, desconhecida, teria quedado sem história. Em primeiro lugar, está ainda por fazer uma etno-história dos povos indígenas que habitavam essa área, que certamente não era desocupada, desconhecida e menos ainda sem história. A inexistência de metais preciosos e a existência de uma densa cobertura vegetal que seria habitada por indígenas considerados “ferozes” poderiam justificar o desinteresse por parte do governo colonial por esta região e mesmo o interesse explícito em mantê-la isolada, para evitar o contrabando de ouro, mas não o desinteresse da historiografia séculos depois. Em segundo lugar, não há clareza sobre diversos pontos da história da ocupação da Zona da Mata e consenso entre os historiadores, sobretudo no que concerne ao século XVIII.

Acredito que essas ainda persistentes lacunas devam-se ao fato de que grande parte dos esforços da historiografia matense tenha-se concentrado no que se considera como seu período característico: o século XIX e início do XX, com a ocupação promovida pela cultura do café. Longe de discordar da real importância da economia cafeeira para a ocupação efetiva da Zona da Mata, gostaria apenas de chamar a atenção para o fato de que esta ocupação se deu de formas diferenciadas segundo importâncias relativas da cultura do café ao longo da região e só foi possível devido a condições que estavam dadas desde o século XVIII. Ademais, este aspecto já foi ressaltado por Almico et. al. (2003).

Em um momento anterior, toda a faixa de densa Mata Atlântica que se estendia entre as bacias dos rios Doce e Paraíba do Sul seria ocupada exclusivamente por povos indígenas. Não há precisão de informações a respeito da origem de tais grupos e a que tronco etno-lingüístico pertenceriam. Warren Dean (2004) sugere que a ocupação das terras litorâneas pelos portugueses, desde o século XVI, teria feito com que alguns grupos indígenas se retirassem para o interior do continente. Uma das direções que poderiam ter sido tomadas por povos indígenas

em processo de migração conduziria à região da Serra da Mantiqueira. Os grupos aí estabelecidos, que permaneceriam predominantes até o século XIX, seriam de origem tupi.

Paulo Mercadante (1973) refere-se às “populações gentílicas” ocupantes da região denominada “Sertões do Leste” como pertencentes ao grupo Jê. Estas teriam migrado da região oeste, próxima ao Rio São Francisco, em direção à faixa costeira onde teriam entrado em conflito com grupos tupis e, retornando ao interior, teriam se fixado na área da atual Zona da Mata.

Blasenheim (1982) afirma que os ameríndios habitantes da área onde hoje se encontra a Zona da Mata seriam descendentes dos Goitacás, provenientes da região litorânea correspondente aos estados do Espírito Santo e do Rio de Janeiro. Segundo o historiador, não há precisão quanto à data e dimensões dessa migração, mas como outros autores, ele concorda que esta teria ocorrido em função da fuga do domínio português no litoral e, possivelmente, teria se dado ao longo do século XVII e início do XVIII.

É provável que tal população tenha permanecido praticamente isolada do contato com brancos até meados do século XVIII e mesmo depois, em regiões de difícil acesso. Estes indígenas teriam se diferenciado, depois de estabelecidos na região, em três grupos: os Coropó que habitariam a região próxima ao rio Pomba, os Coroado que ocupariam a região entre as atuais cidades de Ubá e Cataguases, e os Puri que ocupariam toda a região ao norte passando pela faixa leste até a região da atual Leopoldina, sendo encontrados também alguns grupos mais ao sul da Zona da Mata.

Estes grupos eram considerados hostis aos portugueses, sobretudo os Coropó que viveriam também em estado de guerra contra grupos Puri. A natureza era vista como sendo também hostil nesta região, com suas matas e cadeias de montanhas praticamente intransponíveis. Somando-se a esta imagem o fato da descoberta de ouro na região central do estado no final do século XVII, a atual Zona da Mata foi denominada então “Áreas Proibidas” (Mercadante, 1973).

Os “Sertões do Leste”, ou “Áreas Proibidas” foram considerados pela Coroa portuguesa, a partir do final do século XVII e principalmente a partir do XVIII, como uma importante barreira natural entre a região das minas e a região dos portos. Nesse sentido, toda essa área deveria permanecer isolada a fim de evitar os “descaminhos do ouro”, ou seja, seu contrabando. Por volta de 1710 são promulgados diversos decretos pela Coroa proibindo a doação de sesmarias e o estabelecimento de assentamentos na região de florestas ao sul de Ouro Preto (Blasenheim, 1982: 21). Com tais medidas, a região teria permanecido habitada quase que exclusivamente por grupos indígenas que teriam, de tal modo, sido preservados por muito tempo do contato com brancos.

No entanto, em 1701 o bandeirante Garcia Rodrigues Paes recebe autorização da Coroa para abrir um caminho entre a região de Ouro Preto e a região de portos no Rio de Janeiro. Esse caminho, construído com o propósito de abastecer a região mineradora e escoar o ouro ficou conhecido como *Caminho Novo*, passando pelas áreas das atuais cidades de Juiz de Fora e Matias Barbosa. Uma vez estabelecido o Caminho, foram doadas sesmarias ao longo deste para Garcia Paes e alguns familiares. Estes iniciariam a colonização desta região com a construção de *ranchos* e instalação das primeiras fazendas para produção de gêneros alimentícios que atenderiam aos tropeiros.

Esta primeira iniciativa de povoamento restringiu-se à porção sul da Zona da Mata, permanecendo seu restante relativamente isolado ainda por algum tempo. Com a decadência do ouro já em fins do século XVIII são revogados os decretos da Coroa que visavam evitar o contrabando e são concedidas sesmarias a partir de 1805. É provável que anteriormente a este período tenha havido incursões em toda a área da Zona da Mata feitas por “faiscadores” à procura de ouro de aluvião. Não há sequer consenso sobre a existência de algumas de tais expedições, de todo modo estas não teriam deixado núcleos de povoamento, ainda que contribuíssem, com o fornecimento de informações para a futura ocupação da área.

A doação de sesmarias no início do século XIX possibilitaria a formação de algumas unidades de produção visando o consumo interno, as quais seriam controladas, em geral, por famílias oriundas da região mineradora decadente. Contudo, um contingente migratório de maior escala proveniente de tal região, sobretudo formado por escravos, chegaria à Zona da Mata somente algumas décadas depois, com o desenvolvimento da cafeeira.

Entretanto, não se poderia dizer que a ocupação da Zona da Mata teria iniciado com as fazendas de café. Almico et. al. (2003) defendem a perspectiva segundo a qual o povoamento da Zona da Mata teria ocorrido ainda no século XVIII de três formas diferenciadas. A primeira corresponde à ocupação promovida pela abertura do Caminho Novo, já “consagrada” pela historiografia. A segunda forma de povoamento teria se dado a partir de meados do século XVIII na área central da Zona da Mata, como resultado da política pombalina de integração dos índios à sociedade luso-brasileira. Destacam-se nesse período missionários e “pacificadores” de índios, a exemplo do padre Manuel de Jesus Maria cuja obra teve seguimento com Thomas Guido Malière a partir de 1813. A terceira leva de ocupação teria se dado mais à nordeste e estaria ligada às trocas realizadas com índios Puri, que recebiam manufaturas por poaia e outros produtos de extração vegetal. A poaia ou ipecacuanha, uma planta medicinal, seria o único produto nativo da Mata Atlântica convertido em importante elemento do comércio exterior nesse período (Dean, 2004: 147).

No início do século XIX, o café é introduzido na província mineira pelo vale do Rio Paraíba iniciando um novo ciclo econômico. No entanto, como afirma Blasenheim (1982: 32), até 1870 a Zona da Mata permanece uma zona de fronteira, à medida que o café se desloca de sua porção sul em direção ao norte, onde ainda haviam povos indígenas dispersos e pequenos povoamentos.

A economia mineira do século XIX, anteriormente ao período de maior expansão do café, de modo geral, caracterizar-se-ia, segundo Ana Lanna (1989: 25) por “uma grande diversidade, auto-suficiência econômica, não integração entre as regiões produtoras e isolamento dos mercados externos”. Conjuntamente, Minas possuiria nesse século a maior população escrava do Brasil, apesar de não predominarem as atividades voltadas para a exportação internacional. Segundo a autora (Lanna, 1989: 25), há um relativo vazio na historiografia nacional sobre regiões onde não predominaram as grandes atividades exportadoras, devido a uma concepção de que a chamada “atividade de subsistência” teria um papel secundário, dependente da economia voltada para o mercado externo. Em uma crítica a essa perspectiva, Lanna (1989) chama a atenção para o fato de que Minas Gerais inscrevia-se, ainda que de maneira peculiar, no sistema econômico escravista brasileiro, organizado pela empresa mercantil.

A produção de café no Brasil em escala comercial inicia-se na região do Vale do rio Paraíba. Esta era organizada segundo um modelo de agricultura itinerante e predatória que muito contribuiu para a degradação da Mata Atlântica nessa área. Com o rápido esgotamento das terras na região cafeeira fluminense, a fronteira avança em direção à Zona da Mata mineira via vale do rio Paraíba, afluente do Paraíba. Até a década de 30 do século XIX, o café já era uma importante cultura na Zona da Mata, mas se restringia ainda a sua porção sul. Desde o início, a economia cafeeira em Minas foi organizada exatamente nos mesmos moldes daquela praticada no estado do Rio de Janeiro, com mão-de-obra escrava e uma agricultura predatória em grande escala visando o mercado externo. Do mesmo modo, foram transpostos para Minas os padrões sócio-culturais da região cafeeira fluminense.

Produz-se, então, uma imagem peculiar a respeito da Zona da Mata, bem representada por Pedrosa (1962: 122) quando afirma que ela teria surgido com o século XIX e refletiria todas as suas características, como:

[...] o liberalismo econômico, a independência individual, ou melhor, o individualismo, a iniciativa privada, a crença no progresso, o progresso material trazido pela máquina a vapor e pela eletricidade, o ecletismo do estilo arquitetônico e outras manifestações de uma mentalidade com tendência a romper com o estabelecido até o fim da centúria anterior

Esta é uma visão otimista de ruptura com o passado histórico das minas, oposta a outra perspectiva que consideraria a “pobreza cultural” da Zona da Mata por comparação à região mineradora e ao barroco do século anterior. No entanto, esta imagem limita a ocupação da região ao século XIX e é fruto de uma concepção de povoamento ligada à urbanização e “civilização”, restringindo a Zona da Mata à sua porção mais ao sul que refletiria o restante da área.

De outra perspectiva, deve-se considerar que o café avançou sobre a fronteira agrícola que a Zona da Mata como um todo representou até por volta de 1890, estando associado a diferentes configurações sócio-econômicas ao longo da região. Partindo da região sul, no vale do rio Paraibuna, o café deslocou-se inicialmente em direção norte pelo vale do rio Pomba, sendo que até meados do século XIX a área central da Zona da Mata já contava com uma significativa produção de café. As áreas mais ao norte da região eram ainda de difícil acesso, limitando o avanço do café já que sua produção dependeria da possibilidade de escoamento para os portos do Rio de Janeiro. Essa dificuldade foi contornada por volta da metade dos oitocentos, com o início da construção da malha ferroviária. A partir daí, o café teve a possibilidade de se expandir para o restante da Zona da Mata, incluindo suas porções norte, nordeste e noroeste, o que ocorre até a década de 1890, quando elimina praticamente toda a cobertura florestal da região.

A lavoura de café nesse momento se estabelece, pois, sobre as bases da grande propriedade e da mão-de-obra escrava. Com o fim da escravidão que se torna iminente em 1871, os cafeicultores da Mata defendem uma transição gradual para o trabalho livre, que deveria se basear na mão-de-obra de trabalhadores nacionais e não na de imigrantes como queriam os paulistas<sup>6</sup>.

Nesse sentido, a participação de imigrantes europeus e o regime de *colonato* não foram significativos para o modelo de produção de café adotado nessa área. Após a abolição da escravidão, as relações de trabalho na região cafeeira da Zona da Mata se organizam em torno de três tipos: a *meação*, sobretudo através do parceiro, trabalhador fixo nas fazendas; o *trabalho assalariado temporário*, garantido por migrações sazonais internas; e menos significativa, a *colonização*, representada por proprietários de pequenos lotes reunidos em núcleos, em boa medida compostos por “nacionais” (Lanna, 1989: 74). Mudam, portanto, o modelo de relações de trabalho, mas a grande propriedade permanece predominante e a base da cafeicultura na Mata. Com isso, não se pretende afirmar que não houvessem pequenas propriedades, constituídas, possivelmente, ainda no século XVIII. No entanto, estas seriam, por um lado, acessórias à fazenda de café, dedicando-se principalmente à produção de gêneros alimentícios e, por outro lado, subordinadas a esta, política e economicamente.

<sup>6</sup> A respeito da organização da produção cafeeira e das relações de trabalho no estado de São Paulo consultar Stolcke (1986).

A expansão da cafeicultura mineira em um período de tempo relativamente breve, teria gerado duas ordens de tensões, segundo Lanna (1989). Em primeiro lugar havia tensões entre a Zona da Mata e as demais regiões da província em termos de disputas político-econômicas. Em segundo lugar, havia uma grande evasão de divisas, geradas pelo café, para o Rio de Janeiro por meio de impostos. Tentou-se solucionar tais tensões por meio da criação de Belo Horizonte, como uma capital unificadora do mosaico econômico e político mineiro<sup>7</sup>. Deve-se ressaltar que a Zona da Mata era responsável, em torno de 1890, por mais de 60% da arrecadação estadual; no entanto, como lembra Lanna (1989), apesar de importante no cenário mineiro, a região nunca ocupou posição de destaque em termos da economia cafeeira nacional, que no final do século XIX já era dominada pela produção do oeste paulista.

Nessa mesma época ocorre o que Blasenheim (1982) denomina o “*boom do café*”, que perdura até 1897. As possibilidades de lucro que os investimentos em café ofereciam neste momento teriam feito com que grande parte das terras fosse destinada a essa cultura e gêneros alimentícios tivessem que ser importados, contrariando uma tendência anterior de auto-subsistência na região. Este quadro encaminha uma crise de superprodução por volta de 1898, acompanhada de um esgotamento dos solos das lavouras mais ao sul da região.

Os anos entre 1897 e 1906, segundo Blasenheim (1982: 204), representariam o período de crise da economia cafeeira e o início do redirecionamento econômico na Zona da Mata, com a diversificação da produção agrícola e introdução da pecuária leiteira em nível comercial. Acredito que as dimensões desse momento de crise devam ser relativizadas, considerando-se toda a Zona da Mata. Em sua porção mais ao norte, a produção de café encontrava-se em fase de expansão, tendo em vista que as terras estavam sendo recentemente desmatadas para dar lugar à lavoura e ainda não se haviam desgastado. A existência de uma crise que conduzisse a dificuldades para comercialização do produto em um mercado mais amplo pode ter levado a uma diversificação da produção agrícola que não implicasse em abandono por completo da lavoura de café. Situação muito diversa parece ter sido a da porção sul e, em alguma medida, da região central da Zona da Mata. Nestes locais, o solo já se encontrava desgastado por anos de agricultura predatória no momento em que irrompe a crise. Mesmo as áreas de mata interiores às fazendas de café já haviam sido convertidas em terras para a lavoura, não havendo possibilidade, em muitos casos, sequer de sua utilização para outras atividades agrícolas de forma rentável. Com isso, o café deu lugar a pastagens para criação de gado leiteiro.

No início do século XX, a Zona da Mata ainda era uma importante área cafeeicultora. Após uma série de crises ao longo de tal século e uma longa fase de estagnação econômica, a produção cafeeira da Zona da Mata é superada pela do Sul de Minas no início da década de 60.

---

<sup>7</sup> A noção de *mosaico mineiro* é de John Wirth (1982).

As razões dessa mudança devem ser buscadas inicialmente no deslocamento do café da Zona da Mata para o oeste de São Paulo e Paraná, ainda no século XIX. Esse cenário permanece até a década de 60 do século XX quando é definido o Programa de Erradicação de Cafezais, em nível nacional, sob responsabilidade do IBC (Instituto Brasileiro do Café). Nesse período os cafezais da Mata já se encontravam relativamente esgotados. Muitos cafezais foram então erradicados na Zona da Mata e a fronteira agrícola do café descola-se em direção ao Sul de Minas. Esta mesorregião passa então a dominar a produção estatal, fazendo com que Minas volte a ser o maior produtor nacional de café. Nos anos de 1969 e 1970 é definido um novo plano para a cafeicultura pelo IBC – o Plano Nacional de Revigoração e Renovação de Cafezais – quando a Zona da Mata experimenta um novo crescimento neste setor (Andrade,1994).

Atualmente, a cultura de café é predominante em suas porções norte, nordeste e noroeste, sendo aí o principal produto comercial. No entanto, não é exclusivo, pois se conjuga a produção de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar, dentre outros gêneros agrícolas, e à pecuária. A região central foi um importante centro fumageiro e de produção açucareira até a década de 80, sendo que com sua decadência outras atividades, principalmente industriais, tomam a frente da economia local. Na parte sul da Zona da Mata, desde a decadência do café por esgotamento de terras tem-se desenvolvido a pecuária leiteira predominantemente. Nota-se, portanto, que a economia da Zona da Mata é hoje basicamente agropecuária e bastante diversificada, ainda que o quadro apresentado não demonstre particularidades locais<sup>8</sup>. De forma similar, poder-se-ia dizer que esta demarcação arbitrária do espaço que é a Zona da Mata abriga uma diversidade de formações sócio-culturais, dentre as quais um importante núcleo camponês em sua porção noroeste, na região da Serra do Brigadeiro, cuja constituição é abordada mais especificamente no item seguinte.

#### ***1.4.A constituição do campesinato na região da Serra do Brigadeiro***

A origem histórica do campesinato na região da Serra do Brigadeiro pode ser considerada recente, tendo em vista que esta foi a última área a ser alvo de ocupação branca em toda a Zona da Mata, remontando a finais do século XIX. Até então, esta área teria sido ocupada predominantemente por índios Puri, excetuando-se possíveis núcleos de povoamento de brancos, provavelmente de pequena escala. Estes teriam se formado no século XVIII seja a partir da procura de ouro, encontrado em quantidades não muito significativas em alguns locais,

---

<sup>8</sup> Excetuam-se apenas alguns centros industriais, dos quais o mais significativo é Juiz de Fora. Quanto à rede comercial e de prestação de serviços, em boa medida visa ao atendimento de setores direta ou indiretamente ligados à agropecuária.

seja como pontos de troca com indígenas de produtos do extrativismo, sobretudo a poaia (Dean, 2004) <sup>9</sup>. Em ambos os casos, estes núcleos de povoamento seriam extremamente instáveis, podendo ter se reduzido ou extinguido com a escassez dos produtos a que se associavam.

Além disso, há registros de doação de sesmarias nesta área no início do século XIX e mesmo, em alguns casos, ainda no século XVIII. A doação de sesmarias inauguraria a época de instalação da grande propriedade, no entanto, esta não propiciou a ocupação sistemática da região, pouco viável economicamente devido a seu isolamento até finais do século XIX. Com isso, haveria espaço para o surgimento de pequenos núcleos camponeses, ou mesmo famílias relativamente dispersas ao longo da área das “serras”.

O contingente indígena, quando não exterminado, parece ter sido assimilado à população com o avanço da frente colonizadora a partir de meados do século XIX. Nesse sentido, o campesinato que se forma em tal região, subseqüentemente, teria uma forte ligação com um componente étnico indígena. Essa característica é relativamente destoante do contexto da Zona da Mata como um todo. A Zona da Mata seria ocupada por povos indígenas em toda sua extensão até início do século XIX, quando ainda era considerada “área proibida”. A política de isolamento dessa área teria favorecido a permanência de uma vasta população indígena. No entanto, ainda em inícios do século XIX, a fronteira agrícola do café avança sobre a Zona da Mata a partir de sua porção sul. Na área central, desde meados do século XVIII estabeleceram-se missões para “civilização” dos grupos indígenas. A área ao norte da Zona da Mata, contudo, permanece relativamente isolada até a introdução da cafeicultura acompanhada da ferrovia por volta de 1880, sobretudo a região mais alta, nas proximidades das Serra do Brigadeiro, que deve ter fornecido importante refúgio para alguns grupos indígenas remanescentes. Estes teriam sido, a partir daí, incorporados à população local como mão-de-obra para as fazendas que “sobem as serras”, onde o café encontra condições ambientais mais propícias a seu cultivo.

O café representaria a inserção dessa região em uma economia de mercado. No entanto, ele só se estabelece tardiamente, em fins do XIX, quando a produção da Mata em geral e do Vale do Paraíba encontra-se em decadência e a do Oeste paulista em franca expansão. O café da região norte da Mata certamente não encontraria condições de concorrer com o café paulista e acabou se desenvolvendo sobre bases menos capitalizadas do que aquelas que sustentavam esta economia. Haveria a formação inicialmente de propriedades relativamente extensas para os parâmetros locais, sobretudo no final do XIX e início do XX, mas estas coexistiriam com as pequenas propriedades camponesas, as quais passam também a produzir café em alguns casos, em pequena escala.

---

<sup>9</sup> Ter-se-ia encontrado ouro, por exemplo, onde hoje se encontra o município de Araponga.

A cafeicultura chega à região da Serra do Brigadeiro nos mesmos moldes em que se desenvolve em toda a Zona da Mata – baseada na grande propriedade, conduzida de forma exploratória, contando com mão-de-obra escrava. Com o fim breve da escravidão, as relações de trabalho têm de ser reorganizadas incorporando provavelmente o que então se considerava como “nacionais”, em sua maioria, indígenas “assimilados”, escravos libertos e “mestiços”. Tais relações se reorganizam, principalmente, a partir da parceria agrícola e do trabalho assalariado. Desde então, a formação de um campesinato nesta região e sua dinâmica histórica estão predominantemente associadas à cafeicultura, com seus avanços e períodos de retração constantes.

Este campesinato seria composto, em parte, por pequenos proprietários, em alguns casos anteriores mesmo ao advento do café, como já sugerido. As pequenas propriedades de caráter familiar seriam constituídas em torno de uma produção agrícola de autoconsumo e destinada à manutenção das fazendas, sendo acessórias e subordinadas a estas e produzindo café em alguns casos. Nesse sentido, não haveria uma competição entre esses dois níveis da propriedade fundiária no que concerne à produção de café e outros gêneros, mas antes uma simbiose. No entanto, tais pequenas propriedades teriam sua reprodução social ameaçada pelo avanço das fazendas nos momentos de expansão econômica da cafeicultura e teriam tido a possibilidade de subsistir com a crise do café no início do século XX.

No citado período, o café já perdera ares de monocultura na porção sul da Zona da Mata, devido ao momento de crise que se iniciara por volta de 1897, o que levava a desagregação, em alguns casos, de muitas fazendas. Contudo, na região da Serra do Brigadeiro a grande propriedade ainda seria relativamente dominante. Em um relatório produzido em 1906, como produto de uma visita instrutiva à região, a serviço do governo nacional, Carlos Prates descreve a paisagem rural dominada pela grande propriedade decadente, mas que ainda não se desagregara:

Accresce ainda que seus filhos se criaram à sombra do cafeeiro, e será difícil que se esqueçam do benefício que este lhes tem proporcionado. Não creio, porém, que com os preços actuaes do café, a grande lavoura possa subsistir, e é já um indício de seu desaparecimento o modo geralmente seguido pelos lavradores da divisão dos cafezaes em lotes, que pelo systema de meiação são entregues aos chamados colonos. Será a pequena lavoura, resultante da subdivisão do sólo, que assegurará futuramente a constancia da producção. Esta transformação, porém, ha de operar-se muito lentamente pelo obstaculo que lhe

opõe a pouca vontade que, geralmente, mostram os actuaes fazendeiros de subdividirem, para alienar, as suas propriedades (Prates,1906: 134)<sup>10</sup>.

Em um momento posterior, já na década de 50, um estudo de campo conduzido por Orlando Valverde (1958) em quase toda a Zona da Mata, inclusive na região noroeste, indica a predominância ainda neste momento da grande propriedade, contrariando, em certo sentido, as expectativas de Prates no início do século a respeito de sua breve desagregação. Valverde identifica diferentes paisagens na Zona da Mata correspondentes a diversos modos de ocupação sócio-econômica, as quais ele classifica em “zonas”. Na região da Serra do Brigadeiro haveria duas áreas distintas: a leste da serra estaria localizada a “Zona dos sitiantes”, onde predominavam as pequenas propriedades formadas, provavelmente, pelo fracionamento das fazendas de café devido à crise do início do século; a oeste da serra estaria localizada uma das “zonas cafeeiras”, a qual o autor denomina “subzona de Ervália”, onde imperaria o latifúndio, não havendo sitiantes e onde “as condições econômicas dos trabalhadores rurais são de extrema miséria” (Valverde, 1958: 57). A região onde a pesquisa de campo foi realizada corresponde à “subzona de Ervália” referida pelo geógrafo, nesse sentido detenho a atenção sobre ela. Em uma análise bastante acurada do panorama agrário de tal região para meados do século XX e em uma crítica à análise anteriormente feita por Carlos Prates, Valverde (1958: 35-36) assim se expressa:

A fim de pôr termo ao regime da “meia”, Prates sugere “o estabelecimento, em diversos pontos, de núcleos coloniais modestos para fornecer braços à grande lavoura do café, evitando-se o mau sistema geralmente adotado no estabelecimento do colono como meeiro do café e com direito a cultivar, para si, cereais no meio do cafèzal que lhe é entregue”. Este é um raciocínio muito corrente ainda hoje no Brasil, que, a pretexto de salvar uma lavoura valorizada, o que faz, na realidade, é pôr à disposição dos senhores da terra um mercado de mão-de-obra a preço vil, em detrimento da constituição de uma classe média pujante e bem organizada. De fato, que se poderá esperar de “núcleos coloniais modestos” perdidos no meio de um oceano de latifúndios e onde tôda a estrutura econômica e política está organizada para servir a estes? Punido por dificuldades econômicas, muito em breve o pequeno proprietário será levado a alugar a sua fôrça de trabalho pelo preço que lhe imponham os fazendeiros da região. O futuro de seus descendentes não seria mais brilhante, pois a partilha da

---

<sup>10</sup> Foi mantida a grafia original do texto de Prates (1906).

propriedade por herança levaria forçosamente à formação de minifúndios ou à perda da propriedade por parte do colono que iria engrossar a nossa multidão de trabalhadores rurais sem terra. Tais áreas de minifúndios têm sido formadas ao lado de domínios de *plantations*, em várias partes do Brasil<sup>11</sup>.

De acordo com Valverde, portanto, o campesinato nessa região teria se constituído em relação à grande fazenda de café de algumas formas particulares. Em primeiro lugar, haveria as pequenas propriedades camponesas, em alguns casos anteriores à introdução do café na região, e que teriam se convertido a partir daí em acessórias e subordinadas ao latifúndio, tanto economicamente, por meio da produção de alimentos, quanto social e politicamente, por meio do estabelecimento de laços pessoais, como no *compadrio*, fornecendo a base do poderio político das elites cafeicultoras locais. Essas pequenas propriedades familiares encontrar-se-iam em situação precária devido a seu modo de articulação com a grande propriedade, sendo a reprodução do patrimônio familiar dependente das diferentes formas assumidas por essa relação ao longo do tempo, como fica evidente no relato de Valverde para a metade do século XX.

Com a sucessão de crises da cafeicultura ao longo do século XX e, sobretudo, com a perda da importância dessa cultura em comparação com outras regiões de Minas a partir da década de 60, essas propriedades de menor porte devem ter conseguido alcançar uma estabilidade relativa nos últimos anos, ao menos em algumas regiões. Paralelamente, as propriedades de grande porte teriam se fragmentado devido às crises econômicas e divisões por herança. As pequenas e médias propriedades seriam hoje responsáveis por boa parte da produção de café contando com o trabalho familiar, predominantemente, em pequenas lavouras na região noroeste da Zona da Mata. Por outro lado, deve-se considerar a possibilidade de que tais pequenas propriedades tenham se fragmentado, e continuem se fragmentando, devido a sucessivas divisões por herança chegando a uma situação limite que impossibilitaria, em alguns casos, a reprodução da unidade familiar atualmente.

Em segundo lugar, a produção cafeeira nas propriedades de maior porte se organiza com o fim da escravidão de duas formas principais: a parceria agrícola e o trabalho assalariado, como referido em outro ponto deste trabalho. De tal modo, algumas famílias de agricultores foram incorporadas à fazenda de café como *parceiros* ou agregados, ou seja, moradores fixos em porções de terra da propriedade, responsáveis pela produção de alimentos, como milho e feijão, dos quais recebem uma parte. Além disso, estas famílias são responsáveis pelo cultivo do café ao longo dos anos, como no plantio, capinas e cuidados com as plantações, em geral.

---

<sup>11</sup> Foi mantida a grafia original do texto de Valverde (1958).

Como uma modalidade de trabalho livre, a parceria é ainda hoje predominante na região. Porém, com a decadência de muitas das grandes propriedades locais, sua fragmentação ou mudança das atividades agrícolas para a pecuária, em geral a parceria não mais se associa à grande propriedade. A parceria hoje é desenvolvida em propriedades de pequeno e médio porte e por agricultores que, muitas vezes, não moram na propriedade que cultivam.

No sistema de parceria, a família encontra-se em uma situação potencialmente precária de formação econômica camponesa. Primeiramente, o acesso à terra é parcial, o que implica na situação, como se ouve frequentemente na região, em que “na terra dos outros trabalha a vida inteira e não consegue juntar quase nada”. Ou seja, a constituição de um patrimônio familiar projetado em um horizonte de gerações – condição definidora do campesinato – é ameaçada, pois há a necessidade de muito trabalho, frequentemente de toda a família, que é convertido em um produto menor, devido à sua divisão com o dono da terra, que nos casos em que a família trabalha em sua propriedade. Em segundo lugar, a definição do tempo despedido em cada atividade produtiva e a alocação da mão-de-obra familiar também não é feita livremente pelos parceiros. Isso limita a autarcia relativa da unidade familiar e a possibilidade de adoção de estratégias alternativas de reprodução social por alguns membros da família. Além disso, há a possibilidade de rompimento do vínculo de parceria e nos casos de venda da propriedade os parceiros ficam sujeitos às intenções do novo responsável pela produção. Nesse sentido, o acesso à terra é condição para o estabelecimento de uma formação camponesa em sentido pleno e é definido como projeto familiar em grande parte dos casos de parceiros, que sonham em conseguir sua terra, para eles sinônimo de liberdade.

No caso dos *trabalhadores assalariados*, estes geralmente vivem nas fazendas como empregados, cuidando do gado e/ou da produção agrícola. No entanto, nem todos estes trabalhadores são realmente assalariados, como no caso daqueles que são *contratados* ou *temporários*. Estes não recebem um salário e não possuem vínculo empregatício, mas são pagos por produção ou pela execução de certas tarefas. Tais trabalhadores muitas vezes vivem nas cidades ou nos núcleos de povoamento da zona rural e se empregam em atividades diversas e temporárias, como a colheita de café, por exemplo.

Esta modalidade de trabalho é utilizada com frequência em atividades que demandam uma maior mão-de-obra, que não poderia ser suprida apenas pelas famílias de parceiros. A principal delas é a colheita de café. A colheita é feita no inverno local, quando o café amadurece nas plantações e acontece, geralmente, entre os meses de maio e setembro, com variações entre as “terras baixas” onde a colheita começa e termina antes e as “terras altas”, mais frias, onde a colheita começa e termina depois. Esta atividade, também referida como “apanhar café” ou “panha de café” conta com a mão-de-obra dos “companheiros” ou “jornaleiros”, contratados

por um valor estabelecido por unidade de produção individual. Estes trabalhadores são homens e mulheres, com uma faixa etária que vai dos bastante jovens aos mais velhos, e são arregimentados dentre os contingentes da população de baixa renda das cidades próximas, dentre os moradores dos distritos rurais e dentre as famílias residentes nas fazendas. D’Incao (1983: 120) analisa a realidade desses trabalhadores volantes na agricultura considerando que a escassez de oportunidades de trabalho associada à necessidade de trabalhar para sobreviver, garante ao empregador a possibilidade de contar com o trabalho do “bóia-fria”.

É importante ressaltar que a parceria e o trabalho assalariado e temporário guardam diferenças significativas entre si com relação às formas de organização do trabalho, de acesso à terra (parcial no primeiro caso e inexistente no segundo) e, portanto, estariam diferentemente distantes do conceito de campesinato. No entanto, mais que considerá-las como formações sociais distintas, refiro-me a elas no contexto de um mesmo universo social, o qual é definido pela cafeicultura nesta porção da Zona da Mata.

Neste universo que se define em termos mais que estritamente econômicos, mas sócio-culturais, estas modalidades de trabalho são complementares e estão, de formas diversas, associadas ao campesinato local. No caso dos parceiros, argumento que estes compõem um campesinato em uma situação bastante instável devido a sua dependência para com o proprietário da terra. Além do trabalho na colheita ser também uma atribuição daqueles que como parceiros “tocam uma lavoura”, o trabalho assalariado ou temporário de membros da família na colheita de café, dentre outras atividades, funciona como uma forma de acesso à renda. Nesse sentido, o trabalho assalariado e temporário no momento da colheita, por exemplo, pode funcionar como um mecanismo de reprodução social complementar desse campesinato em situação relativamente precária.

Por outro lado, o contingente de trabalhadores da colheita é composto por moradores das áreas rurais que não têm terra e não trabalham à meia, representando uma situação limite do campesinato que se aproxima do proletariado rural. E, além disso, grande parte dos trabalhadores da colheita reside nas áreas urbanas. Estes, muitas vezes, residiam no meio rural, mas migraram em busca de trabalho em atividades urbanas como as de pedreiros, domésticas, balconistas, etc, devido à extrema precariedade em que viviam no meio rural. Tais trabalhadores vivem normalmente nas periferias das cidades da Zona da Mata, onde é comum ouvir-se a referência à vida na “roça”, ou seja, na área rural, como sendo “muito difícil, com um trabalho que não acaba e não se vê dinheiro”, motivo que justificaria a migração em alguns casos.

Portanto, a constituição histórica do campesinato nesta região da Zona da Mata ocorre principalmente em relação à cafeicultura e segundo uma dinâmica de oscilação entre

modalidades mais bem estabelecidas ou mais precárias economicamente, dentre as quais as mais significativas são as seguintes.

Em primeiro lugar, há as propriedades familiares propriamente camponesas que, além de produtos para sua subsistência, em geral produzem café, cultivo por meio do qual se inserem no mercado, o que longe de indicar a sua “descampesinização” tem se mostrado essencial para sua reprodução. No entanto, estas pequenas propriedades estariam em uma situação precária devido: 1) aos limites impostos à sua perpetuação pela sucessão geracional, ou seja, a fragmentação pela herança acompanhada no contexto local do fechamento das fronteiras ainda no século XIX, isto é, não há terras livres para expansão das propriedades; 2) à instabilidade de um sistema econômico dependente da cafeicultura, cultivo sujeito a muitas flutuações de mercado e que por características naturais tem uma produção elevada em um ano e baixa em outro. Esse fator implica em falta de recursos para investimentos na lavoura e impossibilidade de estratégias para uma melhor comercialização do café por parte dos pequenos proprietários que muitas vezes não tem reservas de capital.

Em segundo lugar, há os parceiros, principalmente meeiros, que além de cultivar gêneros alimentares à meia “tocam lavoura de café à meia”, com um acesso parcial à terra. Nesse sentido tem sua manutenção comprometida devido a sua dependência para com os sucessos ou insucessos da propriedade a que se associam, com limitadas possibilidades de estratégias alternativas de reprodução.

E, por último, há os trabalhadores assalariados ou temporários que não corresponderiam exatamente a uma forma de campesinato, em termos econômicos, dentre outros motivos, pois não há mais uma associação familiar de trabalho e uma dimensão de horizonte geracional. Contudo, estes devem ser considerados nesse contexto como o limite da precariedade camponesa e/ou como uma estratégia de reprodução social por parte de alguns membros de famílias de parceiros.

Além disso, muitas das grandes propriedades se fragmentam devido a crises e divisões por herança, as terras desmatadas se esgotam rapidamente sendo inadequadas para produção de café de forma rentável em uma escala comercial maior, conduzindo, nos últimos anos, à predominância de pequenas propriedades com uma inserção, sobretudo, nos mercados locais das cidades da região que funcionam como entrepostos para o café. Estas relativamente pequenas propriedades, no entanto, não são necessariamente camponesas, podendo corresponder ao que se considera no discurso local como “fazendas”. Portanto, poder-se-ia dizer que ocorre nesta área específica da Zona da Mata um processo contínuo de retração e dilatação da população camponesa ao longo da história.

A variabilidade da população camponesa e a oscilação entre as citadas modalidades de organização do trabalho e organização sócio-econômica, em sentido mais amplo, ao longo da história local não devem significar a inexistência de um patrimônio sócio-cultural produzido historicamente. Nesse sentido, argumento que um fator essencial para uma análise desse campesinato é exatamente o sistema sócio-cultural, considerado em uma dimensão histórica. De tal modo, a própria mudança deve ser considerada não apenas como algo dado, mas como uma dimensão formulada por essa “cultura camponesa”, a qual passo a discutir tendo em vista a análise de uma localidade camponesa específica— o distrito de Dom Viçoso.

## 2. O patrimônio do distrito de Dom Viçoso

Este capítulo apresenta o distrito de Dom Viçoso. Este distrito tem como núcleo um *patrimônio* ou *terra de santo* onde se realizou a pesquisa de campo. Discute-se a relação entre a noção de patrimônio tal como é concebida pelos agricultores e em sua utilização na antropologia referindo-se a uma forma específica de territorialidade. Nesse sentido, busca-se compreender o modo como os agricultores constroem, com o auxílio de sua memória, o “patrimônio” enquanto expressão de sua territorialidade e de sua sociabilidade, tanto em termo objetivos quanto simbólicos.

### 2.1. O distrito e o patrimônio

O distrito de Dom Viçoso, uma das divisões administrativas do município de Ervália, localiza-se na região nordeste deste, a cerca de vinte e quatro quilômetros de sua sede. Os limites a nordeste do município de Ervália são definidos pela Serra do Brigadeiro, coincidindo em parte com aqueles do distrito de Dom Viçoso que tem ao norte o município de Araponga e a leste o de Miradouro. O distrito abarca um núcleo central, o qual corresponde a um *patrimônio* ou *terra de santo*, “terrenos” circundantes e uma porção de terras situada na Serra do Brigadeiro, incluindo uma pequena parte do PESB<sup>12</sup>.

Na cidade de Ervália, é incomum a utilização do termo patrimônio para fazer referência ao núcleo central do distrito de Dom Viçoso<sup>13</sup>. Na cidade, na maioria das vezes, se ignora o fato de que aquela área seja um *patrimônio* ou *terra de santo*. Nesse sentido, em Ervália aparecem com maior frequência o termo “povoado”, que remete à área onde se concentram as casas, escolas, “vendas”, etc., e o termo “distrito” para se referir a Dom Viçoso em geral. Em alguns casos, ambos os termos são empregados alternativa e indistintamente. Além disso, este distrito também é conhecido como Grama, sendo que este termo é utilizado algumas vezes no masculino, outras

---

<sup>12</sup> Os termos em itálico neste trabalho são expressões da literatura antropológica (além de outros casos que são de praxe, como termos estrangeiros), seguidos, em geral, da referência imediata. Os termos entre aspas são expressões nativas, como “terreno”, por exemplo, que se refere à propriedade rural de dimensões variadas. Noções como *patrimônio* e *terra de santo* ou *terra do santo*, são também expressões nativas, ainda que não exclusivas da área pesquisada, mas estas adquiriram status de conceito na antropologia brasileira, referindo-se a modalidades específicas de territorialidade que envolvem terras de uso comum (Almeida, 2006). Nos casos em que tais noções – sobretudo a de patrimônio, a mais comum na área estudada – apareçam com significados ditados pelos contextos particulares, propriamente como termos nativos, estes serão apresentados entre aspas; do contrário, serão grifados em itálico, subentendendo-se uma possibilidade de diálogo teórico a partir dessa experiência etnográfica.

<sup>13</sup> O termo “Ervália” é utilizado neste trabalho para se referir à área urbana do município de mesmo nome, segundo o uso mais frequente em Dom Viçoso, onde se diz, por exemplo, “Você vai para Ervália?”, significando a cidade ou, como também se diz na região, a “rua” por oposição à “roça”. Quando a referência for à unidade administrativa municipal utiliza-se município de Ervália.

no feminino<sup>14</sup>. No entanto, reconhece-se que esta não é a denominação oficial do distrito, sendo um termo que devido a sua antiguidade e uso corrente teria permanecido no vocabulário, sem que se saiba exatamente qual sua origem e significado.

Os moradores do próprio distrito, em sua maioria, utilizam a denominação Dom Viçoso preferivelmente ao termo Grama, sobretudo aqueles que vivem no *patrimônio*. Segundo alguns desses moradores, o termo Grama é uma espécie de “apelido” do distrito, sendo seu nome verdadeiro Dom Viçoso; para outros, o termo Dom Viçoso é mais “bonito”; para outros ainda, a expressão Dom Viçoso passou a ser utilizada com maior frequência nos últimos anos devido a uma maior conscientização e organização dos moradores dessa área que passam assim a preferir a denominação oficial do distrito. De modo similar, o termo “povoado” tem sido substituído pelo termo “distrito” no discurso local. O termo “patrimônio”, por sua vez, é amplamente utilizado por seus moradores, o que, segundo alguns deles, é algo de longa data, como se verá no próximo item.

O *patrimônio* se situa no fundo de um vale em meio a uma extensa área montanhosa que se torna cada vez mais íngreme a nordeste culminando na Serra do Brigadeiro. Nesses “mares de montanhas” ao redor desse núcleo se estendem lavouras e pastos contidos nos “terrenos” que pertencem a moradores de Dom Viçoso, residentes ou não em seu núcleo central, ou a pessoas que não moram no distrito, podendo viver na cidade de Ervália, por exemplo. Para além desses arredores imediatos do *patrimônio*, na região da Serra, porém fora dos limites do PESB, predominam pequenas propriedades.

Nesta pesquisa trata-se dos moradores do *patrimônio* e não desses que vivem fora dele, seja porque vivem em seus arredores ou nos “altos de serra”, nas “grotas” – como se refere no discurso local àqueles que vivem nas serras – ou mesmo fora dos limites do distrito de Dom Viçoso. A área do entorno, entretanto, é importante de ser considerada pois aí se situam as *terras de trabalho* dos sujeitos dessa pesquisa – os “terrenos”.<sup>15</sup>

Em Dom Viçoso, a área do *patrimônio*, como se verá adiante de modo mais detalhado, corresponderia, inicialmente, à terra doada pelos herdeiros da fazenda São Matias, em finais do século XIX, para a igreja em nome do Senhor Bom Jesus visando a construção de uma capela.

---

<sup>14</sup> Encontrei duas construções possíveis: “o Grama”, provavelmente estando subentendido o termo “povoado” ou “distrito” e “a Grama”, provavelmente pelo fato do substantivo grama ser considerado do gênero feminino.

<sup>15</sup> A noção de *terra de trabalho* não é nativa em Dom Viçoso. Neste texto, utiliza-se tal noção no sentido empregado por Garcia Jr. (1983) em seu trabalho com os pequenos produtores da Zona da Mata pernambucana. Nesse sentido, *terra de trabalho* aparece como o produto de uma relação entre os homens e a terra, a qual se expressa no “botar roçado”, o que garante a reprodução da unidade familiar. Em tal acepção, a *terra de trabalho* se opõe à *terra de gado*, na medida em que: “*Terra de trabalho* é onde os homens podem obter sua subsistência mediante a fecundação da terra, enquanto *terra de gado* é aquela onde só nasce o *capim*, que serve à reprodução física do *gado*” (Garcia Jr., 1983: 219). Em Dom Viçoso, a noção de “terreno” apresenta um significado próximo à de *terra de trabalho*, pois, tal como na Zona da Mata pernambucana, associa-se à produção agrícola necessária à reprodução de um campesinato por oposição à criação de gado, esta associada à grande propriedade. Remeto o leitor ao terceiro capítulo onde aprofundo essas considerações.

Posteriormente, tal núcleo central teria sido ampliado com o estabelecimento de uma segmentação do espaço em torno da capela em “posses”. Cada “posse”, desde então, corresponde à área variável, demarcada e reconhecida publicamente como sendo a morada de uma família, que abarca o espaço da “casa” e do “terreiro”, podendo ser legalmente registrada ou não. As áreas de trabalho, ou seja, as “lavouras” e as “roças”, estão desde então situadas fora dos limites do *patrimônio*, em seu entorno, nos “terrenos”.

A partir da entrada do *patrimônio* do distrito de Dom Viçoso, estende-se uma longa rua em linha reta, sem calçamento, em cujos lados se distribuem quase que continuamente algumas casas. Ao final desta há uma bifurcação dando origem a outras duas ruas que se estendem e se encontram ao final com uma terceira fechando um triângulo, com ramificações a partir de seus vértices. No vértice direito, definido a partir da entrada do *patrimônio*, situa-se uma espécie de “centro”, único trecho de ruas calçadas, onde fica a praça principal, a igreja católica e algumas casas. Nesta área como um todo se encontra não mais que uma centena de casas, cerca de sete “vendas”, uma escola municipal com ensino básico, uma Escola Família Agrícola, uma igreja católica tendo a sua frente uma praça, uma pequena igreja evangélica, um cemitério, um campo de futebol e um posto de saúde<sup>16</sup>.

As casas em geral seguem um mesmo padrão, tanto no que diz respeito a seu exterior quanto à sua organização interna. A diferença no modo de construção, no tamanho e mesmo na ornamentação das casas é pequena, evidenciando a relativa semelhança nos padrões de vida das várias famílias que vivem em Dom Viçoso. Mas sempre uma semelhança relativa, nunca homogeneidade, posto que há toda uma série de traços que remetem a uma certa diferenciação interna ao *patrimônio*, principalmente em termos econômicos – o que abordo no terceiro capítulo. Para além dos limites da “casa” propriamente dita, ou seja, da habitação, nos fundos, fica o “terreiro”, onde se estendem as roupas nos varais, as crianças brincam e mantém-se alguma “criação”, como galinhas e porcos. Em alguns terreiros há uma tulha ou paiol, onde se pode guardar o milho, o feijão, às vezes algum café que espera “preço pra venda” e ferramentas<sup>17</sup>. Em boa parte dos “terreiros” há uma horta com verduras e às vezes algumas plantas medicinais. Há também em algumas casas alguns “pés-de-fruta” que em geral não chegam a constituir um pomar, mas se espalham por entre as verduras na horta ou ao redor do

---

<sup>16</sup> O número de casas apresentado é uma estimativa feita a partir da observação no local e conversas com alguns moradores. As “vendas” seriam sete, segundo o que me foi informado por um dos “vendedores” do lugar. Estas são estabelecimentos comerciais que, sobretudo durante o dia, funcionam como um mercado, vendendo produtos básicos e diversificados, como gêneros alimentícios, alguns remédios, produtos de limpeza, etc. Nesta ocasião, as mulheres as freqüentam para abastecer a casa. Durante a noite, as vendas funcionam especialmente como bares, os quais são freqüentados pelos homens, que bebem e jogam sinuca, principalmente nos finais de semana.

<sup>17</sup> Tulha ou “tuia” e paiol são noções que aparecem com freqüência no local, mas não são exatamente noções nativas, significando o armazém ou depósito de gêneros alimentícios, artefatos do trabalho, etc.

terreiro. Estes elementos – a “casa” e o “terreiro” – compõem o espaço da “posse” familiar, ou seja, constituem este todo que corresponde ao espaço da morada da família.

As “posses” do *patrimônio* são ocupadas por famílias que, em alguns casos, cultivam em pequenas quantidades produtos como milho e feijão em seus “terreiros”, quando estes são relativamente extensos. No entanto, esta produção parece não ser suficiente sequer para o sustento de uma unidade familiar. Para isso, os moradores do *patrimônio* trabalham nas “lavouras” e “roças” situadas, em sua maioria, nos “terrenos” do entorno. O núcleo central, ou o *patrimônio*, portanto, é “poseado”, ou seja, dividido em “posses” segundo as regras locais de organização do espaço. O espaço no entorno do *patrimônio*, por sua vez, é dividido e organizado em “terrenos”.

Os “terrenos” correspondem a propriedades rurais de extensões variadas, mas nunca tão extensas que se confundam com “fazendas”, pois, como se verá adiante, em Dom Viçoso não há “fazendas”, o que alguns moradores do local fizeram questão de enfatizar. O “terreno” é sempre uma porção de terras com limites e proprietário definidos que pode ser destinada exclusivamente à “lavoura” ou também, e secundariamente, ao pasto para gado, podendo ainda conter uma “casa” acompanhada de seu “terreiro”. No primeiro caso, denomina-se tal área “terreno”, sendo que seu proprietário vive em outro lugar e o mantém como área de trabalho apenas. No segundo caso, o termo “terreno” é utilizado alternativamente a “sítio” e o proprietário pode viver dentro do próprio. Estes tipos de “terrenos” localizados no entorno do *patrimônio* diferenciam-se entre si pela presença ou não da área da “casa” e seu complemento – o “terreiro” – o que indica a possibilidade ou não de que o proprietário resida no interior das terras.

Em alguns casos, utiliza-se o termo “terreno” de maneira ampla para referir-se a qualquer porção de terras delimitada, como um lote ou mesmo a “posse” que se encontra no interior do *patrimônio*. No entanto, para evitar confusões, neste trabalho utilizo sempre o termo “terreno” em sua acepção local mais comum, ou seja, como a pequena propriedade fundiária situada no entorno do *patrimônio*. Além disso, nesta pesquisa, trabalhei apenas com os casos daqueles agricultores que residem no *patrimônio* e cultivam “lavouras” e “roças” nos “terrenos”, o que configura a maioria dos casos no distrito de Dom Viçoso, e não daqueles que vivem nos próprios “terrenos”.

Os sujeitos dessa pesquisa residem no *patrimônio* em suas “posses”, que são o espaço de morada de suas famílias, como já foi dito, e trabalham, em sua maioria, no entorno desse núcleo central, nos “terrenos”. Alguns desses moradores possuem “terrenos” próprios, que são pequenas propriedades, mas a maior parte deles não possui terra alguma além de sua “posse”.

Estes em geral trabalham como “meeiros”, “tocando lavouras” situadas em “terrenos” ao redor do *patrimônio*.

As diferentes formas de organização do trabalho constitutivas do universo camponês nessa região da Zona da Mata – o pequeno proprietário, o meeiro, o assalariado e o trabalhador temporário – tal como se pretendeu apresentar no primeiro capítulo, estão presentes no *patrimônio* de uma forma bastante evidente e inter-relacionada espacialmente e temporalmente. A partir da referência à constituição histórica do campesinato nessa região, em relação à etnografia realizada em Dom Viçoso, pode-se considerar pertinente o recurso a uma história regional como base para a reflexão etnográfica e, do mesmo modo, refletir sobre essa história a partir de uma referência empírica localizada. No entanto, a preocupação maior deste trabalho não é considerar os moradores do *patrimônio* do distrito de Dom Viçoso como representativos do campesinato dessa porção da Zona da Mata. O que se objetiva com este trabalho é analisar as peculiaridades que tal localidade apresenta em sua história e sua formação sócio-cultural. Nesta proposta de análise, consideram-se a organização do trabalho e as relações produtivas, bem como a ocupação da terra, não de maneira isolada, mas no contexto das formas de sociabilidade que constituem o universo experienciado no cotidiano das pessoas que vivem no *patrimônio* de Dom Viçoso.

Dessa forma, os limites da área em que se desenvolveu a pesquisa são definidos segundo a delimitação do espaço do *patrimônio*, base territorial da estrutura fundamental de sociabilidade local. Entretanto, este não possui um limite físico muito bem definido, o que será discutido no próximo item, pois se situa em um processo de mútua constituição do espaço e das relações sociais. Nesse sentido, a perspectiva adotada se aproxima da proposta teórico-metodológica de Meyer (1979) em seu estudo sobre a “comunidade” de Pedras, no nordeste brasileiro, a qual cito:

Ora, se é verdade que a comunidade não prescinde de uma base territorial, isto não significa que os seus limites sejam dados a partir dela. Pelo contrário, a própria delimitação espacial de uma comunidade existe enquanto materialização de limites dados a partir de relações sociais. Assim, nem sempre a proximidade física define a existência de uma proximidade social, e, inversamente, nem sempre a distância física determina a existência de uma distância social. Nesse sentido, a configuração da comunidade como espaço só ganha significado quando percebida à luz de um sistema de relações sociais que articula não só os elementos internos à comunidade, mas também esses elementos àqueles que lhe são externos. Nessa articulação, a partir de um jogo de diferenças e semelhanças,

identificações e oposições, são traçados limites que, muito mais do que limites meramente físicos existem enquanto limites sociais (Meyer, 1979: 16).

A questão a se enfatizar é que nesta modalidade de “estudo de comunidade reformulado”, busca-se não enquadrar grupos sociais em tipologias pré-estabelecidas, mas estudar os mecanismos de constituição e manutenção desses grupos em uma dimensão diacrônica. Nessa perspectiva, considerando-se que uma dada coletividade possui uma base territorial, busca-se compreender o modo como grupo social e território definem-se mutuamente, o que se expressa tanto em um imbricamento objetivo quanto em uma dimensão simbólica.

Anthony Cohen (1985) aponta as dificuldades com a noção de *comunidade* nas ciências sociais e argumenta pela sua utilização em um sentido relacional, isto é, significando que uma dada unidade social implica em relativa *similaridade* entre seus membros e relativa *diferença* para com outros grupos sociais. Esses aspectos são expressos pela existência de uma *fronteira*, a qual não necessita ser, em todos os casos, expressa objetivamente, mas possui sempre uma dimensão *simbólica*. Isto é, a *fronteira* é dotada de significados pelas pessoas que vivem em uma dada *comunidade* marcada por ela.

Nesse sentido, analiso adiante o modo como o *patrimônio* é construído social e simbolicamente por seus moradores enquanto espaço de sua sociabilidade cotidiana e seu *território*. Este *território* é investido de uma poderosa dimensão simbólica expressa na existência de um santo padroeiro do local, o qual é considerado pelos moradores do *patrimônio* como o verdadeiro proprietário das terras. Esse fato nos leva a pensar na dimensão coletiva desse *território* e em sua expressão em uma unidade social. Contudo, há também uma série de divergências a respeito das origens do *patrimônio*, do modo como se teria processado sua ocupação e dos seus limites.

## **2.2. O “patrimônio”**

### **2.2.1. Memória coletiva e subjetividade**

Em primeiro lugar, deve ficar claro que um dos sentidos do termo *patrimônio* apresentado neste trabalho é aquele de área da pesquisa de campo que corresponde ao núcleo central do distrito de Dom Viçoso, o qual seria uma *terra de santo* ou *patrimônio*. Esta primeira acepção do termo remete ao ponto de vista analítico, segundo o qual se busca conhecer o modo de apropriação social de determinado espaço e sua ocupação histórica. Dessa forma, no item anterior, referi-me sempre a *patrimônio*, na direção de uma descrição etnográfica inicial da área

de pesquisa. Com o uso desta noção busco um diálogo com interpretações antropológicas de questões correlatas ao tema aqui trabalhado, como o estudo das modalidades de apropriação de terras. Dentre estas destacaria a importante contribuição, que remonta a cerca de vinte anos passados, oferecida por Alfredo Wagner Berno de Almeida<sup>18</sup>. Na análise do antropólogo, a noção de *patrimônio* ou *terra de santo* aparece no quadro daquelas formas de *terras de uso comum* (Almeida, 2006).

Em segundo lugar, outro sentido do termo patrimônio está vinculado aos significados atribuídos a ele pelos sujeitos desta pesquisa, posto que eles o utilizam com frequência. Neste caso, é importante atentar para a multiplicidade e os entrecruzamentos de tais significados, bem como a sua forma de produção, no contexto das relações sociais na área da pesquisa, que constituem um sentido peculiar de “patrimônio” – entre aspas, em sua conotação “nativa”. Ademais, estes dois sentidos não são pensados separadamente, pois a compreensão da forma de se produzir a noção de patrimônio no contexto estudado constitui a base para a reflexão sobre o primeiro sentido do termo, como *patrimônio*, na medida em que se acolhe a sugestão de Mariza Peirano, em sua reflexão sobre a experiência etnográfica, de que:

[...] o lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados, mas é um procedimento com implicações teóricas específicas. Se é verdade que técnica e teoria não podem ser desvinculadas, no caso da antropologia a pesquisa etnográfica é o meio pelo qual a teoria antropológica se desenvolve e se sofisticada, quando desafia os conceitos estabelecidos pelo confronto que se dá entre i) a teoria e o senso comum que o pesquisador leva para o campo e ii) a observação entre os nativos que estuda (Peirano, 1992: 8).

No interior do *patrimônio* a referência ao termo em si é recorrente. Nesse sentido, foi comum ouvir de seus moradores durante a realização da pesquisa frases como “aqui no ‘patrimônio’ todo mundo se conhece”, “você vai fazer essa pesquisa só aqui no ‘patrimônio’ ou por aí a fora também?”. Nestes casos, “patrimônio” seria utilizado no discurso local para se referir ao núcleo do distrito de Dom Viçoso mas, principalmente, para indicar o espaço da vida dos sujeitos dessa pesquisa. Mas quando estes mesmos sujeitos eram interrogados a fundo sobre

---

<sup>18</sup> O principal trabalho de referência do autor foi redigido em fins de 1985, em uma primeira versão, segundo o próprio, e publicado posteriormente com modificações de ordem conceitual. Utilizo neste estudo a seguinte versão: Almeida, A. W. B. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito”. In: *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. PPGSCA-UFAM, Fundação Ford: Manaus, 2006.

o que seria o “patrimônio”, qual os seus limites ou qual a sua origem, as respostas divergiam bastante ou eram um tanto quanto vagas.

Portanto, considerando que o sentido de “patrimônio” não se encerra em uma interpretação inicial, busca-se compreender de modo mais completo possível os significados que o termo possa assumir para os agricultores que nele vivem. E, se esta noção representa uma referência para estes agricultores, qual o significado dessa referência.

Com esse intuito, tomo como ponto de partida a análise das possíveis relações que o termo nativo possa vir a ter com o processo histórico de ocupação de tais terras como um *patrimônio*, isto é, como uma *terra de santo*. Não se trata neste caso de explorar a *história da terra* dessa região, tal como se buscou fazer no primeiro capítulo, mas de interrogá-la a partir do presente por meio da memória daqueles que hoje vivem no *patrimônio* de Dom Viçoso, considerando que mesmo os silêncios e os esquecimentos podem ser significativos. Nesse sentido, trabalhou-se com a história oral como uma metodologia auxiliar àquela que se vale de fontes escritas e mesmo à etnografia, concordando com Lozano (2002: 16) que a história oral:

[...] é antes um espaço de contato e influência interdisciplinares; sociais, em escalas e níveis locais e regionais; com ênfase nos fenômenos e eventos que permitam, através da oralidade, oferecer interpretações *qualitativas* de processos histórico-sociais. Para isso, conta com métodos e técnicas precisas, em que a constituição de fontes e arquivos orais desempenha um papel importante. Dessa forma, a história oral, ao se interessar pela oralidade, procura destacar e centrar sua análise na *visão* e *versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais.

Desse modo, atendo-me a analisar a memória em si, seja esta mítica ou não. Trata-se neste caso de um recurso a uma metodologia específica – a história oral – compreendida enquanto tal seguindo o ponto de vista de diversos autores, dentre os quais as historiadoras Ferreira e Amado (2002), que organizam uma coletânea de textos sobre o tema. A grande vantagem da história oral, como nos diz Lozano na citação transcrita, é a sua preocupação com a oralidade e, portanto, com a *visão* e *versão* do processo histórico a partir da experiência dos atores sociais. E nisso ela se aproxima muito da antropologia.

A análise aqui empreendida parte da memória dos moradores do *patrimônio*, sendo que o interesse detém-se tanto sobre o conteúdo da memória quanto sobre o processo social de construção de uma memória coletiva ou individual e os mecanismos de rememoração por parte

dos sujeitos. Além disso, nessa perspectiva, o lembrar é tomado como a reconstrução das experiências do passado a partir de noções de hoje (Bosi, 1983: 17).

Nesse sentido, considera-se que a memória é um processo complexo em que se vinculam as experiências subjetivas e o que Halbwachs (apud Bosi, 1983) chamou de “quadros sociais da memória”, ou seja, as instituições formadoras do sujeito. Em outras palavras, de forma alguma se considera como contraditórias a produção social da memória e a experiência subjetiva do rememorar; pelo contrário, essas seriam processos complementares e interdependentes.

Os relatos dos entrevistados são tomados, por um lado, em seu sentido particular, identificado ao sujeito que fala, como uma expressão de sua experiência de vida e seu ponto de vista sobre determinados eventos ou idéias. Por outro lado, tais relatos são considerados como produtos de um contexto social específico, ou seja, como expressões de uma *memória coletiva*<sup>19</sup>. Neste caso, o conceito de *memória coletiva* é utilizado no sentido atribuído ao termo por Halbwachs (1990), em que há necessariamente um grupo bem definido como suporte dessa memória e em relação com um espaço específico. Além disso, como afirma Halbwachs (1990:71-82), “a lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, [...] já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo (o grifo é meu)”.

Segundo tal perspectiva, um importante argumento defendido neste capítulo refere-se ao *significado social das evidências da memória* (Thompson, 1992). Deve-se buscar compreender o *significado social das evidências*, na medida em que este nos diz sobre a trama das relações sociais em meio a qual se produz uma *memória coletiva*, sem ignorar, contudo, que a memória emana das experiências subjetivas, pois é o indivíduo que vivencia eventos e é a referência das relações sociais em que estes ocorrem<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Nesta pesquisa, a análise é construída em um processo de discussão entre noções antropológicas e saberes nativos. Segundo a perspectiva considerada neste trabalho, se faz necessário acompanhar o modo de construção de percursos discursivos por parte dos sujeitos da pesquisa tanto quanto analisar o conteúdo de suas falas, pois ambos expressam aspectos de uma memória e de uma moral coletiva bem como aspectos de experiências individuais. Dessa forma, os longos relatos de entrevistados, que apresento a seguir, se fazem necessários para que possamos acompanhar o processo por meio do qual cada um deles constrói uma narrativa própria que congrega aspectos de suas experiências pessoais e de sua vivência em um grupo. Nesse sentido, coloco-me em uma postura de ouvinte atenta e aprendiz de saberes locais na experiência de “estar lá”, muito mais que como interlocutora, e esta experiência é transposta para o texto, no diálogo que se realiza no “estar aqui” – utilizando livremente os termos de Geertz (2005) –, pois é neste momento que se coloca de forma mais dramática o problema da relação entre teoria e etnografia (Peirano, 1992: 7).

<sup>20</sup> A noção de *indivíduo* aparece neste trabalho, segundo uma perspectiva weberiana, como uma categoria analítica, referindo-se ao sujeito da ação que a ela atribui sentidos (Weber, 1992). Neste caso, faz-se uma opção metodológica – na qual está subentendida uma concepção do que seja o *social* – pela interpretação das ações individuais significativas, as quais são constitutivas das relações sociais e caracterizam, portanto, uma dada formação social conforme os sentidos partilhados pelos sujeitos. Essa perspectiva observa plenamente as considerações de Dumont (1993) a respeito da diferença entre o indivíduo como *valor* e como *ser empírico*. Desse modo, em se tratando de campesinato, está claro que a referência das ações individuais – de indivíduos enquanto seres empíricos – são certos valores ou *sentidos*, na linguagem weberiana, que não passam pelo indivíduo como valor, mas por certas estruturas de sociabilidade e por uma moral específica, das quais trato no capítulo quarto.

Nesse sentido, ao buscar compreender o modo como os moradores do *patrimônio* de Dom Viçoso constroem, por meio de sua memória coletiva, significados locais de “patrimônio”, devemos estar atentos para o fato que tais significados estão pautados nas relações sociais entre os próprios moradores e em suas experiências subjetivas dessas relações. Os relatos evidenciam, portanto, a posição ou ponto de vista, que se coloca de forma contínua, do narrador em relação à coletividade.

A análise da construção da noção de “patrimônio” deve contribuir com informações sobre um modo específico de ocupação da terra, considerado em sua dimensão êmica, tanto quanto evidenciar as relações e diferenciações entre os indivíduos que disputam entre si devido a interesses e visando legitimar construções particulares de um passado comum. Desse modo, consideram-se as diferenças internas ao *patrimônio* da perspectiva dos interesses e das experiências pessoais, bem como a construção de uma coletividade projetada um plano simbólico que pode transcender tais diferenças.

### **2.2.2. Território, relações sociais e referência simbólica**

Em Dom Viçoso, alguns moradores relatam que as terras onde atualmente vivem, as quais denominam “patrimônio”, teriam origem em sua doação para um santo – o Senhor Bom Jesus. Mas, em geral, estes mesmos moradores têm dificuldades em precisar quem as teria doado para o santo. Quando interrogados sobre a situação de tais terras anteriormente à doação, costumam afirmar que elas simplesmente não tinham dono e que nada existia ali a não ser o “mato”.

Alguns moradores, em geral idosos, fazem alusão ao início da ocupação da área onde vivem dizendo que “antigamente” ou “no tempo dos antigos”, ou ainda, “de primeiro”, a região “era só mato”, não havia nada ali, e que a terra fora doada ao santo. Poderia parecer contraditório o fato de as terras não terem dono e serem doadas por alguém para o santo. Mas essa contradição aparente deixa de existir se interpretamos, a partir da fala de alguns entrevistados, que as terras poderiam ter sido doadas *pelo* santo e não *para* ele.

Dessa forma, no pensamento local, as terras do “patrimônio” algumas vezes aparecem como tendo sido sempre de “direito” do santo, desde quando somente o “mato” as cobria. O Senhor Bom Jesus teria então doado, simbolicamente, tais terras às primeiras famílias que se dirigem àquela região em busca de morada e terra de trabalho. Estas famílias teriam retirado o “mato” que ali havia para poder trabalhar as terras e construir suas casas. A partir daí, as famílias que constroem o “patrimônio” teriam legitimado a sua ocupação por meio do trabalho realizado sobre a terra. Esse momento daria início à existência do “patrimônio”, quando o domínio do social instala-se sobre a natureza.

Esse relato histórico-mítico sobre a origem do “patrimônio” aparece como uma representação simbólica que legitima uma apropriação social da terra. Tal representação teria como fundamento dois elementos significativos. Em primeiro lugar, o santo que doa as terras do “patrimônio” às famílias que para ali se dirigem. Nesse caso, o santo aparece como o verdadeiro “dono” das terras, mas as concede a um dado grupo para que este possa utilizá-las. Essa doação feita pelo santo faz com que a apropriação da terra por parte dos donatários seja plenamente legítima – do seu ponto de vista, consoante uma ética que tem na religião um elemento central – pois tem seu consentimento. O santo converte-se então em possuidor não personificado das terras enquanto os moradores têm a posse mas não a propriedade real das mesmas. O fato de que haja um único “dono” reconhecido pelos moradores do *patrimônio* garante certa unidade a essas terras que, como se verá adiante, teriam sido apropriadas, ao menos em parte, em regime de uso comum. Além disso, esse santo “dono” das terras torna-se o padroeiro da nova povoação, representando uma espécie de projeção simbólica dessa unidade social.

Argumento, portanto, que esse doador santificado aparece como uma referência simbólica desse próprio grupo ou, em outras palavras, uma projeção da coletividade em um plano simbólico que legitima a sua vivência em comum em uma dada terra. Nesse sentido, haveria um processo constante de produção de uma coletividade, de uma “comunidade”, no sentido empregado por Cohen (1985), com base em uma dimensão simbólica construída pelos moradores do *patrimônio*.

Em segundo lugar, o fato de que haveria apenas “mato” onde, com a aplicação de um “trabalho”, constrói-se um “patrimônio”. Tal elemento aponta para a construção social e simbólica de um espaço determinado. Ellen e Klaas Woortmann afirmam que o *processo de trabalho* no contexto camponês constitui um processo ritual e caracteriza-se pela aplicação de um saber específico na transformação da natureza. Desse modo, o “trabalho” não implica em simples atividade braçal, mas em uma construção social e simbólica. Em tal contexto, o “mato” e os elementos naturais de forma geral, vistos como domínio de perigos, devem ser domesticados ou “culturalizados” como condição de passagem da dimensão natural para a social, o que se faz exatamente pela mediação do “trabalho”. Nesse sentido, os elementos envolvidos no processo de trabalho, como a própria categoria “trabalho” e o “mato”, são dotados de forte carga simbólica, a qual se organiza, sobretudo em torno da distinção *natureza e cultura* (Wootmann e Woortmann, 1997: 136). Acompanhando o pensamento dos autores, podemos dizer que no relato sobre as origens do “patrimônio”, por meio do trabalho os donatários das terras convertem-nas em seu espaço social legitimamente apropriado, definido simbolicamente como um *território*. Nesse sentido, tal relato histórico-mítico legitima a

construção do “patrimônio” enquanto um *território* e constrói uma unidade social fundamentada e fortificada por sua projeção simbólica na imagem do santo.

Considero com Paul Little (2002: 4) que territórios distintos são produtos de *territorialidades* específicas, onde cada grupo mantém uma relação particular com seu território em função de sua *cosmografia*, ou seja, de seus “saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados”. Como afirma o autor, a *territorialidade* pode ser tomada como uma interessante perspectiva analítica para o estudo antropológico da diversidade fundiária no contexto do Estado-Nação brasileiro e, nesse sentido, pode ser definida:

[...] como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland* (cf. Sack 1986: 19). Casimir (1992) mostra como a territorialidade é uma força latente em qualquer grupo, cuja manifestação explícita depende de contingências históricas. O fato de que um território surge diretamente das condutas de territorialidade de um grupo social implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos. Para analisar o território de qualquer grupo, portanto, precisa-se de uma abordagem histórica que trata do contexto específico em que surgiu e dos contextos em que foi defendido e/ou reafirmado (Little, 2002: 3-4).

A territorialidade, no sentido acima apresentado, nos remete às considerações de Cohen (1985), referidas anteriormente, a respeito das fronteiras de grupos sociais. De acordo com este autor, a compreensão de uma unidade social, tal como uma comunidade, passa pela questão empírica do engajamento das pessoas a essa unidade. Esse engajamento dá-se, conforme Cohen, por meio dos significados e do simbolismo que os próprios sujeitos sociais vinculam a sua comunidade e conforme experienciam tais significados, os quais definem seus limites, isto é, sua fronteira. Dessa forma, a comunidade aparece como um fenômeno cultural, na medida em que é construída simbolicamente (Cohen, 1985: 38). De modo similar, o *território* é construído por meio da conduta ativa de um dado grupo em relação a um espaço físico. Com essa conduta, dota-se o espaço de significados específicos conforme sua cosmografia, convertendo-o de simples espaço natural em território, pleno de expressões sociais e simbólicas que identificam o grupo.

No caso em estudo, a relação com um determinado espaço que se converte em *território* inicia-se com a fundação histórico-mítica do “patrimônio”. Este “patrimônio” é considerado

como um *território* na medida em que é produzido ativamente pelo grupo que nele vive em um processo de identificação com a terra que passa pela produção de uma simbologia. Desse modo, a figura do Senhor Bom Jesus deve ser considerada como um poderoso construto simbólico desse grupo que tem o “patrimônio” como seu território, posto que fundamenta a própria unidade social em um plano significativo. Nesse sentido, mais uma vez concordo com Little (2002: 11) que afirma:

A expressão dessa territorialidade, então, não reside na figura de leis ou títulos, mas se mantém viva nos bastidores da memória coletiva que incorpora dimensões simbólicas e identitárias na relação do grupo com sua área, o que dá profundidade e consistência temporal ao território.

Ainda segundo esse autor, a territorialidade consiste em uma força latente em qualquer grupo social, mas que depende de situações históricas específicas para que se manifeste. Nesse sentido, devemos ter em mente que a construção de um *território* é um processo, muitas vezes contínuo, que se faz em íntima relação com a memória coletiva, a identidade e a produção de um simbolismo por parte do grupo.

Buscando extrair as implicações dessa afirmação, retorno ao que foi dito anteriormente, isto é, o relato sobre a origem desse *território* que é o “patrimônio” aborda a relação do grupo com a terra legitimando, segundo sua perspectiva cultural, a apropriação desta. Dessa forma, a legitimidade da posse da terra repousa na construção histórica de um *território* e do próprio *grupo*, enquanto relativamente coeso e marcado por uma referência simbólica.

Em tal contexto, deve-se pensar nesse *território* e nessa unidade social não como entidades discretas mas como *processos*. Isto é, o território é um processo de construção histórica de um espaço próprio ou de um *lugar* (Little, 2002) por parte do grupo. O grupo, por sua vez, constrói-se historicamente enquanto uma unidade relativamente constante por meio de sua identificação ao território, de referências simbólicas – onde a principal é a imagem do santo “doador-dono” das terras – e em função de uma sociabilidade própria. Compreendendo dessa forma que se trata de processos históricos, podemos considerar que estes se dão no campo das relações sociais envolvendo disputas, internas ao grupo inclusive, em torno de construção de significados legítimos e *visões* ou *versões* da própria história. Acima de tudo, deve-se compreender que estes são processos interdependentes, pois à medida que o grupo constrói seu *território*, constrói a si mesmo e conforme constrói esse *território* cria condições para sua unidade social.

A situação atual desse *território* é que não há consenso com relação a seus limites e suas origens e que o próprio grupo é marcado por divisões internas que se (re)produzem

continuamente, posto que ambos estão em constante processo de construção. Tais discordâncias, divisões e discussões se fazem conforme a própria lógica da sociabilidade local<sup>21</sup>. O seguinte diálogo entre a pesquisadora e um morador do *patrimônio* apresenta uma versão da origem do “patrimônio” representativa do relato histórico-mítico, além de outras questões concernentes à memória coletiva local segundo o ponto de vista do entrevistado:

J: O terreno era do santo. Tinha gente aí que tinha mais de cem anos. Tinha terreno aqui, mas era tudo posseado. Posseado você entende também **(2)**?

M: Sem as posses, separado das posses?

J: Não, posseado não. Posseado é assim, cada um assim: aqui era tudo mato, não tinha dono **(1)**.

M: Aí é posseado?

J: Aí veio um assessor de fora, chegava, ele marcava aquele trecho, ele marcava. “Ah, isso aqui não tem dono, esse trecho aqui é meu.” Aí ele via, alqueire, não tem alqueire, ele nem marcava e “isso aqui é meu” **(2)**. Aí tudo que vinha, gente, era tudo de fora primeiro. Mas aqui era tudo mato, eles enganava... O terreno aqui era fraco de mantimento **(1)**. Agora dá bastante mantimento, mas tem que colocar adubo, cascalho, remédio, uma coisa ou outra. Eles marcaram o terreno aqui, já está com uns dez anos que eles mediram o terreno aqui [?] três hectares por alqueire **(3)**.

[...]

M: Aqui então, o senhor falou que tem mais de 100 anos?

J: Mais de 100 anos. O J.G.C., eles tratam ele só de J., J. C. Ele que entrou nesse meio e mandou arrumar, para medir **(3)**. Ele que tem os documentos lá na casa dele.

M: Ele tem esses documentos?

J: Tem.

M: Onde que ele mora?

J: Ele mora na saída do arraial que vai para cima lá, na saída do arraial, aí quando está na saída do arraial, entra um bocadiquinho assim, um pouco pra frente é a casa dele, mas lá é terreno próprio dele.

M: Onde que é essa saída do arraial? Eu não conheço.

J: Você não andou para riba aí não?

M: Andei mais ou menos, só aqui perto mesmo.

---

<sup>21</sup> Abordo a questão da sociabilidade no espaço do *patrimônio* no capítulo de número quatro.

J: O terreno aqui é com a fazenda de [?] A divisa é lá na frente ali. Ali na frente, deu direto ali no ribeirão, sobe ali, quase chega lá que é o cemitério, lá corta outra vez. Para lá que é a divisa, lá passa perto da minha casa que você foi, mas é para cima um bocado. Passa, apanha uma estrada que tem para lá, desce, quando chega desce e tem um ribeirão que vem lá em cima. Agora [?] está no ribeirão volta e vai lá em cima, do ribeirão pra cá tudo, sobe, vem lá, chega lá [?] Você está vendo aquela estrada naquele morro?

M: Estou.

J: Aquela estrada que eles fizeram chama [?]. Essa área foi tudo doada pelo santo.

M: Quem que doou, o senhor sabe?

J: Não, não sei.

M: Tem muito tempo?

J: Tem mais de 100 anos. Mas foi doada assim, com escritura de mão. Mas, só. Eles doaram, deu e ainda falou assim, “isso é do Bom Jesus”. Quando eles saíram, aí que o Bom Jesus chega e vai construir as casas. Aí tem lugar de morar. Eles pegaram em Araponga, já tinha cartório, nem em Ervália me parece que não tinha cartório. Você sabe que Viçosa era cidade de Araponga, você sabe dessa **(1)**?

M: Sei, na época Ervália também era de Araponga, né?

J: É, Araponga, que a cidade lá de Viçosa também era de Araponga. [...] Mas, hoje acabou. Mas, a casa de J? Ele mora cá em baixo, quase perto da estrada que vai para São Domingos, para Araponga. Você vai para aqui afora, você vai direto. Quando pegar a... ah, não sei, olhando mais ou menos assim a hora que chegar na casa dele, entra direto na divisa do terreno dele para lá. [...]

M: Ele tem esse documento daqui?

J: Tem, ele tem esse documento daqui. Ele que mandou mexer tudo, mexer com o prefeito **(3)**. Eles gostam muito de mexer com demanda. Demanda, você sabe, mexer com advogado. Ele é medroso e qualquer coisa, porque ele não é fácil não... É muito boa pessoa também e tal, tal, tal, mas ele gosta do demandista. O demandista... mexer com advogado. E ele mexeu aí, foi lá no Araponga, achou esse documento, aí ele tirou, arranjou com o prefeito, com um negócio aí, com essa gente, né. Aí ele trouxe...

M: É o tal documento da doação daqui ou não?

J: É, eles sabem o nome dessa pessoa. Nem do meu tempo era. Deve ter uns 100 anos ou mais. Que eles marcaram tudo, pôs nos documentos marcando a divisa toda. O documento é de terra pequena, só que ele marcou a divisa, a divisa tudo, tudo. Eles falam escritura feita com mão, de mão, né. Levou, foi embora e encaixotou ela lá no Araponga (1).

M: Aí ele trouxe para cá?

J: É, do Araponga. Fez a doação de boca assim, acabou, não tinha nada não. Não tinha dono, não tinha nada (1).

(J. é pequeno proprietário e tem cerca de 80 anos)

O entrevistado nos diz que antigamente “era tudo mato”, quando começou a chegar gente. Esse momento, segundo ele, deve ser situado em um tempo que recua mais de cem anos, mas um tempo não precisado exatamente, momento esse em que a terra teria sido doada para o santo, o Senhor Bom Jesus. Ainda de acordo com o entrevistado, essa doação é apresentada em alguns momentos como tendo sido feita “com escritura”, registrada em cartório e “encaixotada em Araponga”, ou só “de boca”, como no trecho em que afirma: “Eles doaram, deu e ainda falou assim, ‘isso é do Bom Jesus’”. De todo modo, tenha sido feita por escrito ou oralmente, essa doação inaugura o período de constituição do “patrimônio”, quando uma área que era “só mato” começa a ser ocupada por aqueles que vêm de fora, tornando-se um espaço social.

Desse modo, à maneira de uma série de narrativas que se iniciam com o momento histórico-mítico das origens de um grupo, quando a dimensão social se instala sobre a natureza, neste caso o “mato” dá lugar ao “patrimônio” por meio do trabalho que se realiza na terra. O termo “patrimônio” passa então a significar o domínio do social o qual é representado simbolicamente pela figura do Bom Jesus. O entrevistado refere-se ao próprio Bom Jesus como uma figura personificada que chega e se instala, ele que é considerado pelos moradores do local como o legítimo dono das terras onde vivem, posto que a ele elas foram doadas. Nesse sentido, como afirma o entrevistado: “Quando eles saíram aí que o Bom Jesus chega e vai construir as casas. Aí tem lugar de morar”.

O relato transcrito acima é bastante denso e repleto de informações importantes que se misturam e por vezes se confundem. Alguns dos temas apresentados puderam ser esclarecidos por meio do cruzamento de várias entrevistas e mesmo de entrevistas e documentos. Com isso, não se pretendeu “validar” informações, seja por via da própria história oral, seja via uma história documental, mas antes tentar construir um diagrama onde as informações possam ser contextualizadas, pois segundo Paul Thompson (1992), o que deve ser avaliado é o *significado social das evidências*, pois ele é que chega até nós. Nesse sentido, foram assinalados alguns

marcadores do tempo da memória significativos - que, como se verá adiante, ocorrem também em falas de outros entrevistados – de acordo com a seguinte legenda: (1); (2); (3).

O índice de tempo marcado como (1) poderia ser considerado como o marco inicial da história do “patrimônio”, mas sobre o qual a memória tem dificuldades de se lançar, sendo apresentado de modo relativamente vago. Concordando com Emília Pietrafesa de Godói (1999: 111), que se refere aqui à sua própria experiência etnográfica com sertanejos do Piauí, mas cujas observações poder-se-ia transpor para a realidade por mim estudada, “à medida que a memória sertaneja distancia-se do presente, pode-se dizer que se assiste ao caminhar da história em direção ao mito”. A percepção de tal relação entre história e mito permite-nos situar os relatos de entrevistados, principalmente quando esses dizem respeito às origens do grupo, em um plano significativo da própria memória, a qual possui uma *temporalidade* própria que pode se distinguir substantivamente do tempo histórico. Ainda seguindo Godói (1999: 110):

Estas narrações nos remetem a um passado geral que vai construir o primeiro domínio onde a memória coletiva cristaliza-se, associando a imaginação destes sertanejos à experiência fundadora. Como as narrações míticas, elas possuem valor de paradigma, constituindo assim o modelo de referência que lhes permite situar no seio deste “conjunto camponês”. Estas narrações, contudo, não se situam no domínio do mito, nem no da história, mas na intersecção de ambos (Lévi-Strauss, 1984). Não se trata de assimilar aqui a história ao mito e vice-versa; o que se assiste é um caminhar da história em direção ao mito, através do trabalho da memória.

É importante deixar claro que essa visão mitificada não é compartilhada por todos os moradores, alguns sequer têm memória de como se teria iniciado a ocupação dessas terras. Além disso, deve-se reiterar que ainda que coletiva, a memória emana das experiências individuais. Nesse sentido, os relatos são marcados por eventos significativos da vida dos sujeitos, como no seguinte diálogo com uma senhora que vive desde criança em Dom Viçoso, mas que não nasceu ali, a qual mistura sua observação atual, sua memória da mudança para o local, suas impressões de infância e histórias que ouviu sobre a origem do “patrimônio”:

M: A senhora é nascida aqui mesmo?

E: Eu?

M: É. A senhora nasceu aqui mesmo?

E: Eu sou de Limeira.

M: De Limeira?

E: Eu sou de Limeira. Meu pai morava lá em Limeira. Depois eu mudei aqui para Grama.

M: A senhora lembra com quantos anos a senhora veio para cá?

E: Ah?

M: A senhora lembra mais ou menos que idade tinha quando veio para cá?

E: Quando eu vim para cá?

M: É.

E: Quando eu vim para cá eu estava com sete anos.

M: Sete anos? Faz muito tempo, né?

E: Tem muitos anos que nós veio de Limeira. Eu fui nascido em Limeira, fui criada em Limeira. Quando eu vim para cá eu estava pequenininha assim, mas eu não cresci quase nada. Pelejei para eu crescer, mas Deus não quis que eu crescesse. Não cresci não boba, não tem jeito, é de família. Minha família tudo é miúdo, tudo é miúdo. Eu tinha um irmão que era miudinho também, coitado! Eu estou falando com ela, M. [dirigindo-se à mulher que estava presente em sua casa, local de realização da entrevista, neste momento], que tudo aqui é muito bom, graças a Deus. É do patrimônio, o direito aqui é do Bom Jesus.

M: Do Bom Jesus?

E: Tudo é bom, graças a Deus, o pessoal é bom. Ela está querendo saber, para ela poder panhar um jeito dela sair para frente. Eu estou falando com ela que eu não posso queixar de ninguém, porque eles parecem que gostam da gente, rezam para gente. A gente não pode ficar falando mal deles, né? Ainda mais que o terreno é do Bom Jesus. Eles compram um pedacinho e faz casa. Compra um lote. Aqui também eu comprei esse lote aqui. Eu comprei, boba.

M: A senhora comprou? De quem que era?

E: Mas já morreu, a mulher já morreu. Comprei da V., ela sabe.

M: A senhora comprou faz muito tempo aqui?

E: Se tem tempo?

M: É.

E: Tem muito tempo. Tem muitos anos.

M: As outras casas aqui também o pessoal vai comprando o terreno?

E: Daí tudo é deles, daí para lá. Daquela coberta lá é meu.

M: Mas, a senhora quando veio para cá, a senhora lembra de alguma coisa? A senhora lembra como é que era?

E: Eu lembro de nada, lembro nada, menino, né, menino não lembra de nada. Quando eu vim para cá eu estava menina, era menininha ainda carregada. Papai pagou um homem para trazer, a estrada era muito ruim.

M: Ah, veio andando?

E: Quando eu morava em Limeira a estrada era caminho de terra, papai pagou um homem para trazer. Nós viemos andando. Um lote de carregação com os trem e nós veio andando.

M: E trouxe as coisas em quê? Carro de boi?

E: Carregava num negócio de burro, usava um negócio de burro. Então papai lotou um burro e nós viemos a pé. O burro veio carregando, papai ia a cavalo e nós a pé.

M: Mas, a senhora sabe por que o seu pai resolveu vir para cá, sair lá da Limeira e vir para cá?

E: Não, não sei não. Minha mãe morreu, aí ele veio para cá, chegou para cá no [?]. Lá no café do [?] ele arrumou uma moça e casou outra vez. Nós viemos para cá morar e estamos aí até hoje. Já morreu mãe, morreu pai, morreu meus irmãos tudo. Não tem nenhum irmão mais.

M: Mas o seu pai quando chegou aqui como ele que ele fez? Ele comprou terra aqui?

E: Não, comprou não, ele fez uma casa para nós morar. Comprou um lote e fez a casa.

M: Ah, comprou um lote aqui?

E: Não, nós morava lá na Grama, que aqui já era loteado. Lá no patrimônio que nós morava, morei lá muitos anos.

M: Mas, a senhora lembra assim de quando a senhora era menina aqui, como é que era? Tinha muita gente aqui?

E: Tinha gente, bastante gente. Já tinha bastante gente. Desde que falou que o terreno aqui que era do Bom Jesus, começou a chegar gente.

M: Mas por que o terreno daqui era do Bom Jesus?

E: Porque deu para eles, né. Bom Jesus da Grama.

M: Mas quem que deu?

E: Ah, não sei, boba. Os antigos para trás, quando a gente chegou aqui já era, eu não sei direito. Terra do santo, terra do santo. Tudo aí é do santo, tem a medida, terreno deles.

M: Para lá não é não, só aqui?

E: É. Só dentro do patrimônio aí, só. Tudo terreno dos outros, terra que eles comprou.

M: Mas, a senhora não sabe por que não? Quem foi que doou a terra para o santo?

E: Não sabe de nada.

M: Quando vocês falam assim do patrimônio, onde é?

[Homem que estava presente à entrevista]: Patrimônio é assim esse povoado que você está vendo aí. Tudo é patrimônio.

[Mulher que estava presente à entrevista]: A comunidade aqui.

[Homem que estava presente à entrevista]: Do alto que você está vendo aí tudo é patrimônio.

E: Tudo é patrimônio.

M: Aqui também é ou não?

[Homem que estava presente à entrevista]: Aqui também é patrimônio. É. Dependeu ali do pé morro para baixo ali, ali onde tem aquela estrada lá em cima. Daquele pé do morro, daquela estrada para baixo ali até na saída da escola velha lá, aquele pedaço de rua, tudo é povoado, tudo é povoado. É rua. Agora só não tem repartimento do nome dos bairros. Não tem não.

M: Como é que é?

[Homem que estava presente à entrevista]: Os nomes assim, igual cidade grande tem, os nomes das ruas.

M: Aqui não tem?

[Homem que estava presente à entrevista]: Tem não. Igual lá em Ervália, na Rua São José, rua dos Pinto... Aqui não tem os nomes, aqui não. Só tem assim é povoado, povoado.

E: Agora ficou muito bom, porque eles estão fazendo casa boa. Antes não tinha não. Podia contar as casas que tinha aqui. Tinha pouca casa quando nós chegou aqui.

M: Tinha pouca casa?

E: Ih, pouquinho casa... Tudo ruim, boba, de sapé. [...] Era um patrimônio sem graça de tudo.

(E. é aposentada e tem 93 anos)

A entrevistada, a senhora E., em alguns momentos faz questão de afirmar que não se lembra de nada sobre a origem do “patrimônio”, afirmando que não nasceu nesta região, e quando

chegou a terra já era do santo. Creio que não poderia considerar seu relato da perspectiva do esquecimento, mas como uma visão marcada por referências particulares. O relato da senhora E. apresenta a visão de alguém que se situa de modo diferenciado na trama social, por ser uma pessoa sozinha, cuja família originalmente não é “do lugar”, mas que é reconhecida por moradores, de acordo com o que pude perceber, como alguém a quem se deve respeito, principalmente por ser muito “trabalhadeira”. Nesse sentido, a entrevistada não apresenta um ponto de vista sobre a história do “patrimônio”, propriamente, pois se situa em relação ao local como se estivesse um tanto quanto “fora” e um tanto quanto “dentro”. De modo oposto, o primeiro entrevistado, o senhor J., faz parte de uma das famílias mais antigas e tradicionais do lugar, podendo ser, portanto, um detentor legítimo da história local. Mas exatamente por isso o relato da senhora E. é extremamente rico, pois ela considera como dado o fato da existência do “patrimônio” e de que as terras ali pertençam ao Bom Jesus, e que tal dado marca a vida neste local e sua relação com os demais moradores. Desse modo, apresenta seu ponto de vista sobre estes moradores de forma respeitosa, provavelmente devido ao próprio respeito e aceitação que lhe foi dedicado por eles, o que de certa forma é relacionado por ela ao fato de esta ser uma terra de santo. Isso fica explícito quando a entrevistada afirma que “tudo aqui é muito bom, graças a Deus. É do patrimônio, o direito aqui é do Bom Jesus”, ou ainda, que “tudo é bom, graças a Deus, o pessoal é bom” e que não pode se queixar de ninguém, não pode falar mal de ninguém, “ainda mais que o terreno é do Bom Jesus”. Nesse sentido, o fato de ser esta uma *terra do santo*, ou *patrimônio* assegurar-lhe-ia um caráter peculiar, de um lugar “bom”, o que atrairia as pessoas, já que, segundo a senhora E., desde que se ouviu falar que a terra era do santo começaram a chegar pessoas ao lugar. Dessa forma, a entrevistada sugere que haveria certa unidade ou “harmonia”<sup>22</sup> no patrimônio devido ao fato de as terras serem “direito” do Bom Jesus, o que nos remete à consideração anterior de que há uma projeção de uma unidade social no plano simbólico por meio da figura do santo.

De modo geral, no *patrimônio* de Dom Viçoso, a memória do momento de doação das terras para (ou pelo) Senhor Bom Jesus que inaugura sua história, é partilhada apenas por algumas pessoas do lugar, em sua maioria idosos, o que nos leva a pensar na imagem do velho como aquele que detém a função social da memória, proposta por Ecléa Bosi (1983). Sendo que a memória é acionada em função de situações dadas no presente, a lembrança das origens do “patrimônio” permanece então como que latente, mantida por poucos “guardiões”, pois não há atualmente situações que levem a uma maior aglutinação dos moradores do local em torno de interesses comuns e que exijam o recurso a uma memória coletiva<sup>23</sup>.

---

<sup>22</sup> Este termo não foi utilizado pela entrevistada, é uma interpretação minha de sua afirmação de que tudo ali seria muito “bom”, que não se poderia falar mal de ninguém e que as pessoas parecem gostar umas das outras.

Em Dom Viçoso, dentre os moradores do *patrimônio*, há uma incerteza e uma discordância quanto aos limites e dimensões deste, o que pode estar associado ao distanciamento em relação ao ato inaugural da história desse lugar. Mas pode também estar relacionado a outros interesses mais imediatos e, principalmente, ao fato de que a construção desse território é concomitante à construção do próprio grupo e que este é marcado por distinções internas segundo as quais se constrói e reconstrói continuamente. Todos os moradores sabem que vivem no “patrimônio”, que ele é dividido em “posses” e que este pertence ao Bom Jesus. Mas não há consenso sobre exatamente onde começa e onde termina o “patrimônio”, qual a verdadeira extensão das terras que foram doadas ao Bom Jesus e, afinal de contas, quem doou as terras para o santo. Isso fica evidente nos dois relatos apresentados até agora. Na entrevista realizada com o senhor J., este tenta descrever os limites do “patrimônio” indicando estradas, ribeirões, dentre outros elementos que indicariam a “divisa” da terra doada pelo ou ao santo. Na entrevista realizada na casa da senhora E., em alguns momentos esta nos diz que onde ela vive hoje fica fora do “patrimônio”. Um senhor presente à entrevista nos conta em outro momento, quando pergunto a respeito dos limites do “patrimônio”, que tudo ali era “patrimônio”, era “povoado”.

Esta situação evidencia certas disputas presentes no grupo. Uma delas, bastante significativa para uma análise pautada na memória local, tem início com o momento marcado no relato do senhor J. como (3). Segundo o entrevistado, o senhor J.C. teria mandado “mexer com demanda” e por isso teria recorrido a um cartório em Araponga em busca dos documentos da doação das terras para o santo. O próprio senhor J. me indica na entrevista o caminho para encontrar a casa de J. C. onde poderia ter mais informações sobre a origem do “patrimônio”. Logo em seguida, já com o gravador desligado, o senhor J. me diz que J.C. conhecia bastante da história do lugar, que tinha os documentos, mas que eu tomasse cuidado com o que ele me falasse, pois ele era muito “demandeiro” e poderia então ser mentiroso, contando a versão da história que lhe interessasse.

A conversa com J.C. não foi gravada, sendo que os comentários que faço aqui se baseiam apenas em anotações feitas no caderno de campo logo após o encontro<sup>24</sup>. Segundo este senhor, a

---

<sup>23</sup> Casos bastante diversos são aqueles em que certos grupos, geralmente em situações de conflitos ou disputas por terras, por exemplo, mobilizam-se em torno de uma memória coletiva, referindo-se à ocupação de suas terras, a um ancestral comum, dentre outros fatores que legitimam territorialidades específicas. Tais processos conflituosos são extremamente comuns no meio rural brasileiro, envolvendo grupos indígenas, quilombolas e populações tradicionais ou camponesas em torno da constituição de territorialidades específicas, onde a memória aparece como um fator de extrema importância. Para uma análise de uma situação social que envolve processos de identificação de indígenas e quilombolas ver Arruti (2002). No caso das *terras de santo*, próximas à realidade por mim estudada, há, dentre outros, o trabalho de Dóris Meyer (1979). No contexto estudado por Meyer (1979), por exemplo, os moradores da vila de Pedras percebem um antagonismo entre seu universo e o “mundo dos engenhos”, identificando-se por outro lado à realidade camponesa dos “sítios”. Nesse sentido, a doação da terra a Santo Antônio com a criação de um *patrimônio do santo* (cuja veracidade é negada pelo então proprietário do engenho local) é acionada na memória local no sentido de constituir uma “área livre” no interior do engenho.

<sup>24</sup> J. C. é pequeno proprietário e tem cerca de 70 anos.

porção de terras que ele ocupa com sua família, onde fica sua casa, não seria uma “posse” como aquelas dos demais moradores do lugar. Isso devido ao fato de que ele teria direitos legítimos a certa faixa de terras por herança e não por “ocupação”. Tal faixa compreende não apenas a área de sua morada, mas também uma porção ao redor. Segundo o senhor J. C. seus direitos àquela terra são legítimos, pois sua família teria sido a proprietária de todas aquelas terras em um período anterior, tendo doado uma pequena parcela para o Senhor Bom Jesus, onde realmente estaria situado o *patrimônio*, isto é, a *terra do santo*. Fora da área considerada por ele como sendo de direito do santo, as terras teriam permanecido como propriedade de sua família e passado ao longo das gerações por herança. No entanto, o fato da doação para o santo teria atraído muitas famílias que se deslocaram para o local em busca de terra, as quais teriam ocupado não apenas a área doada inicialmente, dividindo-a em posses familiares, mas também o seu entorno lançando-se sobre as terras que seriam de sua família e deixando-o com uma área menor que o que seria de seu direito.

A partir disso, o senhor J. C. teria procurado o cartório em Araponga onde encontrou documentos confirmando a doação das terras para o Senhor Bom Jesus e indicando a área doada legalmente<sup>25</sup>. Procurou então advogados que teriam indicado a necessidade de mensurar a área hoje ocupada pelo *patrimônio* e definir seus limites precisos e divisão interna (ver anexo C, documento 2) para que se pudesse averiguar a situação legal das terras nessa região. Esse momento aparece na primeira entrevista aqui transcrita, realizada com o senhor J., marcado como (3).

De acordo com tais documentos, a área correspondente ao *patrimônio* teria sido doada pelos herdeiros da fazenda São Matias, no final do século XIX, à igreja em nome do Senhor Bom Jesus para a construção de uma capela. A área doada, segundo documentação (anexo C, documento 1), teria sido de 2 alqueires e meio. No entanto, a área ocupada pelo núcleo central do distrito de Dom Viçoso, atualmente, seria de cerca de 12 alqueires (ver anexo C, documento 2).

Essa diferença de mais de nove alqueires entre a área que seria “realmente” um *patrimônio* e aquela considerada, aproximadamente, pelos moradores do lugar como sendo o “patrimônio” é completamente ignorada por estes. Os atuais moradores, em sua maioria, desconhecem essa versão da origem do *patrimônio*, sabendo, em geral, apenas que este pertence ao Senhor Bom Jesus, ou como disse o senhor J., foi doada *pelo* santo, o que corresponde ao momento assinalado como (1) na fala do senhor J., mas em geral dizem não saber de quem era a terra antes e têm dificuldade em traçar seus limites e sua área com precisão.

---

<sup>25</sup> O entrevistado forneceu-me prontamente cópias dos documentos que possuía, os quais estão anexados a este trabalho (ver anexo C, documentos 1 e 2), expressando certa expectativa de que eu pudesse divulgá-los e que com isso a “verdade” viesse à tona.

O momento assinalado como (2) inicia-se com a chegada das famílias que foram “colocando posse”, ou seja, cada qual demarcava uma determinada área que ainda não estivesse ocupada e “ia à lei” para “fazer o papel”. Nas palavras do senhor T., que hoje é aposentado e reside na cidade de Ervália, tendo vivido quase sempre em Dom Viçoso: “Antes as terras não tinham dono, era só chegar, marcar e depois ir em Viçosa fazer os papéis. Veio o padre e marcou o patrimônio”. Ou ainda, segundo o senhor J. teria vindo um assessor de fora que mediu a terra e a dividiu em “posses”. Temos, portanto, uma seqüência em que, inicialmente, as terras não tinham dono, era tudo mato, mas foram doadas ao santo (ou pelo santo) – o que corresponde ao momento (1) –; em seguida, começam a chegar as famílias e a terra é “poseada” – o que corresponde ao momento (2).

O momento (3), por sua vez, refere-se a um tempo recente, cerca de dez anos atrás, segundo o senhor J, quando J. C. teria resolvido “tocar a demanda” e mandar medir o “patrimônio”. Mas a importância desse momento deve-se ao fato de que ele retoma questões colocadas no início da ocupação dessas terras, a partir da proposta de uma releitura, por meio de fontes escritas e não da memória, dos fatos ocorridos.

Segundo os relatos orais, as terras do “patrimônio” são consideradas ou como tendo sempre pertencido ao santo; ou caso tenha havido doação esta seria imemorial, posto que muito antiga, situada em um tempo que não se pode precisar. No entanto, essa lembrança não é partilhada por todos, alguns, mesmo idosos, dizem apenas que são “nascidos e criados ali” e que seus pais também são “nascidos e criados” no local, significando com isso que, em sua memória, sempre viveram naquelas terras, as quais são consideradas nestes casos também como tendo sempre pertencido ao santo.

Nestes momentos iniciais, as terras do santo teriam sido “poseadas”, ou seja, dividida em “posses” entre as famílias que teriam se mudado para tal área. Cada “posse” correspondia à área variável reconhecida coletivamente, pelos moradores do local, como pertencendo a determinada família. Apesar do reconhecimento público local, alguns moradores teriam procurado o cartório ao qual esta região respondia administrativamente para “fazer o papel”, ou seja, o registro das terras. No entanto, uma boa parte das “posses” teria permanecido por longo período de tempo sem qualquer titulação legal.

A partir desse momento, ainda que a terra fosse legalmente propriedade do santo, ou “patrimônio do Bom Jesus”, esta teria sido segmentada em “posses” e apropriada familiarmente pelos primeiros grupos domésticos que chegaram à região e que os moradores não sabem precisar quais teriam sido. Alguns moradores mais velhos dizem que sua família sempre viveu ali ou que é uma das mais antigas do lugar.

O que parece certo, é que uma das formas de ocupação do espaço nessa região pauta-se em sua segmentação em unidades familiares. Contudo, esta não teria sido a única modalidade de apropriação da terra.

### **2.3. A terra do santo: regimes de propriedade e organização fundiária**

Segundo relatos de alguns entrevistados, a porção central da área que hoje se considera como o “patrimônio”, onde existe uma praça, na verdade não teria sido “posseada”, mas mantida íntegra, sendo utilizada de maneira comum pelos moradores que se teriam instalado nos seus arredores. O seguinte trecho de uma entrevista nos apresenta, por meio da memória do senhor L., a partir do que ele ouvia seu pai contar sobre sua própria infância, esse momento inicial da vida no “patrimônio do Bom Jesus” indicando a existência de tal *terra de uso comum*.

M: Mas o senhor contou que na época tinha sete casas aqui só?

L: Sete. Mas tinha umas [?]de capim, né. E a mais velha é essa aqui.

M: Essa aqui é a casa mais velha do lugar?

L: É, mas já foi reformada. Eu que reformei ela. Porque no tempo que o papai era menino aqui era uma casinha de telha, no tempo que o papai era menino ainda, era uma das primeiras casas.

M: O seu pai que morava aqui nesta casa?

L: Não, o meu pai era do lado de lá, lá onde tá aquela lavoura. Meu pai é nascido e criado lá e eu também sou nascido e criado lá. Mas quando inteirou oito casas, aqui era parte de porco, porco, animal.

M: Aqui na praça?

L: É, tinha três [?], aqui tinha um morrinho, empurrava carro, empurrava boi aqui, aqui na quina da casa, da outra casa ali.

M: Ficava porco aqui?

L: Tinha umas duzentas cabeças de porco aí.

M: Ah é?

L: Então aqui é Dom Viçoso, e tem o nome de Grama, por quê? Eles enchiam de porco aí e nem tratava. Às vezes um camarada encontrava com outro, vinha trazendo uma porca amarrada – usava amarrar pelo pé, não era pelo pescoço não, amarrar pelo pescoço já é mais novo. Então, perguntava, “pra onde você vai com

essa porca?”, “vou levar pra grama”. Porque aqui punha pra comer grama, não dava milho, passava dias aí só à grama. E era muito porco.

M: De quem que eram esses porcos?

L: Eram dos vizinhos aí.

M: Qualquer um que quisesse podia colocar aí?

L: Colocava.

[...]

M: Mas como é que acabou com os porcos?

L: Depois que começou a fazer casa de alicerce, os porcos ficavam espojando no barro e vinham sujando as casas, aí eles reclamaram com o prefeito e o prefeito levantou a porcada e arrancou as porteiras, eram três porteiras.

(L. é pequeno proprietário e tem 68 anos)

Esta porção de *terra comum*, de acordo com a memória de alguns moradores, seria coberta por grama, a qual serviria de alimento para os porcos dos moradores que viviam em seu entorno. Cada morador poderia livremente utilizar esta área para alimentação de sua “criação” – como se denomina pequenos animais que se criam próximos à casa, tais como porcos e galinhas. Esta história estaria na origem do modo como ainda hoje é conhecido o próprio distrito de Dom Viçoso – Grama – mas é desconhecida por muitos desses moradores.

Conforme os indícios da memória, esta *terra comum* poderia ser correspondente à área que teria sido doada ao santo, de acordo com a versão documental, ou seja, os dois alqueires e meio. Neste caso, a terra do santo teria sido sempre apropriada coletivamente, sendo que as “posses” familiares ter-se-iam estabelecido fora desta área, em seu entorno, nas terras que ainda pertenceriam à fazenda São Matias, mas que logo foram desmembradas em pequenos “terrenos”.

Alfredo Wagner Berno de Almeida (2006) identifica como uma das modalidades de uso comum de terras nas regiões de colonização agrária antiga as *terras de santo*. Estas, segundo o autor, ocorreriam em regiões diversas e com características peculiares. Uma forma de apresentação de *terra de santo* indicada pelo autor que se aproxima à situação aqui estudada é aquela de “povoados camponeses encravados dentro de grandes propriedades, que permanentemente ameaçam intrusar seus domínios” (Almeida, 2006: 116).

Ao destacar esse “aspecto freqüentemente ignorado da estrutura agrária brasileira” (Almeida, 2006:101) – a existência de formas de apropriação comum de terras – o autor lança luz sobre uma importante questão para a antropologia do campesinato: grande parte das unidades sociais camponesas estudadas pelos antropólogos no Brasil não se adequa ao modelo

de campesinato que corresponde a pequenos produtores distribuídos em grupos familiares. Pelo contrário, boa parte das terras que se supõem serem apropriadas familiarmente conta com regimes diferenciados de posse e propriedade da terra, dentre as quais as *terras comuns*.

No entanto, as diferenças sugeridas por esta etnografia em relação ao modelo traçado por Almeida são significativas. Em primeiro lugar, esta região de Minas Gerais, que não figura dentre os exemplos de Almeida, não apresenta, argumenta, a configuração social que ele denomina “campesinato pós-plantation” (Almeida, 2006: 112), à qual estariam associadas as modalidades de uso comum de terras. Como pretendi demonstrar no primeiro capítulo desta dissertação, a porção noroeste da Zona da Mata teria sido ocupada tardiamente, em finais do século XIX, em função da produção de café. No entanto, nesse momento, o café em Minas Gerais já experimentava um período de crise devido à concorrência com novas áreas de produção, dotadas de terrenos mais férteis, tais como o oeste paulista e paranaense. A produção cafeeira ter-se-ia organizado, então, em bases menos capitalizadas e em propriedades relativamente pouco extensas, que teriam convivido desde o início com uma população camponesa. Nesse sentido, pode-se afirmar que o campesinato dessa região se constitui concomitantemente ao desenvolvimento da economia cafeeira e não após sua decadência.

Em segundo lugar, a “terra do santo” neste caso não provém da desintegração de domínios da Igreja, mas, provavelmente, da doação por parte dos proprietários da fazenda São Matias. Claude Lévi-Strauss em sua viagem ao Brasil teria notado a frequência com que ocorriam “patrimônios” no interior da região sudeste, estando muitos desses, inclusive, na origem de cidades dessa área. Segundo o antropólogo, parte dos “patrimônios” teria origem na doação de parcelas de terras por parte de fazendeiros para a igreja. A situação notada por Lévi-Strauss, que aparece em seu *Tristes Trópicos*, ainda que não tenha sido objeto de mais que um breve comentário seu, nos sugere um modo de compreensão do que teria ocorrido na área estudada:

Em certos casos, ao contrário, os fazendeiros decidiam, por motivos religiosos, entregar terras a uma paróquia. Assim nascia um ‘*patrimônio*’, aglomeração posta sob a proteção de um santo. Outros *patrimônios* tinham caráter laico, quando um proprietário resolvia se tornar ‘povoador’ e até ‘plantador de cidade’. Batizava-a então com seu nome: Paulópolis, Orlândia; ou, por cálculo político, colocava-a sob a proteção de um personagem famoso: Presidente Prudente, Cornélio Procópio, Epitácio Pessoa... Pois, mesmo no ciclo de vida tão curto como era o seu, as aglomerações ainda encontravam uma maneira de trocar de nome várias vezes, cada uma dessas etapas sendo igualmente reveladora de sua transformação (Lévi-Strauss, 1996: 108).

A etnografia realizada por Carlos R. Brandão na região do Alto Paraíba, entre os anos de 1979 e 1986, apresenta uma situação bastante semelhante àquela que é objeto de estudo neste trabalho. O “povoado” ou “povoação” de São Pedro da Catuçaba é um *patrimônio*, pois constitui doação de terras à igreja por meio de um santo constituído como padroeiro local. Essa situação, segundo o antropólogo, seria bastante comum no meio rural brasileiro (Brandão, 1995).

Creio que haja situações bastante diversas envolvendo as terras consideradas como *patrimônio* ou *terra de santo*, o que dificultaria interpretações mais amplas. Talvez se pudesse sugerir um modelo histórico para a interpretação dessa modalidade de apropriação fundiária específico para a região sudeste, sobretudo para as áreas de produção cafeeira relativamente antiga, como o Vale do Paraíba e Zona da Mata mineira. No entanto, a prudência recomenda a análise de caso a caso evitando incorrer em generalizações apressadas.

Em terceiro lugar, no caso em estudo a *terra do santo*, a qual teria sido apropriada de modo comum em um tempo passado, não corresponde à área que os moradores reconhecem como sendo aproximadamente o “patrimônio”. Ao refletir sobre o caso em estudo, a partir da leitura de Almeida, percebemos a complexidade das relações com a terra no local. Como foi visto nesse capítulo uma parte das terras do *patrimônio* deve ter sido ocupada como terra de uso comum, provavelmente àquela que correspondia à *terra do santo*. Hoje, uma parte de tal área seria bem público, onde se situam a igreja e a praça. A região situada no entorno dessa terra é apropriada familiarmente pelos moradores segundo a forma de organização do espaço local em “posses”. No entanto, essas “posses” representam apenas a unidade de morada da família. As terras de trabalho, como já foi dito, situam-se no exterior do *patrimônio*, ou desse *território*, nos “terrenos”. Estes “terrenos” frequentemente não pertencem aos moradores do *patrimônio*, sendo que muitos deles os cultivam segundo o sistema de meação<sup>26</sup>.

Portanto, parece que a ocupação dessas terras em Dom Viçoso teria se seguido à doação de uma parcela para o Senhor Bom Jesus ou, conforme a versão histórico-mítica da origem do “patrimônio”, as terras seriam do Bom Jesus que as doa ou concede a sua apropriação às famílias que chegam. Tal parcela teria sido apropriada em comum por um grupo de famílias que se desloca para o local em busca de morada e terra de trabalho, as quais se instalam sobre e/ou no entorno da terra do santo. As mesmas famílias teriam operado uma organização do espaço que ocupam em “posses”, segundo regras locais respeitadas pela coletividade, mas que não excluem o recurso à legalização das terras. Alguns moradores apenas obtiveram a titulação de suas posses na década de 70 do século XX, quando a Funrural desenvolve um projeto de regularização fundiária no estado de Minas Gerais, o qual foi responsável pela titulação de

---

<sup>26</sup> Remeto o leitor ao próximo capítulo onde analiso a categoria “terreno”.

diversas “posses” na área pesquisada. Além disso, algumas dessas mesmas famílias obtêm propriedade de “terrenos” situados no entorno do patrimônio, convertendo-se em pequenos proprietários, ou “donos” cultivadores de “lavouras” e “roças”, enquanto que outras, sem terra de trabalho própria, passam a trabalhar como “meeiros” junto aos “donos”.

## **2.4. Patrimônios: memória, território e sociabilidade**

Neste capítulo pretendi demonstrar que o “patrimônio” expressa a territorialidade dos moradores dessa área. Nesse sentido, o processo histórico de sua construção expõe as relações de tais moradores com um espaço específico, constituindo-o social e simbolicamente. O processo de construção desse *território* se faz conforme a trama das relações sociais no interior do grupo que aí vive, refletindo sua similaridade, bem como suas diferenças em termos de visões e versões da história e interesses. Por outro lado, a própria constituição do grupo depende de um processo contínuo, conforme a ação dos indivíduos que dele tomam parte, de manutenção de uma unidade social. Para isso, a projeção da coletividade em uma dimensão simbólica por meio da figura do santo e a existência de uma *terra de uso comum* cumprem um papel fundamental.

Desse modo, podemos ressaltar dois aspectos interdependentes em uma mesma realidade social: a dimensão coletiva de um grupo que se relaciona ao uso de uma terra comum, a qual é referida simbolicamente; as disparidades internas à trama das relações sociais do grupo conforme as quais a construção do *território* é um processo contínuo e sempre tenso. Tais aspectos são interdependentes na medida em que expressam essa realidade social e vinculam-se ambos ao que constitui sua própria especificidade: a sociabilidade local.

John Comerford (2001), em sua pesquisa de doutorado realizada com camponeses de uma região próxima àquela abordada neste trabalho, aborda a questão da sociabilidade. O interesse do autor é, principalmente, a formação do sindicalismo de trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira, partindo da “organização camponesa e sua dinâmica”, fundamento da formação institucional (Comerford, 2001: 11). De acordo com o autor, a forma de sociabilidade camponesa básica nessa região poderia ser nomeada como “agonística”. Isso se deve ao fato de que a unidade de sociabilidade local seria a família, que forneceria o modelo para as relações sociais de modo geral. A organização social camponesa nessa região seria, portanto, baseada em localidades que estão em um constante processo de “familiarização” e “desfamiliarização”, pois “o conflito é uma característica recorrente na esfera das relações entre as famílias nas localidades” (Comerford, 2001: 95).

Estes conflitos envolvem disputas que ocorreriam em uma espécie de “mapa” que o autor denomina “esquema de enquadramento social” ou o processo constante de sua produção como “mapeamento social” (Comerford, 2001: 57). Tais disputas ocorrem com base em narrativas, as quais formariam um quadro de julgamentos e interpretações das qualidades morais das pessoas inseridas em uma “luta de classificações”, expressão que o autor busca nas análises de Bourdieu sobre a *luta simbólica*. Segundo Bourdieu (1989: 174), a luta simbólica é a “luta pela conservação ou pela transformação do mundo social por meio da conservação ou da transformação da visão do mundo social ou, mais precisamente, pela conservação ou pela transformação das divisões estabelecidas entre as classes por meio da transformação ou da conservação dos sistemas de classificação que são a sua forma incorporada e das instituições que contribuem para perpetuar a classificação em vigor, legitimando-a”.

De acordo com Comerford (2001: 95) “o conflito, no sentido amplo da sociabilidade agonística, é um pressuposto das relações, foco de estruturação social”. Nesse sentido, no contexto camponês local:

Torna-se essencial a capacidade de construir e impor interpretações e desqualificar as interpretações concorrentes, capacidade constitutiva do universo agonístico que essas mensagens concorrentes e seus emissores vão estruturando (Comerford, 2001: 56).

Concordando com o autor e a partir de alguns elementos freqüentes na memória de moradores de Dom Viçoso, pode-se construir uma versão da história local, que se configura como o produto de disputas que envolvem interesses do presente, reconstruções do passado e expectativas em relação ao futuro. De acordo com o complexo processo de ocupação da terra descrito acima, pode-se perceber que não há uma versão da história que seja plenamente legítima, mas pontos de acordo de relatos e muitas discordâncias. Tais discordâncias podem conduzir a disputas em torno da legitimidade das versões da história do lugar, incluindo o que se refere aos limites do que se considera no local como sendo o “patrimônio”. E estas disputas refletem a trama das relações sociais do local.

Nestas disputas, o caráter que se atribui aos moradores conta como índice de legitimidade. De tal modo, são muito comuns em Dom Viçoso as acusações de “mentiroso”, “encrenqueiro”, “nem mora aqui”, às vezes associadas a características como ser “preguiçoso”, quando se quer deslegitimar a versão de alguém ou sua causa em um conflito. Mas uma principalmente é importante neste caso, a acusação de “demandeiro”.

O senhor J. me adverte ao me indicar o senhor J. C. de que este seria “demandeiro”, o que significa alguém que gosta de “tocar demanda”, ou seja, que tenta resolver conflitos valendo-se de vias legais, contratando advogados e não segundo os costumes locais. Segundo estes costumes os conflitos são resolvidos por vias da negociação pessoal, entre aqueles envolvidos, em uma discussão sobre limites de propriedades, por exemplo, o que é muito comum. Em tais negociações pode haver mediadores, como parentes e amigos dos envolvidos, mas conta, acima de tudo, o caráter que se atribui coletivamente aos contendores. Dessa forma, a legitimidade da postura e das afirmações de alguém em um conflito local depende em parte do reconhecimento coletivo de que seja justa sua causa, mas também depende de que esta pessoa seja alguém “considerado” no lugar, algo que poderia ser expresso pela noção de “política de reputação” utilizada por Comerford (2001), enfatizando a dimensão pública das contendas. Ser “considerado” geralmente é prerrogativa daqueles que são “trabalhadores”, que não procuram “encrenca” com pessoas do local e que, principalmente, sejam “do lugar”, tendo uma ampla rede de relações de parentesco, vizinhança e amizade que o respalde. Quando os conflitos locais não podem ser solucionados por essas vias pode-se partir, em alguns casos, para ameaças, agressões físicas e mesmo mortes, mas em geral as pessoas que aí vivem reconhecem que isso teria sido recorrente no passado, mas praticamente não ocorreria mais hoje.

No conflito relatado, o senhor J. C. recorreu a um advogado e a documentos que sequer são do conhecimento das pessoas que vivem nesta região, ou seja, resolveu “tocar uma demanda”. Dessa forma, buscou outras vias de legitimação de sua postura em uma disputa, pautadas na força do documento escrito e da lei. Com isso, acaba por inaugurar também uma tradição escrita da história local, ainda que esta seja, no momento, relativamente desconhecida por boa parte dos moradores. Há neste caso, uma sobreposição bastante tensa, até o momento, entre a interpretação que se poderia chamar de “histórica” e aquela que se poderia denominar “mítico-histórica” da construção do “patrimônio”.

Mas segundo o próprio J.C., a demanda está parada pois teria sofrido ameaças e também não queria mexer com isso, pois não seria um “demandeiro”. Em outro momento, este senhor nos conta que apenas procurou tais documentos para que se pudesse averiguar a situação legal das terras do “patrimônio”, com o intuito de que ele pudesse ser “reconhecido” e que, com isso, passasse a contar com mais recursos, como calçamento e investimentos em turismo. Como o entrevistado afirma, sua expectativa é de que a história do “patrimônio” pudesse ser conhecida e que isso viesse a contribuir para o desenvolvimento local.

O que se pode perceber a partir daí é que o próprio acusado de ser “demandeiro” reitera o modo de julgamento local, abandonando sua causa para que não fosse caracterizado aos olhos de seus pares por tal acusação. Isso se deve, provavelmente, ao fato de que “tocar demanda”

não é uma via considerada legítima na maioria dos casos de conflitos locais (ainda que possa ocorrer).

Nesse sentido, parece não haver consenso com relação a uma memória da ocupação das terras em que vivem e, por conseqüência, de seus limites, por parte dos moradores do *patrimônio*. Não há, como já foi dito, uma situação de conflito para com um elemento externo, por exemplo, o que viria, provavelmente, a corroborar a construção de uma memória coletiva sobre as origens do grupo. Pode-se refletir, assim, sobre o modo como se configura no caso estudado a relação entre a memória e seus “quadros sociais”.

Em primeiro lugar, espero que tenha ficado evidente que não se trata neste caso de um grupo camponês homogêneo – o que de fato não corresponde a nenhuma realidade social – pelo contrário, este é marcado por diferenças internas<sup>27</sup>. A memória local expressa tais diferenças e os antagonismos que existem entre os moradores, ou entre grupos de moradores, na multiplicidade de versões e pontos de vista sobre eventos que estariam presentes na ocupação das terras em que vivem.

Por outro lado, apesar de suas distinções internas, haveria algo que unifica o grupo. Uma possível interpretação para este fato, consideraria as disputas internas em torno de significados, legitimidades e reputações do ponto de vista de uma análise da sociabilidade local como sendo “agonística”, no sentido referido acima, trabalhado por Comerford (2001). Neste caso, considerar-se-ia o conflito como dimensão básica e estruturante da sociabilidade local, o qual se expressa não apenas em um conjunto de práticas, mas em narrativas sobre conflitos que estão envolvidas em “lutas classificatórias”, que seriam a própria matéria do cotidiano (Comerford, 2001: 96).

Uma interpretação em certo sentido distinta consideraria a unidade social do ponto de vista de um sentimento de pertença a uma determinada terra partilhada e a um coletivo. As acusações, como “demandeiro”, viriam, então, a desqualificar o envolvido enquanto sujeito social, membro do grupo, servindo, nesse sentido, como uma espécie de advertência para a coesão social. Nesse sentido, poder-se-ia pensar em termos de um senso de pertencimento partilhado pelos moradores do *patrimônio* do distrito de Dom Viçoso em relação à sua terra. Tal sentimento relacionaria as pessoas que ali vivem, em sentido próximo às considerações de Antônio Cândido (2003) sobre a estrutura fundamental da sociabilidade *caipira* como sendo o *bairro rural*. O *bairro*, segundo o autor, compõe-se de uma *base territorial* e um *sentimento de localidade* (Cândido, 2003: 84). No entanto, nessa região de Minas Gerais não encontramos o termo *bairro*, como na área paulista estudada por Antônio Cândido e outros. Como já foi dito,

---

<sup>27</sup> No próximo capítulo algumas destas diferenças serão exploradas mais a fundo.

no contexto trabalhado fala-se em “povoado” e em “patrimônio”, sendo que este termo é empregado por aqueles que nele vivem, referindo-se ao núcleo do distrito de Dom Viçoso.

Na área estudada, o sentimento de pertença em relação ao local onde vivem criaria uma identidade dentre seus moradores que estaria associada ao *patrimônio* enquanto referência. Esse sentimento de pertença não deve ser naturalizado, mas compreendido como algo que é constantemente produzido, reproduzido e alterado na convivência, no cotidiano de relações entre os moradores no interior desse espaço e em relação a ele.

Nesse sentido, a sociabilidade local, que pode ser compreendida como o conjunto das relações cotidianas entre as pessoas e dessas com seu meio, criaria e recriaria constantemente um espaço próprio ou cenário dessas relações ao tempo em que se criaria (e recriaria) a partir desse mesmo espaço. Creio que se poderia compreender desse modo a relação proposta por Antônio Cândido entre o *sentimento de pertença* e a *base territorial* para a compreensão da sociabilidade *caipira* ou camponesa, no caso trabalhado, onde o *patrimônio* ocupa o papel que na área paulista desempenha o *bairro*. Somando-se a tal dimensão da sociabilidade local, haveria a imagem do santo, como já foi dito, que refere a unidade social e espacial constituída pelo “patrimônio” em termos simbólicos e, deste modo, a respalda e fortalece.

Apesar das diferenças sociais expressas na multiplicidade da memória local, haveria a tentativa de criação de uma memória unificada, ou legitimada, pela eliminação de vieses individuais ou de outras interpretações não pautadas nos critérios locais de julgamento, como no caso apresentado. Neste caso, não se partilharia da memória legítima ao se escapar dos padrões ideais de comportamento, ou ao não se unir ao grupo; ou ao inverso, não se poderia ser portador de uma versão legítima quando não se enquadra nos padrões sociais legitimados.

As possibilidades de análise apresentadas, sobre as disputas internas e a coesão concomitantes na área estudada, são em certo sentido diversas mas possuem ambos méritos teóricos comuns. As duas interpretações pautam-se na questão da sociabilidade e colocam um problema básico – o da unidade elementar da sociabilidade camponesa e como se dá sua produção social. A interpretação fundamentada no pensamento de Antônio Cândido (2003) enfatiza o *bairro* como a unidade da sociabilidade caipira. A interpretação de Comerford (2001), por sua vez, toma como foco da análise da sociabilidade camponesa a família, a qual estaria envolvida na própria formação das localidades rurais. Remeto o leitor ao quarto capítulo quando retomo essa discussão após ter apresentado outras diferenças e relações entre os moradores do *patrimônio* – aquelas que se dão no plano da economia.

Por ora, cabe afirmar que o que o termo “patrimônio” efetivamente aciona no discurso local é a existência de um grupo e um espaço como referências para formas de vivência coletiva. O “patrimônio” possui, desse modo, uma dupla significação para os sujeitos dessa pesquisa. Por

um lado, significa o próprio grupo, o qual é formado por aquelas pessoas que se reconhecem como sendo “do lugar”, que são diferentes entre si mas têm em comum o fato de viverem em um mesmo *território*, de partilharem uma porção de terras. Por outro lado, remete ao espaço do qual estes moradores se apropriam historicamente e que é reconhecido no local como sendo legítimo, independentemente do que tenha sido a *terra do santo* originalmente. A legitimidade da apropriação dessas terras, neste caso, não provém da existência de uma doação de terras para um santo, menos da extensão real dessas terras, mas da construção coletiva de um modo de vida próprio que determina uma territorialidade específica. O “patrimônio”, portanto, é a referência básica de vida dos moradores dessa área. Mas a existência de um santo considerado como o dono verdadeiro das terras funciona como uma espécie de respaldo para a manutenção de um bem viver, projetando-se em um plano religioso e, logo, simbólico, ideais de convivência social<sup>28</sup>.

Além disso, pode-se associar a noção de patrimônio àquilo que se transmite e, portanto, compreender a memória como patrimônio. Nesse sentido, a memória deve ser compreendida como um patrimônio, no sentido daquilo que é legado através de gerações como uma herança coletiva, a qual relaciona aqueles que já foram e aqueles que virão. Como afirma Godói (1999: 146) ao comentar o trabalho de Ecléa Bosi<sup>29</sup>, já citado neste texto, “a função social da memória – lembrar e advertir – é unir o começo ao fim, ligando o que foi e o porvir”. De tal modo, compreende-se que a memória não se transmite exclusivamente por uma tradição oral, mas por meio de uma tradição-práxis, ou seja, de modos incorporados de viver em determinada terra, os quais devem estar vinculados a uma ocupação quase que imemorial ou ligada a uma memória latente.

Portanto, no caso estudado, especificamente, haveria diferentes modos de apropriação e uso da terra que convivem e se complementam em termos da realidade do grupo de camponeses. O que a noção nativa de “patrimônio” evoca, no contexto estudado, refere-se a um sistema de apropriação da terra e à existência de um *grupo* que vive em uma determinada terra, onde a própria constituição do grupo é condição para a construção desse patrimônio – no sentido da terra partilhada –, do mesmo modo como a existência de uma terra partilhada é condição para a construção de um patrimônio – no sentido de um grupo que possui modo de vida próprio.

---

<sup>28</sup> Durante o processo de orientação, a professora Deborah Lima chamou-me a atenção para a questão de que a concepção dos moradores da existência de um plano sagrado, o do santo, como o elo entre a coletividade e o território talvez possa ser generalizável em algum grau para todas as terras de santo. Creio que tal questão poderia ser de grande utilidade para nortear estudos de caráter mais geral a respeito da realidade fundiária brasileira. No entanto, neste trabalho atendo-me à realidade do distrito de Dom Viçoso, esperando que esta etnografia cumpra o papel modesto de oferecer dados que possam ser revistos, contestados ou comparados com o produto de outros trabalhos.

<sup>29</sup> Emília Pietrafesa de Godói utiliza a primeira impressão do texto de Bosi, que data de 1979, enquanto que a versão deste mesmo trabalho utilizada por mim data de 1983.

### **3. A economia camponesa em Dom Viçoso**

Este capítulo explora a economia camponesa desenvolvida em Dom Viçoso. Sustento que a especificidade camponesa define-se no plano de uma sociabilidade e de uma moral que fundamenta a organização econômica. Nesse sentido, discuto algumas categorias centrais, segundo as quais os camponeses de Dom Viçoso orientam sua práxis econômica. Em primeiro lugar, considera-se a categoria “terreno” que se define em uma relação de contraposição à noção de “fazenda”. A categoria “terreno” expressa a modalidade de organização do espaço agrário no local, as relações sociais subjacentes, sobretudo no que concerne ao trabalho, e as relações com o meio natural. Em segundo lugar, abordam-se os significados das noções segundo as quais se organizam as relações de trabalho e com a terra dentre os agricultores de Dom Viçoso, quais sejam: “dono”, “meeiro” e “companheiro”. Essas categorias expressam uma diferenciação sócio-econômica existente no distrito que, no entanto, não se expressa como uma rígida estratificação social, o que ocorre, argumento, em função da organização social fundamentada no *patrimônio*, enquanto território comum e núcleo de sociabilidade. Por fim, tratam-se das categorias “lavoura” e “roça” que significam, respectivamente, a produção de café e o cultivo de milho e feijão. Estes gêneros agrícolas possuem grande importância no local e se complementam, em termos dessa economia camponesa, tanto no nível da produção, quanto nos níveis da circulação e do consumo.

#### **3.1. Dom Viçoso: um distrito agrícola**

O distrito de Dom Viçoso é uma área predominantemente agrícola e o principal gênero produzido é o café. No primeiro capítulo tivemos a oportunidade de acompanhar o processo histórico de ocupação dessa região, enfatizando a introdução do café e o modo como este foi em grande parte responsável pelo atual configuração de tal espaço agrário. Ao longo de séculos, a produção cafeeira teria passado por momentos de crise e fragmentação fundiária e outros de expansão acompanhados de concentração de terras.

No cenário atual, segundo entrevistados, e como a análise evidencia, não há grandes propriedades, pois as poucas “fazendas” que teria havido na região foram desmembradas no processo de divisão por herança e/ou devido a crises econômicas. Apesar disso, não se poderia dizer que há atualmente uma crise da produção cafeeira nessa localidade. A despeito de variações bienais na produtividade, o que é uma característica natural desse cultivo, e da constante possibilidade de colheitas relativamente inferiores em alguns anos, devido a variações

climáticas, a produção cafeeira em Dom Viçoso, de modo geral, encontra-se em um estágio de relativa estabilidade. Pode-se dizer que há uma relação equilibrada, a qual é predominante mas não exclusiva, nessa região, entre a cafeicultura e a pequena e média propriedade. As propriedades fundiárias existentes têm, em geral, pequena extensão e são denominadas “terrenos”.

Nas pequenas propriedades de Dom Viçoso, a produção de café coordena o ciclo agrícola anual e boa parte da organização da vida. Essa produção é predominantemente familiar, mas conta com um acréscimo de trabalho daqueles que vivem no *patrimônio* ou mesmo vem de outras regiões e da cidade, principalmente na época da colheita – período que demanda uma quantidade maior de mão-de-obra. Desse modo, o café é cultivado nos “terrenos” assimilando uma quantidade considerável de trabalhadores – sejam estes proprietários da terra, parceiros ou trabalhadores temporários – sobretudo no momento da colheita. O café, como se verá adiante de modo mais detalhado, é produzido visando, primeiramente, a comercialização. Este é o principal item comercial dessa região da Zona da Mata e é por meio dele que se realiza a inserção desses agricultores no mercado.

Além do café, os principais gêneros agrícolas produzidos nos “terrenos” são o milho e o feijão. A produção de milho e feijão é praticada, em geral, contanto apenas com mão-de-obra familiar, seja dos proprietários da terra ou de parceiros, nos espaços de terra e de tempo deixados pelo café. O milho e o feijão são destinados para o consumo da unidade familiar, podendo ser, eventualmente, comercializados.

Há também alguma criação de gado na região, mas em geral pouco significativa. A criação de gado, de acordo com os relatos locais, não seria plenamente viável, pois exigiria uma extensão maior de terras, que não está, em geral, disponível e uma menor quantidade de mão-de-obra. O gado atende a um mercado local relativamente pequeno e às necessidades domésticas de seus criadores. Aqueles que possuem algumas cabeças de gado, contudo, em geral também cultivam café e outros gêneros, como o milho e o feijão. Na maioria das vezes, a criação de gado não é considerada como principal atividade por parte do seu responsável, pois aquela mais valorizada nesta área é a lida com a terra, sobretudo a “lavoura”, ou seja, o cultivo de café. O seguinte relato sugere também o fato de que a criação de gado poderia ter sido uma importante atividade na região, abandonada com o tempo devido a fatores como dificuldades com a criação e fragmentação de propriedades, sendo substituída pelo café<sup>30</sup>:

---

<sup>30</sup> Os dados etnográficos utilizados nesse capítulo derivam de observações e entrevistas com moradores do *patrimônio* de Dom Viçoso, nem todas elas gravadas. Os relatos aqui utilizados são quase todos provenientes de entrevistas realizadas com dois moradores da localidade, o senhor J., pequeno proprietário, que tem cerca de 80 anos, e o senhor A., “meeiro”, que tem cerca de 50 anos, incluindo um interessante diálogo entre ambos. Estes agricultores demonstraram a capacidade de condensar em sua fala questões importantes da economia local.

M: E o senhor tem gado também, não tem?

J: Tem não. Eu mexia com gado. Aí eu percebi que o gado estava dando prejuízo, aí eu vendi, acabei com os gados tudo. Teve uma época que deu doença no gado, morreu muito, morreu demais, numa seca igual a essa. Eu não estava entendendo porque estava morrendo não. Aí eu vendi o resto e falei, “agora eu vou plantar só café”.

Os sujeitos dessa pesquisa vivem no *patrimônio* e trabalham nos “terrenos”. Alguns desses moradores do *patrimônio* são proprietários de “terrenos”, os quais possuem extensões variadas, geralmente entre um e 20 alqueires<sup>31</sup>. Os proprietários, também denominados, no discurso local, “donos”, produzem principalmente café, milho e feijão e têm, certas vezes, algum gado. Suas terras podem ser cultivadas por eles próprios e suas famílias ou podem ser concedidas, em parte ou completamente e formal ou informalmente, para que outras pessoas, com suas famílias, as cultivem segundo o sistema de parceria agrícola. Essa situação é bastante comum nos casos em que o trabalho demandado para a lida com a terra não seja satisfeito apenas pela mão-de-obra da família do proprietário, mas também pode ocorrer devido a situações diversas; por exemplo, um pai que entrega parte de suas terras para que um filho a cultive como “meeiro” quando este se casa e passa a ser responsável por uma unidade familiar; dentre outras.

A maioria dos moradores do patrimônio não é proprietária de “terrenos”, mas os cultivam segundo o sistema de parceria agrícola<sup>32</sup>. Destes se diz com frequência que “tocam lavoura à meia”, mas também pode ocorrer que “toquem lavoura à terça”, dentre outras formas de divisão da parceria. Nesta área, a expressão mais comum do sistema de parceria é a meação, mas mesmo no interior desta há toda uma série de modulações que serão exploradas adiante. Utilizarei com frequência o termo “meeiro”, pois esta é a categoria nativa mais comum para se referir àquele que se encontra em uma relação de parceria agrícola. O termo *parceiro* é uma noção que possui também fundamento legal, mas é pouco utilizada no cotidiano dos moradores do patrimônio.

O termo “lavoura” denomina principalmente o cultivo de café, podendo em alguns casos aplicar-se também à produção de milho e feijão, que são assim chamados de “lavoura branca”.

---

<sup>31</sup> O alqueire local corresponde a 3 hectares.

<sup>32</sup> Não obtive dados precisos a respeito do número de famílias que são proprietárias de terras, “meeiras”, ou outras situações, mas foram feitas algumas estimativas por moradores do patrimônio. Estas indicam a seguinte situação: 1) uma parcela pouco expressiva da população local, provavelmente menos de 10% do total, teria a propriedade de uma extensão de terras ao menos suficiente para o sustento da família; 2) alguns teriam alguma terra, mas insuficiente para atender às necessidades familiares, trabalhando também como meeiros, em número que provavelmente complementa a primeira categoria, definindo cerca de 10% de proprietários no conjunto da população; 3) a maioria da população local, provavelmente cerca de 80 a 90%, não detém a propriedade das terras em que trabalha, sendo “meeiros”; 4) o restante da população, o que corresponde a uma pequena parcela, é constituída por aqueles que não possuem acesso algum à terra, seja como proprietários, seja como “meeiros”.

Contudo o termo mais comum para a “lavoura branca” é “roça”, sobretudo quando esta é cultivada entre as “carreiras” da “lavoura” de café, situação bastante comum. “Tocar uma lavoura” significa cultivar certa parcela de pés-de-café ao longo de todo o ano agrícola. Pode haver, nos espaços deixados entre as “carreiras” de café, plantações de milho e feijão em períodos determinados, mas estes cultivos também podem ser encontrados em espaços próprios às “roças”. O trabalho dos “meeiros” corresponde, prioritariamente, a “tocar lavoura”, sendo raros os casos daqueles que possuem algum gado.

Alguns poucos moradores do patrimônio, por sua vez, não são proprietários nem “meeiros”. Estes podem ser aposentados, comerciantes, funcionários públicos, dentre outras categorias que não estão diretamente relacionadas ao trabalho com a terra. Mas estas pessoas não deixam de depender do contexto social dominado pela agricultura, sendo que, na época da colheita, em geral, também trabalham na “panha do café”. Há ainda os casos daqueles que se pode enquadrar na classificação de trabalhadores assalariados ou temporários na agricultura – conhecidos, segundo a denominação local, como “empregados” e “jornaleiros”, respectivamente. Os casos de pessoas sem acesso à terra, seja como proprietárias, seja como “meeiras”, foram considerados pelos entrevistados como extremamente raros no distrito, mas ocorreriam mais freqüentemente nas “fazendas”, onde estas pessoas trabalhariam como assalariados ou trabalhadores temporários.

Em linhas gerais, temos uma organização do universo econômico local que se expressa em algumas categorias nativas, dentre elas as de “proprietário” ou “dono”, “meeiro”, “empregado”, “jornaleiro”, dentre outras. Tais categorias não correspondem a ocupações, funções ou profissões fixas, mas sim a possibilidades ou a situações definidas segundo contextos particulares. Um mesmo indivíduo pode ser pequeno proprietário, mas complementar a produção necessária para o sustento de sua família tocando uma “lavoura” de outrem à meia. Outro indivíduo pode ser “meeiro”, mas considerar necessário trabalhar como “jornaleiro”, esporadicamente, para aumentar a renda familiar; dentre uma série de situações recorrentes. Além disso, ao longo do ciclo da vida de um indivíduo, ou de uma família, pode-se passar de “empregado” a “meeiro” e a “proprietário”, bem como o inverso. Portanto, tais termos indicam a existência de diferentes formas de se ter acesso à terra em Dom Viçoso que se apresentam como possibilidades aos indivíduos de reprodução de uma economia e de um modo de vida camponês. Além disso, tais categorias são complementares e se definem em função da principal categoria fundiária local: o “terreno”. Começemos, pois, por analisar esta noção e, a partir daí, buscar compreender a dinâmica da economia em Dom Viçoso.

### **3.2.O “terreno” e a “fazenda”: relações de trabalho, dimensão e exploração da terra**

A “fazenda” é uma categoria central na organização da vida econômica em Dom Viçoso. Contudo, os moradores do *patrimônio* não se consideram a si próprios e uns aos outros como sendo “fazendeiros”. Outrossim, afirmam que no distrito não haveria “fazendas”, mas sim “terrenos”. Porém, a construção da noção de “fazenda” auxilia a definir modalidades específicas de relações de trabalho e as categorias que as indicam, inclusive aquelas em que os próprios moradores do patrimônio se enquadram.

Os moradores do *patrimônio* representam o trabalho associado ao universo da “fazenda” em termos de uma dependência e submissão, que não desejam para si. As categorias que expressam essa modalidade de relação de trabalho – “empregado” e “jornaleiro” – dificilmente seriam utilizadas por esses agricultores em uma auto-atribuição. Por contraposição, estes mesmos moradores representam o trabalho realizado nos “terrenos” em termos de relações interpessoais bastante específicas, expressas horizontalmente e por meio de reciprocidades. Não haveria, pois, idealmente, no universo social definido pelos “terrenos”, as relações hierarquizadas expressas no controle, dependência ou submissão, como no caso de “empregados” e “jornaleiros” nas “fazendas”. Portanto, os moradores do *patrimônio* apresentam-se como relativamente semelhantes em termos de relações de trabalho.

No entanto, como busco demonstrar ao longo deste capítulo, há uma diferenciação econômica estrutural no contexto do distrito de Dom Viçoso, que constantemente ameaça aproximá-lo do modelo definido, pelos próprios moradores do *patrimônio*, para a “fazenda”. Contudo, esta não produz categorias sociais hierarquizadas, ou uma estratificação social, posto que os moradores dessa localidade vinculam-se em função de uma moral e uma sociabilidade próprias e em função de compartilharem de um mesmo território, o que anula no plano de suas representações a diferenciação econômica entre eles<sup>33</sup>.

O “terreno”, seja o “terreno” como área de trabalho apenas ou também como área de morada – o “sítio” –, define-se no pensamento local por oposição à “fazenda”. Esta pode em alguns casos ser denominada “terreno”, no sentido de atenuar suas diferenças em relação ao padrão das propriedades fundiárias do local. Algumas vezes, inclusive, utilizam-se ambos os termos de forma indistinta para se referir a um estabelecimento rural qualquer. Mas na maior parte das vezes, no discurso local, uma “fazenda” se distingue de um “terreno” em termos de extensão fundiária e aquelas são maiores em extensão que estes.

Não há um limite bem definido de extensão da propriedade fundiária segundo o qual esta seja classificada como “terreno”, ou “sítio”, ou como “fazenda”, ou qualquer outro parâmetro

<sup>33</sup> Remeto o leitor ao próximo capítulo onde abordo diretamente as questões afeitas à sociabilidade.

objetivo segundo o qual se possa operar tal diferenciação. Nesse sentido, a distinção local não se aproxima de critérios objetivos de classificação de propriedades fundiárias, como aqueles empregados pelo INCRA, por exemplo, por meio do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)<sup>34</sup>. Portanto, procuro seguir o modo como os moradores do patrimônio de Dom Viçoso operam sua classificação, construindo seu universo significativo. No entanto, freqüentemente esse ponto de vista pode dialogar com dados históricos, estatísticos e com análises sobre o panorama rural dessa região.

Em Dom Viçoso, a imagem da “fazenda” é bastante significativa, na medida em que se constroem mutuamente, e por contraste, as noções de “fazenda” e de “terreno”. A concepção de “fazenda” é construída com o apoio da memória, na lembrança das grandes “fazendas” que teria havido, e a partir de “fazendas” de outros lugares, que se viu ou sobre as quais se ouviu falar. Desse modo, os entrevistados com freqüência falavam sobre “fazendas” que teria havido na região em tempos passados ou de “fazendas” que teriam conhecido em viagens ou mesmo que haveria em regiões próximas dali ainda hoje.

Contudo, os moradores do *patrimônio*, freqüentemente afirmam que em Dom Viçoso não há “fazendas”. Essa afirmação corrobora a verificação feita no primeiro capítulo de que este distrito está inserido em uma região de baixa concentração fundiária. Haveria “fazendas”, segundo entrevistados, no distrito vizinho do Careço, no município de Ervália, e no distrito de São Domingos, em Araponga, próximo a Dom Viçoso, mas, de modo geral, seriam poucas as propriedades de grande porte nesta região, o que os dados apresentados no primeiro capítulo, mais uma vez, reafirmam. No distrito pesquisado, especificamente, como relataram seus moradores e como a observação revela, não há no presente grandes propriedades. Aquelas que teriam existido no passado desagregaram-se, seja devido a crises econômicas ou a divisões por herança, como no caso do Gongo, citado a seguir por um entrevistado, que teria sido uma “fazenda” dividida em sítios para os herdeiros:

A: E o nosso trabalho aqui é esse, né, lavoura, fazenda aqui não existe. Em Dom Viçoso tudo são sítios pequeninhos.

M: Nenhuma fazenda?

A: Não, não tem. Fazenda aqui é São Domingos e Careço.

M: Careço tem fazenda?

A: Careço tem. G. L. tem 500 alqueires de terra. Tem uma fazenda.

---

<sup>34</sup> Desde 2007 está sendo implementado pelo INCRA, via SNCR, o Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (CNIR), criado pela Lei nº 10.267 de 2001, o qual tem como objetivo criar uma base única de dados sobre a realidade fundiária brasileira por meio de um critério padronizado de ordenamento territorial e cadastramento no meio rural ([www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br); acesso em 20 de fevereiro de 2008).

M: A maior fazenda do Careço é dele?

A: É, G. L. Depois tem o A., que tem uma fazenda que deve ter uns 150 alqueires. Depois tem o A. Z. que deve ter nessa faixa também 80 a 90 alqueires de terra. Tem o J. R. que tem também uma média de uns 150. Aqui não, aqui em Dom Viçoso é difícil você achar uma pessoa com mais de 20 alqueires de terra. Mais é pequenininha, três alqueires, quatro alqueires, cinco alqueires, dez alqueires.

M: O maior terreno que você conhece aqui deve ter quantos mais ou menos?

A: Uns vinte alqueires.

M: Vinte, o maior?

A: É. O maior é vinte. E é o Z. P. e o T.

M: Z. P.?

A: É, Z. P. R. Lá no Gongo, lá em cima.

M: O que é esse tal Gongo, que eles falam? Gongo, eu não conheço lá não.

A: Aqui, quando você vem para cá, tem uma casinha em baixo para lá da ponte, tem uma casa lá de baixo da escada e um curral e tem uma encruzilhada que entra lá para cima. Dali para cima tudo é Gongo.

M: Mas, Gongo é o que? Faz parte de Dom Viçoso ou não?

A: Faz. Da Jabuticabeira para cá tudo faz parte de Dom Viçoso. Gongo era o nome de um lugar. Era uma fazenda antigamente, né, era fazenda. Só que hoje foi repartida em sítios para os herdeiros. Aí tem esse nome de Gongo, mas eu não sei por que colocaram esse nome lá.

[...]

M: Mas aí são os herdeiros que moram lá agora?

A: É.

M: Ah, tá. Tem muita gente que mora lá?

A: Tem. É só sítio pequenininho.

De forma geral, a “fazenda” parece definir-se no pensamento local segundo três itens: 1) a extensão de sua área; 2) a forma de exploração da terra; 3) as relações de trabalho. Tais itens estão imbricados e, desse modo, definem a diferença entre “fazenda” e “terreno”. Trata-se, portanto, de um conjunto de determinações mútuas que distinguem modos de exploração da terra.

A extensão de terras abarcada pela propriedade é o primeiro item significativo na distinção entre “fazenda” e “terreno”. Como já foi dito, não há um limite objetivo entre tais modalidades

de propriedade fundiária segundo suas dimensões. A extensão da área ocupada, portanto, é sempre relativa, variando conforme o padrão das propriedades locais, mas a “fazenda” corresponde sempre a uma propriedade que se considera como muito grande para os parâmetros do lugar. No relato transcrito acima, o entrevistado afirma que a maior propriedade em Dom Viçoso, e que poderia ser classificada como um “terreno” ou “sítio”, tem em torno de vinte alqueires, mas a maior parte delas tem três, quatro, cinco, dez alqueires de terra. Enquanto isso, as “fazendas” referidas pelo entrevistado teriam mais de oitenta alqueires.

No que se refere às formas de exploração da terra, segundo entrevistados, nas “fazendas” predominaria a pecuária nos últimos anos, enquanto que nos “terrenos” cada vez mais se abandonaria a criação de gado em favor da exclusividade da produção agrícola. A tendência à pecuarização tem se expressado efetivamente nessa região da Zona da Mata, sobretudo em propriedades de maior porte e que possuem um caráter mais moderno e competitivo no mercado. Contudo, isso não significa que não haja importantes propriedades de médio e grande porte nesta região que contam com uma produção agrícola, principalmente a cafeicultura, altamente competitiva e bem desenvolvida. O que ocorre é que, em alguns casos, as terras relativamente desgastadas pela produção prolongada de café são exploradas de maneira mais rentável com a formação de pastagem para o gado.

Esta tendência à pecuarização é notada também por John Comerford que distingue, ainda, situações diversas em duas subáreas da Zona da Mata, mais especificamente na região do município de Muriaé – as “terras quentes” e as “terras frias”. A classificação da estrutura agrária e social realizada pelo autor corresponderia àquela notada por mim em uma pesquisa realizada no município de Araponga (Alves, 2005: 31), em que distingo os espaços “de baixo” e “de cima” ou “da serra”. Em ambos os casos, as distinções apontam para uma separação recorrente nessa região, em termos espaciais e sociais, entre as terras situadas próximas às serras, as quais seriam “frias” ou “de cima”, e as terras situadas nos vales, as quais seriam “quentes” ou “de baixo”. Acompanhando essa classificação da estrutura agrária, podemos localizar a região pesquisada nas “terras frias” ou no espaço “de cima”, “da serra” e, a partir daí, perceber diferenças significativas em termos de ocupação nas distintas áreas apresentadas. Segundo John Comerford:

Em vários municípios da micro-região de Muriaé, essa distinção acompanha aproximadamente uma distinção da estrutura agrária e social: nas “terras frias” são mais comuns enclaves de sítiantes que se dedicam em algum grau ao cultivo de café, enquanto nas “terras quentes”, as propriedades tendem a ser maiores e predomina a pecuária, tendo havido uma drástica redução, nessas áreas, tanto do

plantio de café – seguindo as diretrizes do IBC – como também de arroz, milho, feijão e cana. Não que a pecuarização também não tenha atingido as “terras frias”, especialmente as “fazendas” maiores situadas nestas, mas o café é um dos poucos produtos agrícolas que tem conseguido “concorrer” com a pecuária na maioria dos momentos. Essa pecuarização progressiva sobretudo nas áreas de “terras quentes” levou a uma grande diminuição dos colonos dessas “fazendas”, muitos dos quais passaram a viver na periferia das cidades da região (especialmente as maiores) e nos distritos rurais, além da migração para grandes centros industriais fora da região (Comerford, 2001: 49).

Por outro lado, nas pequenas propriedades, a criação de gado apresenta-se como inviável, pois nesta região ela é praticada em regime extensivo por aqueles que não possuem muitos recursos, em terras que seriam insuficientes. Dessa forma, o trabalho no “terreno” é associado predominantemente à produção agrícola, representando uma forma diferenciada de exploração da terra em relação à “fazenda”. A criação de gado exigiria uma extensão maior de terra que não seria satisfeita pela maior parte dos “terrenos” da região, tendo-se tornado uma atividade quase que exclusiva das “fazendas”, ainda que boa parte das pessoas que tem um “terreno” possua algum gado, mas sempre em pequena quantidade.

As diferenças com relação à exploração da terra nos remetem às distintas modalidades de relações de trabalho em “fazendas” e “terrenos”. Em primeiro lugar, a pecuária, que tem predominado em algumas “fazendas”, exigiria uma extensão maior de terras relativamente a um contingente de mão-de-obra substantivamente menor, como pode ser notado no seguinte relato, de modo convergente com a análise apresentada acima:

J: Aqui quem tem gado é pouco. Quase todo mundo que tem terreno aqui tem gado, mas é pouco. Não é criação, quase não tem muito gado, não, acabou. Antigamente tinha muito mesmo, tinha bastante. Era o pessoal daqui mesmo que tinha. Que o terreno era maior. Agora os danados dos velhos lá vão morrendo e vão partindo tudo.

M: Vão partindo tudo?

J: É, o terreno, igual eu falei com você. A sogra minha tinha, isso aí tudo era dela e lá em cima. Ela tinha bastante gado, vaca de leite. Aí, ela morreu e partiu isso tudo aqui. Porque terreno pouco não tem condição de mexer. Aí eles querem mexer com lavoura. Porque lavoura planta café, planta milho e planta feijão. Aí

eu plantava arroz. Plantava café e arroz. Primeiro plantei milho, depois de uns dois anos, peguei a plantar arroz no meio do café.

M: Mexer com criação é mais difícil, como é que é? Mexer com gado é mais difícil? Mexer com lavoura é mais fácil?

J: Ah, com gado gasta muito menos. No terreno que eles tratam de fazenda, se estiver dez moradores na fazenda, que eles tratam de empregado, né. Na fazenda o outros são empregados. Dez pessoas para mexer só com lavoura, é milho, feijão, arroz, café, precisa de dez empregados, que eles falam. Aí eles falam “vou mexer só com gado”, um só já resolve. Mas, ele sozinho não. Ele tem que ter mais alguém dentro de casa para ajudar. Para mexer com gado tem que ser pelo menos dois. Um para pegar, outro para ficar segurando.

A partir do que afirma o entrevistado, podemos concluir que a “lavoura” propicia um modo de exploração da terra mais condizente com a realidade fundiária local, sobretudo devido à pequena extensão dos “terrenos”. Isso se deve ao fato de que a pecuária exigiria uma extensão maior de terras para sua realização. Por outro lado, a criação de gado nas “fazendas” exigiria um contingente de trabalhadores substantivamente menor, sendo considerada, portanto, como algo que “gasta menos”.

Além disso, devemos destacar que na “fazenda” há uma especialização da mão-de-obra contratada. Para cada tarefa, como a lida com o gado, há uma classe de trabalhadores encarregados, como o “campeiro”, que cuida do gado de leite, o “carreiro”, que trabalha com os bois de carro, dentre outros. No seguinte relato, o agricultor nos explica detalhadamente tal situação, definindo com precisão cada uma das categorias que exprimem relações de trabalho específicas para o caso dos “terrenos” e das “fazendas”:

J: Aqueles que tiram leite para mandar para a cooperativa, o tirador de leite chama campeiro. Ele só mexe com o gado. Levanta lá quando está escuro e vai tirar o leite, tira o leite põe na salmoura, entrega lá para o caminhão apanhar. Ali ele vai rapar o esterco, tirar daquilo ali e põe em outro lugar. [...] Eles são campeiros. O dia inteiro ali mexendo com gado, bezerro, vaca de leite... é limpar terreiro... Todo dia tem que rapar terreiro, todo dia. Aí acabou de tirar o leite tudo, mandou as vacas para o pasto, eles têm que passar a enxada, rapar aquilo tudo e com um carrinho-de-mão tirar aquilo tudo. Eles têm um lugar. [...]

M: Aí é campeiro?

J: Esse é o campeiro. Ele só mexe com o gado.

M: Agora, empregado da fazenda não mexe só com gado ou mexe só com gado também?

J: Não empregado, não. Empregado não mexe com gado. Quem mexe com gado na fazenda é só o campeiro. Os campeiros têm umas mulheres meio resolvidas, né, elas ajudam também, ajudam a tirar leite. É só mexer com gado. Quer dizer, com gado e com o terreiro. Eles não vão na roça nem a passeio, nem nada. É só mexer no terreiro. É terrereiro e campeiro. Vamos supor, essa casa aqui é do A. Eles têm um terreno e tem uns que moram lá, trabalha lá à meia, à terça... Este é o meeiro. E o empregado é o que trabalha só na fazenda. Todo dia ele vai para a fazenda. Fazendo pasto, fazendo cerca, retocando cerca. Capinando lá na fazenda que os donos também gostam de mexer, plantar milho, mexer com café. O empregado é só esse daí. Chama jornada. Todo dia ele tem que estar lá. Tem fazendeiro, aquele que não confia em nada, até dia de domingo põe eles para trabalhar também. É pagado por mês.

M: O empregado mora na fazenda ou não?

J: Não, mora no terreno.

M: Mora no terreno?

J: É. Tem uma casinha. Até que tem casa boa. Que o dono é assim para o empregado, já chama de empregado, faz qualquer coisa para lá mesmo. Faz aquelas piorzinhas para lá, não tem banheiro, não tem nada lá não.

M: Mas, aí recebe por mês?

J: Recebe por mês. Recebe por mês, mas diretos esses que chama de emprego é os que trabalham na fazenda.

M: Só na fazenda?

J: Só na fazenda. É fazer cerca, é bater pasto. Aí o fazendeiro vem e fala “hoje vocês junta tudo aqui”, sempre tem (???) de boi ou vai levando lá para a lavoura ou para o lugar que ele planta milho. Todo dia tem lá. Não falta não. Agora, o meeiro trabalha lá na folga dele do serviço, que ele trabalha cá na fazenda. Na folga assim, no dia que ele não tem serviço para fazer, “ah, hoje eu vou lá para a fazenda que eu vou ganhar um dinheiro lá”. Mas, o dono também fica sabendo. O dia que ele vai trabalhar na fazenda, eles apanham só 50%, pois é. Vamos supor, agora aqui está correndo assim: uma pessoa, mas na fazenda também não dá despesa, não, se ele não levar nada para comer ele fica lá o dia inteiro sem comer. O fazendeiro nem café ele não dá. Eles têm que se virar para

lá. Quando eles vão lá vai a cavalo, o fazendeiro fica espiando para ver o serviço como é que está.

M: Na fazenda é a seco?

J: É tudo a seco. Pode trabalhar no terreiro, no terreirão, se ele quiser tomar café, comer comida ele tem que trazer de casa. Ele não dá nada, não. Ainda mais nós que somos daqui, aqui não tem fazendeiro é tudo companheiro, eles topa lá um serviço, eu arranjo um companheiro para ele é assim. Aí eu chamo lá para ele, ele trabalha para mim, eu dou ele almoço, café meio dia e ainda dou janta no serviço.

M: Dá janta ainda?

J: Dou janta, ou eu dou ele ou mando ele levar, pensei assim.

M: Aí é companheiro?

J: É. Mas é companheiro por acaso, né, um dia para o outro entendeu? Na fazenda não, quem mora na fazenda é empregado na fazenda. E outra coisa, tem uns fazendeiros que se às vezes moram perto se ele está com falta de serviço, se esse empregado, o serviço acabou, ele também não pode trabalhar na outra, não. O fazendeiro não aceita isso também, não.

M: Se morar na fazenda não pode trabalhar na outra, não?

J: Não pode trabalhar na outra, não. É desse jeito. É. Na fazenda é empregado. E o que trabalha só como o que a gente chama terreireiro, esse também eles chamam terreireiro. Tem o que mexe com gado, o campeiro, terreireiro. Tem alguns terreireiros que você encontra no capado. É cascando milho, é moendo, é debulhando, é tratando capado. Acerta o capado todo dia, todo dia tem que rapar e lavar tudo. É desse jeito também.

M: E para trabalhar na fazenda assim de jornaleiro, chama jornaleiro quando faz uma coisa assim e outra?

J: É jornaleiro. Eu moro aqui na casa minha. Tenho até dois terrenos, vamos supor, às vezes tem lá um parente meu, uma pessoa que ela está muito apertada, até capinando café nosso aí, está apertado demais. Chego perto dele, “ah você quer ajudar nós um dia, dois?” Eu falo lá para ele, um dia ou dois. Agora, vamos supor, agora que nós estamos falando, que costuma mudar um pouco... Agora é de dezoito reais, chama a seco, que o pessoal vai com a marmitta deles. Aí o dono do terreno não tem nada com comida, com café, nem nada. Nem água ele não leva para lá. É de dezoito reais. E para a pessoa dar a despesa para ele lá, está pagando, aí está saindo mais caro, que o outro trabalha lá, comida dele, tudo lá.

Chega lá tem que levar almoço, café meio dia, janta e água. Água também que no sol quente toma muita água. Acabou água você tem que lá buscar, aí eles sabe onde é que está. Cá na roça tem muito tipo.

M: Muito tipo?

J: É tipo o que eu estou falando, uai, para trabalhar. Uns é na fazenda é terreiro, outros que é só com o gado é campeiro, tirador de leite, mexer com o gado é campeiro. Tem outro na fazenda que tem muito carro de boi, agora lá vai acabando que tem caminhão, mas aí chama carreiro. Tens alguns fazendeiros que tem mais. Tira lá uma pessoa ali, “ah não, você vai ser carreiro”. Que numa fazenda que é grande o serviço não acaba, é direto. Aí ele mexe com carro, mas na folga dele, ele vai fazer cerca ou arrumar cerca. Agora quase direto, quase o dia todo ele está mexendo com carro. Vai pra aqui, vai pra ali. Chama carreiro.

No caso do “terreno”, não há tal especialização da mão-de-obra, pois a própria família é responsável por boa parte do trabalho, sendo que as diferenças de tarefas são dadas pela hierarquia dentro do grupo doméstico. O trabalho agrícola nos “terrenos”, portanto, é desenvolvido por aqueles que são seus proprietários ou pelos “meeiros”, contando com mão-de-obra familiar, predominantemente, e de “companheiros” “quando o serviço aperta”, ou seja, quando somente a família não é suficiente. A exceção ao emprego do trabalho familiar nos “terrenos” é dada pela presença dos “companheiros”. Trata-se neste caso de uma relação horizontal, entre “companheiros”, diferentemente do que se passa com as relações de trabalho no contexto da “fazenda”, as quais são hierarquizadas.

Os “companheiros” são, em geral, pessoas que convivem na mesma localidade, ou que pertencem a um mesmo grupo que os proprietários ou “meeiros” da terra, freqüentemente sendo parentes, vizinhos e/ou amigos destes. Estes são chamados a “ajudar” na lida com a terra em épocas específicas, para desempenhar certas atividades, quando o trabalho exigido é superior àquele que os membros de um grupo familiar seriam capazes de prover. Além disso, a possibilidade de convocar “companheiros” depende dos recursos de que disponha o responsável pela terra que deverá sempre pagar de alguma forma pelo seu trabalho.

Em princípio, “empregados”, “jornaleiros” e “companheiros” seriam remunerados para a execução de determinadas tarefas sendo, nesse sentido, bastante semelhantes. No entanto, segundo o entrevistado, os “companheiros” são exclusividade do contexto dos “terrenos”, pois nas “fazendas” haveria apenas “empregados”. Os “companheiros” são convocados quando há necessidade de mão-de-obra extra e recebem para a execução de determinadas tarefas. Os “empregados”, por sua vez, são pagos por mês, vivendo nas terras da própria “fazenda”, mas

em uma espécie de “terreno” à parte, podendo em alguns casos cultivar “roças” para o consumo de sua família. Os “jornaleiros” seriam contratados para a execução de determinada tarefa, como uma capina, por exemplo, recebendo por ela.

Em alguns casos a distinção entre “jornaleiro” e “companheiro” parece bastante tênue. No entanto, em geral, os “companheiros” são tratados de forma diferente dos “empregados” e “jornaleiros” nas “fazendas”, pois não são considerados da mesma forma. De acordo com o que o entrevistado nos diz, o “empregado” na “fazenda” é “a seco”, ou seja, não recebe a alimentação durante seu trabalho, enquanto que o “companheiro” a recebe. Como não poderia deixar de ser, esta diferença é percebida pelo senhor J. em relação à sua própria experiência pessoal. De modo geral, não há uma regra de tratamento seja de “empregados”, seja de “companheiros”, se “a seco” ou “molhado”, isto é, sem ou com alimentação inclusa. Além disso, ambas as modalidades de mão-de-obra podem ser pagas em dinheiro pelo seu trabalho. O valor pago a um “companheiro”, nessa região gira em torno de R\$ 18,00 por dia de trabalho, quando não se fornece alimentação, e em torno de R\$ 15,00, quando a alimentação é fornecida ao trabalhador. No caso do “jornaleiro”, os valores podem ser os mesmos, o que o entrevistado destaca, contudo, é o fato de que não se forneceria a alimentação, o que possui certamente mais que um valor monetário, a ser descontado da diária, mas um valor simbólico referente ao próprio ato de oferecer comida.

Nesse sentido, reafirmo que há uma série de possibilidades de trabalho e de acesso a terra, ou a uma renda extra, que se apresenta aos moradores do *patrimônio*. Na fala do senhor J. isso fica explícito, quando este se refere ao caso dos “meeiros” que podem também trabalhar na “fazenda” em sua folga para ganhar um dinheiro. Trata-se neste caso, como o próprio senhor J. parece indicar, quando nos diz que diz que “na roça tem muito tipo pra trabalhar”, de uma questão de modalidades de relações de trabalho, as quais se vinculam a distintos modos de exploração da terra. Nesse sentido, o seguinte quadro deve auxiliar a esclarecê-las, em um primeiro nível:

<b>CATEGORIA FUNDIÁRIA</b>	<b>“FAZENDA”</b>	<b>“TERRENO”</b>
<b>FORMA DE EXPLORAÇÃO DA TERRA</b>	Agropecuária (com tendência à pecuarização em propriedades de maior porte e mais capitalizadas)	Predomínio da agricultura (criação de gado, em algumas propriedades, em pequena escala)
<b>RELAÇÕES DE TRABALHO</b>	Mão-de-obra contratada e especializada (“empregados” e “jornaleiros”)	Familiar (com a possibilidade de complementação com o trabalho de “companheiros”)

Temos, portanto, dois modelos de realidade sócio-econômica diferenciados. Por um lado, há o universo das “fazendas”, caracterizado pela exploração capitalista da terra, por meio de uma agropecuária organizada segundo a lógica do lucro, e pela exploração do trabalho. Por outro lado, há o universo dos “terrenos” caracterizado pela agricultura familiar regida por uma outra lógica econômica, uma lógica camponesa, da qual trato adiante.

Nas “fazendas” haveria também formas de controle e remuneração da mão-de-obra específicas, que não ocorrem no caso do trabalho nos “terrenos”. O “empregado” que mora na “fazenda” trabalha exclusivamente para seu patrão-fazendeiro, e recebe por mês; enquanto isso, o “jornaleiro” é contratado para tarefas esporádicas não possuindo vínculo de trabalho e recebendo seu pagamento por cada tarefa. Em ambos os casos, a relação daquele que trabalha para com o fazendeiro seria de submissão, conforme o pensamento local, seja na dependência do “empregado”, seja na insegurança do “jornaleiro”. Deriva daí uma imagem associada ao trabalho na “fazenda”, por parte dos sujeitos dessa pesquisa, que é a de certa dependência ou submissão para com o fazendeiro, característica de uma relação hierarquizada, que aparece de maneira nítida quando o entrevistado diz que o empregado não pode trabalhar em outra “fazenda”, pois o patrão não deixa.

No caso dos “terrenos”, não haveria, idealmente, tal controle, dependência ou submissão, como no caso de “empregado” na “fazenda”, mas relações de trabalho horizontalizadas e expressas em termos de reciprocidades. A questão central a ser enfatizada é que por contraposição à “fazenda” os agricultores de Dom Viçoso definem o universo social do “terreno”, com o qual se identificam, daí a importância daquela categoria no pensamento local. No entanto, há diferenciações econômicas nesse universo, idealmente homogêneo, que constantemente faz com que ele se aproxime na prática do modelo de relações sociais definido

pela “fazenda”. Tais diferenciações, que exploramos a seguir, não implicariam em uma mudança estrutural devido ao fato de que o *patrimônio* constitui o fundamento das relações sociais e de uma moral relativamente igualitárias que regem a vida econômica.

### **3.3. “Donos”, “meeiros” e “companheiros”: trabalho, propriedade e uso da terra**

A “fazenda”, como se pretendeu demonstrar, constitui uma imagem importante do pensamento local a partir da qual, por meio de uma relação de oposição, constitui-se a noção de “terreno”. Esta noção, por seu turno, corresponde à forma empírica de apropriação da terra no distrito de Dom Viçoso. E a partir dessa modalidade de relação com a terra é que se organiza o universo da economia local.

O espaço no entorno do *patrimônio* é dividido em “terrenos”, que são as terras de trabalho dos moradores daquele núcleo. Estes moradores se identificam de maneira geral como “agricultores” ou “lavradores”. Esta última categoria é também “oficial”, sendo a forma como tais sujeitos são enquadrados em termos de qualificação profissional por instituições como o sindicato e órgãos governamentais como o INCRA. A primeira categoria, por sua vez, parece ser mais recente e estar ligada à ação de movimentos e organizações voltados à agricultura familiar, os quais na localidade vinculam-se à imagem da Escola Família Agrícola, à associação de moradores e aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Ervália. No entanto, uma mesma pessoa pode utilizar ambas as categorias alternativamente para se identificar, pois elas já teriam passado ao léxico local significando de modo geral o trabalho na agricultura, ou seja, “na lavoura”.

Dessa forma, os moradores do *patrimônio* definem-se como “agricultores” ou “lavradores”, o que aciona uma série de significados que estão associados aos elementos que compõem a distinção apresentada anteriormente entre “fazenda” e “terreno”, ou seja, a extensão da propriedade fundiária, o modo de exploração da terra e as relações de trabalho.

Resumindo o que foi dito antes, em primeiro lugar, os moradores do *patrimônio* trabalham em “terrenos” e não em “fazendas”, pois as terras que cultivam são relativamente pequenas segundo os parâmetros locais. Estes “terrenos” estão situados em sua maioria no entorno do *patrimônio*. Em segundo lugar, o trabalho com a terra desenvolvido nesses “terrenos” é aquele vinculado à atividade agrícola, predominantemente. Muitos agricultores que possuem alguma extensão de terras criam também gado, mas em pequena escala, sendo que a atividade principal em qualquer dos “terrenos” da região é a produção agrícola. Em terceiro lugar, os agricultores

ao cultivarem um “terreno” contam sempre com a mão-de-obra familiar e quando necessário com a *ajuda* de “companheiros” e não com a contratação de “empregados” ou “jornaleiros”.

É evidente que o quadro assim desenhado sobre os agricultores que vivem no patrimônio de Dom Viçoso pode parecer excessiva e artificialmente homogêneo, o que de fato ocorre. Contudo, é importante enfatizar que a semelhança, em termos econômicos, dentre esses agricultores é relativa à diferença entre estes e a imagem da “fazenda” e, nesse sentido, construída por eles próprios. Os agricultores de Dom Viçoso são tão semelhantes entre si quanto são diferentes, em conjunto, de “fazendeiros”. Por outro lado, estes agricultores são diferentes entre si no que diz respeito a certos aspectos, como o trabalho desenvolvido com a terra, o fato de possuí-la ou não, sua utilização, dentre outros. Estas diferenças são significadas pelas categorias “proprietário”, “meeiro” e “companheiro”, estando presentes nas relações sociais que elas expressam.

Primeiramente, um morador do patrimônio pode ou não possuir terras. Caso possua um ou mais “terrenos”, ele enquadra-se na categoria de “proprietário” ou “dono”. Um “proprietário” dispõe de uma extensão de terras onde “toca lavoura” contando com mão-de-obra familiar, quando esta é disponível, e/ou de “companheiros”, visando a produção de gêneros agrícolas que garantirão o sustento de seu grupo doméstico seja pelo consumo de parte desses mesmos gêneros, seja por sua comercialização.

Os “donos” de terras em Dom Viçoso, estão em uma situação de diferenciação sócio-econômica em relação aos demais moradores da localidade na medida em que eles possuem terras e os outros não. Tal diferenciação diz respeito ao acesso à terra, à posição no quadro das relações de trabalho e ao produto que se pode obter a partir do trabalho. O “dono” da terra não estaria submetido a outrem, podendo decidir sobre a forma de trabalhá-la, sobre como alocar o trabalho disponível, sobre o que e como produzir e sobre como consumir e/ou comercializar a sua produção. Nesse sentido, tem um acesso estável à terra, que é sua propriedade, tem autonomia sobre a força de trabalho familiar e direitos plenos sobre sua produção, que deverá garantir o sustento de sua família.

Em alguns casos, as terras dos “donos” podem mesmo exceder a parcela necessária para o sustento do grupo familiar. Nestes casos, estes proprietários podem destinar parte de suas terras para a parceria, caso não tenham condições ou necessidade de cultivá-las por completo, ou convocar uma mão-de-obra auxiliar, representada pelos “companheiros”.

Além dos proprietários de terra, há em Dom Viçoso os parceiros ou “meeiros”. A parceria é a principal modalidade de organização do trabalho e relação com a terra na região, portanto, nos deteremos mais sobre ela. A categoria “meeiro” é a expressão local mais comum para designar aquelas pessoas, que não possuem “terreno”, mas que recebem por concessão o direito de

acesso à terra de outrem, trabalhando-a com mão-de-obra familiar, visando a produção agrícola para o sustento de seu grupo doméstico, seja por meio do consumo direto dos gêneros produzidos, seja por meio de sua comercialização. Estes, que são maioria dentre os moradores do patrimônio, distinguem-se dos proprietários ou “donos” pela relação com a terra, que neste caso é uma relação de propriedade e naquele caso uma relação de uso. A relação com a terra constitui um importante item na definição do modo de vida camponês, mas podemos dizer que o que ocorre neste caso é que o “meeiro” não deixa de ser camponês por não ter a propriedade desse recurso. Ele continua mantendo uma relação próxima, em termos econômicos e da organização da vida, de modo geral, com a terra. No entanto, devido às diversas possibilidades que a relação de parceria pode assumir, as quais podem ser bastante desfavoráveis ao “meeiro”, em alguns casos, este pode ter a sua autonomia relativamente diminuída e, conseqüentemente, ter reduzidas as possibilidades de reprodução desse seu modo de vida.

O seguinte trecho de uma entrevista nos fala sobre a coexistência da propriedade da terra e da parceria na região estudada em uma descrição êmica da estrutura fundiária local

M: [...] Mas o pessoal aqui geralmente tem terra, planta à meia?

A: Planta de meia.

M: Mas, tem gente aqui que tem terra? O pessoal que mora no patrimônio tem terra?

A: Tem. Esse menino que mora aqui nessa casa do lado, tem um sítiozinho ali em cima, pequenininho, acho que dois alqueires de terra. Tem assim um pedacinho de terra, mas a maioria que mora aqui no patrimônio toca de a meia. Vive aqui de pequenas agriculturas, umas moitinhas... Que eu mesmo não tenho nada, tenho só essa casa aqui, pretendo um dia comprar um pedacinho para mim. Não sei se vai dar, né...

De acordo com o entrevistado, a maioria dos moradores do patrimônio não é “dono” da terra em que trabalha, mas “toca lavoura à meia” ou “planta à meia”. No caso em que o agricultor não é “dono” de sua própria terra, ele poderá ser um parceiro, sendo que na área pesquisada a parceria se expressa, sobretudo por meio do sistema de meação, como nos relata o entrevistado, dando continuidade ao trecho anterior:

M: Mas aí o pessoal como é que faz? Toca a lavoura à meia?

A: Toca de à meia.

M: E como é que funciona tocar a lavoura à meia?

A: É assim: quando pega a lavoura formada, é partido tudo no meio, né. Planta no meio, cobra adubo de planta ao meio, parte o milho à meia, feijão à meia, café à meia. E as despesas também rachava no meio. Adubo, calcário eles dão de graça, adubo de galinha, palha do café, o dono puxa o dele e o empregado paga a parte dele.

O “meeiro” está relacionado necessariamente ao “dono” da terra, seja por via de um contrato de parceria, cada vez mais comum – pois é condição para aposentadoria em alguns casos – seja por meio de um acordo “de boca”, mais informal e mais freqüente no passado. O parceiro contará com a mão-de-obra de sua família, quando esta é disponível, para “tocar lavoura” na terra que assume. Em geral, os “meeiros” se responsabilizam por extensões diversas de terras conforme a disponibilidade de trabalho de seu grupo doméstico. O “meeiro” não tem a propriedade da terra, mas detém os direitos de seu uso. Dessa forma, ele “toca lavoura” não apenas segundo seus próprios interesses e disposições, mas conforme o que tenha sido acordado com o “dono” da terra. Há no local uma série de “direitos” que coordenam a relação de parceria, onde esta pode ser “à meia” ou “à terça”, conforme a divisão dos insumos e do produto do trabalho, como demonstram os entrevistados, onde A. é “meeiro” e J. é proprietário, no seguinte diálogo:

M: Aí se plantar roça no meio também é à meia?

A: É à meia.

J: Mas quase o direito de quem toca café com os homens daqui, quase o direito é de se a lavoura é branca, o feijão, é de um dono só.

A: Mas não é. Em geral, todo mundo aqui cobra a meia.

J: O direito é esse aí.

A: Era o direito, né...

J: Então tá certo.

A: Eles esquecem do direito.

M: Como é que é? O direito da lavoura branca é deixar para quem plantou, para o meeiro ou para o dono da terra?

J: Quem fez a lavoura. Tem uma coisa que chama plantio solteiro. [?] Esse é o direito. E tem duas partes, tem um negócio a terça e outra a meia. Quando o dono do terreno fala “eu não vou dar adubo, eu não vou cortar pé nem com trator, nem com boi, nem nada”, eles falam assim “eu vou plantar terça”.

M: Plantar terça?

J: É. Agora ele fala “não, vou cortar o “terreno”, vou ajudar no adubo”, aí chama meia. Têm alguns que dão o adubo todo.

A: Tem uns que dão, mas a maioria aqui cobra a metade do preço. Os meus primos ali que tem terra, tudo cobra a metade do preço.

M: Mas, aí como é que é o tal do plantio solteiro? Eu não entendi direito não.

J: Não? Solteiro, você não entendeu não?

M: Não entendi direito não.

J: Plantio solteiro... vamos supor...

A: Mas o plantio solteiro que o senhor J. está falando é assim, está lá aquele capim lá. O cara vai lá, ara ele e planta só milho, milho e feijão, não têm café. Igual ao que está ali.

J: Aí chama plantio solteiro, lavoura branca, né. Eles falam que é lavoura branca, que é plantar milho e feijão. Arroz não se fala aqui. Arroz quase ninguém planta mais.

A: Não dá, dá pouco, uai.

J: Planta dá pouco e dá muito serviço o arroz. E vai eles falam vão abandonar. Mas não só aqui não. Vai daqui quase no Ervália, quase ninguém planta não.

A: Quem planta arroz hoje é mercado.

[...]

J: Agora acabou, ninguém mexe com arroz mais. Agora é só café, milho e feijão.

M: Mas então quando pega para plantar sem café, só milho e feijão, se for a terra de um e o outro está plantando, é à meia ou a terça. Com é que faz, divide?

A: Se é à meia, você divide no meio, se é à terça é 35%.

M: 35% de tudo? Como é que é? O “dono” da terra dá alguma coisa?

A: Têm uns donos de terra aí que dá o adubo, a semente e planta a meia. Aí não cobra nada, não. Têm outros que já parte tudo.

J: Vamos supor, se deu vinte alqueires de milho, vamos supor alqueire. Porque tem negócio de saco e de alqueire.

M: Qual que é a diferença?

J: Se é a meia de vinte alqueires, que eles falam, é dez para um e dez para o outro. Isso chama meia. E a terça é tirar 30% do dono do terreno.

Há toda uma série de arranjos possíveis que envolvem a relação de parceria. Segundo os entrevistados, há o “direito”, ou seja, uma espécie de código consuetudinário que rege as relações de parceria. Entretanto, esse código nem sempre seria seguido. Na maior parte dos

casos, a parceria envolve apenas a “lavoura”, ou seja, a produção de café. O “proprietário”, ou “dono”, forneceria a terra, com os pés-de-café já plantados e o “meeiro” seria responsável, a partir daí, pelo seu cuidado ao longo do ano agrícola. Caso o proprietário forneça não apenas a terra, mas também parte dos insumos necessários para a “lavoura”, este teria “direito” à metade da produção. Caso não forneça nada além da terra, deixando todos os gastos sob responsabilidade do “meeiro”, teria “direito” a uma terça parte da produção. No entanto, segundo os dois agricultores envolvidos no diálogo, as pessoas estariam se esquecendo do “direito”, ou se comportando de outro modo, ao exigir a metade da produção dos “meeiros” mesmo no caso em que não se responsabilizam pela metade dos gastos com a produção. Por outro lado, haveria aqueles proprietários que mesmo quando envolvidos em uma relação de parceria na condição de meação forneceriam todos os insumos necessários.

Apesar de a condição de parceria incidir sobre a “lavoura”, há casos em que a “roça” ou “lavoura branca” entra também na divisão. Conforme os entrevistados, o “direito” dispõe sobre a “lavoura branca” no sentido de que esta pertença apenas a quem a plantou em meio ao cafezal, sendo parte distinta deste. No entanto, alguns “donos” cobrariam a metade da produção de milho e feijão que os “meeiros” cultivam em meio à “lavoura”.

Poderíamos analisar o que foi dito a respeito do sistema de parceria no local em termos da existência de regras, ou normas constituídas e reconstituídas na prática. Isto é, haveria no contexto local um “direito” regendo as relações de trabalho e de uso da terra. Contudo, as práticas administram este “direito” conforme necessidades e interesses em situações específicas.

Seguindo as indicações teóricas de Leach (1995), no contexto de sua crítica à análise funcionalista em antropologia, poderíamos pensar em termos de um “sistema de modelo” que constituiria um todo coerente e em equilíbrio. Este sistema pode tanto ser construído pelo antropólogo visando a interpretação da realidade social, quanto pode ser uma espécie de sistema nativo. Neste último caso, tais sistemas funcionam como “modos ideais de vida”, presentes em toda sociedade (Leach, 1995: 72). Entretanto, do ponto de vista individual haveria sistemas diversos que “apresentam-se como alternativas ou incongruências no esquema de valores pelo qual ele ordena sua vida” (Leach, 1995: 71). Ao manipular tais alternativas segundo seu próprio interesse, o indivíduo introduziria mudanças que podem ser cumulativas na própria estrutura social. Trata-se neste caso de um modelo analítico preocupado basicamente com a mudança e o papel do indivíduo neste fenômeno social em termos de uma teoria da ação. Leach opera com tais princípios teóricos ao analisar o sistema *mayu-dama* das colinas de Kachin. Este seria um “sistema de modelo” nativo constantemente manipulado pelos indivíduos em suas disputas políticas e por status, onde “a posição definida pelas normas deixa ampla margem para discussão” (Leach, 1995: 143).

Pretendemos aqui estabelecer um paralelo com a perspectiva analítica do antropólogo inglês ao interpretar o caso em estudo. Nesse sentido, podemos dizer que o “direito” local é pautado em um sistema de valores que coordena não apenas as relações interpessoais no sistema de parceria, mas as relações sociais de modo geral. Tal “sistema de modelo” que aparece como estável pode, contudo, ser manipulado pelos indivíduos segundo seus interesses em situações específicas. Isso só é possível devido a suas próprias incongruências e à margem para discussão que deixa graças à existência de outros sistemas de relações sociais, neste caso, especialmente, da estrutura econômica dessa sociedade.

No sentido da inspiração fornecida por Leach, poder-se-ia considerar que as possibilidades de ação no plano das relações econômicas que se apresentam aos indivíduos definem-se, por um lado, por uma estrutura econômica relativamente desigual e, por outro, por um modelo ideal de relações igualitárias. Do ponto de vista do “dono” há uma moral, por um lado, que prevê que seu comportamento perante o “meeiro” em suas terras seja de respeito e de uma divisão considerada justa dos encargos e dos produtos da “lavoura”. Por outro lado, a prática muitas vezes pode atualizar diferenças econômicas, pois, de fato, o proprietário tem uma autonomia maior relativamente ao “meeiro” e a possibilidade de assumir uma posição hierarquicamente superior nas relações de trabalho. Da perspectiva do “meeiro” suas possibilidades de ação são limitadas tendo em vista sua inferioridade econômica, mas, por outro lado, são garantidas pela moral que o apresenta como relativamente semelhante ao “dono”.

O descompasso entre esses sistemas poderia conduzir a uma mudança estrutural no sistema social de modo geral, conduzida por constantes rearranjos produzidos pelos indivíduos que cumulativamente alterariam sua ordem. No entanto, argumento, diferentemente do caso *kachin* analisado por Leach, não se trata em Dom Viçoso de uma mudança estrutural, pois o sistema parece permanecer o mesmo: um sistema camponês mantido basicamente por uma moral que regula as possibilidades de ações individuais. Isto é, não haveria mudança estrutural, mas a permanência de uma estrutura econômica relativamente desigual e de um sistema que prevê uma moral igualitária, mantidos em uma relação de instabilidade constante<sup>35</sup>.

Um bom exemplo é exatamente o sistema de parceria. Este é regido pelo “direito” local e cabe afirmar que, de modo contrastivo ao “direito” moderno, que reconhece indivíduos, os quais são, indistintamente, sujeitos de direitos e deveres, reconhece relações baseadas em posições específicas no sistema social. Desse modo, a relação de parceria depende não apenas de algumas regras, relativamente claras, sobre como dividir a produção da “lavoura” e dividir ou não a produção da “roça” – que podem ser e são constantemente manipuladas – mas também

---

<sup>35</sup> Reconheço que esta visão de uma desigualdade constante e instável, a qual não concorreria para uma mudança estrutural, pode estar relacionada ao fato de minha observação etnográfica ter se restringido a um curto período de tempo e não lançar mão de levantamentos do histórico econômico de cada família.

das relações pré-existentes entre o “dono” e o “meeiro”. Nesse sentido, refere-se não simplesmente a uma relação entre dois indivíduos, mas freqüentemente a relações entre coletividades. Desse modo, remete a algo mais que uma forma de organização da produção e de acesso à terra, isto é, ao sistema social em que se encontra. No seguinte trecho, do mesmo diálogo de onde foram retirados os anteriores, o senhor J. nos conta sobre a relação de meação estabelecida com seu filho, onde o “ajudava”, segundo um “direito” diferente do que ele aplicaria a outras relações de parceria. Mas não deixa de ressaltar que há exceções, pois nem todos os pais e filhos envolvidos em relações de parceria seguem esse mesmo padrão:

J: C. [nome do filho] tocava à meia lá comigo no café. Ele tocava à meia, eu dava adubo, tudo por minha conta e ele só tinha que ficar por conta do café. Quando tinha que jogar remédio lá no café, ficava tudo por minha conta. Ele não pagava nada, não. Cascalho tudo por minha conta, adubo, tudo que precisava, ele só dava o serviço. Quando ele panhava, ele media o café todo. Eu pagava metade da panha.

A: Olha!

J: Não sabia, não? Mas era desse jeito, uai.

A: Mas, aí não dava quase lucro para o senhor, não.

J: Quase nada, né, mas, eu estava ajudando eles.

A: É filho, né.

M: Quando é filho é diferente? Ou não depende do pai?

A: Não, depende do pai. Quase todos os pais aqui o filho não paga o adubo, não. O compadre Z. L. mesmo com os filhos dele... C. estava com uma boa moita de café com ele e eles partem no meio, mas o adubo ele dá todo. Eles não pagam nada. É filho, né.

M: É diferente?

J: Mas tem alguma pessoa, que eu não vou falar, que o pai não ajuda os filhos de jeito nenhum.

J.A: Tem filho que não ajuda o pai também?

J: Ah, isso é a maioria, né. Os filhos não estão querendo ajudar esse negócio de pai mais não.

M: Mas por que não ajuda? Vai embora ou fica aqui mesmo e não ajuda?

J: Não, pode até ficar aqui, mas quando bate uma certa idade eles querem plantar café para ele ou se não quer trabalhar para os outros ou pegar milho lá para os

outros ou se não pegar meia, ou quer sair da casa do pai e da mãe para ir tocar de meia também.

Nesse sentido, o “direito”, ou esse sistema ideal, prevê uma relação bastante horizontal entre “meeiros” e “donos”, não podendo ser considerada como desfavorável àqueles. No entanto, deve ficar claro que este sistema ideal é atualizado de modos diferenciados nas práticas individuais, o que conduz a que haja situações hierarquizadas entre “donos” e “meeiros”. Estas práticas muitas vezes refletem a existência do outro sistema: um sistema de organização da produção segundo o qual “donos” e “meeiros” situam-se efetivamente em posições diferenciadas, sendo que aqueles são mais favorecidos economicamente.

A discrepância entre uma estrutura econômica relativamente desigual e um sistema ideal relativamente igualitário pode gerar conflitos onde os envolvidos assumem posições bastante diversas, expressando uma estratificação social que seria característica da relação entre “fazendeiro” e “empregado”. No entanto, os conflitos desse tipo, relativos à contratos ou acordos de parceria, ainda que sejam uma possibilidade constante, não foram considerados frequentes no contexto do distrito de Dom Viçoso. A explicação para esse fato poderia vir da análise da fala do senhor J. Como ele nos diz, preferiu ajudar seu filho, que era seu meeiro, a lucrar com essa relação. Ou seja, haveria uma estrutura potencialmente desigual, o que se expressa em termos econômicos. No entanto, essa desigualdade é contrabalançada por um sistema social que tem como pedra fundamental a existência do *patrimônio*, enquanto centro de uma sociabilidade baseada na reciprocidade e enquanto um território. O *patrimônio*, compreendido dessa forma relaciona-se a uma moral orientadora das práticas econômicas.

Essa visão de uma relativa permanência do sistema social, ainda que potencialmente em mudança ou constantemente instável, deve-se em parte ao fato de que a observação restringe-se a um espaço de tempo bastante curto. Entretanto, não se ignora uma perspectiva diacrônica que poderia evidenciar uma significativa mudança estrutural nessa região da Serra do Brigadeiro. Como pretendi demonstrar nos capítulos anteriores, por meio de referências históricas e da memória dos moradores do patrimônio, é provável que em um passado houvesse uma estrutura sócio-econômica mais verticalizada nessa região. Isso, contudo, não nos permite fazer previsões sobre possíveis mudanças vindouras.

Além das categorias “dono” e “meeiro”, analisadas até agora, dentre os moradores do *patrimônio* há também aqueles que não detêm a posse ou mesmo direitos de uso da terra. Estes casos são bastante raros e quando ocorrem devem-se, em geral, a moradores que têm outras profissões não agrícolas. Mas há também alguns de moradores desempregados e que não se enquadram na situação de “meeiros”, vivendo, basicamente, de recursos de assistência social,

como o Bolsa Família. Estes moradores, em geral, também trabalham esporadicamente como “companheiros” no local ou “jornaleiros” em “fazendas” próximas.

Como já foi dito, não se tratam nesse caso de categorias fixas, mas de possibilidades definidas em contextos sempre mutáveis que se apresentam aos agricultores e que estes atualizam de modos diversos. Dessa forma, a situação de “companheiro” ou “jornaleiro”, por exemplo, pode tanto ser esporádica, como uma estratégia para aumentar o patrimônio familiar. Em termos estruturais, podemos pensar nessas categorias como sendo definidas em uma economia camponesa e, logo, como complementares às demais que a constituem, tais como “dono” e “meeiro”. Além disso, como se verá adiante, os sujeitos que podem ser definidos em termos de relações de trabalho em certos momentos como “companheiros” ou mesmo “jornaleiros” partilham de um mesmo universo social definido por um *ethos* camponês, o qual tem como referência de sociabilidade o *patrimônio*. Além disso, estes moradores têm sempre a possibilidade de inserção nas relações sociais que embasam a agricultura local.

O “companheiro” representa uma forma de trabalho que complementa a mão-de-obra familiar. Nesse sentido, está inserida no mesmo contexto econômico local, o qual é regido pelo citado sistema de valores. Deve-se deixar claro, em primeiro lugar, que um “companheiro”, pode tanto ser uma pessoa que tenha a propriedade da terra, quanto alguém que a trabalha no sistema de parceria, ou mesmo que não tenha nenhum tipo de relação com a terra, seja de uso ou propriedade. Desse modo, quando um proprietário chama um ou mais “companheiros” para “ajudá-lo” quando “o serviço aperta”, por exemplo, cria-se um vínculo entre eles. Se este é, por um lado, um vínculo econômico devido à troca de trabalho por certa quantia de dinheiro, não deixa de ser também um vínculo social mais amplo. Essa relação social pode conduzir a que, em um momento posterior, as posições invertam-se e o “dono” da terra passe a ser “companheiro” ou de alguma forma “ajude” àquele que primeiro desempenhou o papel de “companheiro”, pois muitas vezes cria uma obrigação de ajuda mútua entre o “dono” da terra e o “companheiro”.

Na análise das relações entre as categorias “dono”, “meeiro” e “companheiro” considera-se a questão da diferenciação sócio-econômica do campesinato, que remete ao debate político e teórico travado, principalmente, entre marxistas e neo-populistas (Neves, 1985: 220).

Delma Pessanha Neves (1985) aponta os termos desse debate como base para uma crítica à discussão em torno da diferenciação sócio-econômica do campesinato. Desse modo, a autora afirma que a diferenciação do campesinato é considerada tanto por marxistas quanto por neo-populistas, sobretudo por Lênin e Chayanov, em termos de acumulação e expropriação, que seriam característicos das sociedades camponesas. No entanto, as explicações para a acumulação e exploração divergem significativamente entre esses autores, como discuto a

seguir. Antes, porém, é necessário destacar, acompanhando Neves (1985), que a diferenciação sócio-econômica tem sido considerada em grande parte das análises como produto de fatores externos, sobretudo a inserção do capitalismo no meio camponês, ou é negligenciada em uma visão internalista e romantizada das sociedades camponesas consideradas como tradicionais. Por outro lado, a autora propõe que se devem considerar as relações sociais subjacentes à diferenciação, onde a heterogeneidade deve ser uma constante e algo produzido internamente no jogo das relações sociais entre os agentes camponeses.

Nesse sentido, a categoria “dono” remete a um modelo ideal de camponês conforme as características discutidas no primeiro capítulo, em função de sua autonomia relativa. Contudo, por outro lado, poderíamos analisar sua situação social por comparação com o contexto do campesinato russo, o qual foi centro do debate entre Lênin e Chayanov. Dessa forma, aproximaríamos a categoria “dono” no contexto de Dom Viçoso à figura do *kulack* russo. O *kulack* pode ser definido, brevemente, como o camponês próspero, ou em melhores condições financeiras que o permitem, em alguns casos, possuir terras que excedam a necessidade de seu grupo doméstico, podendo inclusive contratar mão-de-obra daqueles camponeses menos favorecidos. A questão chave do debate Lênin-Chayanov, deve-se ressaltar, é exatamente a diferenciação social do campesinato.

Lênin considera que o campesinato russo pré-revolução enfrentava um processo de diferenciação devido à introdução do capitalismo no meio rural. Desse modo, alguns camponeses teriam obtido um acúmulo de recursos que os converteria – não fosse a revolução e, principalmente, o processo de coletivização de terras implementado por Stálin no final da década de 20 – em uma burguesia rural. Por outro lado, os camponeses menos favorecidos tenderiam a se transformar em um proletariado rural, obrigado e disponibilizar sua força de trabalho no mercado, a qual seria explorada pela burguesia rural.

Chayanov, por se turno, interpreta a diferenciação social no contexto camponês de modo substantivamente distinto. Segundo sua concepção da economia camponesa como sendo definida com base na família enquanto unidade de produção e consumo, o economista considera que a diferenciação seria um processo cíclico. Nesse sentido, conforme a relação entre a mão-de-obra disponível no grupo familiar e seu número de consumidores fosse desproporcional, tendendo a um número superior de consumidores, poderiam ser adotadas estratégias complementares de reprodução, como contratação de mão-de-obra extra, aumento da taxa de exploração do próprio trabalho familiar, ou aquisição de uma parcela maior de terras. Desse modo, para Chayanov, a explicação para a diferenciação sócio-econômica do campesinato passa pela variação demográfica. Estas estratégias, do ponto de vista chayanoviano, seriam consideradas por Lênin como manifestações de um proto-capitalismo no meio rural.

Retornando ao contexto estudado, há uma diferenciação econômica entre “donos”, “meeiros” e aqueles que não tem acesso à terra. Essa diferenciação está vinculada a uma situação estruturalmente instável que poderia conduzir a que “donos” se aproximassem de “fazendeiros” em termos de exploração da terra e do trabalho, de modo similar ao caso da diferenciação do campesinato russo. No entanto, esta diferenciação sócio-econômica não resulta em um processo de mudança estrutural, como sugerido por Lênin. Por outro lado, distancio-me também de Chayanov ao considerar que as mudanças por que passam o campesinato não podem ser explicadas em termos simplesmente demográficos, mas sim em termos da própria dinâmica da estrutura social e da existência de diferentes sistemas de valores, nos termos de Leach, que definem as possibilidades de estratégias individuais.

No mesmo sentido, “meeiros” poderiam tender a se aproximar de desapropriados da terra e os desapropriados em “empregados” em “fazendas” ou moradores de áreas urbanas. Podemos traçar um paralelo entre a situação dos meeiros e aquela do campesinato livre europeu sujeito a pagar uma renda da terra, freqüentemente como um tributo que incide sobre a produção, no contexto da economia castelã. Este se diferencia do servo medieval ou do escravo que cultiva sua gleba pois é um homem livre, mas possui importantes vínculos econômicos e, principalmente, pessoais com o dono das terras. Do mesmo modo, no contexto soviético, esse tipo de camponês não poderia ser compreendido sem referência ao proprietário de terras e ao *mir* (Mendras, 1978: 51). Poder-se-ia multiplicar os exemplos para comparação, mas em todos eles está presente uma importante questão para pensar a situação social dos “meeiros” no contexto por mim estudado: a existência de um campesinato que tem sua existência e reprodução dependente da relação com um proprietário de terras, o que pode ocasionar, muitas vezes, que este campesinato viva em situação relativamente precária. Por seu turno, aqueles que não tem acesso algum à terra viveriam em situação ainda mais precária, tendendo a se aproximar da figura do proletário rural.

No entanto, essa diferenciação não ocorre de fato, isto é, “donos” não se tornam burgueses rurais, mas são simplesmente camponeses com um acesso estável à terra, o que implica em uma situação economicamente mais favorável a estes. Os “meeiros” e aqueles que não tem acesso à terra não assumem a posição de proletários rurais, mas permanecem reproduzindo um modo de vida camponês, podendo vir a ter acesso ou propriedade da terra no futuro ou não. E ainda, aqueles que não tem acesso à terra permanecem inseridos no contexto da economia local como “companheiros”, ou seja, como relativamente iguais a “donos” e “meeiros”, em um contexto camponês, e não como proletários rurais. A questão é que a relação de um “dono” com o “companheiro” ou o “meeiro” não é pensada por eles próprios em termos de exploração, mas de reciprocidade. Nesse sentido, não significa apenas uma relação econômica, mas uma relação

social, baseada em uma moral camponesa local. Em outros termos, a diferenciação econômica estrutural não produz uma estratificação social de fato. Argumento que isso se ocorre em função do patrimônio configurar um território e servir de base da sociabilidade local, que tem na reciprocidade um princípio fundamental, associada a uma moral camponesa.

Desse modo, a reprodução e a diferenciação camponesa não devem ser pensadas como dimensões opostas, posto que ambas sejam produtos da capacidade de agência e de uma racionalidade econômica específica. Portanto, a diferenciação é considerada como um “processo em construção, isto é, como expressão de ações sociais e não como efeitos de fatores externos ao campesinato” (Neves, 1985: 234).

### **3.4.A “lavoura” e a “roça”: produção, consumo e circulação**

A economia do distrito de Dom Viçoso é marcada decisivamente pela produção cafeeira. Praticamente todos os moradores do distrito dependem de algum modo do café, mesmo aqueles que não são produtores. Alguns podem ser comerciantes, que tem seu negócio movido pelo dinheiro obtido com a venda do café; outros podem ter alguma pessoa da família que cultive café e, na época da colheita, quase todos trabalham nas plantações de café, isto é, nas “lavouras”, desde os bem jovens até os mais idosos.

O café é produzido para o mercado, sendo o principal gênero comercial dessa região. Ainda que o agricultor possa deixar uma parte da colheita para o consumo de sua família, seu destino é o mercado e é produzido com esse intuito. Para as famílias que vivem no patrimônio, e que em muitos casos não possuem terra própria, o trabalho anual na colheita do café é o que garante uma renda monetária. Com essa renda, podem saldar dívidas, investir na melhoria da casa, comprar algum móvel, eletrodoméstico ou mesmo, o que é o sonho de muitos, “juntar pra comprar uma terrinha”.

Nesse sentido, o café está em tudo Dom Viçoso. Poderíamos, parodiando Evans-Pritchard, dizer que o idioma social em Dom Viçoso é um idioma agrícola ou, mais especificamente, um idioma do café. Tal como o gado para os Nuer, povo estudado pelo antropólogo, o café em Dom Viçoso é o bem mais prezado por possuir grande valor econômico mas também por constituir o vínculo de numerosos relacionamentos sociais (Evans-Pritchard, 2002: 27). O seguinte relato de um “meeiro” nos dá uma idéia da importância do café para as pessoas que vivem nesta região:

O trabalho da gente é na lavoura. A gente vive exclusivamente do café. A gente planta milho, feijão, mais dá pouco. Por conta da despesa, tem hora que até falta na despesa, tem que comprar. Mais é do café. Inclusive nós aqui em casa, nós só

vivemos do café. Porque eu não sou chegado a trabalhar jornal. Eu detesto esse negócio de ficar batendo ponto em fazenda, para estar trabalhando para os outros. Aí é aquela coisa, o café. Plantamos. Sempre eu pego lavoura com os outros para plantar. Dificilmente, pego lavoura grande. Na roça, eu não sou chegado a queimada mais, gostei muito de queimar. Hoje eu não queimo mais não. Inclusive eu rocei com um cara algum tempo atrás para plantar café. Aí ele falou assim “queima isso, que fica mais fácil”. Eu falei assim “Não. Vamos triar isso, plantar no meio, até o café sair”. Nós vivemos aqui do café. Apesar da seca estar muito grande, mas é exclusivamente o café.

Além do café, os principais produtos agrícolas desta área são o milho e o feijão, mas estes, diferentemente do café, são produzidos principalmente pelos agricultores, sejam proprietários ou “meeiros”, “para a despesa”, como nos conta o entrevistado no trecho reproduzido acima, ou seja, para o sustento da família por meio do consumo direto, ainda que se possa vender uma parte da produção.

Em alguns casos sequer são destinadas terras próprias ao cultivo de milho e feijão que são assim plantados nos espaços deixados entre os pés de café, ou seja, em meio à “lavoura”, constituindo a “roça”. Entretanto, não se pode ignorar a importância que esses produtos assumem para a economia local no sentido da manutenção de uma autonomia da unidade doméstica, em um contexto camponês.

As “lavouras” e as “roças” seguem uma mesma organização geral em todo o distrito. Nas “lavouras” o café é plantado ao longo de “carreiras”, que correspondem a linhas horizontalmente cortadas ao longo dos “terrenos”, os quais se situam quase sempre nos morros. Entre essas “carreiras” costuma-se plantar milho e feijão, ou seja, a “roça”. As culturas de café, milho e feijão são encontradas muitas vezes associadas. Argumento que tal integração da “lavoura” e da “roça” representa, em termos espaciais, a sua complementaridade em termos dessa economia camponesa. Analisaremos como se dá a produção desses gêneros ao longo do ciclo agrícola até seu destino final para o consumo e/ ou comercialização procurando evidenciar a sua complementaridade. Tal análise será feita tomando como referência a discussão sobre a questão da autonomia doméstica e da inserção no mercado no contexto da economia camponesa.

O distrito de Dom Viçoso se situa em uma área de altitudes elevadas, acima da cota altimétrica dos 800 m, passando dos 1000 m em alguns pontos. As terras do distrito situam-se em uma área de clima temperado, com média de temperatura anual em torno de 20° C. Essas características ambientais são bastante favoráveis à cultura de café, tanto em termos qualitativos

quando quantitativos. Entretanto, segundo dados apresentados no relatório do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Território da Serra do Brigadeiro (CTA, 2004: 14), o município de Ervália apresenta a menor produtividade nessa região, correspondendo a 0,90 toneladas por hectare, apesar de possuir a segunda maior área plantada com pés-de-café em relação à extensão de terras agricultáveis.

Considerando o contexto histórico apresentado no primeiro capítulo, podemos analisar essa situação em termos do desenvolvimento da agricultura nessa região da Zona da Mata. Este teria conduzido a que hoje tal agricultura se mostrasse pouco capitalizada e pouco modernizada, apresentando baixa produtividade devido a um modelo exploratório de cultivo praticado ao longo de diversos anos. Apesar de esforços governamentais no sentido de renovação de áreas de cafezais pouco produtivos realizados nas décadas de setenta e oitenta, a situação não se teria alterado nos últimos anos. Entretanto, o café possui ainda uma importância significativa para a economia local.

O café constitui, segundo a classificação do IBGE (2006) para formas de utilização de terras, o que se denomina como “lavoura permanente”; ou seja, é uma cultura de longa duração que após a colheita não necessita de novo plantio, produzindo por vários anos consecutivos. As “lavouras” em Dom Viçoso produzem, em média, por cerca de quinze a vinte anos de maneira satisfatória, sendo cortadas após esse período, seja para dar lugar a nova “lavoura” ou a outra forma de utilização da terra.

Partindo de um cafezal plantado, o ciclo agrícola anual no distrito começa no momento da colheita, o qual depende de diferenças climáticas entre regiões, mas ocorre geralmente entre os meses de junho e setembro, de acordo com o relato dos agricultores:

M: E para mexer com a lavoura quando começa o serviço?

A: Na panha. A panha é no mês de junho.

M: Mês de junho? E termina quando?

A: Setembro.

J: O terreno que a gente fala que é quente é mês de março que o café está maduro, mês de março. Agora, para nós aqui é mês de abril ou maio, né, A.?

A: Dificilmente abril tem café para panhar.

J: Pois é, mês de maio ou junho. Agora na serra, lá é mês de agosto ou setembro.

A: Eu panho café até novembro.

A: Hoje é mais fácil, né. Já conhece.

J: Tudo tem diferença. Aqui o café maduro vem primeiro. Lá na serra, no mês de maio que vai preparar lá. O de lá ainda está verde.

M: Mas, por que que lá demora mais?

A: Porque lá é mais frio.

J: Porque lá na serra o clima é frio, o terreno.

A “panha” pode ser considerada como o momento-chave no ano agrícola e, nesse sentido, compreende-se que os entrevistados considerem-na como o início do ciclo, tendo em vista a sua importância para a economia local. Nesse momento, quase todos os moradores da região, além de pessoas que vêm de outras áreas, trabalham na colheita do café.

Aqueles moradores que são proprietários de “terrenos” plantados com “lavouras”, as quais eles próprios cultivem, contam geralmente com a mão-de-obra familiar ao longo do ano agrícola. No entanto, no momento da colheita, apenas o trabalho da família não seria suficiente. Nesse sentido, conta-se com o trabalho daqueles que não possuem terras, moradores do patrimônio, além de pessoas vindas de outras regiões. No caso dos “meeiros”, estes são responsáveis pelo trabalho na terra durante todo o ano, mas no momento da colheita, em geral, o proprietário do “terreno” contrata uma mão-de-obra adicional. Estes trabalhadores recebem semanalmente e por produção, ou seja, pela quantidade de café que conseguem colher neste período, a qual é medida em “balaios”, “sacas”, ou “arrobas” e, mais raramente, em “litros”, segundo o entrevistado:

M: Café acerta é toda a semana?

J: O café é toda semana. Se trabalhar de segunda a sexta, quando dá sexta de tarde panha. Se não pagar sexta-feira, quando é sábado eles andam casa por casa pagando.

M: Por exemplo, se o senhor tem um terreno lá, tem um café, uma lavoura. Aí o senhor tem um meeiro, digamos, o senhor não tem meeiro não, né?

J: Não.

M: Mas se o senhor tivesse um meeiro trabalhando lá, quando chega a época da panha. só ele com a família dele dá conta de panhar ou tem que arrumar mais gente?

J: Não, aí depende do tanto do qual que é o serviço. Se ele está com uma lavoura muito grande e a família é mais pequena, ele sozinho não tem condição de panhar, que não dá vazão. Para panhar o café tem os problemas dele também, de colheita. O café você não pode panhar verde. Verde dá tipo ruim e pesa pouco, o verde. Se você deixar madurar, murchar no pé também, eles estragam muito a

lavoura e eles não dão tipo bom também. Ele pegou para madurar, se passou de 30 dias, ele já vai murchando. Aí já perde.

M: Mas como é que faz para saber que tanto de gente que precisa para a lavoura? Como é que faço para saber que tanto de gente que eu tenho que botar lá para panhar o café no tempo?

J: Eu faço a base de quantos alqueires que dá, quantos alqueires panham em um dia mais ou menos, aí faz ali a base e a gente chama os trabalhadores.

M: Quantos alqueires uma pessoa boa de serviço panha por dia?

J: Quantos alqueires? Aí vai da lavoura. Se a lavoura estiver... se ela deu muito café, duas pessoas boas para panhar café, elas panham oito a dez alqueires, cada uma, mas tem que dar muito café. Mas se ela deu pouco vai panhar pouco também, porque deu pouco. Cafezal velho cresce muito, tem lugar seco, aí tem que tratar com jeito.

Dessa forma, durante o período da colheita todos os moradores do patrimônio, praticamente, envolvem-se com a economia cafeeira, sejam proprietários, “meeiros”, ou outras categorias quaisquer de trabalhadores. Em tal momento, todos desempenham uma mesma função, apresentando-se como bastante semelhantes, sendo que as diferenças em termos de propriedade da terra e da posse de recursos são subsumidas na partilha de um cotidiano comum, o qual é marcado pela realização das mesmas tarefas.

Em uma das minhas primeiras visitas a campo, no mês de agosto, época da colheita, o patrimônio estava quase deserto, exceto pela presença de crianças, algumas sozinhas em casa, as mais velhas cuidando das mais novas, e de idosos que, em alguns casos, cuidam dessas crianças, seus netos. Os demais moradores, tanto homens quanto mulheres, estavam nas “lavouras” na “panha do café”. Por volta das cinco ou seis horas da tarde assisti à volta dos moradores das “lavouras” situadas no entorno do patrimônio, com seus embornais onde carregam água, comida e café; usando chapéus ou bonés; vestindo roupas quase sempre longas, que cobrem pernas e braços para protegê-los; e apresentando as marcas do trabalho. Após a jornada diária, quando os moradores retornam às suas casas, todos tomam banho, jantam e descansam para iniciar no dia seguinte a mesma rotina. Estas cenas se repetem por meses e resumem quase toda a vida cotidiana no patrimônio. Com algumas poucas exceções aos domingos, e às vezes aos sábados, quando não se trabalha, durante o período da colheita tanto as “vendas” quanto as igrejas são pouco frequentadas. As “rezas”, as festas e mesmo as visitas a vizinhos e parentes são menos frequentes.

Depois de todo o trabalho ao longo de um ciclo anual na “lavoura”, e de colhido o café, este é posto ao sol nos “terreiros” até que esteja completamente seco. Logo em seguida o café é limpo e armazenado para aguardar o momento exato para a venda. Tal momento depende do preço que o produto assume no mercado, mas pode depender também de alguma necessidade excepcional da família, do desejo de adquirir algum bem, dentre outros motivos que configuram casos em que a venda pode se seguir quase que imediatamente à colheita.

A renda obtida com a venda do café movimentava a economia local, tanto no distrito quanto na cidade. Pagam-se dívidas de empréstimos, a conta da “venda”, insumos para a produção, prestações de móveis, motocicletas e automóveis, etc. Como a colheita permite o acesso ao dinheiro a praticamente todos os moradores do *patrimônio*, sejam homens ou mulheres, tanto jovens quanto mais velhos, casados ou solteiros, a sua aplicação varia muito e depende, em boa medida, dos interesses individuais e/ou familiares. Como exemplo, muitos rapazes solteiros aplicam o dinheiro que obtêm com a venda de sua colheita na compra de motos, outros poderiam destiná-lo a um casamento futuro ou para a compra de terras. Algumas pessoas investem o produto de seu trabalho na melhoria de suas casas ou em sonhadas viagens à cidade de Aparecida do Norte, Congonhas ou para visitar parentes que migraram.

De modo geral, pode-se dizer que quando a colheita termina a vida em Dom Viçoso entra em um estado de profusão. Há nesse momento recursos suficientes para que se organizem festas, seja religiosas ou profanas, para que se beba bastante nas “vendas”, e que se ocupe o tempo com diversões, após um longo período despendido quase que exclusivamente com o trabalho. Um bom exemplo da importância do momento pós-colheita para a vida no patrimônio pôde ser percebido em campo na data de doze de outubro. Esta data corresponde ao dia de Nossa Senhora Aparecida, que é uma das maiores devoções locais, e coincide com o momento de pós-colheita e venda do café. Nesta data realiza-se uma das principais celebrações religiosas locais, acompanhada de festejos profanos, os quais, provavelmente, apresentam os maiores gastos e maior abundância de comida<sup>36</sup>.

Ao término da colheita do café o ciclo agrícola desse produto tem continuidade e, de maneira complementar, iniciam-se os ciclos do feijão e do milho. Esse momento coincide com o período chuvoso ou “tempo das águas” nessa região. Assim que começa a chover de maneira relativamente contínua, o que pode ocorrer em setembro, outubro, ou mesmo novembro, ocorre a capina ou “arruação” do café, quando o mato é cortado e colocado aos pés das plantas para que sirva de adubo. Logo em seguida, planta-se milho e o “feijão das águas”, muitas vezes entre

---

<sup>36</sup> Nessa ocasião foi feito por algumas mulheres da localidade um bolo de cerca de seis metros, contando com ajuda financeira ou em produtos de moradores, o qual foi distribuído para os presentes, principalmente as crianças. Este fato pode ser considerado como uma demonstração ritual da fartura propiciada pela colheita. Há algumas fotos em anexo a este trabalho que retratam a festa de Nossa Senhora Aparecida.

as “carreiras” de café. Isso ocorre predominantemente quando a “lavoura” é nova, pois a terra é considerada “forte”; já quando a “lavoura” é mais antiga, geralmente quando possui mais de quinze anos, a terra é considerada “fraca” e o plantio de milho e feijão dentre os pés de café poderia comprometer a sua produção no ano seguinte.

Quando a “roça” é consorciada à “lavoura”, no “tempo das águas”, milho e feijão são plantados muitas vezes em uma mesma cova, crescendo juntos enquanto não há trabalho a ser realizado com o cafezal. Trata-se nesse caso do “feijão das águas”, pois o feijão é plantado duas vezes ao ano, sendo que no segundo plantio, o principal, é chamado de “feijão da seca” ou “feijão do tempo” e ocorre por volta do mês de março.

Estas culturas são consideradas “lavouras temporárias” segundo a classificação do IBGE (2006) e, portanto, devem ser replantadas após cada colheita. A colheita do feijão ocorre, em geral, entre dois e três meses após o plantio, enquanto que a do milho ocorre em torno de quatro a seis meses decorridos da semeadura. Antes da colheita do feijão são realizadas algumas capinas na “roça”. Logo depois de colhido, ele é levado para o “terreiro” onde é posto a secar para que seja depois “batido”, em um processo que separa os grãos da palha, para que eles possam ser ensacados e armazenados para o consumo familiar, até a nova colheita, ou comercializados.

Terminadas as tarefas com o feijão, dedica-se a maior parte do trabalho ao milho até o momento de sua colheita. Esta é realizada com a quebra das plantas, as quais são muitas vezes deixadas na terra para servir de fertilizante, após terem sido retiradas as espigas. O milho depois de colhido é muitas vezes armazenado com a palha que protege as espigas por aqueles que possuem uma tulha ou paiol em seu terreiro. Em outros casos, é descascado, debulhado e ensacado, sobretudo quando se destina à comercialização. Finalizados os cuidados com o milho, segue-se, geralmente, o segundo plantio do feijão. Juntamente com o trato desses cultivos, são realizadas capinas no cafezal. No momento da última colheita do feijão, a terra em torno dos pés-de-café é completamente limpa para facilitar a coleta das sementes que caem no chão, estando pronta a “lavoura” para o reinício do ciclo agrícola com uma nova colheita. Como afirma um entrevistado, este é um “serviço que nunca acaba”, constituindo um ciclo contínuo de lida com a terra ao longo do qual se conjugam as tarefas com a “lavoura” e com a “roça”, descrito no seguinte diálogo:

M: Quando acaba de panhar café, aí o que faz?

A: Joga cisco. Capina ele e joga o mato debaixo dele, uai.

M: Isso vai até quando, esse serviço?

J: Aí vai lá, se plantou milho no meio dele vai lá e dá uma capinada no milho. Dá duas ou três capinadas no milho. Se plantar só o café e for mato, aí é mês de dezembro ou janeiro que eles capinam. Aí depois eles voltam lá outra vez para antes do café madurar para arruar. Para limpar antes de madurar o café.

M: Mas isso é quando?

A: Depende da lavoura é maio, abril.

J: Não para arruar, não. Arruar é quando ele estiver madurando. Tem três tipos aqui que madura. Lá para o lado do Casca, no mês de fevereiro está madurando. Mês de março está tudo maduro. Aqui tem que arruar. Aí eles caem no meio do mato, aí eles vai lá e pega.

M: Arruar é capinar o café?

A: É, e limpar debaixo dele.

J: Arruar chama capinar, coloca a enxada debaixo dos pés e vai puxando para o meio. Aí eles falam arruar café. E quando é capinar, isso para mim é igual. Arruar e capinar é tudo igual.

M: Mas quando que planta, quando está plantando feijão e milho no meio do café, quando que faz isso?

A: Depende da chuva. Nós plantamos em setembro, outubro, planta novembro, planta dezembro. Depende do nosso papai do céu lá, mandar a chuva na hora certa, nós planta na hora certa. Se ele manda atrasado...

J: Quando está chovendo, nós vamos lá e plantamos. Mas quando não está chovendo quem é que vai plantar? Ninguém. Sem chuva aí e acabou de colher café, é apertado, não tem jeito não.

M: Mas tem que primeiro colher o café e depois plantar? Se chover, por exemplo, acabou de colher, se chover já pode começar a plantar?

A: É. Aí começa a plantar.

M: Aí planta o quê?

A: Milho e feijão.

M: Planta os dois juntos?

J: É que o feijão tem duas plantas dentro do ano. Agora, vamos supor, eles plantam milho, plantam feijão. Eles falam que é feijão das águas que é plantado, o plantio é agora. Quando bate o mês de março, aí tem feijão, eles falam agora é feijão do tempo. Eles falam que é feijão do tempo, plantado no mês de março. A colheita mais forte é que é plantada no mês de março. Porque a colheita dele dá

na época que já é sol. Agora tem ano que não dá para colher porque é chuva e a chuva não deixa colher. Perde feijão, bagunça o trem todo.

M: Se plantar agora e chover esse mês, por exemplo, quando que colhe?

J: Aí depende da cor do feijão. Aquele feijão carioca dentro de 65 dias, com a terra molhada, quando faz 65 dias ele já está maduro. Feijão preto esse é mais tardio. Esse vai de 75 dias e vai até 80 dias. E o feijão vermelho também ele atrasa mais um bocadinho que o carioca. Não é muito não, mas atrasa mais. O feijão mulatinho também é nessa base, 60 dias está madurando. 65 dias, 70 dias pode ir lá arrancar. Se demorar muito ele vai secando e debulhando, rebenta lá no campo. Se rebentar no campo perde tudo.

M: E o milho como é que faz?

J: O milho planta... o milho híbrido planta ele e quando faz 90 dias ele já está tudo milho verde. Pendoa, solta e já está tudo milho verde. Milho verde é quando ele está no gramado, a pessoa vai lá quebra ele, casca ele, leva ele no fogo e já está no ponto e vai comendo. Ou então para fazer mingau. Nós cozinhamos ele, ou para fazer pamonha tem que estar mole, se ele endureceu aí... É mais ou menos quatro meses para colher o milho híbrido. Agora esse outro não, esse outro é uns cinco meses mais ou menos. O híbrido não, quatro meses eles está sequinho e tudo virado. Quando ele está seco, o híbrido, ele vira tudo para baixo. Agora esse nosso que nós falamos canelão, esse não consegue virar não. Ele seca e fica.

M: O milho planta uma vez só no ano?

J: Só. O milho só uma vez. Agora que eles estão plantando regado, planta duas vezes, mas é regado. Tem que ser regado, que não tem chuva.

M: Mas, aí tem serviço o ano inteiro na lavoura ou tem época que não tem?

J: Tem o ano inteiro, uai, tem que ser o ano inteiro. E agora, logo depois que nós acabamos de panhar o café, igual naquela lavoura que está ali. Já acabou de panhar, né, o café está seco. Agora eles têm que passar a enxada capinando para o [?]. Agora, se eles plantar milho, pode chegar a chover, o mato vem, aí tem que dá duas capinas, três... Capina porque o mato sai. E se calcar o café, o mato no mês de dezembro princípio de janeiro, chama para capinar outra vez. Aí vai capinar. Capina ele e depois quando estiver madurando vai arruar. É para puxar o mato tudo para o meio, porque o café que cair, ele caindo ali cai no limpo. Se cai no meio do mato e deixar ele madurar muito ele pega dá [?], passa a enxada e

não dá para aproveitar. Entope tudo na terra, perdeu. Aí catar, depois capinar, depois vem arruação, depois panhação, é um serviço que nunca acaba.

Portanto, pode-se afirmar que o trabalho com a terra forma um ciclo anual que absorve as atividades dos moradores do patrimônio, em momentos e de formas diferenciadas, e organiza a vida no local. A categoria “trabalho” constitui uma referência central, bastante ponderável do ponto de vista dos moradores desse local, em seu cotidiano. Alguns entrevistados, com frequência, quando indagados sobre a vida naquele lugar, sobre sua vida, iniciaram falando sobre o “trabalho”, que possui um significado preciso no discurso local.

A categoria “trabalho” nesta região, em primeiro lugar, refere-se ao trabalho agrícola, como afirmado, e o que é comum a outras áreas camponesas, como tem sido ressaltado por uma série de pesquisadores desse universo (Brandão, 1981; Garcia Jr, 1983; Heredia, 1979; Woortmann e Woortmann, 1997; dentre outros). Essa categoria, como afirmam Ellen e Klaas Woortmann (1997:134) não é auto-evidente, mas uma categoria cultural e ideológica com múltiplos significados. Nesse sentido, outras tarefas não diretamente ligadas à produção agrícola, como a lida com o gado, podem ser denominadas trabalho, em algumas situações, mas nunca são percebidas como o “trabalho” por excelência, que é a lida com a terra. O verdadeiro “trabalho” pressupõe a terra para sua realização.

Dessa forma, o “trabalho” é visto como uma categoria moral essencial, pois permite a realização da condição camponesa de forma plena. Ao referir-me a categoria moral tenho em mente pressupostos em comum com Godói (1999). A autora considera, a partir de leituras de Bourdieu, Sahlins e E. P. Thompson, a existência de *economia moral* a orientar uma lógica ou racionalidade camponesa. Nesse sentido, *moral* é compreendida como uma ética específica a qual orienta as ações em geral, inclusive aquelas de caráter econômico<sup>37</sup>.

A noção de *economia moral* compreendida desse modo distancia-se, como afirma a antropóloga, da discussão de Scott (1976 e 1985 apud Godói, 1999) a respeito de *moral economy*, pois este autor tem sua discussão fundamentada no “estudo de instituições econômicas, principalmente do mercado, tendo como foco as relações entre as elites agrárias e campesinato no Sudeste asiático” (Godói, 1999: 50). Por seu turno, Godói (1999) afirma que não se preocupa com o estudo de instituições, mas de uma ética ou economia moral relacionada a um *habitus*, e seu estudo não aborda um campesinato confrontado com elites agrárias.

---

<sup>37</sup> Emília P. de Godói (1999: 97) realiza uma crítica a Klaas Woortmann (1990) que, segundo ela, opera uma distinção entre as ordens moral e econômica com relação ao campesinato, a qual a autora nega, ao se valer da noção de *economia moral*.

Do mesmo modo, neste trabalho, utilizo a noção de *moral* compreendida como uma ética subjacente às práticas, inclusive aquelas de caráter econômico. Além disso, não se trata no caso em estudo de um campesinato confrontado com elites agrárias, como já foi dito, pois estes camponeses trabalham nos “terrenos”, o que definem boa parte do seu cotidiano, e não em “fazendas”. A existência de uma diferenciação econômica entre eles, como também já se afirmou, não produz uma estratificação social. Nesse sentido, não se poderia pensar em termos de uma contraposição entre camponeses de um lado e uma elite do outro, pois todos os moradores do patrimônio são camponeses.

Uma especificidade da concepção de “trabalho” nesse universo camponês é o fato de que o trabalho propriamente dito é o trabalho com a terra, mas a forma mais valorizada de lida com a terra é a “lavoura”, ou seja, o cultivo de café. Nesse sentido, nosso entrevistado afirma que “a gente vive exclusivamente do café”, ainda que o sustento da família seja garantido pelo cultivo de milho e feijão, produtos destinados à “despesa”.

A alimentação camponesa nessa região é baseada em feijão e em milho e seus derivados, como a farinha e o fubá. De modo complementar, entram nessa dieta outros produtos locais como verduras, que são cultivadas nas hortas das casas, e carne, principalmente da “criação” da casa, ou seja, porcos e galinhas. Além disso, consomem-se gêneros industrializados, como macarrão, pães, biscoitos, enlatados e embutidos, dentre outros, os quais são comprados nas “vendas” do local e na cidade. Alguns produtos agrícolas são essenciais na dieta local, sendo consumidos com grande frequência, mas não são produzidos nesta área ou são raramente produzidos. Pode-se destacar dentre esses o arroz, a batata e a cebola, dentre outros gêneros que os moradores do patrimônio compram no comércio local.

Pela simples observação da dieta cotidiana dos moradores dessa área, pode-se perceber que suas necessidades básicas não são garantidas apenas pela produção agropecuária local. No entanto, o milho e o feijão, como já foi dito, são produzidos visando a “despesa”, ou seja, o sustento do grupo doméstico. O que ocorre é que parte das necessidades da família é atendida pelo estoque desses gêneros na tulha, os quais serão consumidos aos poucos até a próxima colheita, e parte pode ser atendida pela sua comercialização. A porcentagem que será consumida e aquela que poderá ser vendida depende do cálculo feito pelo agricultor em função do montante de sua produção, do tamanho da família e de suas necessidades. Um exemplo: caso a produção em determinado ano seja relativamente pequena, suficiente apenas para a alimentação de sua família ou mesmo inferior a essa necessidade, um agricultor poderia optar por não vender milho e feijão. As demais necessidades de sua família, como vestuário, outros produtos alimentícios, etc., dependeria dos recursos de que este sujeito dispusesse, advindos da colheita de café ou de outras fontes, como um trabalho esporádico como “jornaleiro”. Outro exemplo:

caso o preço do feijão esteja elevado no mercado em determinado ano, um agricultor poderia optar por reduzir o consumo desse gênero por sua família, vendendo boa parte de sua produção, obtendo assim uma renda maior que possibilitaria, dentre outras coisas, diversificar a dieta.

Deve ficar claro que as necessidades são, em parte, definidas socialmente, mas dependem também de volições bastante pessoais, além de situações ou acontecimentos específicos. Alimentar a família com o resultado do próprio trabalho é uma das principais necessidades consideradas socialmente nesta área, pois um perfil social valorizado é aquele do agricultor que consegue com seu esforço produzir ao menos o suficiente para sua família, sendo mais desejável ainda que produza além dessa necessidade. Dessa forma, a maioria dos agricultores opta por reservar parte da produção de milho e feijão que seja suficiente para o consumo de seu grupo doméstico até o momento de uma próxima colheita. Contudo, pode ser uma necessidade mais imediata, definida em função de um desejo individual ou familiar, comprar um veículo de transporte, como uma moto ou carro, ou melhorar a casa. Neste caso, pode-se optar por privilegiar a comercialização do milho e do feijão, ao menos de boa parte da produção. Além disso, em função de uma situação inesperada, como uma doença na família, pode-se ter que rever o planejamento do consumo e da venda da produção da “roça”.

De modo geral, tanto a comercialização quanto o consumo dos produtos da “roça” compõem e caracterizam o que se poderia denominar uma economia de “aprovisionamento”, a qual seria típica de grupos camponeses. Segundo Godói (1999: 91), a noção de “aprovisionamento” é preferível àquela de “subsistência”, seguindo as indicações de Sahlins (1970). Isso se deve ao fato de que, de acordo com a autora, a qual se baseia em Sahlins (1970: 121):

A produção para provisionamento não se caracteriza exatamente como “produção para uso”, isto é, para consumo direto, e as famílias podem produzir para troca, de modo a obter, indiretamente, o que precisam e não produzem, enquanto a “economia de subsistência” está marcada por uma concepção equivocada do trabalho camponês, sintetizada no binômio trabalho contínuo – sobrevivência. Ademais, a “produção para provisionamento” fornece à família seu “costumeiro estoque de bens, tem seus limites na produção e não possui propensão inerente para o trabalho contínuo” (Godói, 1999: 91-92).

Ao analisar a economia doméstica dos camponeses da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, Deborah Lima utiliza a noção de “economia de trocas” tomada a Weber. Segundo a autora, este tipo de economia caracteriza-se por uma orientação segundo a qual

trocam-se certos bens e demandam-se outros, não correspondendo de modo algum à idéia de uma economia natural (Lima, 2006: 170). Pelo contrário, a autora destaca o aspecto, freqüentemente negligenciado em estudos sobre o campesinato, da inserção da economia camponesa no mercado. A ênfase na relação com o mercado não descaracteriza o campesinato, muitas vezes pelo contrário, pois a existência de uma economia de troca, seja monetária ou não, não anula uma lógica econômica diferenciada e esta se direciona ao consumo doméstico, isto é, trata-se de uma economia “consuntiva” e não “lucrativa”, segundo a definição também proposta por Weber (Lima, 2006: 151).

Poderíamos correlacionar as considerações de Godói (1999) e Lima (2006) que abordam contextos camponeses distintos, no sertão nordestino e no Médio Solimões, respectivamente, à observação realizada na região da Serra do Brigadeiro. Nesse sentido, os moradores do *patrimônio* atendem ao que se considera aqui como uma economia camponesa de “aprovisionamento” ou “de trocas” ou ainda “consuntiva”, a qual seria marcada por um ideal de autonomia do grupo doméstico, que se realiza por meio do cálculo bem feito das proporções do que será consumido e do que será vendido do todo da produção da “roça”. Isso se aplica tanto aos proprietários quanto aos “meeiros”, pois ambos cultivam, geralmente, uma “roça” em meio à “lavoura” que está sob seus cuidados ou em uma porção de terras destinada exclusivamente para isso. No entanto, é claro que as possibilidades de cálculo dos “meeiros” são limitadas devido ao fato de que devem entregar parte da produção em troca do uso da terra. Dessa forma, os “meeiros” têm sua condição camponesa, no que concerne ao aspecto econômico, sempre ameaçada, posto que sua autonomia doméstica depende de uma produção sempre menor do que a “roça” que efetivamente cultiva. No entanto, retornando ao que foi proposto no item anterior, o “meeiro” não necessariamente torna-se um proletário, ainda que sua situação seja intrinsecamente instável.

Além da produção da “roça”, consome-se também parte do que se produz com a “lavoura”. Em todas as casas dessa região, o café é uma bebida consumida cotidianamente, quase sempre rala e com bastante açúcar ou rapadura. Em algumas casas se pode encontrar sempre uma garrafa cheia de café fresco, em outras ele é consumido principalmente de manhã, constituindo em muitos casos o único alimento da primeira refeição do dia. De modo geral, todas as famílias consomem café e este consumo é provido quase sempre pela própria produção. Nesse sentido, uma parte da colheita da “lavoura” seria reservada ao consumo familiar, de modo similar ao que ocorre com a colheita da “roça”. Mas, apesar disso, o que distingue a “roça” e a “lavoura” é a que propósitos se destinam desde o momento de sua produção até o seu consumo e troca.

Diferentemente do milho e do feijão, que se destinam à “despesa”, o café destina-se à troca. Mesmo quando a produção da “roça” é trocada no mercado, o objetivo principal dessa atividade

é garantir indiretamente o sustento da família, sendo um gênero que se vincula ao consumo em termos da economia moral nativa. O café, por outro lado, tem sua importância vinculada não à esfera do consumo, mas exatamente à esfera de sua circulação.

O café é o principal gênero comercial dessa região. Ele é produzido seja por grandes ou pequenos produtores, por “donos” ou “meeiros” da terra, visando o mercado. É por meio da produção da “lavoura” que os agricultores dessa região realizam sua inserção em um mercado relativamente competitivo, em que a cotação do café oscila significativamente. Na produção do café são contabilizados os custos com insumos agrícolas, com a mão-de-obra ao longo do ano e principalmente na colheita e todos os gastos em geral. Além desses cálculos, os agricultores operam com as oscilações do preço da mercadoria segundo a sua possibilidade definida pela reserva de capital de que disponham, precisando assim o momento adequado para vender a produção. Dessa forma, o café é considerado uma mercadoria valiosa que garante a sobrevivência da família por meio de sua troca no mercado pelo dinheiro, o qual serve para atender a boa parte das necessidades definidas socialmente.

Essas necessidades incluem a ornamentação das casas, e sua equipagem com produtos eletro-eletrônicos, viagens, o aumento de um patrimônio familiar que pode incluir a própria terra e bens duráveis, a organização de festas, casamentos, dentre outras coisas. Ao observar o padrão de vida das famílias que moram no *patrimônio*, podemos dizer que suas necessidades são relativamente bem atendidas. Uma descrição material das casas do patrimônio deve auxiliar a compreender esse padrão de vida<sup>38</sup>.

A sala é mobiliada por sofás e uma estante, em praticamente todas as casas. Em algumas casas mais simples, em lugar do sofá encontram-se bancos de madeira construídos com uma tábua amparada por dois pés em suas pontas e sem encosto. Em tais casas também não se encontrariam as estantes. As estantes são amplamente ornamentadas com itens principalmente comprados nas idas à cidade e, não raro, comprados nas visitas à Aparecida do Norte ou

---

<sup>38</sup> Ao considerar o padrão de vida dos moradores do *patrimônio*, tomo como referência o atendimento de suas *necessidades sociais*. Esta é uma referência qualitativa, mas há também uma referência quantitativa do padrão de vida desses agricultores: a renda monetária obtida com a venda de produtos agrícolas. Esta referência é utilizada, inclusive, pela Emater para a produção da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) de cada agricultor. Este documento é uma exigência para que o agricultor tenha acesso aos recursos do Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Segundo o engenheiro agrônomo da Emater-MG em Ervália, Geraldo Antônio da Silva, em Dom Viçoso mais de 90% dos agricultores enquadram-se nos grupos C e D, definidos conforme os critérios atuais do Pronaf. Esses critérios estabelecem que o grupo C compreende aqueles agricultores familiares que possuem uma renda bruta anual acima de R\$ 4 mil até R\$ 18 mil; o grupo D, por sua vez, compreende aqueles agricultores familiares cuja renda bruta anual varia entre R\$ 18 mil e R\$ 50 mil. Essa renda bruta anual é calculada pelo citado engenheiro agrônomo que entrevista cada agricultor a respeito da quantidade de café, milho e feijão produzidos em três anos (o ano atual, o ano anterior, e uma estimativa para a próxima colheita) e a respeito do valor recebido por cada saca de produto vendido. A renda bruta anual será a média aritmética, para os três anos considerados, do valor total de todos os produtos comercializados. O documento número 3 do anexo C compõe-se de DAPs de agricultores de Dom Viçoso, as quais especificam a renda bruta anual e a extensão de terras cultivadas para cada caso. Foram omitidos, bem como em todo este trabalho, os nomes dos agricultores e seus dados pessoais.

Congonhas, sobretudo as imagens de santos. Praticamente todas as famílias realizam com menor ou maior frequência essas viagens em romaria, algumas pessoas vão todos os anos trazendo algum “enfeite” para a casa ou presente para os amigos e parentes. Deve-se acrescentar que, sobretudo desde alguns anos mais recentes, nas salas encontram-se televisões, aparelhos de som e de DVD. Nas cozinhas, estão quase sempre presentes fogões-a-gás, geladeiras, liquidificadores, etc. Poucas famílias possuem automóvel, mas em quase todas as casas algum membro possui ao menos uma motocicleta.

Nesse sentido, não se poderia considerar esta economia camponesa separadamente do mercado. Pelo contrário, em muitos casos, a renda obtida com a venda do café é revertida na compra de terras por parte de “meeiros”, os quais passam assim a ter ampliada a sua autonomia e, por consequência, garantida de forma mais perene a sua condição camponesa. Contudo, a participação desses camponeses do mercado se faz segundo uma lógica econômica específica, direcionada para o consumo familiar, sendo que, desse modo, a renda obtida com a venda de produtos agrícolas é revertida para um consumo mais imediato ou para o aumento do patrimônio familiar. Como nos mostra Deborah Lima (2006: 154), baseando-se em Marx, o circuito usual de troca nas economias domésticas, poderia ser descrito do seguinte modo: Mercadoria 1 --> Dinheiro --> Mercadoria 2, isto é, a produção de um determinado bem que é trocado no mercado por dinheiro garante a aquisição de novos bens necessários ao consumo. Por outro lado, as relações no âmbito do mercado na economia capitalista caracterizam-se pelo investimento de um capital em determinado bem que produz um capital superior devido à exploração do trabalho, donde: Capital --> Mercadoria -->Capital’.

Ricardo Abramovay (1998: 100), em uma leitura das contribuições de economistas, tais como Chayanov e Tepicht, para o estudo do campesinato, propõe que estes, em geral, teriam pecado por ignorar o contexto social das práticas econômicas dos camponeses. Com isso, acabariam criando abstrações tais como a noção de “modo de produção camponês”. Em lugar disso, o autor salienta o contexto social da racionalidade econômica camponesa e afirma que:

[...] a racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por essa razão que não pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica que via nos camponeses membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Parcialidade, no caso, não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas (Abramovay, 1998: 101).

Segundo o sociólogo, haveria, portanto, regras ou normas formando um código que seria limitante da racionalidade econômica camponesa. Entretanto, “estes códigos só podem ser compreendidos na maneira como o camponês se insere na sociedade global em que vive” (Abramovay, 1998: 102). Tal inserção se daria no nível do mercado, mas de forma sempre parcial, posto que os próprios mecanismos de mercado atuariam de maneira incompleta no interior da sociedade camponesa. O campesinato seria caracterizado, portanto, “por sua integração parcial a mercados imperfeitos” (Abramovay, 1998: 104). Essa característica conduziria à situação em que o campesinato teria sua reprodução social sempre ameaçada pela contradição inerente à sua inserção imperfeita no mercado. O autor conclui então que, campesinato e capitalismo seriam incompatíveis.

É importante enfatizar, a partir do argumento de Abramovay, a existência de um código que coordena as práticas econômicas em sociedades camponesas e que a economia não existe como esfera autônoma do social no caso camponês. Nesse sentido, argumento que a especificidade camponesa deve ser buscada no plano moral e social. Dessa forma, a inserção no mercado não deve ser considerada uma ambigüidade em relação ao ideal camponês de autonomia doméstica, pois ambos são complementares em termos de uma lógica econômica específica, direcionado ao consumo. Isto é, as práticas econômicas e a economia de uma forma geral, são coordenadas por determinados valores e normas sociais<sup>39</sup>.

Em um sentido similar, Raymond Firth (1974), afirma a respeito da economia camponesa na Malásia que uma “economia de preços” e uma “economia natural” (termo que ele utiliza sob a ressalva de que se trataria de um conceito econômico que não descreve uma situação empírica) podem conviver lado a lado, atuando em áreas diferentes, ou com relação a diferentes produtos, em um mesmo sistema econômico. Dessa forma, o comportamento dos indivíduos poderia se mover entre as relações que se dão no mercado e a troca não mercadológica, mas estando sempre submetido ao sistema ou estrutura social. Nas palavras do antropólogo:

Na economia camponesa malaia, lado a lado com convenções firmemente estabelecidas de pagamento de colhedores de arroz com um décimo do que colhem, sem considerar o preço corrente do arroz, e excluindo os convencionais presentes em dinheiro em festas, há um sutil sistema de barganhas na compra e venda de peixe, com preços que variam de local para local e de hora para hora. Flutuações nos estoques e necessidades, e nas expectativas de lucro, são

---

<sup>39</sup> Ao considerar a economia camponesa da perspectiva de uma lógica específica, tenho em mente a análise weberiana da economia. Weber (1996: 42), em seu estudo sobre o capitalismo, considera que o *espírito do capitalismo* refere-se a um *ethos* específico, caracterizado pela contabilidade racional, e não simplesmente à empresa capitalista. Com um raciocínio similar, podemos considerar que a economia camponesa refere-se não simplesmente à agricultura camponesa, mas, sobretudo, a um *ethos camponês*.

introduzidas em um mecanismo de relações de mercado quase “puras”. Nessas condições camponesas, as manifestações de uma economia de preços e de uma economia “natural” podem conviver lado a lado. Mas o que é mais importante é que o comportamento econômico em muitos tipos de relação, como, por exemplo, nas atitudes quanto a economizar ou emprestar, pode ser equacionado como diferindo entre sistemas de preço e sem preço. Esse comportamento é função da estrutura social, com sua ênfase na comunidade aldeã e no grupo de parentesco (Firth, 1974: 150).

Além disso, a importância do café na área pesquisada transcende em muito a sua condição de mercadoria e, portanto, cabe refletir para além da inserção desses camponeses no mercado. O café poderia ser considerado como uma espécie de “medida de todas as coisas” na região, elemento importante em diversas trocas, não apenas naquelas que se dão em um mercado capitalista. No desenvolvimento desse argumento, poder-se-ia traçar um paralelo com a análise de Godelier (1981) em “‘Moeda de sal’ e circulação das mercadorias entre os Baruya da Nova-Guiné”, em que o autor estuda a importância material e simbólica da produção de sal entre os Baruya, distinguindo dois modos de circulação desse produto – por redistribuição e por troca comercial.

O autor se pergunta se seria possível pensar no sal como uma forma primitiva de moeda, donde afirma que “o sal é para eles produto destinado antes de tudo à troca, portanto, uma mercadoria” (Godelier, 1981:139) e quando consumido é objeto de consumo ritual, o que não significa que seja raro. A resposta é negativa e, nesse sentido, Godelier afirma que se o sal é mercadoria, podendo ser trocado por outros produtos, mas não pode ser trocado por qualquer produto, portanto, não funciona como um equivalente universal – não é moeda.

Desse modo, não se aplicaria a teoria do valor de Marx para explicar o fundamento do valor de troca do sal na Nova-Guiné, pois “o princípio e o objetivo das trocas continuam a ser a satisfação das necessidades sociais, o consumo, e não a procura de lucro” (Godelier, 1981:146). Nesse sentido, o autor conclui que:

O sal é, portanto, ao mesmo tempo, uma mercadoria que se produz para os outros e um objeto que se distribui “entre os seus”. Na medida em que é a única mercadoria que se troca por todas as outras, desempenha em relação a elas o papel privilegiado de moeda. Reciprocamente, todos os bens pelos quais é substituído *se tornam por essa troca* mercadorias e deixam, *sob essa forma*, as tribos vizinhas para penetrar entre os Baruya, onde perderão novamente sua

qualidade de mercadoria, voltando a ser objetos para exibir ou dar, como o próprio sal, que, entre os Baruya, jamais é objeto de troca, mas sempre de dádiva e redistribuição, um objeto de troca social (Godelier, 1981:148).

Poder-se-ia dizer que Dom Viçoso, bem como em toda essa porção da Zona da Mata, o café não é moeda – o que pode parecer muito óbvio – pois há mercado, há moeda e o café é comercializado neste mercado por meio de trocas plenamente capitalistas. No entanto, a observação de um agricultor feita no contexto de uma outra pesquisa, mas em uma região bastante próxima, com uma estrutura sócio-econômica semelhante, pode ser bastante esclarecedora. Este agricultor afirmava que o “café é o salário”:

[...] isso porque ele é produzido em primeiro lugar para a comercialização e é o que garante aos “pequenos” a renda monetária. Por meio dela é que são possíveis as transações comerciais para a aquisição de outros gêneros para o sustento da casa. O café é um produto que transcende a importância para a subsistência, tendo grande valor ritual. Portanto, as atividades que o cercam – desde o trabalho na “roça” até o seu consumo – são cercadas desse caráter. Além disso, ele é muitas vezes permutado entre os próprios agricultores [...]. Devido a isso, o café é considerado como “moeda” e “medida de todas as coisas” na região (Alves, 2006: 14).

Ainda tomando como base o material da pesquisa anterior referida anteriormente, que pode nos oferecer elementos para a presente análise, gostaria de acrescentar algumas observações. A circulação do café não se restringe ao mercado, mas se dá também em círculos internos ao próprio grupo. Neste caso, as trocas que envolvem o café podem comportar significados bastante diversos em relação à sua comercialização. Um exemplo dessa circulação interna do produto é representada pela prática de empréstimos de certas quantias de café entre parentes ou amigos<sup>40</sup>. Estes empréstimos são, muitas vezes, praticados segundo regras locais de “consideração” e reciprocidade. Dessa forma, em uma necessidade, um parente poderia recorrer ao outro que lhe emprestaria algumas sacas de café, as quais estivessem estocadas. Aquele que recebeu o empréstimo se sentiria, provavelmente, “na obrigação” para com aquele que o ajudou, reforçando-se um laço de reciprocidade entre ambos.

---

<sup>40</sup> No caso referido anteriormente, de um estudo realizado no município de Araponga, o café constitui o item principal e referência de empréstimos utilizados para a compra de terras em conjunto em um dado grupo. A esse respeito consultar Alves (2005, 2006). Podemos traçar um paralelo entre os significados do café nas áreas rurais, dentre camponeses, dos municípios de Ervália e Araponga que, ademais, se situam em um mesmo contexto etnográfico: a região da Serra do Brigadeiro.

No entanto, não generalizaria uma dada postura. Trata-se mais uma vez de uma norma consoante uma ética local, a qual será sempre manipulada pelos indivíduos, podendo haver casos em que haja relações pautadas na lógica do mercado dentro do próprio grupo. O importante a se destacar é que segundo estas regras implícitas de boa conduta, deve-se “consideração” a pessoas próximas o que seria, em certo sentido, incompatível com “exploração”. Pode-se comercializar café entre pessoas da mesma localidade e/ou da mesma família, mas explorar o preço desse café, sobretudo em uma situação em que alguém necessite de ajuda, seria condenado moralmente. O café nestes casos, parece-me que acaba por circular muitas vezes com significados diferentes daqueles que assume no mercado, aproximando-se da categoria de *dádiva* pois insere-se em uma troca que se faz sob a forma de presentes “em teoria voluntários, na verdade obrigatoriamente dados e retribuídos” (Mauss, 2003: 187).

Outro exemplo bastante significativo do modo como o café circula internamente de modo próximo à dádiva, é apresentado pelo ritual que se realiza em todas as casas da região ao se receber uma visita – oferecer um cafezinho – e que prevê um comportamento padronizado por parte de quem visita – aceitar o que seu anfitrião oferece – sob pena de cometer uma “desfeita”. É claro que esse tipo de comportamento ritualizado não se restringe ao consumo de café e à região estudada ou a regiões camponesas somente, sendo bastante mais recorrente. Contudo, na área estudada (e talvez não apenas nela, mas não pretendo discutir essa questão em um âmbito maior) esta prática pode ser situada em um campo de práticas sociais coordenadas por uma dada moral.

Ainda mais um exemplo: certa ocasião em campo, fomos até uma das “vendas” do patrimônio para tomar café da manhã. O vendeiro nos trouxe pão e café. Ao terminarmos, perguntamos o preço da refeição e ele nos respondeu um valor que mal pagaria o pão consumido. Ingenuamente perguntei pelo valor do café e o homem quase indignado, mas com um ar de grande dignidade, respondeu-me “graças a Deus, nunca tive que vender café”. Vender café, naquela situação, mesmo que para dois “estranhos”, mas que não deixavam ser uma visita no local, seria uma prática desonrosa do ponto de vista da moral local e, nesse sentido, poderia ser compreendida no mesmo contexto das trocas e empréstimos de café que se realizam entre parentes e amigos.

Portanto, o café constitui uma referência essencial na vida em Dom Viçoso. É claro que as trocas locais não envolvem apenas o café, mas este gênero transcende a importância econômica, tendo inclusive uma grande importância ritual. As atividades que o cercam, desde o trabalho na “lavoura” até seu consumo, são assim cercadas desse caráter. Poder-se-ia, nesse sentido, com Sahlins (2003: 171), afirmar que há uma razão cultural, ou uma dimensão simbólica, que informa o consumo bem como as relações de produção. Se a afirmação do autor se faz válida

para o contexto da sociedade norte-americana, creio que o mesmo valha para a realidade camponesa.

Além disso, as observações de Godelier são esclarecedoras. O autor, como Firth, em primeiro lugar, considera a economia como uma esfera não independente da vida social como um todo. De tal modo que toda atividade material, seja em nível de produção, de circulação, ou de consumo comporta uma dimensão ideal, ou simbólica. Mas alguns produtos desempenham um papel privilegiado de significação, na medida em que satisfazem a certas necessidades sociais, tal como o sal dos Baruya ou o café em Dom Viçoso.

No que concerne à circulação do café, compreendido então na categoria desses produtos dotados de uma importância simbólica especial em certos contextos culturais, afirmo que ele pode circular em diferentes níveis com diferentes significados – no interior do grupo na forma de *dádiva* e para o exterior do grupo na forma de *mercadoria*. É exatamente este o ponto que gostaria de enfatizar: o café, no interior do grupo estudado – um grupo fundamentado em uma moral específica – pode circular por meio de dádivas, estando vinculado a uma reciprocidade. Para o exterior do grupo considerado, o café é a mais importante mercadoria local, comercializada no mercado em termos de valor de troca. Mas ainda pode haver a comercialização de mercadorias, ou do café mais especificamente, no interior do grupo, da mesma forma como pode haver a doação de dádivas para pessoas situadas fora dele, pois – mais uma vez afirmo – as práticas individuais administram a norma social. Nesse sentido, o que definiria um dado grupo como camponês não seria de modo algum a ausência de relações com o mercado e a existência de uma economia de autoconsumo, mas sim de uma dimensão social e moral bastante específica que transcende e coordena a lógica econômica de maneira geral. O café em Dom Viçoso ilustra bem tal questão<sup>41</sup>.

Retornando à complementaridade da “roça” e da “lavoura” no contexto econômico local, podemos propor algumas conclusões. Em primeiro lugar, essa complementaridade se expressa no nível da produção, já que o trabalho realizado nos âmbitos da “roça” e da “lavoura” compõe um todo ao longo do ciclo agrícola anual. Em segundo lugar, essa complementaridade define um tipo particular de economia de “aprovisionamento” onde a “roça” vincula-se prioritariamente à esfera do consumo familiar, não deixando, contudo, de ser comercializada, enquanto que a “lavoura” está associada à esfera da circulação ou da troca, tanto como

---

<sup>41</sup> Marcos Lanna (1995) considera que a dádiva e a mercadoria remetem às formas elementares da vida econômica e, por conseguinte, da sociabilidade em geral. Nesse sentido, as duas formas básicas de sociabilidade existentes em qualquer sociedade, segundo o antropólogo, o qual se baseia em Marcel Mauss e na continuidade e reformulação de seu pensamento realizada por Louis Dumont e Claude Lévi-Strauss, seriam aquelas próprias aos sistemas holistas e aquelas que caracterizam os sistemas individualistas. No entanto, de acordo com Lanna, a partir de sua referência etnográfica em um município do nordeste brasileiro, essas duas formas de sociabilidade básicas podem existir simultaneamente em um mesmo sistema social. Nesses casos, a lógica da mercadoria seria englobada pela lógica da dádiva, devido às próprias características do sistema holista, como o fato de ser necessariamente englobante, segundo Dumont (1992).

mercadoria quanto como dádiva, mas servindo também às necessidades do grupo doméstico. Nesse sentido, trata-se de uma economia camponesa que tanto se direciona ao mercado quanto internamente ao próprio grupo e ao sustento da família.

## 4. Sociabilidade e moral em Dom Viçoso

Neste capítulo retomo a questão das diferenças e similaridades internas ao *patrimônio* considerando que estas se relacionam diretamente à sociabilidade local. Esta sociabilidade se caracteriza como agonística, sendo produto da existência de diferenças entre aquelas pessoas que a constroem em sua convivência cotidiana. Dessa forma, considero uma primeira diferenciação básica – aquela que estabelece no nível da economia doméstica, conforme distinções geracionais e de gênero. Argumento que tais distinções implicam em hierarquização dentro do grupo doméstico e seu correlato e oposto, a reciprocidade. A hierarquia e a reciprocidade seriam, portanto, os princípios constituintes da estrutura fundamental da sociabilidade local – a família, em específico, e as relações de parentesco, em geral. As relações de parentesco não se restringem ao âmbito do grupo doméstico, definindo também a sociabilidade no contexto do *patrimônio*, a qual seria caracterizada, do mesmo modo, pelos princípios interdependentes da hierarquia e da reciprocidade.

### **4.1.0 “patrimônio” e os “terrenos”: economia doméstica e relações sociais**

Podemos concluir o que foi discutido até o presente ponto do texto e apontar para as questões a serem trabalhadas neste capítulo, afirmando que os camponeses de Dom Viçoso considerados nesta pesquisa moram no *patrimônio* e trabalham nos “terrenos”. Este trabalho se dá conforme as relações sociais de produção no local que expressam o contexto social mais amplo em que os moradores do *patrimônio* se inserem. Nesse contexto social, há uma diferenciação econômica entre os moradores que, por um lado, remete às diferenças de acesso aos meios de produção, sobretudo à terra. Por outro lado, esta diferenciação não produz uma estratificação sócio-econômica, pois estes camponeses vivem em uma situação de relativa semelhança em seus padrões de vida e se consideram uns aos outros em uma mesma condição social. Dessa forma, as diferenças e semelhanças dentre esses camponeses poderiam ser analisadas com referência à trama das relações sociais no local, onde há tanto a produção de uma unidade ou uma dimensão coletiva, quanto um processo de diferenciação constante, que remetem à sociabilidade marcada por uma dimensão agonística estruturante e por um sentimento de pertença a um território. Portanto, a unidade e a diferença são construções sociais que se fazem em um processo de articulação ativa e disputa entre os agentes em seu cotidiano.

Como foi afirmado no capítulo anterior, a economia não pode ser pensada em termos independentes do contexto social no caso camponês. Além disso, a diferenciação sócio-econômica deve ser pensada a partir das perspectivas dos agentes sociais e de suas inter-relações. Desse modo, este capítulo volta-se para a análise das relações entre os camponeses em Dom Viçoso as quais sustentam suas práticas econômicas e, logo, a organização econômica dessa sociedade, bem como sua organização social em geral. Essas relações sociais se dão nos “terrenos”, enquanto relações de trabalho, e, sobretudo, no cotidiano experienciado por esses camponeses no espaço do *patrimônio*.

O distrito de Dom Viçoso compõe-se, em termos sócio-espaciais, pelo *patrimônio* e pelos “terrenos”, dessa forma, os camponeses que aí vivem moram no *patrimônio* e partilham neste espaço de um cotidiano comum. O *patrimônio*, portanto, representaria o núcleo da sociabilidade cotidiana de seus moradores e seu território, dotado de uma forte carga simbólica. Contudo, o *patrimônio* não pode ser pensado isoladamente, pois se articula ao espaço dos “terrenos” da perspectiva daqueles que aí vivem, sendo que este espaço é condição para a reprodução de seu modo de vida, o que passa pela produção econômica necessariamente.

Argumento que o *patrimônio* concentra as relações entre as pessoas que ali vivem, definindo assim um modelo de sociabilidade específico. Nesse sentido, o *patrimônio* representa uma unidade sócio-espacial bastante densa, formada pelo conjunto das “posses”, as quais expressam a dimensão do *grupo doméstico*, unidade de produção e consumo nesta economia camponesa. Dessa forma, a unidade sócio-espacial constituída no *patrimônio* associa-se às unidades de consumo e produção constituintes da economia doméstica nessa localidade. Contudo, neste contexto econômico, as relações de produção não se encerram no domínio do grupo doméstico, mas tem como base as relações sociais no âmbito do *patrimônio*.

A noção de *sociabilidade*, importante para esta análise, refere-se à produção e reprodução social constante de modos de convivência e de pertencimento a um dado grupo. Nesse sentido, remete a outra noção importante, a de *cotidiano*. O cotidiano é considerado como uma totalidade, em termos da qual se organiza a vida dos camponeses de Dom Viçoso. Concordo, pois, com Emília Pietrafesa de Godói, que afirma que a própria idéia de vida cotidiana remete à noção de totalidade, donde a importância epistemológica de considerações de Mauss a respeito dos fenômenos sociais, as quais podem ser condensadas na noção de *fato social total* (Mauss, 2003: 187). Nesse sentido, o trabalho com a terra não é independente da vida social como um todo, do mesmo modo como as relações de parentesco não são separadas das atividades econômicas. E o mesmo tipo de raciocínio poderia ser aplicado a todos os elementos da vida dos moradores do *patrimônio* de Dom Viçoso. Desse modo, o *patrimônio* e os “terrenos”,

enquanto espaços sociais, devem ser pensados como complementares em termos do cotidiano dos camponeses de Dom Viçoso.

Nesse sentido, a vida dos sujeitos dessa pesquisa se dá em ambos os espaços, o *patrimônio* e os “terrenos”, os quais são construídos socialmente nesse cotidiano. E esta construção social se faz conforme o modelo de relações sociais e de sociabilidade local em que há tanto heterogeneidade quanto homogeneidade. Isso se deve ao fato de que o *patrimônio*, em primeiro lugar, possui uma dimensão coletiva que enfatiza a coesão do grupo e sua relativa similaridade, em termos sociais. Mas também esse mesmo espaço constitui arena de disputas e expressão dos antagonismos entre as pessoas que aí vivem. A dimensão social desse espaço é abordada no segundo capítulo, onde afirmo que o patrimônio significa o núcleo da sociabilidade das pessoas que aí vivem e seu *território*, o qual está associado a uma importante referência simbólica dessa unidade social.

Em segundo lugar, o espaço dos “terrenos” evidencia as diferenças em termos de acesso à terra entre aqueles que vivem no *patrimônio*, mas também demonstra a totalidade de sua vida, no que concerne ao contexto econômico, devido à complementaridade em termos de relações de trabalho e da produção agrícola. Essa questão é trabalhada no terceiro capítulo, em que afirmo que os moradores do *patrimônio* consideram-se como relativamente semelhantes, em termos sócio-econômicos, apesar das diferenças existentes na estrutura econômica nesse local, expressas em termos de acesso à terra e relações de trabalho.

Dessa forma, não se trata nem de um estudo de uma comunidade camponesa supostamente homogênea e tradicional, nem de uma análise de um processo de transformação e desagregação de padrões camponeses tradicionais de vivência. Por outro lado, objetivo analisar as relações sociais que se dão no âmbito do cotidiano dos moradores do *patrimônio* as quais constituem a base de sua organização sócio-econômica, de sua reprodução e suas transformações. Além disso, deve-se ressaltar que a sociabilidade é pensada a partir das práticas dos sujeitos e, portanto, está vinculada a uma dimensão moral orientadora de tais práticas.

No terceiro capítulo foram abordados aqueles aspectos mais diretamente relacionados à vida econômica. No entanto, essa economia se organiza conforme as relações sociais entre as pessoas que vivem no *patrimônio*. Nesse sentido, reafirmo que a economia camponesa não pode ser compreendida de maneira isolada do contexto social, o qual deve ser considerado como uma totalidade. Portanto, neste capítulo trato mais diretamente da sociabilidade em Dom Viçoso, considerando que esta oferece o fundamento das atividades econômicas no cotidiano. Além disso, no cotidiano dos moradores do *patrimônio* a economia, ainda que seja um aspecto basilar, está relacionado à vida social como um todo.

O cotidiano dos moradores do *patrimônio* é marcado pela convivência neste espaço e pelas atividades produtivas que se dão nas “roças” e nas “lavouras”, as quais se situam nos “terrenos”. Estes moradores percebem sua vida no *patrimônio* e nos “terrenos” como um contínuo, ao longo do qual se relacionam em termos de parentesco, de amizade, de vizinhança, de trabalho, etc. Grande parte dos moradores do *patrimônio* acorda todos os dias neste local, onde vive com sua família em uma casa contida na delimitação de uma “posse”, dirige-se para sua terra de trabalho, em um “terreno” que pode ser seu ou que “toque à meia”, passa boa parte do dia envolvido com a lida com a terra, retorna ao fim do dia à sua casa onde janta com a família, assiste à televisão, conversa e repousa. Aos finais de semana os moradores do *patrimônio* muitas vezes trocam visitas, freqüentam as rezas, as mulheres costuram, cozinham, cuidam da casa, os homens consertam ferramentas, conversam nas vendas e nas ruas, etc. E assim continuamente. Ao longo do ano, há momentos de trabalho mais intenso, outros de esperar pela chuva ou pela hora certa de plantar ou colher, que definem muito do que se faz a cada dia.

De tal modo, o *patrimônio* e os “terrenos” são complementares com referência ao cotidiano dos camponeses que estudo, também no que concerne à sua vida econômica. A economia camponesa em Dom Viçoso, como já foi afirmado, configura uma economia doméstica fundamentada em uma lógica econômica específica – a lógica do consumo. Desse modo, a complementaridade entre os espaços do *patrimônio* e dos “terrenos” se expressa em termos da organização da economia doméstica no distrito e, portanto, devemos considerá-la inicialmente se pretendemos tomar tal complementaridade como base para a análise da sociabilidade cotidiana.

A economia doméstica expressa a complementaridade entre *patrimônio* e “terrenos” devido à relação entre as “lavouras” e “roças” – espaços do trabalho – e as “posses” – os espaços da morada – em termos da relação entre *consumo* e *produção* existente no interior de cada unidade doméstica<sup>42</sup>.

No contexto etnográfico do distrito de Dom Viçoso, uma importante referência da vida cotidiana é a “posse”. Cada uma dessas unidades é habitada por uma unidade familiar, que geralmente corresponde à família nuclear. A “posse” constitui, portanto, a unidade básica da morada da família e representa a esfera do consumo nesta economia camponesa. As atividades desenvolvidas visando o consumo e sustento do grupo familiar se desenvolvem na “casa”, como o preparo dos alimentos, e no “terreiro”, como o a secagem e “limpa” do feijão, a criação de pequenos animais e o cultivo de uma horta. Dessa forma, a “posse” é constituída pela “casa” e

---

<sup>42</sup> A “posse” é considerada como *morada*, no sentido empregado por Heredia (1979), enquanto que o “terreno” é considerado como *terra de trabalho*, no sentido definido por Garcia Jr. (1983).

pelo “terreiro”. A referência da vida familiar dos moradores do *patrimônio* é o espaço de sua “posse”, sendo que a “casa” aparece neste contexto como uma parte de um todo significativo. Neste caso, a “casa” possui um sentido de moradia, habitação, que se opõe ao “terreiro” e complementa com este, em termos de organização espacial, no interior do todo constituído pela “posse”<sup>43</sup>.

A “posse” representa nesse universo camponês o fundamento da sociabilidade, posto que seja o espaço da *família*, sendo compreendida nesse caso como o *grupo doméstico*, ou seja, aqueles que habitam uma mesma residência e que participam de uma mesma unidade de produção e consumo. Cada família, no sentido dos membros de um mesmo grupo doméstico que geralmente corresponde à família nuclear, vive em uma “posse”.

As relações mais básicas da sociabilidade em Dom Viçoso se dão no contexto da “posse”. É neste espaço que marido e mulher definem a distribuição de poder no interior da família e o que isto implica em termos de organização da produção e da imagem que se produz para a coletividade a respeito daquela unidade familiar. Nesse sentido, ainda que possam ocorrer, e ocorram disputas que remetem a questões como a (des)igualdade de gênero, a postura, inclusive das mulheres, é geralmente orientada por um *ethos* camponês bastante difundido, em que o homem aparece como hierarquicamente superior<sup>44</sup>. O que, contudo, não implica em ausência de participação feminina nas atividades produtivas e na direção do grupo doméstico. Nesse sentido, Margarida M. Moura afirma que o trabalho feminino associado predominantemente ao espaço da casa, no contexto camponês que estuda no sul de Minas, é considerado, em certo sentido, como complementar e dominado em relação ao masculino; porém, ocorre também um nivelamento de sua importância, “fato devido à sua inevitável interdependência” (Moura, 1978:19).

Nesse espaço de sociabilidade que é a “posse” ocorre também uma boa parte da socialização das crianças que, no caso dos meninos, aprendem, muitas vezes, a cultivar a terra plantando em pequenas parcelas nos próprios “terreiros” e, também no das meninas, a cuidar da “criação” lidando desde cedo com galinhas e porcos. No caso destas, aprende-se também a manter uma “casa” observando e ajudando a própria mãe. Tudo isso ocorre no contexto das

---

<sup>43</sup> A organização interna das casas em Dom Viçoso é bastante semelhante ao que ocorre em outras áreas rurais nessa região de Minas Gerais e, mais que isso, segue um modelo geral bastante semelhante ao de outros descritos em estudos sobre grupos camponeses no Brasil, a exemplo daquele realizado por Beatriz Heredia (1979) no nordeste brasileiro. Não pretendo fazer uma descrição da organização da *casa* neste ponto, breves considerações nesse sentido foram feitas no capítulo de número dois. Destaco apenas alguns aspectos que me parecem relevantes. Lembrando Heredia (1979: 89), que por sua vez se inspira em Bourdieu, a *casa*, espaço de morada do *grupo doméstico*, expressa em seu próprio espaço físico “as relações sociais entre os indivíduos que nela habitam”. Nesse sentido, uma semelhança recorrente no modo de organização do espaço das casas camponesas poderia sugerir um padrão de relações sociais bastante generalizado em termos dessa organização sócio-cultural.

<sup>44</sup> Em termos dumontianos (Dumont, 1992), o homem é a dimensão superior e, logo, englobante na hierarquia familiar. Portanto, ele representa perante a coletividade significada pelo *patrimônio* a sua unidade doméstica constituída por, além dele próprio, sua mulher e seus filhos. Retorno a essa questão no próximo item do capítulo.

relações familiares cotidianas, envolvendo afetos e conflitos no aprendizado de um modo de vida específico. Portanto, este espaço da “casa” e do “terreiro”, que se constitui socialmente por meio das relações familiares, pode ser considerado como a expressão simbólica e material da unidade básica da sociabilidade local: a *família*.

Em se tratando de um contexto de uma economia doméstica, os membros da família são os principais responsáveis pelas atividades produtivas no âmbito dos “terrenos”. Nesse sentido, as relações de produção seguem, em grande parte, as relações que existem entre os membros do grupo doméstico em um cotidiano que se desloca entre as atividades na “posse” e no “terreno”.

Portanto, a família constitui não apenas uma unidade social, mas também uma unidade econômica. Desse modo, os princípios definidores das relações interpessoais na família são os mesmos que organizam essa unidade econômica. No âmbito da unidade familiar, unidade de produção e consumo, o primeiro critério organizador das relações sociais é a distinção de gênero. Dessa forma, o homem adulto, ao mesmo tempo em que é um “pai de família”, ou seja, responsável por seu grupo familiar, desempenha o papel de chefe de uma unidade de trabalho, isto é, cuida da produção. A mulher adulta além de mãe e esposa, também responsável pela família, zela pela organização da casa e cuida das tarefas que se desempenham para o consumo da família, além de ajudar na produção. O trabalho feminino está mais associado ao espaço da “casa”, correspondendo, desse modo, à esfera do consumo. As atividades femininas podem ser denominadas trabalho, mas também se pode referir a elas como “serviço” ou “ajuda”, categorias com significados diversos do trabalho propriamente dito, que é “tocar lavoura”.

Mas, se por um lado, a “casa” poderia ser associada ao aspecto feminino, internamente ele também se divide em espaços mais plenamente femininos e outros mais masculinos. Em geral, os espaços mais internos da casa, sobretudo a cozinha e o terreiro, podem ser associados ao *feminino* e à vida privada da família, enquanto que os espaços mais externos, como a sala e a varanda (quando há uma) podem ser associadas mais ao *masculino* e à dimensão pública, onde se recebem as visitas que não são “de casa”, por exemplo. Tal divisão dos espaços da casa por gênero e segundo as oposições *dentro-fora* ou *privado-público*, também tem sido enfatizada em diversos estudos sobre grupos domésticos e a casa dentre camponeses (Heredia, 1979; Garcia Jr. 1983; dentre outros).

O homem, por sua vez, é responsável pelo trabalho agrícola, é ele quem “toca a roça” ou “toca lavoura”, ou seja, organiza o processo produtivo. O trabalho masculino corresponde, portanto, à esfera da produção. Isso não significa, contudo, que em algumas ocasiões as mulheres também não trabalhem na “roça”. Elas o fazem, principalmente, na época da colheita de café ou “panha de café” sendo nesse caso mão-de-obra indispensável. No entanto, o que se

afirma é que o espaço do trabalho agrícola tem uma conotação predominantemente masculina, ou seja, trata-se de uma questão de *significados* atribuídos a espaços nesse contexto cultural.

É interessante notar a esse respeito que “assuntos da roça”, não são exatamente “assuntos de mulher”, o que criava alguma dificuldade para que eu pesquisasse essas questões. Essa dificuldade foi contornada de algum modo por estar eu sempre acompanhada de meu companheiro em campo. Para alguns entrevistados – homens todos, pois eles é que forneciam informações sobre o trabalho agrícola, ainda que muitas vezes as mulheres soubessem bastante sobre isso – era a ele que interessavam essas coisas e não a mim. Esse fato foi percebido pela primeira vez por nós em uma entrevista em que eu fazia as perguntas, mas as respostas eram todas dadas ao meu acompanhante.

Além da divisão por gênero, há também uma organização geracional das relações sociais dentre os membros do grupo familiar. Dessa forma, os filhos ajudam os pais e, conforme crescem, sua participação se torna cada vez mais ativa no processo de trabalho, até o momento em que se emancipam, sobretudo devido ao casamento. A posição dos filhos varia conforme o sexo e idade, mas pode-se resumir dizendo que são subordinados à hierarquia familiar representada pelos pais, devendo-lhes respeito e ajudando com o trabalho na “lavoura”, na “roça” e na “casa”.

Portanto, economia e parentesco são indissociáveis no contexto dessa economia doméstica. De tal modo, os princípios que definem as relações sociais no interior da “posse” são os mesmos, basicamente que coordenam a produção familiar nos “terrenos”. Esses princípios, baseados no parentesco, definem boa parte da organização social nessa área

Para que se totalize essa unidade de produção e consumo é necessário, portanto, a casa e seu complemento e simultaneamente oposto – a “roça”, a “lavoura”, ou seja, o espaço do *trabalho*, da produção propriamente dita<sup>45</sup>. Essa unidade produtiva e de consumo compreende, respectivamente as atividades agrícolas e domésticas realizadas na “roça” ou “lavoura” e na “posse”.

Em diversas regiões camponesas *casa* e *roça* (ou *roçado*) são complementares em termos da organização produtiva que se dá segundo as relações sociais, mas também em termos do espaço. A *casa* e o *roçado* são, nesses casos, ambas partes da propriedade camponesa e representam a unidade da economia doméstica caracterizada pela produção e pelo consumo. Uma série de estudos realizados em contextos camponeses tem demonstrado realidades etnográficas em que há uma unidade sócio-espacial que se constitui pela *casa*, morada de um grupo doméstico, e

---

<sup>45</sup> Garcia Jr. (1983) e Heredia (1979) apresentam os termos nativos na região pesquisada, na Zona da Mata de Pernambuco, que correspondem aos termos locais apresentados neste trabalho: a oposição *casa-roçado*. No entanto, se estes termos são realmente opostos em certo sentido, talvez se devesse enfatizar, por outro lado, mais o seu caráter complementar, também bastante evidente.

pelo *roçado*, sua terra de trabalho. Dentre tais estudos destacado aqueles realizados no nordeste brasileiro por Heredia (1979) e Garcia Jr. (1983) que tratam dessas sócio-espaciais camponesas – os *sítios* – considerando questões sobre a economia doméstica que também são discutidas neste trabalho. A realidade social representada pelos *sítios*, entretanto, não é exclusiva do nordeste, encontrando-se também em diversas outras regiões, em certos casos possuindo denominações locais específicas. Ellen Woortmann (1995) realiza uma análise comparativa de duas áreas camponesas, no sul e no nordeste, enfatizando as relações de parentesco e notando que em ambas as áreas estas relações associam-se ao patrimônio familiar da terra. No primeiro caso, este patrimônio familiar é representado pela *Colônia* e, no segundo, pelo *Sítio*. Estas categorias nativas, notadas pela antropóloga, correspondem a um mesmo tipo de realidade camponesa em que há uma unidade sócio-espacial que compreende o espaço de morada e de trabalho de um grupo doméstico.

Em Dom Viçoso, a complementaridade entre a casa e a “roça” ou a “lavoura” está presente constituindo uma unidade de morada e trabalho associada a um grupo doméstico. Entretanto, esta unidade é definida de modo relativamente distinto. A “casa” e o “terreiro” formam a *terra de morada*, a qual é complementada pela *terra de trabalho*, ou seja, a área onde se trabalha, o “terreno” onde se situam a “roça” e a “lavoura”. No entanto, o espaço do trabalho fica localizado fora dos limites (como já dito, definidos aproximadamente) do *patrimônio*. Dessa forma, dentro do patrimônio concentram-se as “casas” e os “terreiros” formando as “posses”, mas as “roças” e “lavouras” ficam em geral no entorno, às vezes um pouco mais distanciadas.

Em outras palavras, no interior do patrimônio não há “lavouras”, “roças” ou “pastos”, mas apenas as “posses” contíguas umas às outras. Neste contexto, os “terrenos”, onde se situam as “lavouras” e as “roças”, as *terras de trabalho*, estão, muitas vezes, separados em termos espaciais da vida no *patrimônio*. Isto é, não há uma articulação espacial entre a “posse” e o “terreno” de cada família. Ainda que não em uma dimensão espacial, haveria uma articulação no nível sócio-econômico que caracteriza essa economia como camponesa, marcada pela unidade produção-consumo. No caso daqueles moradores que não possuem acesso à terra não há uma articulação entre a morada e a terra de trabalho seja em termos espaciais, seja em termos da constituição do patrimônio familiar. Entretanto, como procurei demonstrar, estes podem ser incorporados à vida econômica local por meio da categoria “companheiro”, o que garante muitas vezes o consumo do grupo doméstico e a reprodução de um modo de vida ao menos próximo do camponês.

Argumento que a existência de um local que centraliza as moradas desses camponeses – o *patrimônio* – define um espaço de sociabilidade característico distinto da situação em que ocorrem unidades sócio-espaciais familiares de produção e consumo. Desse modo, há uma

unidade social que é representada pelo *patrimônio* e não pela pequena propriedade camponesa, tal como no caso do *sítio*. O conjunto das “posses” forma o espaço do *patrimônio*, a unidade básica da organização da vida coletiva neste local. Em Dom Viçoso, portanto, uma importante referência do cotidiano é a vida familiar na “posse”, mas dentro do conjunto de “posses” formado pelo *patrimônio*.

A unidade sócio-espacial constituída no *patrimônio* conjuga-se à existência de unidades de consumo e produção, base da economia doméstica nessa localidade. Estas unidades se caracterizam pelas famílias vivendo em suas “posses” e pelo trabalho, predominantemente familiar, realizado nos “terrenos”. Entretanto, nesta economia camponesa, como já se observou, muitos grupos domésticos não trabalham em seus próprios “terrenos”, outros não podem contar apenas com o trabalho dos membros da família, mas contam também com a ajuda de “companheiros”. Nesse sentido, grupos familiares que habitam “posses” distintas relacionam-se em função do trabalho, como nos casos das relações “dono-meeiro” e “companheiro-companheiro”. Dessa forma a unidade de produção e consumo, da perspectiva das relações sociais a ela relacionadas, não se encerra no vínculo entre um grupo doméstico e sua terra de trabalho, ou seja, entre o grupo que habita uma “posse” e seu “terreno”.

Os moradores do *patrimônio* vinculam-se entre si nessa economia em termos de relações de trabalho definidas segundo o sistema de parceria e em termos da situação de “companheiros”, tal como analisado no capítulo anterior. Nesse sentido, as relações de produção implicam na necessidade do trabalho de membros de outros grupos familiares. Estas pessoas vivem no *patrimônio*, mas não na mesma “posse”.

Desse modo, o “dono” que possua uma parcela de terras excedente à suas necessidades familiares, poderá conceder parte da gleba para que um “meeiro” a cultive. Este “meeiro” é sempre alguém que vive no *patrimônio*, com o qual se partilha de uma sociabilidade cotidiana, por meio de conversas nas vendas, encontros nas ruas que devem sempre ser marcados por um cumprimento e, muito freqüentemente, alguém de quem se é parente. Do mesmo modo, ao se convidar um “companheiro” para ajudar em alguma tarefa, recorre-se a alguém que viva no *patrimônio*, seja ele “dono”, “meeiro”, ou sem acesso à terra. O importante ao se convidar um “companheiro” não é tanto sua condição econômica, mas as relações pessoais entre aquele que convida e o convidado. Nesse sentido, “companheiros” são sempre vizinhos, amigos e, muito freqüentemente, parentes.

Portanto, podemos dizer que as relações de trabalho em Dom Viçoso, representadas pela parceria e pela “ajuda” entre “companheiros”, têm como base as relações sociais entre aquelas pessoas que vivem no *patrimônio*. Tais relações são sustentadas por uma convivência cotidiana, na conversa sempre necessária entre vizinhos, na cortesia devida a esses para que permaneçam

como amigos, nas discussões que fazem e desfazem relações e nos vínculos entre parentes. Nesse sentido, a diferenciação sócio-econômica que não se efetiva em uma estratificação econômica e as diferenças em termos de relações de trabalho se explicam por algo mais que o acesso a meios de produção, isto é, pela sociabilidade. Por exemplo: a possibilidade de que um “meeiro” tenha um acesso relativamente estável à terra e uma autonomia relativa sobre sua produção depende não apenas de relações econômicas *stritu sensu*, mas das (boas) relações sociais que ele mantém com proprietários.

Desse modo, podemos afirmar que a base das relações econômicas entre esses camponeses é a sociabilidade no contexto das relações sociais do *patrimônio*. Contudo, isso não significa dizer que a produção seja coletiva ou vise o consumo de um grupo maior que a unidade familiar. As relações entre os moradores, em termos econômicos, se dão no plano das relações de trabalho e de acesso à terra. No caso da esfera do consumo, direcionamento básico da lógica econômica local, a unidade social relacionada é a família. Trata-se de uma economia doméstica que se orienta pela lógica da autonomia do grupo doméstico garantida pela satisfação do consumo dessa unidade. A lógica continua sendo familiar, ainda que as relações de trabalho no nível da produção transcendam o grupo doméstico. A questão é que as relações baseadas na família fornecem o modelo das relações sociais que se dão no âmbito do *patrimônio*, isto é, a família é o fundamento da sociabilidade no *patrimônio*. Isso devido a uma série de motivos. Em primeiro lugar, as pessoas se relacionam em seu cotidiano com sua própria unidade doméstica e a partir de sua unidade doméstica. Em segundo lugar, os moradores do patrimônio com frequência casam-se entre si, sendo que quase todos no local são parentes. Em terceiro lugar, aqueles que não são parentes de fato são tratados como se fossem, devido à importância da ideologia do parentesco<sup>46</sup>.

Como argumentei ao longo do capítulo anterior, a economia camponesa em Dom Viçoso se expressa em uma estrutura relativamente desigual ou diferenciada que, no entanto, não produz uma estratificação social de fato, posto que haja um modelo ideal de relações sócio-econômicas definido no contexto do *patrimônio*. Dessa forma, há uma complementaridade entre os espaços da morada – o *patrimônio* – e do trabalho – os “terrenos” – na vida econômica que faz com que a similaridade e a diferença entre os moradores do patrimônio sejam encontradas juntas em uma situação de relativa instabilidade, mas também de permanência. Isto é, apesar de ocuparem distintas posições no contexto das relações de trabalho e de terem formas diferenciadas de acesso à terra, todos os camponeses de que trato vivem no *patrimônio* em casas relativamente semelhantes, sendo vizinhos, amigos, muito frequentemente parentes uns dos outros e partilhando de um mesmo cotidiano.

<sup>46</sup> No próximo item aprofundo tais considerações.

Nesse caso, os princípios que coordenam a vida familiar e o trabalho familiar são bastante próximos daqueles que estão na base das relações de trabalho locais. Estes são princípios de convivência cotidiana que tem no parentesco uma dimensão central. Nesse sentido, deverá ficar claro porque não há estratificação social, ainda que haja diferenciação, porque o parentesco fornece a base da sociabilidade local, definindo, inclusive, o modo como se relacionam os moradores do *patrimônio* em termos do trabalho e do acesso à terra. Portanto, o parentesco, base da economia doméstica e, logo, dimensão essencial para a compreensão da complementaridade do *patrimônio* e dos “terrenos”, e da heterogeneidade e homogeneidade desse campesinato, é a dimensão essencial da sociabilidade no patrimônio.

#### **4.2. Sociabilidade, moral e parentesco**

A sociabilidade no *patrimônio* associa-se diretamente ao parentesco na medida em que reproduz os princípios fundamentais das relações baseadas nele. A sociabilidade local se define, em um primeiro nível, pelas relações pessoais dentro de uma mesma unidade doméstica. No entanto, mais que definir um lócus de sociabilidade específico, o grupo doméstico que habita uma “posse” insere-se em uma rede de relações de parentesco, a qual fornece a referência de cada pessoa no contexto da sociabilidade no âmbito do *patrimônio*. Desse modo, cada pessoa no *patrimônio* é conhecida e situada na rede de relações sociais, primeiramente, em função de relações de parentesco. Além disso, membros de unidades familiares distintas dentro do *patrimônio* com frequência casam-se entre si e passam a viver em novas unidades domésticas muitas vezes no próprio *patrimônio*. Nesse sentido, quase todas as unidades domésticas do local têm relações de parentesco, seja consanguíneo, seja por afinidade, o que se associa de um modo peculiar à organização econômica local. Ainda resta acrescentar que pessoas que convivem no patrimônio, ainda que não se reconheçam como parentes, muitas vezes comportam-se umas em relação às outras “como se fossem” parentes, tratando-se com “consideração”.

Em primeiro lugar, a *família* é o elemento organizador básico da vida no *patrimônio*, pois é a unidade fundamental da sociabilidade neste local. Esta sociabilidade se define, argumento, em termos de dois princípios sociais básicos, opostos e complementares – a *reciprocidade* e a *hierarquia*. Considero a existência relacional desses dois princípios fundamentais da sociabilidade no contexto estudado da perspectiva de Marcos Lanna (1995) como uma “reciprocidade hierárquica”. Segundo o autor, a “reciprocidade hierárquica” é uma das formas elementares de sociabilidade, característica de sociedades holistas e oposta à competição presente nos sistemas individualistas<sup>47</sup>. Naquelas sociedades, predominaria uma forma de

<sup>47</sup> Lanna (1995) ao estudar o município de São Bento, no nordeste, propõe que a predominância de um sistema holista, baseado na lógica da dádiva, não deve ser necessariamente incompatível com a existência de relações de

sociabilidade que tem como expressão fundamental as “prestações agonísticas e hierárquicas”, isto é, as dádivas trocadas em um sistema hierárquico e assimétrico, segundo uma lógica agonística, oferecem o fundamento desse sistema. Nesse sentido, a troca de tais dádivas constitui a aliança e a reciprocidade, por um lado, e a diferenciação hierárquica, por outro, entre os membros de sistemas em que ela está presente, sendo estes os princípios fundamentais da organização social. Dessa forma, como afirma Lanna (1995: 23) “o conceito lévi-straussiano de reciprocidade por ser entendido como correlato do conceito dumontiano de hierarquia”, daí a noção de “reciprocidade hierárquica”.

A noção de reciprocidade, neste caso, remete a sua construção por parte de Lévi-Strauss a partir da leitura que este antropólogo realiza de trabalhos de Marcel Mauss, sobretudo o *Ensaio sobre a dádiva*. Lévi-Strauss, ao considerar a questão da reciprocidade, refere-se explicitamente ao pensamento maussiano considerando que tal noção poderia ser depreendida da formulação de Mauss sobre as *trocas*. Desse modo, considera que as trocas se realizam não somente com base em vínculos sociais pré-existentes, mas também propiciam a constituição de vínculos sociais, podendo ser considerada então como um das “formas não cristalizadas da vida social” (Lévi-Strauss, 1976: 100). A troca seria, portanto, o fundamento da *aliança* e pressupõe uma reciprocidade, um dar e receber, entre os envolvidos que se estabelece no âmbito do social como um todo, ou seja, como um *fenômeno social total*.

Como destacado pelo próprio Lévi-Strauss (1976: 107), a troca se faz em um contínuo que vai da generosidade à rivalidade, estando, portanto, a reciprocidade em continuidade com relações potencialmente hostis. Este aspecto bastante enfatizado por Mauss (2003: 192), quando trata das rivalidades e antagonismos envolvidos no *potlatch* é, no entanto, mais detidamente trabalhado por outro de seus alunos – Louis Dumont.

De acordo com este autor, os sistemas onde predominam a lógica da dádiva são aqueles caracterizados como *holistas*, isto é, centrados na idéia do homem como ser social, negligenciando ou subordinando a autonomia do indivíduo à sociedade. Na análise destes sistemas, deve-se considerar a sociabilidade dos homens, posto que o todo social se apresenta como algo mais que uma mera junção das partes concretas da sociedade, ou seja, os indivíduos.

---

mercado individualistas, pelo contrário encontrar-se-iam ambas as formas básicas de sociabilidade no sistema social por ele estudado. O argumento central do autor é que a dimensão holista ou hierárquica do sistema social engloba a própria lógica do mercado. O autor propõe que tal coexistência de estruturas fundamentais de sociabilidade diferenciadas deve possuir uma generalidade em termos da realidade político-econômica brasileira. (Lanna, 1995: 123). Em uma perspectiva relativamente distinta, Klaas Woortmann (1987: 13) focaliza não a economia, mas a sociedade camponesa e, nesse sentido, prefere falar em uma qualidade – a “campesinidade” – a qual deveria ser compreendida no plano dos valores, da ética, mais do que no das relações sociais, em um sentido similar mas contrário ao de “modernidade”. De acordo com essa perspectiva, produzir para o mercado no contexto camponês não significaria “modernidade” em termos de valor (Woortmann, 1987: 15), posto que haveria uma oposição entre “ordem econômica” e “ordem moral”. A “campesinidade” seria definida, portanto, no plano moral o qual seria caracterizado, basicamente, pela reciprocidade.

Esta sociabilidade estaria fundada nas diferenças internas aos sistemas holistas expressas em termos de hierarquia, a qual seria base de sua própria constituição enquanto totalidade. Nesse sentido, Dumont (1992, 1993) enfatiza, a partir da consideração da dimensão do *fato social total* proposta por Mauss, a questão de que a hierarquia fundamenta a própria noção de totalidade dos sistemas holistas, entendendo hierarquia como uma série de sucessivos englobamentos de contrários (Dumont, 1992). A hierarquia é, portanto, a base estrutural sobre a qual se realizam as trocas de dádivas, e a base da hierarquia é a diferença. A coexistência de diferenças em um sistema hierárquico conduz à disputa agonística e à troca de dádivas. A dádiva, portanto, implica sempre e simultaneamente reciprocidade e hierarquia (Lanna, 1995: 23).

No espaço privado da “posse” familiar, as relações entre as pessoas são definidas em função do parentesco, que representa uma forma de sociabilidade que tem como princípios a reciprocidade e a hierarquia, e desse modo são previstos os comportamentos de uns para com os outros. Tais comportamentos definem-se em função das relações entre os membros da família, as quais se organizam em termos de diferenças fundamentais – o gênero e a idade.

Em um primeiro nível, a organização das relações sociais na família se dá a partir da distinção de gênero. Nesse sentido, homens e mulheres distinguem-se em função de suas atribuições e comportamentos. Em geral, boa parte das decisões sobre a direção da família, bem como a segurança da moral familiar e a organização produtiva cabem ao homem, o “pai de família”. A mulher, por outro lado, cuida da organização da casa, da alimentação de seus membros e cuida dos filhos, sobretudo quando estes são menores. Isso não significa dizer que haja uma divisão rígida de atribuições. Mas, conforme a moral do lugar, são definidos *ethos* socialmente valorizados, distintos conforme o gênero, que orientam o comportamento dos moradores do *patrimônio*. Nesse sentido, o *ethos* masculino socialmente valorizado é do “pai de família” “trabalhador”, que “consegue trazer as coisas para dentro de casa”, isto é, prover adequadamente o consumo familiar por meio de seu trabalho na “roça” e na “lavoura”. Além disso, compõe esse *ethos* masculino o fato de zelar pela moral de sua família e ser capaz de tomar as decisões adequadas para o bem estar familiar e para assegurar a autonomia do grupo doméstico.

Como exemplo, um meeiro em Dom Viçoso, relatava-me certa vez que quando se casou foi viver em terras de seu sogro, o que gerou uma relação bastante tensa entre eles<sup>48</sup>. Este meeiro resolveu então sair dessas terras, que se situavam em um município da região, e mudar-se para

---

<sup>48</sup> Esses arranjos em que um casal recém-casado passa a viver em terras dos pais de um deles é bastante comum. Não há uma regra que defina o local de residência, se virilocal ou uxorilocal. Em geral estas situações são consideradas tensas, pois o novo grupo doméstico ainda não possui uma completa autonomia, o que pode gerar (e frequentemente gera) conflitos entre sogro-genro e/ou sogra-nora.

Dom Viçoso. Logo em seguida, decidiu ir trabalhar em São Paulo na tentativa de constituir uma reserva para que pudesse voltar e plantar “lavoura” e, quem sabe, comprar um “terreno”. No entanto, quando estava em São Paulo decidiu retornar, pois pensou no fato de que tinha família e deveria cuidar da mulher e da filha que estava a caminho. Neste caso, considerou como sendo uma alternativa melhor trabalhar no lugar, mesmo que como meeiro e, portanto, estando sujeito a uma condição econômica menos estável, a estar longe e deixar sua família desamparada moralmente. Trata-se de uma alternativa que tentava conciliar as exigências de um “pai de família” que deve responsabilizar-se pelo sustento do grupo doméstico tanto quanto deve zelar pela sua respeitabilidade.

Por outro lado, o *ethos* feminino socialmente valorizado é aquele da “boa dona-de-casa, boa esposa e boa mãe”. Nesse sentido, é algo valorizado em uma mulher saber cozinhar, costurar, dentre outras atividades que servem para garantir o zelo da casa e daqueles que nela vivem. Um indício visível de uma mulher que se aproxima do *ethos* feminino valorizado no local é uma casa limpa e bem organizada, filhos bem cuidados, as refeições bem preparadas e no horário adequado, dentre outros itens. Dessa forma, ao entrar em algumas casas do *patrimônio*, fui advertida pela dona-da-casa com uma frase muito usual nessa região: “não arrepara na bagunça”, quando na verdade quase sempre estava tudo em ordem, muito limpo e cada detalhe da decoração, principalmente da sala, havia sido cuidadosamente considerado. Essa frase é proferida diante de praticamente todo visitante a uma casa, inclusive ou principalmente diante das pessoas que vivem no local, posto que estas poderiam “arrearar” em uma eventual bagunça transformando-a em matéria para uma avaliação moral da dona-da-casa em conversas com outras pessoas, as quais são muito recorrentes. A mulher, segundo o ideal, deve ser também uma boa esposa. Isso significa, por exemplo, ajudar o marido no sustento da casa, não gastando em itens supérfluos a renda obtida com o trabalho dele ou de ambos; manter uma respeitabilidade garantida pela discricção das roupas que utiliza e por seu comportamento público, sobretudo diante de outros homens, dentre outros itens.

O gênero, neste caso, é um índice de diferenciação social. As distinções de gênero implicam não em atribuições ou papéis fixos relacionados a mulheres ou a homens, mas expressam *ethos* diferenciados segundo o gênero que se definem conforme a moral do lugar. Esses *ethos* diferenciados são hierarquizados na totalidade constituída pelo grupo doméstico. Dessa forma, o *ethos* masculino associa-se à própria moral pública de sua família sendo englobante, posto que hierarquicamente superior no contexto do grupo doméstico, enquanto que o *ethos* feminino associa-se ao cuidado da ordem interna da unidade familiar. Essas distinções hierarquizadas orientam a definição do tipo de comportamento que se deve ter no interior da família, nas relações entre seus membros, mas também implicam na imagem que se constrói sobre essa

unidade social que é a família. Esses comportamentos associados a *ethos*, argumento, expressam-se como dádivas, na medida em que constituem trocas ou contratos que envolvem a totalidade social, em suas dimensões, como a econômica, a moral, etc., correspondente à família. Dessa forma, podemos compreender as distintas ações femininas e masculinas como uma série de prestações e contraprestações oferecidas entre si, as quais fundamentam a aliança familiar criando um vínculo ou uma *mistura*, pois, como quer Mauss (2003: 212), ao tratar da generalidade do sistema de prestações:

Trata-se, no fundo, de misturas. Misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca.

Nesse sentido, seria um reducionismo considerar as distinções de gênero interiores ao grupo doméstico apenas da perspectiva de uma divisão social do trabalho, pois elas representam também a verdadeira base da reciprocidade existente no seio da família, a qual se vincula necessariamente a uma hierarquia, pois há diferenciação. Dessa forma, homens e mulheres trabalham para o sustento do grupo doméstico, exercendo tarefas diferenciadas e ajudando-se reciprocamente, nesse sentido, mas a responsabilidade por essa autonomia econômica familiar é um atributo masculino, conforme o perfil ideal do “pai de família” hierarquicamente superior. Ainda que em alguns casos, a mulher possa assumir boa parte das responsabilidades reais pelo sustento da casa, o homem deve comportar-se publicamente como o “pai de família”, sob pena de perder sua respeitabilidade. Além disso, o trabalho feminino nas atividades produtivas é submetido ao padrão ideal de comportamento definido para as mulheres no local. Nesse sentido, ao trabalhar na “lavoura” e na “roça” uma mulher ajuda o marido, mas não pode “descuidar do serviço em casa”, isto é, deve buscar manter a casa em ordem, preparar as refeições, etc.<sup>49</sup>.

Em outro nível, as relações internas à família organizam-se conforme as dimensões geracionais. O “pai de família” e a “dona-de-casa” são responsáveis pela educação e o cuidado dos filhos enquanto estes se encontram na casa dos pais. Os filhos devem “respeito” aos pais, sobretudo quando ainda vivem em uma mesma unidade doméstica, mas também quando se casam e formam uma nova família nuclear. Enquanto vivem junto aos pais, além de respeito, os filhos devem “ajudar” os pais, principalmente as meninas devem ajudar a mãe nas tarefas

---

<sup>49</sup> Frequentemente, quando um casal possui uma ou mais filhas vivendo junto aos pais estas assumem boa parte das responsabilidades da casa, como preparar as refeições, limpar a casa e cuidar de irmãos mais novos, desde uma idade bastante precoce, o que possibilita que a “dona-de-casa” possa dedicar-se mais ao trabalho no “terreno”.

domésticas e os meninos devem ajudar o pai na lida com a terra. Nesse sentido, os pais são sempre hierarquicamente superiores aos filhos. Segundo o *ethos* definido para estes, representado pela imagem do “bom filho”, deve-se respeitar a *autoridade* dos pais, pedindo autorização a estes para realizar qualquer atividade que fuja àquelas previstas no cotidiano e acatando suas decisões. Esse dever dos filhos para com os pais é representado pelo ato de “pedir a bênção”. Esta expressão é proferida em algumas ocasiões (e não necessariamente em todas elas), como ao acordar, ao dormir, ao encontrar-se diante da pessoa depois de um tempo sem encontrá-la, ao se despedir, dentre outras. No entanto, não se pede a bênção apenas aos pais, mas em geral a todos aqueles aos quais se deve “respeito”, isto é, aqueles em relação aos quais se encontra em uma posição hierarquicamente inferior.

Portanto, há uma hierarquia interna à família que se define de forma relacional. Por um lado, o homem ocupa na família uma posição definida em termos de uma superioridade hierárquica, o que significa um englobamento das partes hierarquicamente inferiores, em termos morais. Nesse sentido, por meio do *ethos* masculino define-se o padrão ideal da própria unidade doméstica, isto é, uma autonomia relativa e uma respeitabilidade no contexto moral do *patrimônio*. Por outro lado, homem e mulher compõem a dimensão hierarquicamente superior em relação a seus filhos, onde sua posição representa o todo familiar, na medida em que a dimensão inferior está contida neste todo. Há, portanto, uma distinção interna aos membros da família, em termos de *ethos* que se definem conforme a moral local e definem o comportamento de cada um desses membros em situações diversas. Essa distinção remete a uma hierarquia entre os membros da família onde o todo englobante é a própria unidade familiar, à qual estão ligados e relativamente subordinados cada um de seus membros.

Mas há também uma complementaridade interna à família, posto que cada membro deva contribuir com seu comportamento adequado para a autonomia doméstica e sua respeitabilidade. As diferenças em termos de *ethos* que definem comportamentos específicos para os membros da unidade doméstica conforme seu gênero e idade implicam em uma reciprocidade interna à família. Dessa forma, a troca se realiza no âmbito do exercício de atribuições diferenciadas e comportamentos para com os outros os quais criam a aliança ou o vínculo entre os membros de um grupo familiar. Nesse sentido, podemos dizer que o princípio da reciprocidade define de certo modo o comportamento de cada membro na relação com os demais no contexto holista constituído pela família. Ou seja, a hierarquia e seu complemento e oposto, a reciprocidade, constituem as relações básicas da sociabilidade no âmbito do grupo doméstico.

Como já se disse, as distinções internas à família conforme o gênero e a idade não implicam em atribuições fixas, principalmente no que concerne à economia doméstica. Nesse sentido, não

há um impeditivo claro para que mulheres trabalhem na “lavoura”, mas sim um *ethos* que define que ela deva cuidar principalmente da casa e dos filhos. Do mesmo modo, não há nada que impeça que homens ajudem nas tarefas domésticas, mas sim um padrão ideal do homem como hierarquicamente superior e, portanto, o representante público da respeitabilidade familiar.

Dessa forma, é perfeitamente possível que homens, mulheres e crianças participem do trabalho produtivo, desde que isso se faça conforme a moral do lugar. Durante a época da colheita é quando se pode observar de forma mais nítida o fato de que não há uma distribuição fixa de tarefas, mas sim uma moral hierarquizada que determina comportamentos distintos para homens e mulheres e em uma organização geracional. No seguinte trecho de uma entrevista, o agricultor afirma que todos podem participar da colheita, mas as mulheres em geral não capinam. Além disso, este senhor demonstra sua preocupação, comum a praticamente todos no local, com o fato de que devido ao Estatuto da Criança e do Adolescente os jovens não poderiam mais trabalhar na “lavoura”, mas poderiam “bagunçar”, comprometendo o processo de sua socialização no trabalho:

M: Ô seu J., eu estive aqui na época de panha de café e vi homem, mulher, menino, todo mundo iapanhar café, né. Todo mundo panha café?

J: Panha.

M: Qualquer um pode panhar?

J: Pode, qualquer um. Pode começar de cinco anos até setenta, oitenta anos. Mas, só essa [lei] agora que eles resolveram pra lá, que eles não querem que [menino] de dezesseis, dezesseteanos trabalha. Você sabe dessa, né?

M: Sei.

J: Pode bagunçar tudo, nessa idade, mas, trabalhar não quer. Mas eles aqui não olham isso não. Se eles têm lavoura eles vão panhar café. Eu tenho uma lavoura, tem essa gente que mora aqui no arraial, é igual o A. falou, na época de panhar café, eles precisam de ganhar um dinheiro, eles não tem serviço lá, aí vai panhar café porque estão apertados. Na escola, deu o horário de estar na escola, os que estão na escola, vão ficar na escola. Saiu da escola, eles passam a mão na aparadeira. Agora eles usam mais é pano, de primeiro que usava mais aparadeira. [...] Lá em casa ainda tem aparadeira. Amarrava na cintura assim. Quando eu era mais novo eu tocava muita lavoura. Tinha hora que colhia 250 arrobas de café. Às vezes amadurava e murchava no galho. Era o dia inteiro, volta lá com a

aparadeira... Às vezes a aparadeira era muito grande, nós panhava 30 litros de café.

M: Mas, quando não é panha de café, quando é para capinar, arruar, essas coisas, é só homem que faz esse serviço ou a mulher faz também?

J: Não, para capinar é muito difícil. Mulher quase não capina, não.

M: Capina não?

J: Não.

M: Por que não capina?

J: O serviço do jeito que elas fazem ia ter que ter muito homem para panhar o café, né. Eles não gostam, não.

M: Não gosta, não?

J: Tem muito que não gosta, não. Tem muito homem que não gosta, não. E aí a maior força de panhar café é a mulher. Principalmente essas mulheres que moram aqui no arraial. Elas panham o café, por exemplo, de segunda até sexta-feira, chega sexta-feira elas vão lá, mede o café tudo, costuma medir o café, faz a conta quanto deu, o dono já dá a ela o dinheiro no bolso. Chega lá ela faz a compra, acerta desse tanto, passa o dinheiro para um e para outro. Aí vai pra venda, pro supermercado, vai saldar aqui, ali, né. Aí é bom que tem crédito, panha café, vai lá compra as coisas, ajuda no que precisar. Aí você vai lá eles falam “não, pode levar, você está lá panhado café, sexta-feira ou sábado você traz o dinheiro para mim”. Aí recebe.

(J. é proprietário e tem cerca de 80 anos)

É necessário enfatizar que quando se fala do trabalho masculino com a “roça”, trata-se do “homem”, do “pai de família” e não de um “rapazinho” ou “menino”, que ainda esteja sob a responsabilidade dos pais. Ser um “homem” de fato, um “pai de família”, não significa, nestes casos, uma maioria absoluta, uma idade marco a partir da qual os homens se tornem responsáveis pela “roça” e passem a tratar de tais questões. A maioria real em Dom Viçoso ocorre, ainda em boa parte das famílias, com o casamento, quando o jovem sai da casa dos pais e passa a ser responsável pelo sustento de uma casa autônoma.

No entanto, em muitos casos, estes jovens não têm lavouras para si e para o sustento das novas famílias e continuam trabalhando com os pais, mas já como meeiros e não mais como ajudantes. Essa situação é muito comum e pode perdurar até a morte de um dos pais ao menos, quando há divisão das terras destes por herança para os filhos, ou até que o filho meeiro consiga com o produto de seu trabalho comprar uma terra própria. Há ainda uma situação que é

considerada relativamente recente por parte dos moradores – os filhos que querem sair da casa dos pais antes do casamento, ou mesmo que ainda sob o teto paterno querem ser responsáveis por uma “roça” própria, rompendo com a unidade de *produção-consumo* do antigo grupo doméstico. Os pais muitas vezes se mostram insatisfeitos com o desejo dos filhos e estes muitas vezes buscam “liberdade”, a possibilidade de “tocar” sua vida da forma como queiram ou buscar novas oportunidades, incluindo migrar. Para as mulheres a situação é relativamente distinta. Em geral uma moça não assume uma “roça” por sua própria conta, o que limita as suas possibilidades de independência em relação aos pais antes do casamento, a não ser nos casos, que tem se tornado bastante comuns, de moças que se mudam para a cidade para estudar ou trabalhar. Isso não significa, entretanto, que estas mulheres não estejam mais sujeitas aos imperativos morais de sua família apenas por não viverem mais na mesma casa. O seguinte trecho de uma entrevista apresenta a opinião crítica de um pai com relação ao comportamento de alguns filhos. Este senhor já teve filhos como seus meeiros, mas atualmente seus filhos mudaram-se para a cidade:

J: Os filhos não estão querendo ajudasse negócio de pai mais não.

M: Mas por que não ajuda? Vai embora ou fica aqui mesmo e não ajuda?

J: Não, pode até ficar aqui, mas quando bate uma certa idade eles querem plantar café para eles ou se não quer trabalhar para os outros ou pegar milho lá para os outros ou se não pegar meia, ou quer sair da casa do pai e da mãe para ir tocar de meia também.

(J. é proprietário e tem cerca de 80 anos)

Em segundo lugar, a família define não apenas os comportamentos de seus membros na sociabilidade no espaço da “posse”, mas também define, em grande parte, o modelo de relações sociais cotidianas no espaço do *patrimônio*. Nesse sentido, cada membro de uma família é identificado a ela e em função disso relaciona-se de uma determinada forma com membros de outros grupos familiares. Afirmo que a família fornece a referência para as relações interpessoais que se dão no âmbito do *patrimônio* funcionando como um modelo para a sociabilidade em tal âmbito. A família, nesse sentido, fornece a base da sociabilidade de uma sociedade camponesa sendo, dessa forma, projetada no âmbito das relações sociais do grupo na forma de preceitos morais. Esses preceitos, como já se afirmou, configuram no espaço público do patrimônio uma sociabilidade agonística, marcada por disputas entre grupos distintos mas reciprocamente aliados.

Devemos considerar que o termo “família” no discurso local comporta mais de um significado, o que nos diz muito sobre o *parentesco* nessa área, como notou John Comerford (2001) em sua pesquisa com camponeses em uma região próxima, na Zona da Mata. Como afirma Comerford (2001), termos como “família” e “parente” tem um uso contextual na região. Seguindo o que é proposto pelo antropólogo e que se aplica perfeitamente ao caso estudado, tendo em vista que se trata de uma mesma região camponesa, “família” pode se referir tanto à família nuclear – que no caso estudado corresponde ao *grupo doméstico* –, a uma espécie de parentela patrilateral, que uma entrevistada de Comerford define como “família de assinatura”, ou ao grupo que inclui consangüíneos e afins do lado materno e paterno até um limite variável, definido contextualmente. O termo “parente”, por sua vez, seria aplicado àqueles com quem se tem algum tipo de laço de parentesco, mesmo que considerado distante, seja como afim ou consangüíneo, na linha materna ou paterna, desde que se queira indicar certa proximidade com o referido “parente”, e que pode também facilmente se esconder quando o desejo é o contrário. O autor (Comerford, 2001: 60) destaca ainda outros termos como “gente”, “raça” e “tronco”, que em Dom Viçoso foram raros ou não citados.

No contexto interno da vida social nestas localidades rurais, como nos mostra Comerford (2001), são realizadas verdadeiras “operações de mapeamento”, que são uma “prática permanente de produção de referências mais ou menos contestáveis, que produzem um tipo de auto-conhecimento dessa sociedade (um auto-conhecimento agonístico como não poderia deixar de ser)” (Comerford, 2001: 57). Tais referências são baseadas, sobretudo no parentesco, mas envolvem também a localização geográfica, a reputação de certas famílias e mesmo de algumas localidades. Tais referências são produzidas e compartilhadas nas conversas cotidianas que se praticam o tempo todo, principalmente nas “visitas” tão freqüentes a casas de vizinhos a parentes. Comerford (2001) argumenta que se trata nestes casos da produção de narrativas que formam um quadro de julgamentos e interpretações das qualidades morais das pessoas, de uma verdadeira “luta de classificações”.

Nesse sentido, a família, enquanto núcleo da sociabilidade, funciona como referência dos processos de mapeamento das relações sociais em geral. Segundo o autor, há dentre estes camponeses uma espécie de estratégia de “mapeamento pelo parentesco” que manifesta um exercício de controle sobre o espaço e sobre a circulação de pessoas. Um bom exemplo desse “mapeamento” é oferecido por um entrevistado que, ao comentar sobre uma determinada pessoa a localiza em toda uma rede de parentesco, informando a respeito de cada membro dessa rede a situação atual em termos de parentesco, trabalho e moradia:

L: O irmão do avô dela [a esposa do entrevistado], ele morou ali onde mora aquele menino, aquele sobradinho ali era dele, irmão do avô dela. Às vezes você conheceu ele lá na rua. É o pai do J. C. D., pai da mulher do G. T...

M: Como é que ele chama?

L: Trata ele de J. C., J. D... Conhece o G. D.? Conhece! O G. D. é... Pois é, o G. morava no São José, casou agora pouco tempo a segunda vez.

M: Casou?

L: Pois é, filho do homem que morou aí. E o M., conhece o M.?

M: M... não.

L: M. D., genro do G., pai daqueles meninos que têm um restaurante ali perto do antigo do A. ali.

M: Você sabe quem é?

L: Irmão daquela R. da lojinha que trabalha no Z. S.

M: Nossa Senhora, eu tô ruim de conhecer o pessoal lá, heim?!

T: A R. da lojinha você conhece.

M: Em qual loja?

L: Ela trabalha com a filha do J. F.

T: A R. trabalha no N, trabalhou no N.

M: Ah tá...

L: É, trabalha no N. A mulher do M. é irmã da A. mulher do A.

(L. é proprietário e tem 68 anos; T. é meu companheiro, que participa da entrevista)

Este senhor se surpreende com o fato de que eu não dominasse o conhecimento dessa rede de relações, pois eu era identificada por ele como alguém “de Ervália”, onde esse procedimento de mapeamento é comum e eu deveria, portanto, estar acostumada. Mas, confesso, sempre tive muita dificuldade com o domínio desse extenso conhecimento genealógico muitas vezes importante para se movimentar com segurança nesses espaços sociais “mapeados”. Ao final da conversa consegui ter uma noção aproximada da localização da pessoa que era a referência de todas as relações acionadas: o irmão do avô da esposa do entrevistado. Mas essa noção é muito diferente da localização precisa com a qual lidam os moradores da região e que me impressionaram pela precisão de detalhes e pela extensão do conhecimento de referências.

Mas para que se possa operar com esse mapeamento tendo por base principalmente o parentesco é necessário realizar uma primeira distinção – entre os “de dentro” e os “de fora”. Pessoas “de fora” são aquelas sobre as quais não se tem essa possibilidade de controle efetivo,

visto que não se conhece a sua rede de relações de parentesco. São, em muitos casos, agentes governamentais, de agências como a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), vendedores, políticos, compradores de café, etc.

Algumas dessas categorias de pessoas, em Dom Viçoso, não são consideradas realmente “de fora”, pois são em grande parte pessoas nascidas ou que vivem em Ervália, sobre as quais se têm informações, sobretudo são pessoas de quem se conhece a “família”. Minha própria experiência de pesquisa é bastante elucidativa. Em uma primeira abordagem com algumas pessoas do lugar, minha presença parecia bastante estranha. Para tentar esclarecer as coisas, em geral me faziam uma pergunta básica: de onde eu vinha. Penso que se a resposta fosse que vinha de Belo Horizonte, ou qualquer outra cidade mais distante, o máximo de comentários que poderiam ser feitos é que se tinha algum parente vivendo lá e a situação permaneceria um tanto quanto indiferente. Provavelmente não se tentaria saber qual a minha família, pois seria impossível exercer tal controle à distância e sobre uma grande área.

No entanto, como a minha resposta foi que havia nascido em Ervália, logo vinha uma segunda pergunta: “qual a sua família?”, ou “dos qual é que você é?”. A explicação não foi difícil, quase todos conheciam boa parte dos membros da minha família, conseguiam mesmo traçar uma verdadeira genealogia onde me localizavam precisamente e, em alguns casos, conseguiam estabelecer relações um tanto quanto distantes entre a minha família e alguma família do lugar. Longe de idealizar essa situação e me sentir aceita ou inserida no grupo, me sentia comprometida, pois o parentesco cria certas expectativas em termos de aspectos do caráter e do comportamento, os quais são considerados atributos “de família”. Ou seja, quando não se conhece alguém exatamente, por meio de sua rede de parentesco tenta-se prever suas atitudes estabelecendo uma identificação entre essa pessoa e sua família. Ao mesmo tempo não faltava certa sensação de ser controlada, de ter sido “mapeada” para usar o termo de John Comerford. Mas, de todo modo, o fato de ter sido parcialmente identificada não significa ser considerada “de dentro”.

Dessa forma, no espaço público do *patrimônio*, as pessoas são identificadas em termos de sua “família” e se relacionam em função disso, devendo se comportar de maneiras específicas em relação a determinadas pessoas segundo o grau de parentesco. Em primeiro lugar, algumas das características atribuídas às pessoas são consideradas como gerais em termos de sua família, no sentido seja de seu grupo doméstico, seja de sua parentela. Por exemplo, algumas famílias são consideradas como sendo “bravas”, isto é, seriam formadas por pessoas que brigam muito e “caçam confusão”. A partir disso, um membro dessa família poderia ser rapidamente identificado por outros como sendo uma pessoa “brava” e dificilmente conseguiria romper com esse estigma social. Outro exemplo, caso um membro de uma família tome determinada atitude

que seja mal vista por outras pessoas, muito certamente toda a família ficará comprometida aos olhos dos moradores do *patrimônio* ou de outra(s) família(s). Nesse sentido, pude notar que uma dada família A mantém uma “rixa” com uma família B. Apesar de conviverem pacificamente, cumprimentando-se quando se encontram e conversando de maneira relativamente pacífica (mas não se visitando uns aos outros), os membros dessas duas famílias trocam acusações veladas uns aos outros. Por outro lado, caso um membro de uma família X ajude uma família Y, provavelmente todos os membros de Y encontrar-se-iam na obrigação de retribuir a ajuda à família X, criando-se um vínculo de reciprocidade entre ambas.

Portanto, tanto os conflitos e disputas, quanto a reciprocidade estabelecida entre pessoas no *patrimônio* são percebidos como se referindo a famílias, pois cada membro é identificado à sua família em termos de atributos morais. Além disso, os princípios básicos das relações de parentesco são projetados no contexto das relações sociais no *patrimônio*, configurando um tipo de sociabilidade agonística, posto que potencialmente conflituosa.

Em terceiro lugar, a sociabilidade cotidiana no âmbito do *patrimônio* relaciona de fato pessoas e, conseqüentemente famílias (devido à identificação de pessoas às suas famílias), em termos de parentesco. Em outras palavras, a relação entre pessoas pode se transformar em uma relação entre famílias, isto é a sociabilidade pode “construir” relações de parentesco na medida em que constrói alianças.

A escolha do cônjuge nesse local segue em parte interesses individuais, mas esses interesses desenvolvem-se na convivência cotidiana. Devido ao fato de conviverem em um determinado espaço, de partilharem de um cotidiano, as pessoas no *patrimônio* freqüentemente casam-se entre si. Pude notar esse princípio em funcionamento quando em uma festa religiosa local moças e rapazes, sentados na praça à meia distância uns dos outros, aproveitavam a ocasião para se observarem e, em alguns casos, procuravam-se para conversar. Penso que os projetos de muitos casamentos devem ter se iniciado nesses olhares e conversas na praça. Dessa forma, a reciprocidade entre famílias que tem relações entre si devido ao casamento de seus membros depende da relação estabelecida na sociabilidade cotidiana. Essa convivência propicia relações e acaba levando a casamentos, o que cria vínculos de parentesco, fazendo com que quase todos no *patrimônio* sejam parentes, pois se “misturam”, como afirma o entrevistado:

M: Aqui tem muita família que é parente?

L: Quase tudo, quase tudo parente. Daqui pra cima ali é catado os que não é parente. Mas os que não era parente agora misturou.

M: Os que não são parentes aqui vieramde fora?

L: Veio de fora e veio misturando. Família de Santos é de nome, família de Reis não era parente agora misturou a família, filho e neto tudo misturado, que a família de Santos é misturado com ela aí... deixa eu ver... deve ser só eles... Ah, tem a família dos Pinto, os Pinto também é misturado, parente também.

M: A família do senhor como que é o nome?

L: Do lado do meu pai é dos Gonçalves Monteiro, essa monteirada aí da Jatiboca tudo é parente do meu pai. Já pensou? Aqueles amélios, aquele mesmo... Adão do Zé Cândido, que a mulher dele é neta do tal de Monteiro velho. Sabe aquele Monteiro velho lá da Jatiboca? É irmão do avô do meu pai, sabe? A família de Dias não era parente, misturou também, bastante. A família de Martins, os mais velhos misturaram, porque a mulher do Zé Martins aqui, que é avó do Amélio é prima da minha avó.

M: Então é tudo misturado.

L: Porque o pai dela já é irmão do avô da minha avó, então veio certo, aí. Agora, tudo que é Freitas é parente da minha mãe, tudo é parente. E os Monteiros é do lado de papai, monteirada! Lá na Jatiboca quase tudo é Monteiro, os sabinos, os amélios...

(L. é proprietário e tem 68 anos)

Nesse sentido, se a sociabilidade cotidiana cria a possibilidade de que pessoas se casem e assim suas famílias vinculem-se em uma relação de reciprocidade, essa sociabilidade se dá em um contexto já mapeado em função de relações de parentesco, onde todas as pessoas são conhecidas pelo seu parentesco. Isto é, também o parentesco intervém na sociabilidade, pois, devido às relações de parentesco existentes entre as pessoas e em função da imagem moral da família a qual cada um é identificado, é que as pessoas se relacionam em geral, envolvendo várias questões, dentre elas o casamento.

Mas, como em toda sociedade dita “tradicional”, o casamento, tal como as relações sociais em geral, não é apenas uma questão de interesses individuais, mas de relações entre grupos de pessoas. Dessa forma, é provável que um olhar interessado entre dois jovens tenha muito mais possibilidade de se converter em um matrimônio se suas famílias mantêm uma boa relação e têm interesse ou “fazem gosto” na união. Portanto, o casamento não se trata nem de pura escolha individual, nem de puros interesses de famílias, mas a própria escolha pessoal deve ser interpretada como produto de um contexto social, ou seja, como uma estratégia matrimonial definida com referência à reprodução social em termos de um *habitus* (Bourdieu, 1995), que é

produzido em um ambiente onde as relações de parentesco são essenciais pois são definidoras, em boa medida, da própria sociabilidade.

Podemos concluir que os casamentos ocorrem, então, com frequência dentro da localidade, isto é, dentro do patrimônio ou em regiões próximas. O que se explica em parte pela sociabilidade partilhada neste local, a qual se baseia no parentesco. Mas também esses casamentos definem reciprocidades entre as famílias. Temos então uma situação em que o casamento na localidade e a reciprocidade entre as famílias estão imbricados.

Esses casamentos não são apenas alianças em termos de parentesco entre duas famílias, mas muito frequentemente estabelecem entre elas reciprocidades em uma dimensão econômica ou política, por exemplo. Em se tratando de um sistema holista, pode-se analisar o imbricamento de distintas dimensões do social na instituição da aliança matrimonial como um *fato social total*. No contexto camponês, frequentemente, tais alianças funcionam como um mecanismo de manutenção do patrimônio material e imaterial dentro do grupo, de maneira relativamente indivisa. Não se trata de uma determinação da dimensão econômica sobre as relações de parentesco, mas de uma formação social onde as dimensões econômicas e das relações de parentesco são indiscerníveis.

Nesse sentido, Ellen Woortmann (1995), em sua excelente revisão das teorias do parentesco no que se refere ao campesinato, apresenta os dois principais modelos teóricos sobre parentesco na antropologia – a teoria da descendência e a teoria da aliança. Não tenho a pretensão de fazer aqui uma revisão dessas “duas teorias da antropologia social”, o que é feito por Dumont (1975). Enfatizo apenas, seguindo indicações de Woortmann (1995) que o parentesco é uma dimensão essencial a ser considerada nos estudos sobre campesinato, tanto em termos de descendência quanto em termos de aliança. Isso se deve ao fato de que nesse universo ele funciona, sobretudo, como *valor*; ou seja, como uma espécie de código ou linguagem que fala sobre algo. Estando o parentesco inserido enquanto valor em um universo cultural específico, aquilo sobre o que ele fala corresponde ao patrimônio dessa cultura, tanto em termos materiais quanto imateriais. Portanto, o parentesco em um grupo camponês, tal como aquele apresentado nesta pesquisa, funciona como um código que se refere ao patrimônio material, ou seja, fala sobre a posse e transmissão geracional da terra, e ao patrimônio cultural, regulando a transmissão de um *ethos*.

Ao abordar a questão da reciprocidade no contexto da discussão sobre parentesco, Leach (1969) fala das formas de casamento assimétrico, como o Kachin, por exemplo, onde não há uma forma de reciprocidade imediata no nível do parentesco, ou seja, se um grupo A dá esposas a um grupo B, A não recebe em troca esposas de B. No entanto, a reciprocidade entre esses grupos permanece como que em potência, sendo atualizada em algum outro nível, por exemplo,

em termos políticos ou econômicos. Tais observações são de extrema valia para a análise das relações de parentesco no caso por mim estudado. Nesse contexto, não há regra ou mesmo não ocorre na prática algo que prescreva uma reciprocidade em termos de parentesco entre duas famílias, isto é, quando um membro de uma família se casa em uma segunda, nada informa que esta deve retribuir com um outro casamento. Mas, por outro lado, se alguém de uma família casa-se em uma segunda cria-se uma reciprocidade mediata entre esses dois grupos, que se efetiva no nível econômico e/ou político, principalmente.

Considerando principalmente o nível econômico, conforme os interesses dessa pesquisa, podemos considerar a prática de casamento dentro da localidade existente em Dom Viçoso, e que seria bastante geral em contextos camponeses. Por meio de tal prática, cria-se uma reciprocidade entre duas famílias de uma mesma localidade a qual se pode expressar em termos econômicos, garantindo, por exemplo, que o patrimônio material permaneça no espaço de vivência das famílias de forma relativamente indivisa, como aponta Ellen Woortmann (1995). Juntamente com a manutenção do patrimônio material familiar de modo relativamente indiviso, os casamentos no interior do patrimônio garantem a reprodução nesse espaço de um modo de vida camponês. Dessa forma, pode-se afirmar que casamento e economia são dois itens importantes no contexto das relações sociais locais e ambos dizem respeito às relações de parentesco, vinculando-se entre si.

Na seguinte entrevista, o agricultor relata o modo como a sua família e a família da esposa possuem uma série de vínculos, além do seu próprio casamento, incluindo casamentos anteriores e negócios em comum, como compras de terras. Esses vínculos explicariam o fato de que o patrimônio familiar foi mantido relativamente indiviso ao longo de gerações. O senhor L. refere-se a um arranjo que envolve compras e vendas de terras associadas a casamentos que aparece como uma estratégia de manutenção de um patrimônio. Nesse caso, o cunhado do senhor L. vende a ele as terras que possuía por herança para que viesse a se juntar às terras da esposa. O senhor L. então vende sua própria herança, “que não era de vender”, mas sendo para comprar terras próximas às da sua esposa justifica-se o arranjo e com ajuda dos seus irmãos adquire as terras que hoje possui<sup>50</sup>:

L: Então nós compramos aqui, foi do pai dela [da esposa]. Importante, porque ia ver um terreno aqui, comprei esse pedacinho, agora veio um irmão caçula...

M: Irmão dela?

L: É, compramos as terras dele aí, que é o J. M. Ele vendeu aqui pra comprar lá no A. A.. Ele comprou do P., seu tio.

---

<sup>50</sup> Para uma análise de arranjos camponeses envolvendo a transmissão geracional da terra segundo uma lógica jurídica consuetudinária ver Moura (1978).

M: Ele comprou lá, quase chegando lá em Ervália?

L: É, ali no A. A., uai. Aí vendeu pra gente, eu mais meus irmãos compramos. Aí vendi a herança do meu pai ali em cima, que não era de vender, mas, como diz, pra comprar... Lá onde foi do meu avô, foi do avô da mulher e foi do meu avô também. Engraçado, aqui onde é nosso tinha pé de abacate, tinha muito abacate aí, abacate grande, depois vou até te mostrar aí, uns bitelos! A minha avó é nascida lá pros lado da Jabuticaba, a mãe dela é irmã daquela gente dona lá da Jabuticaba. Então o meu avô vendeu pro avô dela [da esposa]. Pai da minha mãe vendeu pro pai da mãe dela. Já pensou? [A avó dela] morou pouco tempo [lá], casou dia 09 de janeiro, dia 19... morreu dia 29, já pensou? Aí a mãe dela herdou um terreninho aí, o marido dela é irmão do Z. C., conhece não, né?

M: Não.

L: Ele recebeu a herança, pouco depois ele morreu também. Aí a mãe dela casou com [?] aquele lá do baixio. Então a descendência é bem antiga, né. Do meu avô passou pro avô dela, do avô dela passou pro pai dela, aí a mãe dela, da mãe dela passou um pedaço pra ela, aí nós compramos um pedaço.

M: É, agora tá com vocês, a família vai...

L: Conseguindo. Continua persistindo no terreno.

M: É bom que fica na família?

L: É. Mas eu vendi a herança do meu pai pra comprar aqui, que tava apareado com a gente, né. Aí eu não podia comprar sozinho, né, aí a gente comprou, ele comprou a metade eu comprei a metade. Foi uma herancinha da minha mãe ali, ó, aí cortou um quadradinho, o meu e da L., a sede eles derrubaram, a casa.

(L. é proprietário e tem 68 anos)

Em quarto lugar, e por fim, deve-se considerar que algumas pessoas ainda que não se considerem como parentes de fato, comportam-se muitas vezes entre si como se fossem, isto é, tratam-se conforme o comportamento que se deve em uma relação entre parentes.

O parentesco, nesse sentido, como um valor, orienta muitas das práticas locais e, argumento, esse valor orientador das práticas é expresso no termo “consideração”. A “consideração” parece ser um princípio fundamental da conduta no local. Este princípio prescreve o tipo de comportamento que se deve ter diante de pessoas “familiarizadas” ou com as quais se pretende construir uma “familiaridade”. Comerford (2001) considera que a forma de sociabilidade nessas regiões camponesas define por meio das práticas agonísticas, isto é, essencialmente conflituosas, um processo constante de produção “territórios de parentesco” associados a

processos de “familiarização” e “desfamiliarização”. Segundo a proposta analítica do antropólogo:

Assim, em meio a casamentos, heranças, mudanças, permanências, indivisão, subdivisão, *trabalho à meia, troca de dias, mutirões*, bem como frequência às casas uns dos outros, circulação de crianças, troca de produtos da roça, sem falar ainda de caronas (esse uso hospitaleiro de uma extensão da casa), almoços, caçadas em conjunto, visitas e ajudas nos momentos de doença, e finalmente da *mistura* através de casamentos, sempre tão mencionada, é possível ir formando um padrão de territórios de parentesco, que concentra residências e/ou locais de trabalho (lavouras, roças) de parentes reconhecidos e valorizados como tais, bem como *compadres e comadres*, territórios aos quais certas famílias se vinculam no mapeamento social que se produz nas conversas cotidianas, e dentro dos quais há uma liberdade, uma fluência de relações, uma familiaridade, enfim, que permite tolerar problemas com animais, água, divisas, bem como desatenções, brincadeiras, dívidas, coisas que em outras circunstâncias poderiam redundar em conseqüências sérias, grandes rompimentos, mortes. As circunstâncias, todavia, podem mudar rápida e inesperadamente, [...], e isso não deixa de estar sempre presente como perspectiva ou ameaçadora possibilidade mesmo na mais pacífica e familiar das convivências (Comerford, 2001: 66).

Dessa forma, nos *territórios de parentesco*, “criam-se” parentes conforme a sociabilidade cotidiana em tais processos de *familiarização* bem como se rompem relações neste contexto agonístico em processos de *desfamiliarização*. Nesse contexto, de uma sociabilidade agonística, o conflito, seja expresso por meio de práticas ou de narrativas envolvidas em “lutas classificatórias”, aparece como uma dimensão estruturante da sociedade.

Nesse sentido, retorno à questão da unidade básica da sociabilidade camponesa. Como se apreende da interpretação de Comerford (2001), a família pode ser tomada como o foco da análise da sociabilidade camponesa. No entanto, esta se associa a uma dimensão espacial pois constitui a base dos processos de construção de “territórios de parentesco”. Nesse sentido, poderíamos tomar esses territórios como uma unidade de análise da sociabilidade, onde o parentesco é a dimensão basilar.

Outro importante estudioso do ambiente camponês, Antônio Cândido (2003), considera, em outro contexto histórico e geográfico, que o *bairro* pode ser tomado como a unidade da sociabilidade caipira. O sociólogo considera que o *bairro* compõe-se de uma *base territorial* e

um *sentimento de localidade* os quais se encontram vinculados (Cândido, 2003: 84) Neste espaço, muitas das relações sociais, por exemplo no âmbito do trabalho, como no caso do *mutirão*, muito bem analisado por Cândido, tem por base grupos de parentesco com residência relativamente próxima. Dessa forma, Antônio Cândido critica a visão de um caipira isolado afirmando que este nunca existiu, o que se faz por meio da análise de sua intensa sociabilidade nos bairros, mesmo que estes fossem aparentemente dispersos.

Penso que se possam relacionar as considerações de ambos os autores no sentido de considerar que o parentesco associa-se ao espaço no sentido da constituição da sociabilidade camponesa. Dessa forma, a sociabilidade daria forma continuamente a uma dimensão espacial ao tempo em que seria produzida neste espaço.

A “consideração” aparece nesse contexto, como atributo do comportamento que se deve ter diante de parentes ou pessoas com as quais se deseja estabelecer uma *familiaridade*. A *familiaridade* é considerada pelos moradores do *patrimônio* como um ideal de convivência cotidiana, também expresso como “combinar”, isto é, pessoas que estão familiarizadas convivem em um ambiente de confiança em que todos se dão bem ou “combinam” entre si. No entanto, “combinar” é sempre um estado muito precário, podendo ser quebrado devido a uma atitude que demonstre falta de “consideração” ou falta de “respeito”, o que também é percebido por John Comerford (2001).

A “consideração” poderia ser traduzida como respeito, obrigação de ajudar nas necessidades alheias, obrigação de fazer favores, obrigação de ser cortês nas relações cotidianas, dentre outros itens similares que identificam uma relação entre partes em um ambiente marcado pela reciprocidade. A “consideração”, nesse sentido, se estabelece sobre as bases da reciprocidade e garante que esta seja preservada. A “falta de consideração”, por outro lado, geralmente conduz a conflitos, ao menos potenciais.

Nesse sentido, os parentes devem ser tratados com “consideração”, os vizinhos devem ser tratados com “consideração”, as pessoas com as quais se convive devem ser tratadas com “consideração”. A “consideração” seria, portanto, a pedra de toque da sociabilidade local, um elemento fundamental dessa moral camponesa. Por exemplo, o proprietário de um “terreno” pode depender em alguns momentos da ajuda de um “companheiro” e mesmo que pague por seu serviço é recomendável que o trate com “consideração”. Por outro lado, se quem trabalha a terra não detém sua posse, mas apenas possui um contrato de parceria, por exemplo, deve estabelecer um tipo de relação com o proprietário que, para que “funcione” bem se espera que haja “consideração” de ambas as partes. Este ideal que coordena a relação de parceria, dentre outras, poderia ser expresso em termos de certa *obrigação livre*, algo que implica mutuamente parentes ou pessoas próximas, isto é, “familiarizadas”.

Tal ideal que tem por base a reciprocidade parece indicar que para além da semelhança relativa, em termos econômicos, entre os moradores do patrimônio, que se define por oposição à “fazenda”, e apesar das diferenças entre eles, também em termos econômicos, expressa nas noções de “dono”, “meeiro”, e “companheiro”, há uma unidade que se define em outro plano. Este plano encontra-se na existência de um universo moral partilhado por esses moradores do *patrimônio*, centrado nessa unidade social e espacial. Sua existência prende-se ao fato que a própria economia está inserida em um campo social marcado por valores, interesses e disposições.

## Conclusão

A economia desenvolvida pelos camponeses do distrito de Dom Viçoso é parte de sua vida social e, nesse sentido, é permeada por sua sociabilidade cotidiana e pela moral de que partilham. As particularidades da vida social nessa região constituem a matéria do estudo que se pretendeu apresentar, em que estas são analisadas vis-à-vis o conceito de campesinato. Este conceito é utilizado para identificar a formação sócio-cultural relativamente autônoma que inclui, dentre outras coisas, uma economia agrícola orientada pelo consumo do grupo doméstico e com uma inserção parcial no mercado. No entanto, enfatizo que a realidade social deve ser compreendida em uma relação dialética com o conceito e não subsumida nele. Desse modo, afirmo que a especificidade do grupo de camponeses estudado deve ser considerada como produto do contexto histórico em que ele se constitui socialmente.

A constituição social dos camponeses do distrito de Dom Viçoso é analisada em referência ao processo histórico de ocupação efetiva da terra na região da Serra do Brigadeiro, que tem início com a expansão tardia da cafeicultura, no século XIX. A produção cafeeira organiza-se, nesse momento, tendo por base a grande propriedade trabalhada por parceiros, trabalhadores assalariados e trabalhadores temporários. Devido a sucessivas crises na cafeicultura e ao processo de fragmentação da terra por herança, a grande propriedade perde parte de sua importância na região, sendo que hoje predominam as pequenas e médias extensões fundiárias. Contudo, as principais formas de organização do trabalho permanecem, isto é, a parceria, o assalariamento e o trabalho temporário – esta principalmente na época da colheita do café – são ainda hoje centrais para a organização da economia local.

Nesse sentido, argumento que o campesinato se constitui nessa região não como uma unidade sócio-econômica homogênea, mas sim por meio de categorias de agricultores que possuem distintos modos de acessar a terra. Estes são os pequenos proprietários familiares que têm um acesso mais estável à terra e, portanto, uma relativa segurança em sua reprodução social. Os parceiros que têm um acesso limitado à terra e, por conseguinte, limitadas possibilidades de reprodução de um modo de vida camponês. Os trabalhadores assalariados e temporários que, considerando as características da agricultura camponesa, poderiam não se enquadrar na categoria campesinato, mas muitas vezes mantêm um modo de vida camponês caracterizado por uma sociabilidade e uma moral específicas.

No distrito de Dom Viçoso, tais grupos de agricultores, distintos economicamente, partilham uma vivência cotidiana no espaço do *patrimônio*. Dessa forma, vivem no núcleo central do distrito cerca de uma centena de famílias de agricultores, dentre os quais a maioria se identifica

como “meeiro”, alguns possuem uma pequena extensão de terra sendo identificados como “donos” ou “proprietários” e uma pequena parte não possui acesso algum à terra, seja como “dono” seja como “meeiro”. Apesar de suas diferenças em termos econômicos, as pessoas que vivem no *patrimônio* tomam parte na constituição desse espaço a partir de suas relações sociais. Nesse sentido, os moradores do *patrimônio* constroem-no socialmente como seu território e base de sua sociabilidade. Concomitantemente, tais moradores constituem-se enquanto unidade social no processo de produção ativa de um território.

A construção social do espaço do *patrimônio*, portanto, reflete as relações sociais no local, em que há, por um lado, uma relativa unidade significada pela existência de um território comum, o qual tem na figura do Senhor Bom Jesus uma projeção simbólica, e, por outro, uma diferenciação expressa nas divergências quanto à apropriação desse espaço, quanto a seus limites e seus significados.

Dessa forma, em primeiro lugar, o *patrimônio* pode ser pensado como uma *terra de santo*, o que remete à noção de territorialidade referindo-se a uma modalidade de apropriação de terras bastante recorrente no Brasil, isto é, as *terras de uso comum*. Nesse sentido, a noção de *patrimônio* aparece como um conceito antropológico acionado na interpretação de uma realidade agrária.

Em segundo lugar, o “patrimônio” pode ser pensado a partir dos significados que lhe são atribuídos conforme a memória de seus moradores. Neste caso, considero que a memória reflete o contexto social em que é produzida e, portanto, uma análise dos significados sociais da memória deve contribuir para a compreensão das relações sociais entre os moradores do *patrimônio*. Observa-se então que os significados de patrimônio, conforme a memória, referem-se ao território – entendido como um espaço dotado de significados sociais e simbólicos – e ao próprio grupo que nele vive. Nesse sentido, afirmo que o “patrimônio”, em sua significação local, remete ao grupo que compartilha de uma vivência cotidiana em determinado espaço e também ao espaço que é dotado de significação e simbolizado por tal grupo. Além disso, podemos pensar na memória como um patrimônio, no sentido de algo que é constituído coletivamente por esse grupo e que o identifica, sendo ainda transmitido ao longo do tempo. Portanto, considero que o termo “patrimônio”, a partir do discurso dos camponeses de Dom Viçoso, poderia ser interpretado como um modo de vida que se constrói e que se reproduz, o qual é transmitido por meio de uma tradição-práxis, isto é, nos conhecimentos sobre como viver na terra e dela produzir a vida.

Busco compreender o modo de viver nesta terra a partir da economia e da sociabilidade entre as pessoas que moram no *patrimônio*. Nesse sentido, observo que estas pessoas vivem da agricultura, principalmente da produção de café, milho e feijão em pequenas propriedades que

são localmente denominadas “terrenos”. Os “terrenos” são definidos no discurso local por oposição às “fazendas”, conforme os valores dos camponeses que trabalham naquelas propriedades. Estes valores expressam uma ideologia igualitária partilhada por tais camponeses que se percebem como iguais em termos da relação com a terra, pois os “terrenos” em que trabalham são *terras de trabalho* e não *terras de exploração*, pois não predomina criação de gado ou cultivo de produtos que visem o lucro, mas sim a produção agrícola que visa garantir o consumo familiar.

Essa produção tem como principal item o café. Este gênero é produzido nas “lavouras” visando a troca e envolve praticamente todos os moradores do *patrimônio*, ao menos no momento da “panha”. Além do café são produzidos milho e feijão nas “roças” visando principalmente a “despesa”, isto é, o sustento do grupo doméstico, seja por meio do consumo direto da produção, seja por meio de sua comercialização para a obtenção no mercado de outros produtos necessários ao consumo da família. A produção das “lavouras” e “roças” é considerada como “trabalho” neste local. Esta categoria aciona um universo moral essencial na região estudada, expressando valores contidos nas práticas econômicas. Nesse sentido, afirmo que os moradores do *patrimônio* consideram como “trabalho”, principalmente, as atividades agrícolas, mas, sobretudo, aquelas que se realizam na “lavoura”, pois o café é o item mais valorizado em Dom Viçoso. Esse fato nos leva a concluir que se trata neste caso de uma *economia de provisionamento* ou uma *economia de trocas*, que se caracteriza por ser orientada para o consumo doméstico e que, por isso, a relação com o mercado tem se mostrado essencial.

A inserção dos moradores do *patrimônio* no mercado se faz segundo uma lógica própria. Nesse sentido, as práticas econômicas e a racionalidade econômica remetem à sociabilidade e à moral desse grupo de camponeses.

As relações sociais entre os moradores do *patrimônio* são percebidas por eles como sendo horizontalizadas, por contraposição ao universo das “fazendas”. Neste local haveria “empregados” e “jornaleiros” os quais seriam diferentes dos “fazendeiros” e tratados por eles enquanto tal. No âmbito das relações de trabalho entre os moradores do *patrimônio*, por sua vez, todos seriam “companheiros”, os quais não são considerados diferentes, mas sim como parte de uma mesma unidade social e, portanto são tratados segundo o princípio da reciprocidade.

Contudo, se os moradores do *patrimônio* percebem-se como relativamente semelhantes por oposição ao contexto da “fazenda”, observo que há uma diferenciação sócio-econômica interna ao contexto de Dom Viçoso. Esta diferença é expressa nas categorias “dono”, “meeiro” e “companheiro” que apresentam distintas formas de relacionamento com a terra e de relações locais de produção e que, desse modo, aproximam-se diferentemente do conceito de camponês.

As relações entre tais categorias são analisadas tomando como exemplo o sistema de parceria tal como ele se configura no distrito. Segundo os agricultores, há um “direito” no sistema de parceria que determina a divisão da produção, as relações de trabalho e os encargos com o cultivo entre “dono” e “meeiro”. Esse “direito” expressa uma moral igualitária em que “meeiros” e “donos” são considerados como tendo atribuições e devendo se comportar de modo semelhante. No entanto, na prática do sistema de parceria, muitas vezes as relações entre “dono” e “meeiro” apresentam-se como hierarquizadas. Argumento que há dois sistemas ideais os quais apresentam distintas possibilidades de ação aos indivíduos. Um deles remete à estrutura econômica local relativamente desigual, em que há uma tendência à diferenciação sócio-econômica entre “donos”, “meeiros” e “companheiros”. O outro remete a uma moral, vinculada à sociabilidade local, bastante horizontalizada e tendencialmente igualitária. Os indivíduos agem conforme esse contexto, em que economia e moral estão vinculadas, atualizando em suas práticas esses sistemas ideais conflitantes. O descompasso entre dois sistemas orientadores da ação, tais como aqueles existentes em Dom Viçoso, é considerado por Leach (1995) como um motor da mudança estrutural. No entanto, argumento que, na região estudada, essa situação parece não conduzir a mudanças de caráter estrutural. Isso provavelmente se deve às características básicas da sociabilidade local, uma sociabilidade agonística marcada por um relativo (e potencialmente instável) equilíbrio entre unidade e diversidade, reciprocidade e hierarquia, harmonia e conflito. As distintas categorias de agricultores presentes no distrito, portanto, não se diferenciam de modo a segmentarem esse universo social, mas permanecem em relação devido à existência de um patrimônio comum.

Esse patrimônio comum deve ser entendido no processo de produção constante de uma unidade social, mas também de diferenciação, que tem como referência a sociabilidade agonística entre esses camponeses. A sociabilidade, por seu turno, remete à noção de *cotidiano*. Esta noção nos permite considerar que há uma complementaridade entre o trabalho nos “terrenos” e a vida social no *patrimônio* e, portanto, entre economia e sociabilidade, da perspectiva das práticas e da vivência cotidiana dos sujeitos. Essa complementaridade se expressa, principalmente, na economia doméstica.

A base da organização social da economia em Dom Viçoso é o grupo doméstico, que corresponde, geralmente, à família nuclear. Este grupo doméstico compõe uma unidade de produção e consumo e compõe também uma unidade fundamental da sociabilidade local. Essa unidade – a família – serve de modelo para as relações sociais que se dão no âmbito do patrimônio.

Os princípios básicos das relações no âmbito da família são a reciprocidade e a hierarquia, na medida em que a família constitui uma unidade, formada pela complementaridade de ações e

atribuições de seus membros, as quais são orientadas por uma moral de reciprocidade, mas uma unidade segmentada e organizada internamente de maneira hierárquica. Entretanto, esses princípios de reciprocidade e hierarquia atuam não apenas no âmbito da unidade familiar, mas estendem-se para o domínio das relações sociais no *patrimônio*. Isso se deve ao fato de que: a família é a referência das relações que se estabelecem em seu interior, mas também das relações cotidianas de cada um de seus membros com os demais moradores do *patrimônio*. Na convivência cotidiana no patrimônio, as famílias que aí vivem estabelecem laços de aliança entre si que fazem com que quase todos no local sejam parentes, que se reproduza essa sociabilidade e que o patrimônio econômico permaneça relativamente indiviso no local. Os moradores do *patrimônio* quando não são considerados parentes de fato são pessoas *familiarizadas*, as quais são tratadas segundo o modelo local de relações de parentesco, isto é, com “consideração”, pois o parentesco é nesta área um valor essencial.

Portanto, a sociabilidade vinculada a uma moral específica organiza a vida social dos moradores do *patrimônio* e, dessa forma, orienta a conformação de sua economia no sentido de que se possa compreendê-los como camponeses, tal como pretendi neste trabalho.

## Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1998.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito”. In: *Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. PPGSCA-UFAM, Fundação Ford: Manaus, 2006.

ALMICO, Rita; LAMAS, Fernando & SARAIVA, Luiz Fernando. “A Zona da Mata Mineira: subsídios para uma historiografia”. In: *V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6º Conferência Internacional de História de Empresas*. Caxambu: ABPHE, sete a dez de setembro de 2003.

ALVES, Marisa A. *A ‘conquista da terra’: (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga – MG*. Belo Horizonte. Monografia (Graduação). Departamento de Sociologia e Antropologia, UFMG, 2005.

\_\_\_\_\_. “A ‘conquista da terra’: (re)produção social e (re)construção histórica entre agricultores familiares do município de Araponga – MG”. *Mana*, Vol. 13, n.2, outubro de 2006.

ANDRADE, Rogério R. de. *A expansão da cafeicultura em Minas Gerais: da intervenção do Estado à liberalização do mercado*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado). UFMG, CEDEPLAR, 1994.

ARRUTI, José Maurício A. “Etnias federais”: o processo de identificação de índios e quilombolas no Baixo São Francisco. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Museu Nacional, UFRJ, 2002.

BLASENHEIM, Peter. *A regional history of the Zona da Mata in Minas Gerais, Brazil: 1870-1906*. Stanford. PhD Thesis. Stanford University, 1982.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembrança de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.

BOURDIEU, Pierre. *Outline of a theory of practice*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

\_\_\_\_\_. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRANDÃO, Carlos R. *Plantar, colher, comer*. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

\_\_\_\_\_. *A partilha da vida*. São Paulo: Geic/ Cabral Editora, 1995.

CÂNDIDO, Antônio. *Os parceiros do Rio Bonito*. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

CHAYANOV, Alexander. *The theory of peasant economy*. Madison: The University of Wisconsin, 1986.

COHEN, Anthony. *The symbolic construction of community*. London: Routledge, 1985.

COMERFORD, John C. “*Como uma família*”: sociabilidade, reputações e territórios de parentesco na construção do sindicalismo rural na Zona da Mata de Minas Gerais. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado). Museu Nacional, UFRJ, 2001.

CTA - Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. *Plano territorial de desenvolvimento rural sustentável*. Território da Serra do Brigadeiro: CTA/ MDA, 2004.

DEAN, Warren. *A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

D’INCAO, M. C. de. *O “bóia-fria”*: acumulação e miséria. Petrópolis: Vozes, 1983.

DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da sociedade moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

\_\_\_\_\_. *Homo hierarquicus: o sistema das castas e suas implicações*. São Paulo: EDUSP, 1992.

\_\_\_\_\_. *Introducción a dos teorías de la antropología social*. Barcelona: Anagrama, 1975.

EVANS-PRITCHARD, Edward. *Os Nuer: uma descrição dos modos de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

FERREIRA, Marieta de M. & AMADO, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

FIRTH, Raymond. *Elementos de organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

GARCIA, Afrânio R. *Terra de Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GEERTZ, Clifford. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2005.

GJORUP, Guilherme B. *Planejamento Participativo de uma unidade de conservação e do seu entorno: o caso do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro*. Tese (Doutorado). Viçosa: UFV, 1998.

GODELIER, Maurice. “‘Moeda de sal’ e circulação das mercadorias entre os Baruya da Nova-Guiné”. In: Edgard de Assis Carvalho (org.). *Godelier: antropologia*. São Paulo: Ática, 1981.

GODÓI, Emília P. de. *O trabalho da memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HEREDIA, Beatriz A. de. *A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do nordeste do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

IANNI, Otávio. *A luta pela terra: história social da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. *Censo agropecuário 2006: resultados preliminares*. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

LANNA, Ana Lúcia D. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira, 1870-1920*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1989.

LANNA, Marcos. *A dívida divina: troca e patronagem no nordeste brasileiro*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995.

LEACH, Edmund. *Sistemas políticos da Alta Birmânia*. São Paulo: Edusp, 1995.

\_\_\_\_\_. “Repensando a antropologia”. In: Laraia, Roque de B. (org.). *Organização social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *As estruturas elementares do parentesco*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Edusp, 1976.

LIMA, Deborah de M. “A economia doméstica em Mamirauá”. In: Adams, Cristina; Murrieta, Rui; Neves, Walter (editores). *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

LINHARES, Maria Yedda L. “História social do campesinato no Brasil”. *O campesinato na História*. André Leonardo Chevitarese (Organizador). Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

LITTLE, Paul E. “Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade”. *Série Antropologia* n°322. UnB, Brasília, DF, Brasil, 2002.

LOZANO, Jorge. “Prática e estilo na história oral contemporânea”. In: Ferreira, Marieta de M. & Amado, Janaína (orgs.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.

MAUSS, M. “Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: Marcel Mauss, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MELLO, Cláudia de Carvalho. *Educação Ambiental no entorno do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro*. Viçosa. Dissertação (Mestrado). Departamento de Economia Rural, UFV, 2002.

MENDRAS, Henri. *Sociedades Camponesas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste. Estudo de uma região: a Mata mineira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

MEYER, Dóris R. *A terra do santo e o mundo dos engenhos*. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1979.

MOURA, Margarida M. *Os herdeiros da terra: parentesco e herança numa área rural*. São Paulo, Hucitec, 1978.

NEVES, Delma P. “Diferenciação sócio-econômica do campesinato”. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, Cortez Editora, 1985.

PEDROSA, Manoel Xavier de Vasconcelos. “Zona silenciosa da historiografia mineira: A zona da Mata”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Nº IX, 1962.

PEIRANO, Mariza. “A favor da etnografia”. *Série Antropologia*, nº 130, Brasília: Ed. UnB, 1992.

PRATES, Carlos. *A lavoura e a indústria na Zona da Mata*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.

REDFIELD, Robert. *The little community; and Peasant society and culture*. Chicago: Univ. of Chicago, 1973.

SAHLINS, Marshall. *Sociedades tribais*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

\_\_\_\_\_. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2003.

STOLCKE, Verena. *Cafeicultura, homens, mulheres e capital (1850 – 1980)*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paze Terra, 1992.

VALVERDE, Orlando. “Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais”. *Revista Brasileira de Geografia*. Ano XX, nº 1, janeiro-março de 1958.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. “Raízes históricas do campesinato brasileiro”. Trabalho apresentado no XX Encontro Anual da Anpocs, Caxambu/MG, 1996.

WEBER, Max. *Economia y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992.

\_\_\_\_\_. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Pioneira, 1996.

WIRTH, John. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

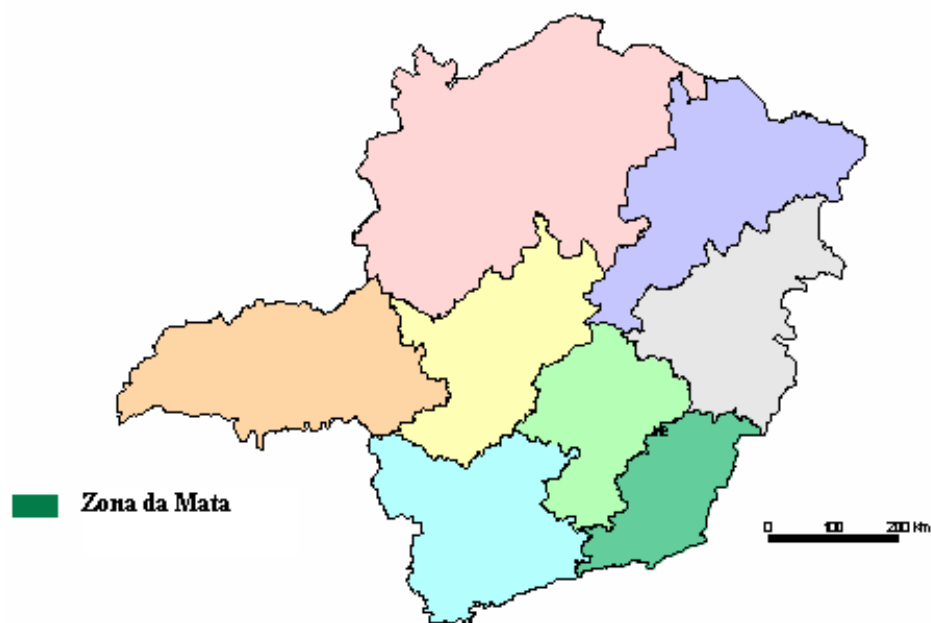
WOORTMANN, Klass. “Com parente não se neguceia: o campesinato como ordem moral”. In: *Anuário Antropológico/87*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

WOORTMANN, Ellen. *Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste*. São Paulo/Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

WOORTMANN, Ellen & WOORTMANN, Klaas. *O trabalho da terra: a lógica e a simbólica da lavoura camponesa*. Brasília: Edunb, 1997.

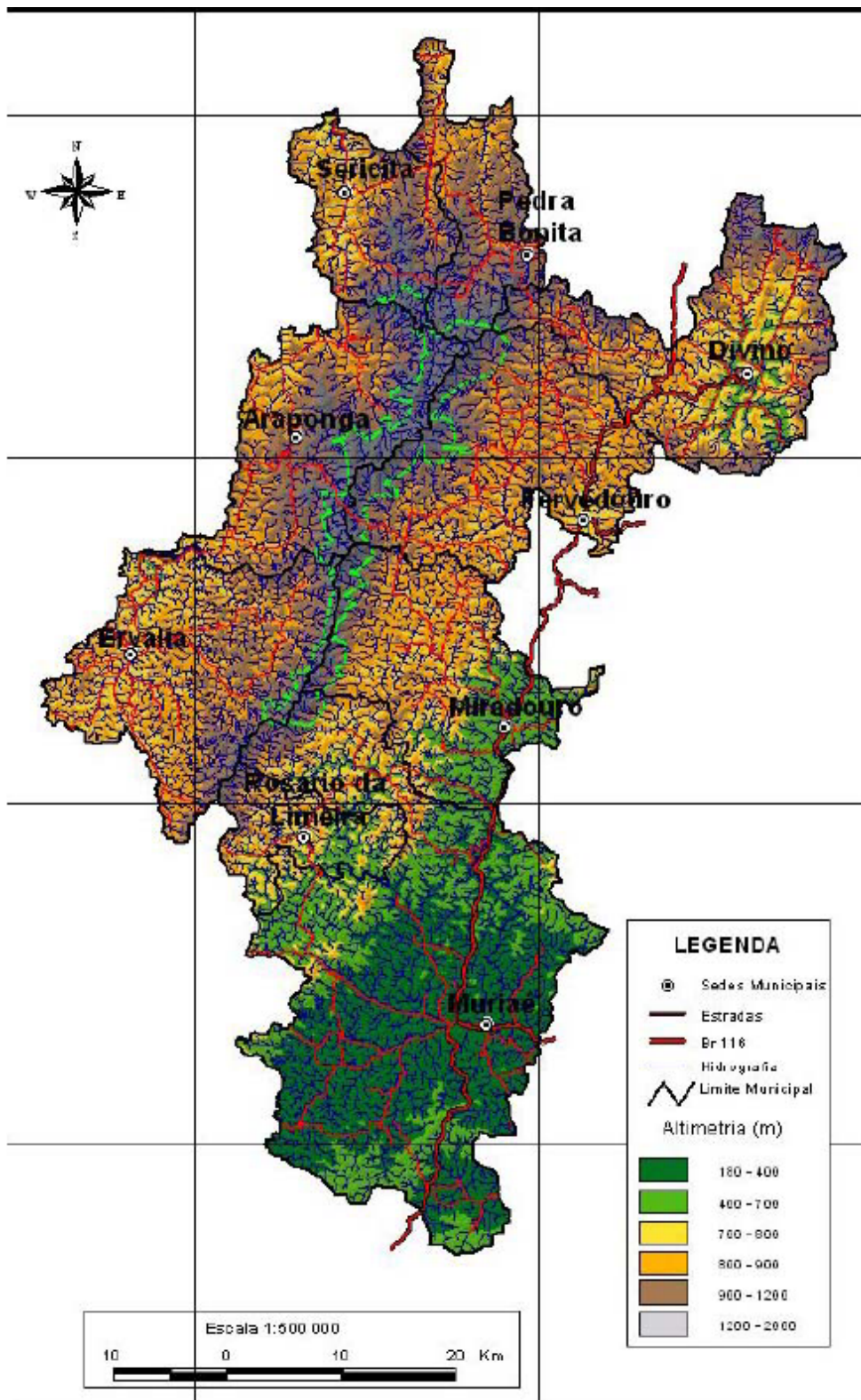
# **Anexos**

## Anexo A – Mapas



Mapa 1: Localização da Zona da Mata em Minas Gerais

Fonte: <http://www.geominas.mg.gov.br>

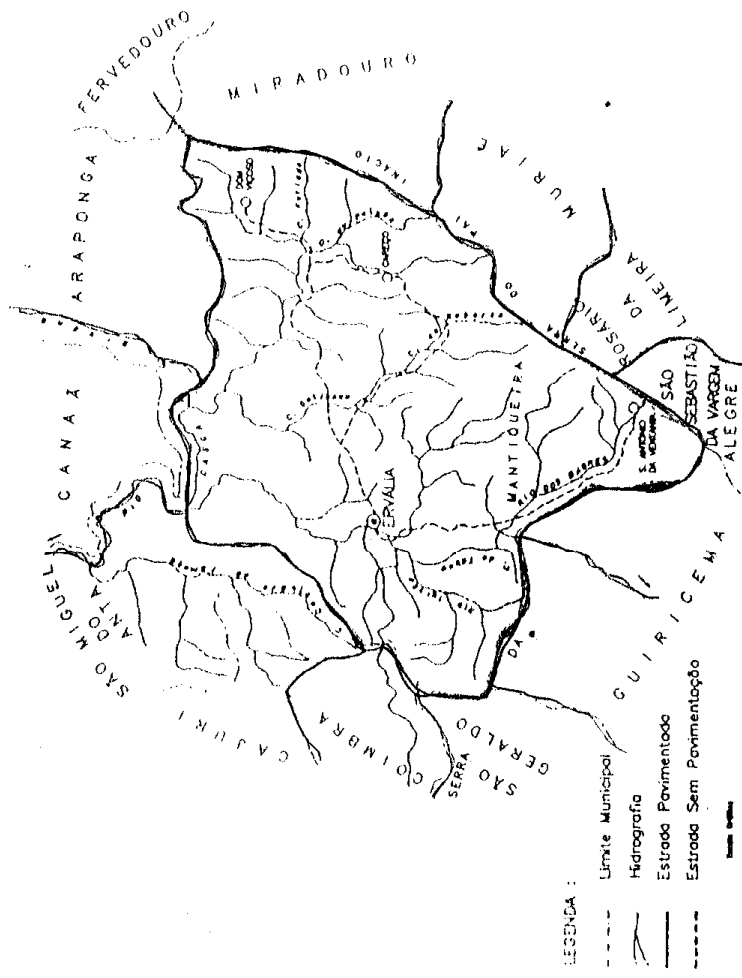


Mapa 2: Localização do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

Fonte: CTA (2004)

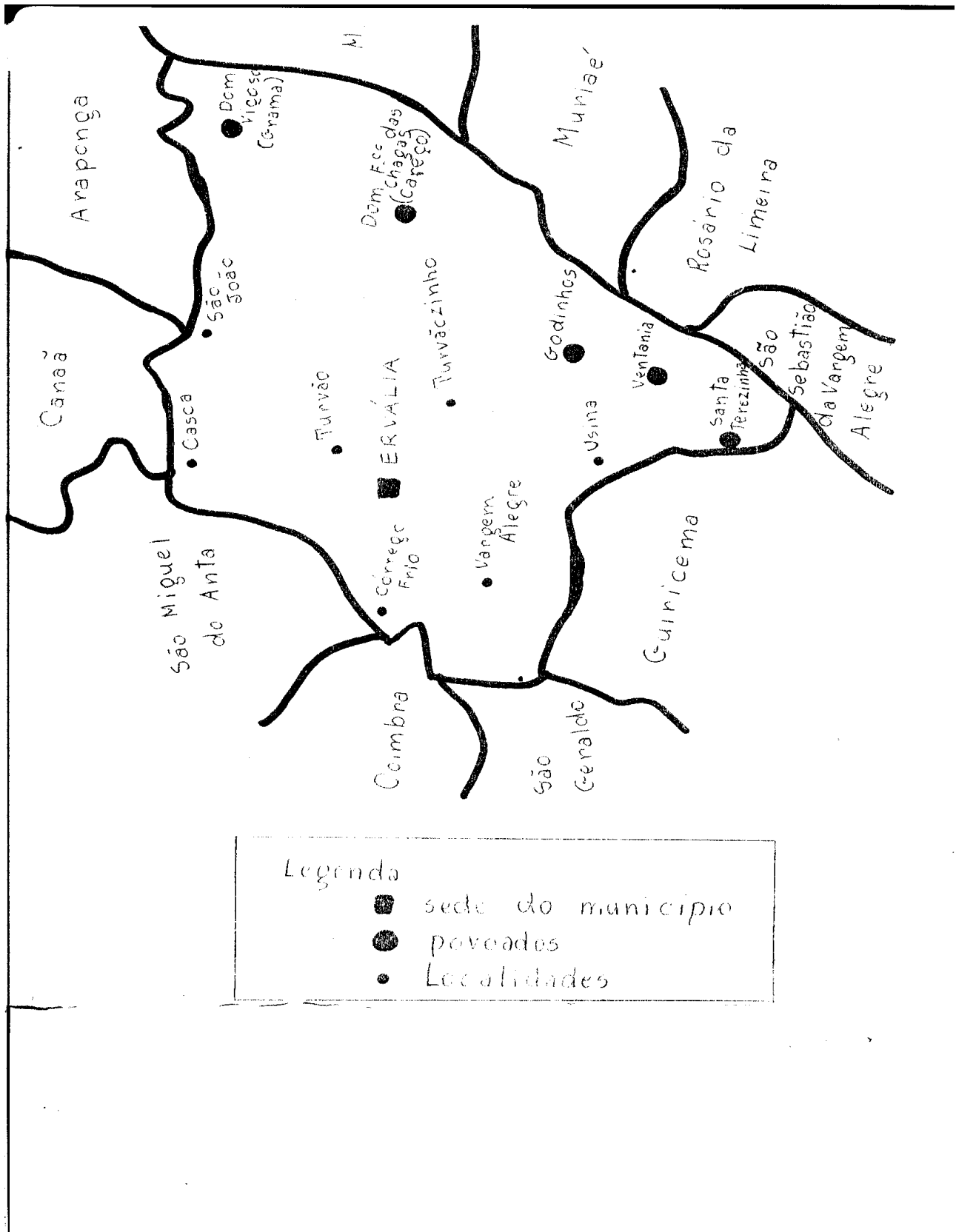
# MUNICÍPIO DE ERVÁLIA

1999



Mapa 3: Município de Ervália

Fonte: Prefeitura Municipal de Ervália/ Secretaria Municipal de Educação



Mapa 4: Esboço do mapa do município de Ervália

Fonte: Prefeitura Municipal de Ervália/ Secretaria Municipal de Educação

## Anexo B – Fotos



Foto 1 O patrimônio do distrito de Dom Viçoso e os “terrenos” em seu entorno



**Foto 2 A entrada do patrimônio de Dom Viçoso, ao fundo a serra**



**Foto 3 Uma rua em Dom Viçoso**



**Foto 4 A praça do patrimônio**



**Foto 5 A igreja católica**



**Foto 6 Algumas “posses” demarcadas, notam-se as “casas” e os “terreiros”**



**Foto 7 Crianças na festa de Nossa Senhora Aparecida**



**Foto 8 Bolo de cerca de seis metros feito por mulheres do patrimônio para as crianças**



**Foto 9 Procissão com imagem de Nossa Senhora Aparecida**



**Foto 10 Forró após a procissão**



**Foto 11 A “Pedra da Grama” ou “Pico do Cruzeiro”, à direita na imagem aparece a área onde está sendo construído o “Complexo Turístico Pico do Cruzeiro”**



**Foto 12 “Sítio” situado no entorno do patrimônio, notam-se a “casa”, a “lavoura” e a “roça”**



**Foto 13 Cena do Cotidiano: fazendo um cabo de enxada e conversando sob a árvore**



**Foto 14** Em primeiro plano uma lavoura de café em uma encosta, ao fundo a Serra do Brigadeiro



**Foto 15** Paisagem de montanhas e vales em Dom Viçoso

## **Anexo C – Documentos**

**Documento 1 - Certidão lavrada em 03 de novembro de 1998 conforme o documento original de 30 de outubro de 1887, constante do livro nº 15 do cartório de Araponga, que atesta a doação de terras da Fazenda São Matias à igreja em nome do Senhor Bom Jesus**

**Documento 2 - Memorial descritivo do patrimônio do distrito de Dom Viçoso**

**Documento 3 - Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) emitida pela Emater-MG**

## CERTIDÃO NA ÍNTEGRA

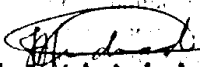
1  
276

NILO JOSÉ DE ANDRADE  
Escrivão Substituto  
Rua Benvidos A. Macêdo, 71  
Araponga - Com. Ervália M.G.  
TEL. (031) 894-1117  
TELEFAX: (031) 894-1161

Certifico que revendo os livros deste Cartório, nele às fls. 25v. a 27 do livro n.º 15 encontrei o documento seguinte: "Títulos lançados em pública Forma. Saibam quantos virem que sendo no ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e noventa e quatro aos trinta e um dias do mês de agosto do dito ano, neste distrito de Araponga da Comarca da cidade de Viçosa, Estado de Minas Gerais, em meu Cartório compareceu o Reverendíssimo Pe. Dario Schittine Guimarães, vigário desta freguesia, pessoa de meu conhecimento, e das testemunhas abaixo assinadas pelo próprio do que dou fê. Pelo qual me foi apresentado uns títulos e me pediu que lançasse em meu livro de Notas o qual em razão de meu Ofício aceitei e é do teor seguinte: "dizemos nós abaixo assinados Jerônimo Caetano de Andrade e minha mulher Anna Geralda de Souza, que do terreno que possuímos na fazenda denominada São Matias, fizemos doação de meio alqueire de terras de plantação de milho, ao Senhor Bom Jesus, para se criar um patrimônio na dita fazenda, no lugar mui próprio; e por ser de nossa livre vontade e atendendo a grande necessidade que tem de uma capelinha e um cemitério. E por não sabermos ler nem escrever pedimos ao Sr. José Gomes da Silva para assinar a nossos nomes. São Matias, 30 de outubro de 1887. A rogo de Anna Geralda de Souza e Jerônimo Caetano de Andrade, José Gomes da Silva. T.º Francisco Albano Martins, T.º Manoel Felipe de Oliveira, que fiz, vi assinar José de Castro Lima. Dizemos nós abaixo assinados Adão Dias de Andrade e minha mulher D.ª Joanna Francisca de Jesus, que, do terreno que possuímos na fazenda denominada São Matias, fizemos doação de meio alqueire de terra de plantação ao Senhor Bom Jesus para se criar patrimônio na dita fazenda no lugar mui próprio, e por ser muito de nossa livre vontade e atendendo a grande necessidade de uma Capelinha e cemitério, e por nós não saber ler e escrever pedimos ao Sr. Francisco Albano Martins para assinar a nosso nome. São Matias, 30 de outubro de 1887. A rogo do Sr. Adão Dias de Andrade e S/m., Joanna Francisca de Jesus, Francisco Albano Martins, que este fiz, vi pedir para assinar. José da Costa Lima. Digo Eu, Luzia Maria de Jesus, que da parte em terrenos que possuo na fazenda denominada São Matias, faço doação de meio alqueire de terras de planta de milho ao Senhor Bom Jesus, para criar um patrimônio na dita fazenda no lugar mui próprio, por ser muito de minha livre vontade e tendo a necessidade que tenho de uma Capelinha e cemitério. E por eu não saber ler e nem escrever pedi a José da Costa Lima que este por mim passasse e pedi a meu rogo o Sr. Manoel Felipe de Oliveira que por mim assinasse. São Matias, 30 de outubro de 1887. A rogo de minha sogra Luzia Maria de Jesus, Manoel Felipe de Oliveira. T.º Francisco Albano Martins que este fiz e vi pedir para assinar, José da Costa Lima. Dizemos nós abaixo assinados João Ferreira Belo, minha mulher Maria Delfina do Carmo, que entre os mais bem que somos senhores e possuidores e bem assim, meio alqueire de terra, restante de uma parte que havemos por compra de Joaquim Silvestre da Silva, na fazenda de São Matias, passamos doação ao Senhor Bom Jesus dos Perdões a beneficio de uma Capela neste dito terreno e por ser esta a nossa vontade sem constrangimento de pessoa alguma sedemos e transferimos toda posse e direitos do meio alqueire que nos ditos terrenos temos. E para documento mandamos passar a presente, e por nós não sabermos ler e nem escrever pedimos Agapito da Paixão Vasconcelos esta por nós passasse e à nosso rogo assinasse em vista das testemunhas abaixo assinadas. Fazenda de São Matias, 1.º de agosto de 1893. A rogo de João Ferreira Belo e Maria Delfina do Carmo, Agapito da Paixão Vasconcelos, Tenente José Dionísio da Rocha, Testemunha, Germano Manoel dos Santos, José Agapito da Paixão. Digo Eu, Floriana Norberta do Espírito

Santos, que, entre os mais bens que possuo é, bem assim uma parte das terras de cultura no lugar denominado Ribeirão de São Matias, na fazenda que foi do finado Manoel José Martins de cuja parte faço doação ao Senhor Bom Jesus, para se começar um patrimônio do mesmo Senhor, DIGO doação de meio alqueire de terreno no lugar que for mui próprio nos terrenos da dita fazenda por se achar em comum com os mais herdeiros. E por eu não saber ler e nem escrever pedi ao Sr. José da Costa Lima que esta passasse e assinasse a meu rogo, Amaro Francisco Braz, em presença das testemunhas abaixo assinadas, São Domingos, 1º de novembro de 1887. A rogo da senhora Floriana Norberta do Espírito Santos, Amaro Francisco Braz, Testemunhas: Laurindo Caetano de Andrade Testemunha, Antônio Reduzindo Moreira, José da Costa Lima. Era o que se continha em os ditos títulos que bem e fielmente copiei e conferi, no mesmo dia mês e ano que me foi apresentado e o próprio original me reporto em mão do Apresentante. Eu, José Manoel da Silva, Escrivão de Paz e Notas, que escrevi e assino com o Apresentante em público e raso. (sa.) José Manoel da Silva, Vigário Dario Schittini Guimarães. Nada mais em o original ao qual me reporto em livros e fls. acima, dou fé e assino em público e raso. Em TT. *de* da verdade.

Araponga, 03 de novembro de 1998.

  
Nilo José de Andrade.

CARTÓRIO CAN O  
RUA DR. MAURO P. DE ALMIDA, 71  
CAPELA DO SOCORRO  
SÃO PAULO — S. P.

## Memorial Descritivo

Memorial descritivo de uma área de terra rural de propriedade da Capela do Bom Jesus, hoje pertencente a Paróquia São Sebastião de Ervália/MG, localizada no patrimônio de Dom Viçoso (Gramma) a ser passado distrito. Área total do terreno: 35 Hec. 81A e 90 Ca. Planta Esc. 1:1000. Meio fios corridos 4,118,05m.

### Descrição das áreas Públicas (estes pontos são no interior das ruas)

Está área inicia-se na confrontação com terras de José Nelson Barroso e com a Rua Boa Esperança, entrada do patrimônio Dom Viçoso e o ponto PP:0.

Deste início da Rua Boa Esperança e o ponto PP:0 segue em linha reta no sentido Leste com uma distância de 170,00 m até o ponto P:1.

Deste ponto P:1, vira-se a direita com uma distância de 69,00m no sentido Leste para Sul pela Rua "A" Rua Floreano até o ponto P:2.

Deste ponto P:2 vira-se à direita com uma distância de 102,00m no sentido Sul para Oeste pela Rua "B" Rua Santo Antônio até o ponto P:2<sup>A</sup>, Localizando área do cemitério, pátio do cemitério, capela e antena para televisão do lado direito no fundo do cemitério perfazendo um total de 1.153,00m<sup>2</sup>.

Deste ponto P:2 no sentido Sul para Leste pela Rua "A" Rua Floreano com uma distância de 111,50m até o ponto P:3, localizando o posto de saúde no lado direito da Rua "A" Rua Floreano, com 45,10 m<sup>2</sup> de área construída, e a área do terreno é, frente 12,00m, lado direito 30,00m, lado esquerdo 30,00m e o fundo 12,00m, perfazendo um total de 360,00m<sup>2</sup>.

Deste ponto P:3 no sentido Sul para Leste pela Rua "A" Rua Floreano com uma distância de 32,00m até o ponto P:4, localizando a Escola Municipal de Dom Viçoso no lado direito da Rua "A" Rua Floreano, com 205,20 m<sup>2</sup> de área construída, e a área do terreno é, frente 22,70 m, lado direito 41,00 m, lado esquerdo 41,00 m para a Rua "C" Rua São João e o fundo 22,70 m, perfazendo um total de 930,70 m<sup>2</sup>, nesta área está localizado um poço artesiano.

Deste ponto P:4 no sentido Leste pela Rua "A" Rua Floreano com uma distância de 22,00m, até o ponto P:5, localizando a praça e o coreto no lado esquerdo da rua "A" Rua Floreano com 862,68m<sup>2</sup> de área do terreno, frente 29,00m, lado direito 29,00m, lado esquerdo 35,50m, e o fundo 24,50m. Neste mesmo ponto encontramos a Igreja no lado direito da Rua.

Deste ponto P:5 no sentido Leste e sentido Rua "E" Rua São Pedro passa pela linha d'água e a estrada Serra do Gongo e mais a Frente pela rua "E" Rua São Pedro passa pela estrada da Serra do Ribeirão com uma distância de 155,50m até o ponto P:6 localizado na ponte de concreto armado.

Deste ponto P:6 e ponte no sentido Leste para Norte e pela Rua "F" Rua São Gerônimo passa pela linha d'água e pela Rua "F" Rua São Gerônimo no sentido P:7 com uma distância de 170,50m, continuando pela Rua "F" Rua São Gerônimo no sentido norte com uma distância de 121,50m e mais a frente no sentido Norte para Oeste com uma distância de 48,50m até o P:8.

Deste ponto P:8 localizando o campo de futebol frente para a Rua "F" Rua São Gerônimo com 96,00m, lado direito 65,00m, lado esquerdo 65,00m, fundos 96,00m perfazendo um total de 6.240,00m<sup>2</sup>.

Deste ponto P:8 no sentido Norte para Oeste e frente do campo pela Rua "F" Rua São Gerônimo passa pelos tubos do poço artesiano que vai para caixa d'água e daí distribuição no patrimônio com uma distância de 173,50m até o P:9.

Deste ponto P:9 vira-se para direita no sentido norte para leste pela Rua "G" Rua São Domingo com uma distância de 145,00m sentido Araponga.

Deste ponto P:9 deixa o sentido Araponga, e vira-se para esquerda no sentido Sul para Oeste com uma distância de 172,50m passa sobre os tubos do poço artesiano deixa a Rua "H" Rua São José até o P:10 localizando o poço artesiano ao lado direito da Rua "H" Rua São José e a mureta do padrão.

Deste ponto P:10 vira-se para esquerda pela Rua "D" Rua Bom Jesus no sentido Sul passa pelo bueiro (linha d'água) mais a frente passa sobre a ponte (ribeirão) no sentido P:11 com uma distância de 118,50m.

Deste ponto P:11 no mesmo sentido Sul continua pela Rua "D" Rua Bom Jesus com uma distância de 197,00m até a Rua "A" Rua Floreano praça.

Deste ponto P:11 deixa a Rua "D" Rua Bom Jesus vira-se para direita no sentido Oeste com uma distância de 212,00m pela Rua "I" Rua Boa Esperança Aparecida até o P:1.

Deste ponto P:1 no mesmo sentido Oeste pela Rua Boa Esperança com uma distância de 170,00m até o PP:0 ponto de partida por onde iniciou-se.

Áreas de Ruas:	15.519,95 m <sup>2</sup>
Áreas de Passios:	4.941,66 m <sup>2</sup>
Áreas do cemitério:	1.153,00 m <sup>2</sup>
Áreas Posto de Saúde:	360,00 m <sup>2</sup>
Áreas Escola Municipal:	930,70 m <sup>2</sup>
Áreas da Praça:	862,68 m <sup>2</sup>
Áreas do Campo:	6.240,00 m <sup>2</sup>
Área Total:	30.007,99 m <sup>2</sup>

AG: Assinatura  
Antônio Batista Lasbeck  
CREA 5991/TD 4º REG.

# Declaração de Aptidão ao Pronaf



EMATER-MG

MG172064449116721

Ministério do Desenvolvimento Agrário

1ª via - Arquivo Financeiro 2ª via - Entidade emissora

## I Cadastro do(a) Agricultor(a) Familiar

### a) Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar:

**Titulares**

1. Nome: \_\_\_\_\_ 2. Sexo: Masculino  
 3. CPF: \_\_\_\_\_ 4. Nome da mãe: \_\_\_\_\_  
 5. Apellido: \_\_\_\_\_ 6. Data de nascimento: 07/03/1943 \* 7. RG: \_\_\_\_\_ 8. UF do órgão emissor: MG  
 \* 9. NIS: \_\_\_\_\_ 10. Código IBGE do município de nascimento: 3124005 11. Escolaridade: 1º Grau incompleto  
 12. Nome: \_\_\_\_\_ 13. Sexo: Feminino  
 14. CPF: \_\_\_\_\_ 15. Nome da mãe: \_\_\_\_\_  
 \* 16. Apellido: \_\_\_\_\_ 17. Data de nascimento: 19/03/1943 \* 18. RG: \_\_\_\_\_ 19. UF do órgão emissor: MG  
 \* 20. NIS: \_\_\_\_\_ 21. Código IBGE do município de nascimento: 3124005 22. Escolaridade: 1º Grau incompleto  
 23. Número de pessoas da família residentes no estabelecimento: 2 24. Estado civil: Casado(a)  
 25. Regime de casamento: Comunhão Universal de Bens 26. Local de residência: Estabelecimento rural  
 27. Endereço: DOM VIÇOSO Nº \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_  
 28. Município: Ervália 29. CEP: 36.555-000 30. UF: MG

### b) Características Sócio-Econômicas do(a) Agricultor(a) Familiar.

1. Organização(ões) social(is) a(s) qual(is) pertença Não Pertence  
 2. Condição de posse e uso da terra: Proprietário  
 3. Atividades Principais: Agricultor(a).  
 4. Área do estabelecimento: 27,00 ha 5. Área menor ou igual à 4(quatro) módulos fiscais, ou menor que 5(seis) módulos fiscais no caso de pecuarista familiar? Sim  
 6. Composição da renda bruta familiar anual de enquadramento:

I. 10% da renda de integração ou regime de parceria com agroindústrias provenientes das atividades de avicultura ou suinocultura .....	R\$	0,00
II. 50% da renda proveniente das seguintes atividades agropecuárias: piscicultura, avicultura não integrada, pecuária de leite, ovinocaprinopecuária, fruticultura, suinocultura não integrada e/ou sericicultura .....	+R\$	0,00
III. 100% das rendas provenientes de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento .....	+R\$	26.580,00
IV. 100% das rendas não rurais, excluídos os proventos de benefícios previdenciários de atividades rurais e de outros benefícios sociais .....	+R\$	0,00
V. 30% das rendas provenientes de agroindústrias familiares e turismo rural, olericultura, floricultura .....	+R\$	0,00
VI. Total .....	=R\$	26.580,00
VII. 100% das rendas vinculadas à benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.....	R\$	0,00

7. Percentual da renda bruta familiar anual proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento 100 %  
 8. Força de trabalho utilizada além da familiar: ( ) Não contrata (X) Contrata empregados eventuais: quantidade de dias\*homens/ano: 3  
 ( ) Contrata empregados permanentes: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ou mais.

## II Informações Complementares

### a) Destinação da Operação de Crédito (casos especiais):

b) Enquadramentos anteriores: 1. Já obteve anteriormente crédito amparo pelo Pronaf? Não 2. Se sim, sob qual grupo?

### c) Imóveis Rurais: 1. Nº de imóveis explorados: 1

2. Denominação do imóvel principal: DOM VIÇOSO  
 3. Localização do imóvel principal: DOM VIÇOSO 4. Área do estabelecimento: 27,00 ha  
 5. É proprietário do imóvel principal: Sim 6. Nome ou razão social do proprietário  
 7. CPF / CNPJ do proprietário

d) Solicitou reenquadramento de Grupo ao amparo do MCR 10-2-4? Não Caso afirmativo: Qual Grupo?

## III Declaração dos(as) beneficiário(s)

Declaro, sob as penas da lei (art.299 do Código Penal), que as informações acima correspondem à verdade e que solicitei o meu enquadramento para o grupo, conforme facultado no MCR 10-2-4.

Local: Ervália

Data: 29/02/2008

Assinatura 1: \_\_\_\_\_

Polegar Direito 1

Polegar Direito 2

Assinatura 2: \_\_\_\_\_

## IV Atestado da(s) Entidade(s) Credenciada(s) pelo MDA

Atesto que o(s) titular(es) acima identificado(s) atende(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(s) do Crédito Rural ao amparo do PRONAF. Grupo D

Reenquadramento: Foi solicitado reenquadramento? Não - Grupo final

Instituição CNPJ: 19198118000102

Entidade emissora

Representante CPF: 20911351604

Local e data: Ervália, 29/02/2008

Assinatura: Entidade Emissora

Atenção: este documento é gratuito

\* Campos não obrigatórios MODELO 1.6.2

# Declaração de Aptidão ao Pronaf



EMATER-MG 152553490216721

Ministério do Desenvolvimento Agrário

1ª via - Agência Empreendedor 2ª via - Zócalo das Escolas

## I Cadastro do(a) Agricultor(a) Familiar

### a) Identificação do(a) Agricultor(a) Familiar:

Titulares

1. Nome	2. Sexo: Masculino
3. CPF	4. Nome da mãe
5. Apellido	6. Data de nascimento: 12/08/1962 * 7. RG
9. NIS	8. UF do órgão emissor: MG
10. Código IBGE do município de nascimento: 3124005	11. Escolaridade: 1º Grau Incompleto
12. Nome	13. Sexo: Feminino
14. CPF	15. Nome da mãe
16. Apellido	17. Data de nascimento: 11/01/1967 * 18. RG
20. NIS	19. UF do órgão emissor: MG
21. Código IBGE do município de nascimento: 3124005	22. Escolaridade: 1º Grau Incompleto
23. Número de pessoas da família residentes no estabelecimento: 6	24. Estado civil: Casado(a)
25. Regime de casamento: Comunhão Universal de Bens	26. Local de residência: Estabelecimento rural
27. Endereço: DOM VICOSO N° Bairro:	29. CEP: 36.565-000
28. Município: Ervália	30. UF: MG

### b) Características Sócio-Econômicas do(a) Agricultor(a) Familiar:

- Organização(ões) social(is) a(s) qual(is) pertença Não Pertence
- Condição de posse e uso da terra: Proprietário
- Atividades Principais: Agricultor(a)
- Área do estabelecimento: 6,50 ha 5. Área menor ou igual à 4(quatro) módulos fiscais, ou menor que 6(seis) módulos fiscais no caso de pecuarista familiar? Sim
- Composição da renda bruta familiar anual de enquadramento:

I. 100% da renda de integração ou regime de parceria com agroindústrias provenientes das atividades de avicultura ou suinocultura	R\$	0,00
II. 50% da renda proveniente das seguintes atividades agropecuárias: piscicultura, avicultura não integrada, pecuária de leite, olericultura, fruticultura, suinocultura não integrada e/ou sericultura	+R\$	0,00
III. 100% das rendas provenientes de outras atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento	+R\$	78.000,00
IV. 100% das rendas não rurais, excluídos os proventos de benefícios previdenciários de atividades rurais e de outros benefícios sociais	+R\$	0,00
V. 30% das rendas provenientes de agroindústrias familiares e turismo rural	+R\$	0,00
VI. Total	=R\$	78.000,00
VII. 100% de rendas vinculadas à benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais	R\$	0,00

7. Percentual da renda bruta familiar anual proveniente das atividades desenvolvidas no estabelecimento 100 %

8. Força de trabalho utilizada além da familiar: ( ) Não contrata (X) Contrata empregados eventuais: quantidade de dias/homens/ano: 3  
( ) Contrata empregados permanentes: ( ) 1 ( ) 2 ( ) 3 ou mais.

## II Informações Complementares

### a) Destinação da Operação de Crédito (casos especiais):

b) Enquadramentos anteriores: 1. Já obteve anteriormente crédito amparo pelo Pronaf? Não 2. Se sim, sob qual grupo?

c) Imóveis Rurais: 1. N° de imóveis explorados: 1

2. Denominação do imóvel principal: DOM VICOSO

3. Localização do imóvel principal: DOM VICOSO

4. Área do estabelecimento: 6,50 ha

5. É proprietário do imóvel principal: Sim 6. Nome ou razão social do proprietário:

7. CPF / CNPJ do proprietário:

d) Solicitou reenquadramento de Grupo ao amparo do MCR 10-2-4? Sim Caso afirmativo: Qual Grupo? C

### III Declaração dos(as) beneficiários(as)

Declaro, sob as penas da lei (art. 299 do Código Penal), que as informações acima correspondem à verdade e que solicitei o meu enquadramento para o grupo C, conforme facultado no MCR 10-2-4.

Local: Ervália

Data: 28/11/2006

Assinatura 1: \_\_\_\_\_

Polegar Direto 1

Polegar Direto 2

Assinatura 2: \_\_\_\_\_

### IV Atestado da(s) Entidade(s) Credenciada(s) pelo MDA

Atesto que o(s) titular(es) acima identificado(s) atende(m) aos critérios definidos no Manual de Crédito Rural para enquadramento como beneficiário(a)(s) do Crédito Rural ao amparo do PRONAF. Grupo C

Reenquadramento: Foi solicitado reenquadramento? Sim - Grupo final C

Instituição CNPJ: \_\_\_\_\_

Entidade emissora

Representante CPF: \_\_\_\_\_

Local e data: Ervália, 28/11/2006

Assinatura: Entidade Emissora

Atenção: este documento é gratuito

\* Campos não obrigatórios MODELO 1.6.2